

IARIMA NUNES REDÜ

**OS MUITOS CERCOS DE LISBOA: A RECONFIGURAÇÃO
FICCIONAL DO INTERTEXTO HISTORIOGRÁFICO EM
HISTÓRIA DO CERCO DE LISBOA DE JOSÉ SARAMAGO**

**PORTO ALEGRE
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA**

**OS MUITOS CERCOS DE LISBOA: A RECONFIGURAÇÃO
FICCIONAL DO INTERTEXTO HISTORIOGRÁFICO EM
HISTÓRIA DO CERCO DE LISBOA DE JOSÉ SARAMAGO**

IARIMA NUNES REDÜ

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. REGINA ZILBERMAN

Dissertação de Mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Redü, Iarima Nunes

Os muitos cercos de Lisboa: a reconfiguração ficcional do intertexto historiográfico em "História do cerco de Lisboa" de José Saramago / Iarima Nunes Redü. -- 2015.
189 f.

Orientadora: Regina Zilberman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Literatura portuguesa. 2. Literatura e História. 3. Metaficção historiográfica. 4. Intertextualidade. 5. José Saramago. I. Zilberman, Regina, orient. II. Título.

*Para meu esposo Heitor, o único
engenheiro do mundo que reconhece
uma metaficção historiográfica só de ler
a orelha e a contracapa do livro.*

AGRADECIMENTOS

Início o rol de agradecimentos, sempre uma parte sorridente da dissertação, mencionando minha orientadora Regina Zilberman. Obrigada, primeiro, por aceitar orientar este trabalho; depois, pelo comprometimento assumido com seu desenvolvimento, reiterado em cada reunião, leitura do projeto de pesquisa e dos capítulos e sugestão de reparos e ajustes no texto. A orientação foi precisa, presente e, tenho certeza, enriqueceu muito não só a escrita dessa dissertação, mas também a minha vida acadêmica.

Agradeço também à acolhida que recebi na UFRGS, representada por colegas e professoras que tornaram minha experiência acadêmica muito mais profunda, proveitosa e divertida. Entre esses colegas, devo citar meus companheiros da Portuguesa e Luso-Africanas, particularmente Natália Ubirajara Silva – que me impressionou bastante, tanto pela sua dedicação às disciplinas e à tese, quanto por sua amizade sincera –, e minhas “colegas de orientação” Paula Bohrer, Bianca Parracho, Christini Roman e Laurene Veras. Em especial, não posso deixar de falar das “estrangeiras em Porto Alegre” Camila Souza, Irene (JingFang Yu), Patrícia Hoff e Patrizia Cavallo, com quem compartilhei muito mais do que dicas de livros e comentários sobre o andamento da dissertação ao longo desses dois anos (assistimos juntas até a um jogo da seleção brasileira na copa do mundo, ora vejam só). Obrigada por todos os cafés, conversas, risos e conselhos, gurias!

Agradeço às professoras das quais tive o privilégio de ser aluna durante o mestrado e que me inspiraram de maneiras diferentes: Ana Tettamanzy pela união exemplar que realiza entre teoria e prática; Jane Tutikian, pela paixão com que trata seu objeto de estudo; Rita Schmidt, pela maneira como conduziu uma turma de quase quarenta alunos em um curso teórico; e, especialmente, Maria da Gloria Bordini, por me ensinar a ler poesia e reacender meu carinho pelo Erico Verissimo, minha maior paixão literária da adolescência.

Agradeço ao Heitor, meu noivo que virou esposo e morou em três regiões diferentes do Brasil enquanto eu escrevia meus ensaios para as disciplinas e os capítulos desta dissertação. Apesar de termos permanecido geograficamente distantes durante mais da metade do mestrado, era ele quem mais sabia sobre o que eu estava escrevendo, quais eram meus prazos e como foram minhas aulas no estágio. Seu amor, apoio e paciência foram decisivos para que eu me mantivesse sempre focada nas tarefas do mestrado, com eventuais viagens para Salvador inseridas nos interstícios do cronograma de entrega dos capítulos.

Agradeço minha sogra, Zita, e meu sogro, Zé, por terem separado tempo de sua viagem de férias a Portugal para ir a um alfarrabista e comprar uma das fontes históricas utilizadas na pesquisa, a *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)* – além de trazerem um livro de poemas e o primeiro romance do Saramago, jamais publicados no Brasil, umas canetas muito estilosas, uma garrafa de ginjinha d'Óbidos e uma pedra de Coimbra.

Agradeço minha família, especialmente minha prima Dúnia, a principal consultora em assuntos historiográficos e eterna consciência antropomórfica, e minha irmã Caroline, que me recebeu em seu apartamento no início e no final da minha vida porto-alegrense.

Lembro, também, a importância de algumas professoras da UFPel, como Maria José Blaskovski Vieira, por ser simplesmente Absoluta, e Cleide Wittke, por se certificar de que a greve não ia me impedir de entrar no mestrado, às quais eu agradeço. Muito obrigada, também, ao Aulus Mandagará Martins, meu orientador de IC e TCC e professor da disciplina que mostrou meu lugar no mundo: o conhecimento que compartilhaste de maneira tão generosa comigo e os conselhos que me deste durante os processos de seleção dos programas de pós-graduação dos quais participei foram imprescindíveis para que eu tenha escrito essa dissertação.

Para seguir no campo semântico pelotense, agradeço meus colegas de faculdade queridos que, apesar da distância, estarão sempre presentes na minha vida: Erica Martins (minha BFF do Bacharelado), Felipe Fagundes, Gabriel Bezerra, Taíse Garcia e Vinicius Waltzer. Além deles, agradeço ao Richard Wagner (sempre bom citar esse nome na lista dos bróders), à Franciele Rocke, à Francieli Borges e ao Rafael Mendes, pelas cervejas e desabafos.

Por fim, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa ao longo dos dois anos de mestrado. Com esse auxílio financeiro fui capaz de me dedicar inteiramente às disciplinas, à pesquisa que resultou nessa dissertação, bem como propriamente à escrita deste trabalho. Além disso, agradeço pela oportunidade de realizar um estágio de docência, durante o qual tive a chance de disseminar os resultados da minha pesquisa no âmbito de sala de aula.

*O passado é um imenso pedregal que
muitos gostariam de percorrer como se
de uma auto-estrada se tratasse,
enquanto outros, pacientemente, vão de
pedra em pedra, e as levantam, porque
precisam saber o que há por baixo
delas.*

José Saramago

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar de que maneira a representação dos eventos históricos referentes ao cerco de Lisboa de 1147 empreendida nos textos historiográficos *Conquista De Lisboa aos Mouros (1147)* de Osberno, *Crónica de cinco reis de Portugal* atribuído a Fernão Lopes, *Crónica de Dom Affonso Henriques*, do Frei António Brandão, e *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III* de Alexandre Herculano, é reconfigurada na narrativa ficcional *História do Cerco de Lisboa*, do escritor português José Saramago. Especificamente, tencionou-se identificar, por meio do estudo de fontes históricas referentes à conquista de Lisboa de 1147, aspectos característicos da narrativa histórica oficial de tal evento histórico e da apresentação de suas personagens importantes; determinar em que medida textos historiográficos portugueses são intertextualmente apropriados pelo narrador de *História do Cerco de Lisboa*; averiguar qual é a atitude do narrador em relação ao discurso histórico oficial referente a tal momento histórico; verificar de que maneira as personagens históricas envolvidas no cerco e na tomada de Lisboa são representadas no romance; e determinar em que medida a reescrita do cerco de Lisboa empreendida no romance é dessacralizadora e paródica. A análise do romance foi norteada teoricamente, por um lado, por estudos referentes às muitas instâncias do cruzamento entre discurso literário e discurso histórico – especialmente por obras dos historiadores Hayden White, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Saul Friedländer e Dominick LaCapra – e, por outro, pela atribuição do conceito de metaficção historiográfica, de Linda Hutcheon, à narrativa saramaguiana. Depois do estudo do romance à luz das obras históricas, concluiu-se que o narrador de *História do cerco de Lisboa* reconfigura o intertexto historiográfico de maneiras distintas, que vão da reprodução literal de excertos e da referência nominal a seus autores até a absorção paródica de grandes blocos das obras de origem. Essas citações aparecem em geral emolduradas por comentários irônicos da instância narrativa, conferindo uma apreciação pouco sacralizada e bastante díspar da observada nas fontes históricas consultadas aos eventos e personalidades históricas importantes. Outra forma de retomada intertextual refere-se ao resgate de figuras menores do passado português, o soldado Mogueime e a princesa moura Oureana, e das vozes mouras silenciadas pela conquista. Além de problematizar o passado lusitano por meio da apropriação intertextual de obras que o enfocam, o narrador saramaguiano questiona os métodos de escrita historiográfica ao ficcionalizar o embate de pelo menos duas concepções de história distintas, uma representada pelo Historiador e outra por Raimundo Silva, bem como de sugerir a leitura do passado mediante a técnica do palimpsesto.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura portuguesa. Literatura e História. Metaficção historiográfica. Intertextualidade. José Saramago.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze how the representation of historical events related to the 1147 siege of Lisbon undertaken in the historiographical texts *Conquista De Lisboa aos Mouros (1147)* by Osberno, *Crónica de cinco reis de Portugal* by Fernão Lopes, *Crónica de Dom Affonso Henriques* by Frei António Brandão, and *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III* by Alexandre Herculano is reconfigured in the fictional narrative *History of the Siege of Lisbon*, by Portuguese writer José Saramago. Specifically, we meant to identify, through the study of historical sources concerning the conquest of Lisbon, characteristic features of the official historical record of this historic event and how the its important characters are presented; to determine to what extent Portuguese historiographical texts are intertextually appropriated by the *History of the Siege of Lisbon* narrator; to find out what is the narrator's attitude towards the official historical record concerning such historical moment; to verify how the historical characters involved in the siege and conquest of Lisbon are represented in the novel; and to determine to what extent the rewriting of the siege of Lisbon undertaken in the novel is unsanctified and parodic. The novel's analysis was theoretically guided, on the one hand, for studies related to the various instances of crossings between literary discourse and historical discourse – especially works by historians Hayden White, Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Saul Friedlander and Dominick LaCapra – and, on the other hand, the assignment of the concept of historiographic metafiction, by Linda Hutcheon, to Saramago's narrative. After the study of the novel in the light of the historical sources, it was concluded that the *History of the siege of Lisbon's* narrator reconfigures the historiographical intertext in different ways, ranging from literal reproduction of excerpts and nominal reference to their authors to the parodic absorption of large blocks of works. These quotes are usually framed by ironic comments of the narrative instance, giving an assessment that isn't sanctified and is quite disparate from that given by the consulted historical sources to the historical events and its important figures. Another form of intertextual resumption refers to rescue of smaller figures of Portuguese past, as the soldier Mogueime and the Moorish princess Oureana, as well as the Moorish voices silenced by the conquest. Besides questioning the Lusitanian past through intertextual appropriation of sources, Saramago's narrator questions the historiographical writing methods by fictionalizing the clash of at least two different conceptions of history, represented by the historian and by Raimundo Silva, as well as suggest the reading of the past through the use of palimpsest technique.

KEYWORDS: Portuguese Literature. Literature and History. Historiographic metafiction. Intertextuality. José Saramago.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modos de urdidura do discurso historiográfico	167
--	-----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. Entre literatura e historiografia.....	20
1.1 As fronteiras entre literatura e história.....	20
1.2 Metaficção historiográfica.....	36
2. Dom Afonso Henriques e os bons tempos para milagres	45
2.1 O milagre de Carquere	46
2.1.1 A ficcionalização saramaguiana.....	46
2.1.2 A apresentação de <i>Crónica de cinco reis de Portugal</i>	48
2.2 O milagre da campanha de Ourique.....	51
2.2.1 Apreciação e apresentação de Saramago.....	51
2.2.2 A retomada das fontes históricas – o ceticismo de Herculano e a narrativa de António Brandão	54
3. Quem subiu às costas de quem: A tomada de Santarém	61
3.1 A fala de Dom Afonso Henriques e o testemunho de Mogueime	62
3.2 A apropriação paródica de <i>Crónica de cinco reis de Portugal</i> e de <i>Crónica de Dom Afonso Henriques</i>	72
4. Os cercos de Lisboa	82
4.1 A representação dos cruzados por Saramago	84
4.2 A apresentação dos cruzados pelos historiadores portugueses.....	93
4.3 O cerco e a conquista segundo a saramaguiana história do cerco de Lisboa	101
4.4 O cerco e a conquista segundo a tradição historiográfica portuguesa.....	117
5. Mogueime e Ouroana	126
5.1 A personagem Mogueime	127
5.2 A personalidade histórica Mogueime-Moqueime-Moigema.....	134
5.3 A personagem Ouroana.....	137
5.4 A lenda de Oureana	143
6. O revisor e o historiador	149
6.1 A concepção de história do Historiador	149
6.2 O projeto revisionista de Raimundo Silva.....	158
6.3 O palimpsesto saramaguiano: Lisboa de 1147, Portugal de 1989.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	187

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia, parece clara a sentença, clara, fechada e conclusa, uma criança será capaz de perceber e ir ao exame repetir sem se enganar, mas essa mesma criança perceberia e repetiria com igual convicção um novo dito, Sobre a nudez forte da fantasia o manto diáfano da verdade, e este dito, sim, dá muito mais que pensar, e saborosamente imaginar, sólida e nua a fantasia, diáfana apenas a verdade

José Saramago

A atual produção romanesca de Portugal é marcada por admirável efervescência criadora, personificada tanto por escritores surgidos posteriormente à Revolução dos Cravos, de abril de 1974, quanto por escritores já consolidados quando da queda do regime salazarista. Entre os escritores já conhecidos antes de 1974 podem ser mencionados nomes como Vergílio Ferreira, Agustina Bessa-Luís, Augusto Abelaira e Helder Macedo, ao passo que a obra de ficcionistas como António Lobo Antunes, Lídia Jorge e Teolinda Gersão começa a ser produzida nos anos subsequentes à revolução. A geração de escritores surgida na década de 1970, mais especificamente no período pós-revolucionário, é assinalada pelo resgate ficcional da história portuguesa passada e presente e da denúncia dos excessos cometidos durante o regime colonial (ROANI, 2002, p. 15-16).

Um dos principais escritores dessa vertente literária é o único nome das letras portuguesas até agora agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago (1922-2010). A produção romanesca deste escritor consagrado, cuja obra consiste em mais de 30 livros entre romances, poesia, contos, peças teatrais, diários e memórias, relatos de viagem, crônicas e textos infantis, é marcada entre outros temas pela retomada do passado português. O escritor ribatejano retrata momentos decisivos para a constituição de Portugal enquanto nação de forma crítica e questiona a possibilidade de visões diferentes acerca destes acontecimentos, o que se afina com a perspectiva pós-moderna de revisitação da história. Lembrando a afirmação de Umberto Eco, “a resposta pós-moderna ao moderno consiste em reconhecer o passado, já que não pode ser destruído porque sua destruição leva ao silêncio, deve ser revisitado: com ironia, de maneira não inocente.” (ECO, 1985, p. 56-57).

Entre os romances saramaguianos que revisitam a história lusitana encontram-se *Levantado do chão*¹, *Memorial do convento*², *O ano da morte de Ricardo Reis*³, *História do cerco de Lisboa* e *A viagem do elefante*⁴ – os quatro primeiros publicados, respectivamente, em 1980, 1982, 1983 e 1989, ao passo que o último foi editado em 2008. As quatro obras romanescas, embora enfoquem momentos diferentes da história de Portugal e a reconfigurem ficcionalmente de formas distintas, parecem ter em comum o enfoque conferido a personagens tradicionalmente silenciadas pelas versões históricas oficiais, como trabalhadores, pessoas humildes, mulheres. Além disso, a obra saramaguiana – e essa característica não está restrita aos romances de extração histórica – é permeada constantemente de diálogos intertextuais com outros textos, sejam eles literários, sejam eles historiográficos ou jornalísticos.

História do Cerco de Lisboa é um romance que se volta para o passado de maneira a aclarar aspectos do presente português. O romance de Saramago, que se desenvolve em dois momentos temporais distintos (as duas tramas do romance desenrolam-se na década de 80 do século XX e no ano de 1147, ambas geograficamente localizadas na capital portuguesa), revisita a conquista de Lisboa por parte do reino português depois de mais de quatro séculos

¹ *Levantado do chão*, publicado em 1980 e primeiro romance de Saramago a receber reconhecimento da crítica, almeja ser um painel amplo das lutas campesinas do Alentejo e foi baseado em eventos verídicos. A narrativa romanesca – que se desenvolve ao longo de todo o século XX, apresenta alguns recuos temporais a passados remotos e culmina na Revolução dos Cravos – é centrada em três gerações da dinastia dos Maus-Tempos. No romance, são retratadas as lutas dos camponeses por condições de trabalho dignas, ao mesmo tempo que outros momentos históricos relevantes para Portugal também são investigados (como a instauração da República, a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola e o fascismo do Estado Novo).

² *Memorial do convento*, de 1982, foi aclamado como obra-prima no momento de seu lançamento. O romance revisita as circunstâncias ao redor da construção do convento de Mafra, no século XVIII, e evidencia o papel dos trabalhadores braçais nessa monumental empresa em detrimento da atuação de D. João V, que ordenara a edificação depois de uma promessa. A narrativa é centrada no casal constituído pelo maneta Baltasar Sete-Sóis e pela feiticeira Blimunda Sete-Luas, os quais auxiliam o padre Bartolomeu de Gusmão a construir e fazer voar uma passarola. A vida dos trabalhadores humildes é glorificada em relação à vida da corte de D. João, retratada como um ambiente corrupto.

³ *O ano da morte de Ricardo Reis*, de 1984, trava um diálogo intertextual com a obra de Fernando Pessoa, especialmente com as odes do heterônimo classicista Ricardo Reis. Aproveitando o fato de este heterônimo, marcado pela máxima “Sábio é aquele que se contenta com o espetáculo do mundo”, ter sido deixado sem morte pelo Pessoa ortônimo, o narrador retrata a volta do exilado Reis a Lisboa em 1935. De retorno a Portugal, Reis observa o início da Guerra Civil Espanhola, o fortalecimento de líderes de regimes totalitários, como o nazismo de Adolf Hitler, na Alemanha, e o fascismo de Benito Mussolini, na Itália. Além disso, se depara com o recrudescimento da violência e da censura em seu próprio país, devido ao Estado Novo salazarista.

⁴ *A viagem do elefante*, último romance saramaguiano a se centrar em acontecimentos do passado português, foi lançado em 2008. A narrativa romanesca retrata a viagem de um elefante, chamado Salomão, entre Lisboa e Viena, entre agosto de 1551 e janeiro de 1552. O elefante era um presente de casamento oferecido pelo rei D. João III ao seu cunhado, o arquiduque Maximiliano de Áustria. Durante os meses da viagem, são focalizadas principalmente as personalidades do cornaca indiano Subhro e do comandante de cavalaria que escoltou o elefante até Figueira de Castelo Rodrigo, na fronteira com a Espanha.

de domínio árabe. Quando escolhe como tema da narrativa este momento específico, Saramago questiona o processo de fundação de Portugal enquanto nação, uma vez que a conquista de Lisboa aos mouros é considerada um dos momentos cruciais do estabelecimento do Reino português de Afonso Henriques e da consolidação do Estado. A reescrita da história do cerco de Lisboa, levada a cabo em um *mise-en-abyme* dentro da obra, é marcada desde o início por uma visão questionadora e revisionista em relação à versão histórica oficial: Raimundo Silva, um revisor de textos, em um ato de coragem impensada nega que os cruzados ajudaram a Afonso Henriques para a tomada de Lisboa, deixando a história conforme comumente é conhecida em suspenso. A partir dessa suspensão revisionista, a reconstrução do passado deve ser empreendida, textualmente.

Esta dissertação vincula-se às linhas de pesquisa que, dentro dos Estudos Literários, privilegiam a interlocução entre discurso literário e discurso historiográfico. Essa interlocução, cuja investigação remonta a Aristóteles e ganhou fôlego a partir dos teóricos pós-modernos, tem rendido muitas pesquisas acadêmicas no Brasil. Essa área de estudos está em concordância com parcela significativa da atual produção ficcional em países de expressão portuguesa.

A articulação entre discurso literário e discurso historiográfico é um campo de estudos com renovado vigor devido ao fato de muitas obras ficcionais que reconstróem a história oficial terem sido produzidas nas últimas décadas. Sobre a interlocução entre historiografia e literatura em termos discursivos na obra de Saramago, há diversos estudos. Podem-se citar obras de Maria Alzira Seixo⁵, Ana Paula Arnaut⁶, Adriana Alves de Paula Martins⁷, entre outros pesquisadores, como exemplos de estudos sobre o entrecruzamento entre literatura e história na obra de José Saramago. O que parece faltar é um estudo que investigue as estratégias de desconstrução da história e reconstrução dos eventos em uma malha romanesca rica em referências intertextuais à literatura e à história e em evidências do trabalho documental subjacente à escrita do romance.

⁵ SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: Casa da Moeda, 2010.

⁶ A dissertação de doutoramento da autora, intitulada *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne, máscaras de Proteu*, publicada em 2002 pela editora Almedina, de Coimbra, trata da obra de Saramago, bem como de outros autores como José Cardoso Pires, sob o prisma da articulação entre ficção e história.

⁷ Podem ser citadas como exemplos as obras *A construção da memória da nação em José Saramago e Gore Vidal*. Frankfurt: Europaischer Verlag der Wissenschaften, 2006; e *História e ficção: um diálogo*. Lisboa: Fim de Século, 1994.

O romance *História do Cerco de Lisboa* é, portanto, exemplar para uma análise que tome como prerrogativa teórica básica a articulação entre discurso literário e discurso historiográfico na qual a história seja demovida do papel de pano de fundo, sacralizada e contada por personagens vencedoras. A história de um evento tão decisivo para a constituição de Portugal enquanto nação é, neste romance, apenas ponto de partida para uma série de questionamentos que culminam em uma reescrita dos eventos históricos, reescrita essa que parte de uma negativa em relação ao discurso histórico oficial e que constitui uma revisão dessa versão.

Os eventos históricos relativos ao cerco de cidades portuguesas durante o século XII, principalmente Santarém e Lisboa, foram narrados por muitos historiadores ao longo dos séculos, começando pelo relato testemunhal *De expugnatione Lyxbonensi*, do cruzado Osberno de Bawdsey, e pelo manuscrito *De expugnatione Scalabis*⁸, cuja autoria é atribuída a um monge do Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra. Outros relatos que enfocaram, de certa forma, as tomadas das cidades pelos homens de Afonso Henriques são a *Crónica de cinco reis de Portugal*, texto quatrocentista presente no Códice 886 da Biblioteca Municipal do Porto editado pelo historiador Artur de Magalhães Basto em 1945, a *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*, escrita por Duarte Galvão no início do século XVI e publicada pela primeira vez no século XVII, por Manuel Lopes Ferreira, a *Crónica de Dom Affonso Henriques*, do frei António Brandão no século XVII, *Europa Portuguesa*, escrita por Manuel Faria y Sousa também no século XVII, culminando na obra historiográfica de Alexandre Herculano *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III*, publicada no século XIX.

Aos textos dos séculos XVI e XVII devem-se grande parte dos traços mitificados da figura de Dom Afonso Henriques, o primeiro rei português, e uma visão idealizada dos eventos históricos referentes ao cerco das cidades, especificamente, tendo em mente o escopo deste estudo, o cerco a Lisboa de 1147. Nestes textos, aparecem componentes messiânicos do povo português referentes a eventos como a Batalha de Ourique. Em *História do Cerco de Lisboa*, a narrativa mitificadora dos eventos históricos relacionados com o nascimento da nação portuguesa é negada e reescrita, enfocando personagens subalternas em relação aos grandes heróis históricos – um soldado raso e uma mulher no limiar da prostituição.

⁸ Esse título foi atribuído ao manuscrito por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*. O título original era *Quomodo sit capta sanctaren civitas a rege alfonso comitis henrici filio*.

A subversão do cânone histórico português realizada em *História do Cerco de Lisboa* parece apoiar-se em minucioso estudo documental levado a cabo pelo autor, o que autoriza uma tentativa de leitura do romance como uma reinterpretação paródica de pelo menos alguns dos textos históricos citados anteriormente. A observação das obras historiográficas em cotejo com o romance justificou-se a fim de definir de que maneira o romance de Saramago se relacionaria com as fontes.

A fim de determinar de que maneira o material historiográfico é absorvido intertextualmente no romance, estudos sobre a intertextualidade guiaram a reflexão na análise final de resultados. A intertextualidade é a presença, em um texto de acolhimento, de outro(s) texto(s) sob a forma de citações, alusões, referências, paródias, entre outras práticas de retomada. A retomada dos textos de origem sempre acarreta um deslocamento do sentido original da passagem, devido ao fato de tais textos terem sido transpostos para outro universo textual. Essa revisitação a outros textos é inerente à literatura, que desde sempre se voltou sobre si mesma, em uma espécie de “lembrança circular” (BARTHES, 2010, p. 45), atualizando seu próprio discurso enquanto o marcava com traços do passado literário. Os principais estudiosos da intertextualidade utilizados nesta pesquisa foram Gérard Genette (2010), Laurent Jenny (1979) e Tiphaine Samoyault (2008), tendo em mente as contribuições de Julia Kristeva (1974).

De maneira mais ampla, esta dissertação pretende constituir um estudo que desvende a desconstrução do discurso histórico oficial referente ao cerco de Lisboa de 1147 por meio da criação da narrativa literária *História do cerco de Lisboa*, aclarando o uso do intertexto historiográfico na construção deste romance. O objetivo deste trabalho é analisar de que maneira os eventos históricos referentes ao cerco de Lisboa de 1147 narrados em textos historiográficos, como a *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Affonso Henriques*, do Frei António Brandão, os documentos medievais *Conquista De Lisboa aos Mouros (1147) narrada pelo cruzado Osberno, testemunha presencial* e *A conquista de Santarém*, e *História de Portugal: 1.ª época, desde a origem da monarquia até D. Afonso III* de Alexandre Herculano, são desconstruídos e reconfigurados na narrativa ficcional *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago. Especificamente, tenciona-se identificar, por meio do estudo dessas fontes históricas, aspectos determinantes da narrativa histórica oficial do cerco de Lisboa, bem como da apresentação de suas personalidades históricas importantes, e, assim, determinar em que medida essas fontes são intertextualmente apropriadas em *História do cerco de Lisboa*. Além disso, este estudo pretende verificar qual é a atitude do narrador

saramaguiano em relação ao discurso histórico oficial, de que maneira as personagens históricas envolvidas no cerco e na tomada de Lisboa são reapresentadas no romance e em que medida a reescrita do cerco de Lisboa empreendida na obra saramaguiana é dessacralizadora e paródica em relação às obras historiográficas portuguesas canônicas.

Para atingir os objetivos expostos, foram levantados dados presentes em textos historiográficos acerca do cerco de Lisboa, obras sobre as quais Saramago teria se debruçado ao escrever o romance. Foram estudados os seguintes textos⁹: *Fontes medievais da história de Portugal*; *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*; *Crónica de cinco reis de Portugal*; *Cronica del rey Dom Affomssso Hamrriques*, de Duarte Galvão; o terceiro e quarto volumes da *Monarchia lusitana* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*, de Frei António Brandão; *Europa portuguesa*, de Manuel de Faria y Sousa; e o primeiro volume da *História de Portugal* de Alexandre Herculano. A ordem do estudo das obras obedeceu a um critério temporal decrescente, do livro mais recente até o mais antigo, e os dados coletados em cada fonte historiográfica foram cotejados com *História do cerco de Lisboa* a fim de determinar se há ou não ressonâncias intertextuais no romance saramaguiano.

Depois dessa etapa, determinou-se que há relações de intertextualidade mais explícitas entre *História do cerco de Lisboa* e cinco dos textos historiográficos citados – *Fontes medievais da história de Portugal*, *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques*, de Frei António Brandão, e *História de Portugal* de Alexandre Herculano. A partir deste ponto, passou-se à investigação das estratégias de reconfiguração ficcional no romance de dados presentes nos textos históricos com vistas a determinar de que maneira o narrador saramaguiano se apropria do intertexto histórico, como ele reconstrói a narrativa historiográfica em seu romance, qual sua atitude perante o passado português e de que maneira esse passado ressoa no presente da escrita e publicação do romance.

Levantados esses dados, os resultados obtidos foram, então, analisados e cotejados com vistas a verificar de que maneira Saramago lida, na obra estudada, com o discurso historiográfico e com o discurso literário. Nesse momento de análise, foi estudada a relevância do enquadramento do romance na categoria metaficção historiográfica no que diz respeito à consolidação deste subgênero romanesco na Pós-modernidade. Além disso, esteve presente durante a pesquisa a discussão teórica acerca das aproximações entre discurso

⁹ Os textos serão citados conforme sua ortografia original.

literário e discurso historiográfico esteve presente, norteando os olhares sobre a apropriação intertextual levada a cabo em *História do cerco de Lisboa*.

A fim de apresentar uma estruturação coerente com o desenvolvimento da pesquisa, esta dissertação será dividida em seis capítulos, além dessas Considerações Iniciais e das Considerações Finais. O primeiro capítulo, “Entre literatura e historiografia”, consistirá de uma discussão teórica acerca dos entrecruzamentos entre discurso literário e discurso historiográfico. A discussão, a ser feita em torno das fronteiras entre os dois discursos, será iniciada pela apresentação dos momentos em que as duas áreas eram rigidamente divididas e finalizada pela mais recente aproximação entre elas. Os teóricos chave para o desenvolvimento dessa interpenetração entre as duas áreas são Linda Hutcheon (1991) e Hayden White (2001).

No segundo capítulo, “Dom Afonso Henriques e os bons tempos para milagres”, a análise incidirá sobre eventos milagrosos referentes à vida de Afonso Henriques: a aparição de Santa Maria ao aio do infante, Egas Moniz, e o milagre da campanha de Ourique. Primeiramente, será apresentada a ficcionalização de tais acontecimentos empreendida no romance saramaguiano; depois, serão apresentadas as fontes historiográficas apropriadas intertextualmente pelo narrador na ficcionalização dos eventos milagrosos; finalmente, cotejados o discurso romanesco e o discurso histórico, será apresentada uma breve conclusão referente à forma como o intertexto histórico foi apropriado em *História do cerco de Lisboa*.

No terceiro capítulo, “Quem subiu às costas de quem: A tomada de Santarém”, será estudada a tomada de Santarém, especificamente o episódio referente à subida aos muros da cidade. Para tal, será apresentada a representação romanesca deste evento – o testemunho de Mogueime –, bem como as considerações do narrador do romance sobre esse testemunho. A seguir, as fontes historiográficas referidas no romance serão apresentadas, trechos dessas fontes serão comparados com as retomadas intertextuais presentes em *História do cerco de Lisboa*. No fechamento do capítulo, serão feitas algumas conclusões sobre a ficcionalização da tomada de Santarém conforme o romance de Saramago, a partir de alguns textos historiográficos. O capítulo será dividido em duas partes, a primeira enfocando o testemunho de Mogueime, o segundo centrado na apropriação das fontes historiográficas.

A análise do quarto capítulo, “Os cercos de Lisboa”, recairá sobre o cerco de Lisboa, conforme reconfigurado na narrativa saramaguiana e apresentado em textos historiográficos canônicos. A exemplo do que ocorre nos outros capítulos, a configuração romanesca será

apresentada em um primeiro momento, seguida pela citação dos eventos históricos apropriados intertextualmente no romance de acordo com seu relato nas fontes historiográficas. No caso deste capítulo, dividido em quatro itens, será enfocada primeiramente a representação dos cruzados, de acordo com o romance e com os textos historiográficos (*Carta de um cruzado inglês, Crónica de cinco reis de Portugal, Crónica de Dom Afonso Henriques e História de Portugal*), para, a seguir, serem tratados dos eventos referentes ao cerco e à conquista de Lisboa, nos mesmos termos.

Em “Mogueime e Ouroana”, quinto capítulo desta dissertação, o foco do estudo recairá sobre as personagens principais da história do cerco de Lisboa reescrita por Raimundo Silva: o soldado raso português Mogueime e a barregã galega Ouroana. A construção da personagem Mogueime será cotejada com sua contrapartida histórica, conforme dados levantados nos textos historiográficos apropriados na construção do romance de Saramago. A ficcionalização de Ouroana será cotejada com a lenda da princesa moura Fátima, apresentada na *Crónica da ordem de Cister*, de Frei Bernardo de Britto.

No sexto capítulo, “O Revisor e o Historiador”, serão discutidas as diferentes concepções de história presentes no romance *História do cerco de Lisboa* conforme suas manifestações no texto. Primeiramente será debatida a concepção de história do Historiador cuja versão da conquista de Lisboa aos mouros é refutada pelo revisor Raimundo Silva e suas repercussões na trama romancesca. A seguir, o projeto revisionista de Raimundo Silva será analisado e sua visão de história, diferente da manifesta pelo Historiador, será apresentada. As ressonâncias dessa concepção diferente acerca dos vestígios textuais do passado português na reconfiguração desse discurso em uma narrativa romanesca diferente serão também discutidas, tomando como base o que foi apresentado nos capítulos anteriores. Por último, as possíveis relações entre o romance histórico de Saramago e o momento vivido por Portugal no momento da escrita vão ser levantadas, tomando como base algumas comparações entre o Portugal de 1147 e o Portugal dos anos 1980 apresentadas no próprio romance.

1. Entre literatura e historiografia

Os historiadores, como escreveu Aristóteles, falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida.

Carlo Ginzburg

O romance *História do cerco de Lisboa* deixa explícita, desde o título, a sua relação com a escrita do passado. A reconfiguração literária dos eventos referentes ao cerco de Lisboa de 1147 empreendida na obra saramaguiana, assim como a problematização da escrita da história, tornam relevante uma apresentação sucinta das aproximações e distanciamentos entre a literatura e a historiografia. Definidos limites e pontes entre as duas áreas, cabe um olhar um pouco mais detido sobre o termo metaficção historiográfica e a possível leitura do texto de Saramago sob a ótica deste conceito.

1.1 As fronteiras entre literatura e história

Os limites entre literatura e história têm sido objeto de reflexão desde a Antiguidade Clássica, como é registrado na *Poética* aristotélica. Aristóteles traçou fronteiras bastante claras entre a literatura (referida em sua obra como *poesia*) e a história no que diz respeito à natureza do que é narrado, não necessariamente à estruturação em prosa ou em verso da fábula. Segundo Aristóteles:

[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. (ARISTÓTELES, 1993, p. 54)

No âmbito literário, o uso da história como tema por parte da ficção pode ser remontado pelo menos até a escrita da tragédia *Os Persas*, de Ésquilo, em 472 a.C. A matéria histórica da peça, a mais antiga cujo texto completo foi legado à posteridade (FIALHO, 2004, p. 211), consiste em eventos da Guerra de Salamina (480 a.C.) – na qual Ésquilo combateu como soldado. Entre as peças gregas clássicas, *Os Persas* é a única cujo tema é fundamentado

em fatos históricos contemporâneos do autor e não em histórias mitológicas, fator que torna mais evidente o componente historiográfico da trama ficcional. De acordo com Maria do Céu Fialho:

Para além do seu interesse estético-dramático, *Os Persas* de Ésquilo representam o testemunho vivo de uma época, filtrados os acontecimentos históricos pela elaboração poética de um dramaturgo que viveu na carne essa ameaça inimiga, e o que ela representou, e participou, com a força do seu braço e o risco da sua vida, na luta pela liberdade e sobrevivência da Hélade. (FIALHO, 2004, p. 210)

A experiência empírica do autor, subjacente à elaboração ficcional da tragédia, não torna entretanto sua obra um texto histórico: *Os Persas* tematiza a Batalha de Salamina sob a perspectiva do exército inimigo, comandado por Xerxes, vencido pelos gregos, liderados por Temístocles. A lógica, portanto, da fábula criada por Ésquilo é a da verossimilhança – ele narra fatos conforme imagina que eles podem ter acontecido.

A distinção fundamental entre a natureza dos eventos narrados por escritores ficcionistas e historiadores observada por Aristóteles não implica necessariamente uma diferenciação no que diz respeito à estrutura textual das narrativas ficcionais ou historiográficas. De fato, segundo Hayden White (2001, p. 137), “embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos”.

O historiador norte-americano afirma que, até o fim do século XVIII, a historiografia era vista, de maneira geral, como uma arte literária e, de maneira específica, como um ramo da retórica. Embora os teóricos oitocentistas reconhecessem uma distinção rígida entre “fato” e “fantasia” e admitissem a necessidade de os relatos históricos abordarem eventos reais e não fantasiosos, “em geral não viam na historiografia uma representação dos fatos não-desvirtuada por elementos de fantasia [...] e reconheciam a inevitabilidade de um recurso a técnicas ficcionais na *representação* de eventos reais no discurso historiográfico” (WHITE, 2001, p. 138). Nesse momento, a verdade era oposta ao erro e não à ficção, assim como não se postulava uma relação unívoca entre verdade e fato: “a verdade não era equiparada ao fato, mas a uma combinação do fato e da matriz conceitual dentro da qual ela era posta adequadamente no discurso.” (ibidem, p. 138)

A maneira de tratar as fronteiras entre literatura e história transformou-se a partir do início do século XIX – período de florescimento e consolidação tanto do romance enquanto gênero literário, quanto da historiografia enquanto disciplina autônoma. O romance, gênero

literário cuja ascensão remontaria a escritores do século XVIII como Defoe, Richardson e Fielding e que seria caracterizado por uma abordagem realista, inovadora e individualista da sociedade¹⁰, se consolidou como gênero literário da burguesia em uma sociedade marcada pela afirmação do capitalismo como o modo econômico dominante, retratando a trajetória de heróis individuais, cujos destinos casuais comovem os leitores¹¹. A historiografia se concretizou enquanto área do conhecimento mediante a identificação com o positivismo e o historicismo conservador, passando a se ocupar de grandes fatos políticos investigados com rigor científico e escritos com a pretensão de objetividade e neutralidade e renegando suas anteriores aproximações formais com a escrita ficcional – Giambattista Vico foi o primeiro filósofo a pensar a história enquanto uma ciência, em oposição às ciências matemáticas.

Georg Lukács abordou a constituição e a consolidação do romance moderno na *Teoria do Romance* (2007), recorrendo, para isso, às relações que o romance entretém com a epopeia. Lukács afirma que a epopeia e o romance diferem, principalmente, pelas condições histórico-filosóficas de sua produção. Enquanto a epopeia, característica do período helênico, é considerada um todo homogêneo cujo sentido está manifesto, em que o herói é representativo de uma coletividade e integra o mundo narrado de maneira harmoniosa (mundo este completo em si mesmo), o romance moderno é visto como um mundo fragmentado cujo sentido oculto é objeto da constante busca de um herói problemático e solitário, estando em uma relação descontínua com o universo narrado (LUKÁCS, 2007, p. 60).

A consolidação do romance observada no século XIX veio acompanhada do surgimento do romance histórico, gênero narrativo híbrido, nascido de um processo de combinação entre história e ficção, em que a história é utilizada como tema pela literatura. Esse gênero narrativo teve sua gênese no início do século XIX, no Romantismo, mediante a obra do escritor britânico Walter Scott, e também foi alvo de extensos estudos de Lukács em *O romance histórico*.

Walter Scott estabeleceu um esquema para o romance histórico que se tornou uma espécie de arquétipo para o gênero. Esse modelo obedece a três princípios: primeiro, a ação narrada no romance ocorre em um passado anterior ao tempo da narração, tendo como pano de fundo um ambiente minuciosamente reconstruído, com figuras históricas endossando o período recuperado; segundo, as personagens principais da narrativa são geralmente fictícias e

¹⁰ Cf. WATT, Ian P. *The rise of the novel: studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2001.

¹¹ Cf. Lukács, Georg. *Teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades, 2007.

atuam como representantes de uma classe; terceiro, estas personagens se envolvem em episódios amorosos, geralmente problemáticos com desenlaces trágicos (LUKÁCS, 2011, p. 46-84).

Em Portugal, o romance histórico romântico de moldes scottianos teve como maior expoente Alexandre Herculano. Os romances históricos deste escritor carregam traços arquetípicos da obra de Walter Scott, como a presença de protagonistas ficcionais e a construção de uma trama permeada pela descrição detalhada de lugares, roupas e demais características dos momentos históricos retratados.

Além de aspectos de ordem estrutural, é importante realçar o papel desses romances nos contextos social e literário portugueses do século XIX: segundo Maria de Fátima Marinho, o resgate de determinados elementos do passado foi necessário “para argumentar em favor de uma nacionalidade em perigo e de uma camada social que ainda não tivera tempo de assimilar os valores culturais legitimadores de uma identidade.” (MARINHO, 2008, p. 120) Dessa maneira, romances históricos de Herculano cujas tramas desenvolvem-se no século VIII, marcado pela invasão árabe da Península Ibérica, no ano de 1128, dias antes da batalha de São Mamede que marcou a definitiva ruptura entre Afonso Henriques e sua mãe, a rainha D. Teresa, e durante o reinado de João I, imediatamente após a batalha de Aljubarrota (respectivamente *Eurico, o presbítero, O bobo e O monge de cister*) desempenham um papel de instrução da burguesia acerca de eventos decisivos para a consolidação do estado e da identidade lusitanos. Os intelectuais oitocentistas, conforme Marinho, pretendiam estabelecer um elo entre a burguesia e a tradição histórica por meio desses romances, os quais eram concebidos com base em uma leitura ingênua das fontes históricas:

Os momentos-chave para a consolidação da nação conjugam-se com pormenores que destacam a topografia dos lugares, as vestes das personagens, consoante a sua classe social, crença religiosa ou nacionalidade, as manifestações culturais ou bélicas. Pretendiam os românticos reconstituir fielmente o passado, na mira de ensinar à nova burguesia emergente os valores ancestrais, criando-lhes laços com a tradição. Acreditavam então que bastava estudar os documentos antigos para se ter um conhecimento completo e irrecusável de outros tempos e que estes, uma vez estudados, eram imutáveis e completos. (MARINHO, 2008, p. 120)

É importante também ressaltar a relevância do resgate ficcional de tais eventos históricos tendo em mente o contexto de produção dos romances de Herculano, ou seja, o período posterior à fuga da corte portuguesa para o Brasil, à Revolução Liberal do Porto, à Guerra Civil Portuguesa e à extinção das ordens religiosas em Portugal. Em um momento posterior a ameaças à soberania portuguesa, representadas pela ausência da corte na

metrópole, e marcado por transformações sociais, políticas e econômicas, romances que exaltavam as origens do país e reclamavam aspectos de uma identidade cultural nacional acabaram por exercer um papel relevante na conformação do imaginário cultural dessa nova constituição da nação.

A ficcionalização da história empreendida por romancistas como Walter Scott em certa medida coincide com o paradigma historiográfico vigente no século XIX, quando foi observada uma mudança significativa nas relações entre literatura e história. Hayden White afirma que neste século tornou-se norma entre os historiadores fazer uma identificação absoluta entre verdade e fato, por um lado, e uma distinção radical entre verdade e ficção – chegando a ver a ficção como “um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la” (WHITE, 2001, p. 139). Nesse momento, a distinção aristotélica ganha força ao mesmo tempo em que a similaridade estrutural entre discurso histórico e discurso literário é negada:

E assim nasceu o sonho de um discurso histórico que consistisse tão-somente nas afirmações factualmente exatas sobre um domínio de eventos que eram (ou foram) observáveis em princípio, cujo arranjo na ordem de sua ocorrência original lhes permitisse determinar com clareza o seu verdadeiro sentido ou significação (WHITE, 2001, p. 139)

Ainda de acordo com o pensador norte-americano, o objetivo dos historiadores oitocentistas era desprover seu discurso de qualquer característica das escritas ficcionais, renunciar às técnicas de composição narrativa dos poetas ou dos oradores e abster-se dos “procedimentos intuitivos do criador de ficções na sua apreensão da realidade” (WHITE, 2001, p. 140). Frente a essa tão definitiva renúncia a quaisquer técnicas narrativas por parte dos escritores da história daquele período, parece relevante apresentar alguns aspectos referentes ao historicismo tradicional – paradigma criticado por White.

Conforme Peter Burke (1992), os seis aspectos principais do paradigma da história tradicional seriam: a história se refere a eventos políticos (p. 10-12); é constituída a partir da narração de acontecimentos (p. 12), vistos “de cima” (p. 12); baseia-se em documentos oficiais (p. 13); responde a questões individualizadas (p. 14); e deve ser ideologicamente neutra e objetiva (p. 15). Esse paradigma está inserido, de alguma maneira, em um panorama histórico balizado pela revolução industrial, capitalismo industrial e cientificismo.

Do que foi apresentado, depreende-se que a história era vista como algo intocável, uma “reliquia” perdida no tempo cujo resgate cabia ao historiador. O historiador, por sua vez,

era visto como um ser neutro, o qual não sofria qualquer influência ideológica ao compor seu relato. Em sua obra, o historiador trazia de volta o fato histórico, exatamente como acontecera, através de uma narrativa isenta. Estes fatos históricos relacionavam-se aos grandes feitos da humanidade e eram tratados de modo a ocultar a grande massa de pessoas comuns. Ora, nos romances históricos oitocentistas a história era mantida como “reliquia”, intocada, relegada a pano de fundo da ação propriamente dita, executada por personagens ficcionais. Da mesma maneira, as personalidades históricas presentes nos romances permaneciam inalteradas, sem ter grandes feitos fictícios atribuídos a si, sendo utilizadas apenas para conferir veracidade à ambientação do romance. Logo, história e ficção permaneciam rigidamente separadas mesmo em obras literárias que tematizassem eventos do passado, mantendo, e, em certo sentido, reproduzindo e consolidando as versões tradicionalmente conhecidas sobre os eventos e as pessoas importantes da história.

A partir do início do século XX, tanto os conceitos de romance, quanto os de historiografia passaram por modificações profundas. Enquanto, a partir das vanguardas literárias da década de 1920, o romance tornava-se progressivamente autorreflexivo, sem necessariamente preocupar-se com as relações de referencialidade que o marcaram durante o Romantismo e o Realismo-Naturalismo, a historiografia se libertava do positivismo com a *École des Annales*, que exortava uma maior ligação entre a historiografia e as demais áreas de conhecimento humano, especialmente as ciências humanas e sociais e, mesmo, as artes. A partir dos estudos empreendidos pelos integrantes da *École des Annales*, enfraquece-se a identificação unívoca entre fatos históricos e verdade.

Os movimentos vanguardistas europeus trabalharam em prol de inovações na forma e no conteúdo da arte. Lúcia Helena define o termo vanguarda da seguinte maneira:

[...] vem do francês *avant-garde* e significa o movimento artístico que “marcha na frente”, anunciando a criação de um novo tipo de arte. Esta denominação tem também uma significação militar (a tropa que marcha na dianteira para atacar primeiro), que bem demonstra o caráter combativo das “vanguardas”, dispostas a lutar agressivamente em prol da abertura de novos caminhos artísticos. (HELENA, 1993, p. 8)

Em nome dessa renovação da arte e a fim de outorgar ao discurso artístico maior especificidade, as vanguardas de certa forma isolaram o sistema artístico de suas ligações de referencialidade com o mundo exterior. Movimentos vanguardistas como o Futurismo decidiram romper totalmente com o passado, tentando construir a nova arte sobre uma tábula rasa. Como consequência disso, foram produzidas obras literárias autorreflexivas e

formalmente inovadoras. O fato de a arte ter se voltado sobre si mesma, ainda que não tenha privilegiado suas relações com a história, foi importante para a consolidação da literatura enquanto forma artística autônoma, que exige métodos de estudo específicos e demanda institucionalização.

A *École des Annales* foi um movimento da historiografia nascido em Paris, em 1929, com o objetivo de afastar a historiografia do primado positivista dominante no século XIX e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de estudo da história. O movimento, agrupado em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*, rejeitou a história dos acontecimentos (*histoire événementielle*) em prol de uma análise das estruturas subjacentes a esses acontecimentos: para os historiadores fundadores dos *Annales*, Lucien Lefebvre e Fernand Braudel, o acontecimento é apenas a ponta do iceberg (BURKE, 1992, p. 328). A abordagem da história, a partir dos *Annales*, passou a ser menos voltada aos acontecimentos políticos e mais aberta à análise das razões estruturais subjacentes a acontecimentos os mais diversos – relativos a fatores econômicos, sociais, culturais, demográficos. Apesar disso, a característica narrativa da história foi deixada de lado enquanto análises quantitativas foram privilegiadas. A abertura da história para outras áreas do conhecimento foi importante, ainda que, naquele momento, suas relações com a literatura não fossem muito exploradas.

Cabe ressaltar que os *Annales* tiveram maior influência a partir do enfraquecimento do Marxismo e da historiografia de viés marxista¹². A historiografia marxista, baseada no princípio do materialismo histórico, fundamenta-se na observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que cingem um determinado modo de produção. Isso significa dizer que a história está ligada ao mundo dos homens enquanto produtores de suas condições concretas de vida e, portanto, tem sua base fincada nas raízes do mundo material, organizado por todos aqueles que compõem a sociedade. Fundamentalmente, segundo síntese de Adam Schaff (1976), a visão marxista da história estabelece que a realidade social é mutável, que esta mudança é submetida a leis cujos reflexos são as leis dinâmicas da ciência histórica e que as mudanças conduzem a estados periódicos de equilíbrio relativo (p. 172).

¹² É preciso, no entanto, observar que, ainda que sejam correntes históricas distintas em muitos pontos, a *École des Annales* e o Marxismo compartilham de um paradigma comum – segundo Ciro Flamarion Cardoso (2011) ambas fazem parte do paradigma iluminista – e se assemelham em muitos aspectos. As principais aproximações entre o grupo dos *Annales* e a historiografia marxista podem ser conferidas em: CARDOSO, C. F. Introdução: história e paradigmas rivais. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 1-22.

De acordo com Ciro Flamarion Cardoso (2011, p. 4-5), a ambição do marxismo é a “reunião num único movimento do pensamento dos enfoques genético e estrutural das sociedades (...) trata-se de obter uma visão ao mesmo tempo holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento, à transformação) das sociedades humanas”. Essa visão holística e dinâmica da perspectiva historiográfica de viés marxista conforma-se em uma explicação evolucionista da história da humanidade que estuda as relações entre base e superestrutura pensando nas leis tendenciais da história, referentes à forma de se relacionar dos diferentes níveis do social, bem como das sociedades com a natureza (CARDOSO, 2011, p. 6).

A historiografia marxista ofereceu uma perspectiva importante para a compreensão do passado, demonstrando a importância das massas nos feitos históricos. Muito embora o marxismo tenha conseguido perceber as massas populares como integrantes ativos na construção da história, ainda que estivessem dominadas ou alienadas, seu viés em grande medida economicista deixou de analisar muitos aspectos da vida das sociedades ao longo da história – aspectos de ordem mais privada e pessoal, por exemplo.

Essa perspectiva economicista e as explicações evolucionistas do Marxismo – que não se sustentaram no contexto histórico posterior à Segunda Guerra Mundial – são algumas das fissuras na estrutura da historiografia marxista apontadas por perspectivas dos estudos históricos surgidas a partir da década de 1960 e que vieram a enfraquecer esta corrente historiográfica e retomar aspectos do grupo dos *Annales*. Como exemplos desse afastamento em relação ao paradigma marxista de historiografia podem ser citadas a história da vida privada, estudada por historiadores como Georges Duby e Philippe Ariès; a micro-história, consolidada por Edoardo Grendi e Giovanni Levi; a história da cultura e das mentalidades, que tem como um de seus expoentes Roger Chartier; a história das mulheres, enfoque assumido por Joan Scott; e, em suma, o movimento da Nova História, encabeçado Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Posteriormente, portanto, às vanguardas modernas, ao estabelecimento dos *Annales* e ao enfraquecimento do Marxismo, a articulação entre literatura e história atingiu um nível sem precedentes na cultura pós-moderna. Teóricos da cultura como Linda Hutcheon e historiadores como Hayden White passaram a rever o estatuto das duas áreas e, ao invés de separá-las, enfatizam suas aproximações. Outros historiadores importantes, como Paul Ricœur e Carlo Ginzburg, também se debruçam sobre a materialidade narrativa da historiografia. Foram esmiuçadas as possíveis configurações do tempo em narrativas historiográficas e

literárias, no caso do historiador francês, e os testemunhos involuntários em documentos oficiais passíveis de reconhecimento mediante uma investigação detida de pequenos índices latentes, no caso do estudioso italiano.

A partir da segunda metade do século XX, um processo de mudanças na história do pensamento e da técnica desenvolveu-se. Ao lado da aceleração avassaladora nas tecnologias de comunicação, de artes, de materiais e de genética, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições. Passaram a ser problematizados ideais da Modernidade como a crença na verdade, na razão e na linearidade histórica fadada ao progresso, na identidade unificada do homem, na nação. Esse tempo de incertezas foi batizado, por teóricos como Jean-François Lyotard, Fredric Jameson e Linda Hutcheon de Pós-Modernidade ou Pós-Modernismo, e uma metáfora amplamente utilizada na caracterização da ideologia desse novo tempo é a queda do Muro de Berlim, em 1989, marcando a crise e o declínio dos grandes sistemas político-ideológicos que haviam polarizado o mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Lyotard identifica o pós-moderno ao estado da cultura após as transformações que afetaram os jogos da ciência, da literatura e das artes (2011, p. xv). O autor situa essas transformações nos campos científico, artístico e literário em relação à crise dos metarrelatos, definidos como discursos de legitimação criados e exercidos sobre a ciência (ou a arte, ou a literatura) com a finalidade de justificar sua existência. As construções legitimadoras de todas as instituições são, como as da ciência, discursos criados pelos próprios praticantes dessa ciência, questão que lança dúvidas sobre a validade de tais instituições. Conforme Lyotard:

[...] legitimando o saber por um metarrelato, que implica uma filosofia da história, somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social: elas também devem ser legitimadas. A justiça relaciona-se assim com o grande relato, no mesmo grau que a verdade. (LYOTARD, 2011, p. xvi)

A incredulidade quanto aos metarrelatos é definida por Lyotard como pós-moderna, sendo também considerada um efeito do progresso das ciências. O autor considera essa incredulidade um passo importante para a mudança no estatuto da narrativa das ciências, as quais ficarão progressivamente mais ligadas a elementos narrativos, uma vez que a função da grande narrativa legitimadora perderá seus atores, sua grande trama, seus grandes perigos e objetivos. (LYOTARD, 2011, p. xvi)

Linda Hutcheon (1991) afirma que o Pós-modernismo é um fenômeno contraditório, “que usa e abusa, instala e depois subverte, os próprios conceitos que desafia” (p. 19), sem, no

entanto, rejeitá-los – o que diferencia, sensivelmente, o Pós-modernismo dos movimentos de vanguarda. O Pós-modernismo problematiza noções estabelecidas pelo humanismo liberal e pelo capitalismo recente (portanto, a ideologia dominante e as tendências econômicas atuais) como as de centro, de identidade, de originalidade e autoria e da separação entre o estético e o político:

Assim, deliberadamente contraditória, a cultura pós-moderna usa e abusa das convenções do discurso. Ela sabe que não pode escapar ao envolvimento com as tendências econômicas (capitalismo recente) e ideológicas (humanismo liberal) de seu tempo. Não há saída. Tudo que ela pode fazer é questionar a partir de dentro. Ela só pode problematizar aquilo que Barthes (1973) chamou de “dado” ou de “óbvio” em nossa cultura. A História, o eu individual, a relação da linguagem com seus referentes e dos textos com outros textos – essas são algumas das noções que, em diversos momentos, pareceram “naturais” ou pareceram, de maneira não problemática, fazer parte do senso comum. É para elas que se volta o questionamento. (HUTCHEON, 1991, p. 15-16)

Hutcheon afirma que a expressão do Pós-modernismo na literatura seria o gênero narrativo por ela chamado de metaficção historiográfica, no qual as fronteiras entre discurso literário e discurso histórico são intencionalmente fluidas e que é composto por obras ao mesmo tempo, intensamente autorreflexivas e que se apropriam de acontecimentos e personagens históricas, de maneira subversiva. O Pós-modernismo e a metaficção historiográfica problematizam e tematizam paradoxos estabelecidos quando acontece um enfrentamento entre a autonomia estética e a autorreflexividade modernistas, por um lado, e uma força contrária na forma de uma fundamentação no mundo histórico, social e político, por outro (HUTCHEON, 1991, p. 11). Os paradoxos, entretanto, não são colocados de maneira dialética na produção discursiva: eles permanecem sem soluções, coexistindo dentro dos relatos pós-modernos.

A fluidez das fronteiras entre discurso literário e discurso historiográfico na cultura pós-moderna pode ser exemplificada da seguinte forma:

O que a escrita pós-moderna da história e da literatura nos ensinou é que a ficção e a história são discursos, que ambas constituem sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado (‘aplicações da imaginação modeladora e organizadora’). Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes. (HUTCHEON, 1991, p. 122)

O que interessa a esta pesquisa é a aproximação entre literatura e história enquanto discursos que se interpenetram e condicionam. Ainda de acordo com Hutcheon:

Considera-se que as duas [história e ficção] obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas

formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. (HUTCHEON, 1991, p. 141)

Quando a estudiosa canadense conclui que o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que os transformam em fatos históricos e afirma que a história e a ficção são construtos linguísticos altamente convencionalizados, é possível afirmar que sua reflexão vai ao encontro da maneira com a qual Barthes conceitua o fato histórico:

Chega-se assim a esse paradoxo que pauta toda a pertinência do discurso histórico (com relação a outros tipos de discurso): o fato nunca tem mais que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a “cópia” pura e simples de uma outra existência, situada num campo extra-estrutural: o real. (BARTHES, 2004, p. 177)

As incertezas do Pós-modernismo não deixaram incólume a historiografia. Roger Chartier (2002) afirma que “tempo de incerteza”, “crise epistemológica” e “reviravolta crítica” foram diagnósticos constantes dados à história na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 60 (p. 81). Corroborando, em certa medida, os prognósticos da falência dos metarrelatos legitimadores de Lyotard, a historiografia questionava os primados da análise estruturalista iniciada pelos membros da *École des Annales*, por um lado, e sofria algumas repercussões da virada linguística (*linguistic turn*) que atingia em cheio as mais diversas áreas das ciências humanas.

Diversas correntes se estabeleceram dentro da historiografia, a partir dessas certezas abaladas. Os estudos históricos acerca de indivíduos marginalizados pelo registro oficial, como negros, mulheres, operários e camponeses, foram fortalecidos, sendo difundida uma mudança na perspectiva da narrativa histórica: ao invés de focar os acontecimentos “de cima”, ou seja, vendo os grandes homens e seus grandes feitos, passou-se a focar as vidas “de baixo”, observando os acontecimentos relativos às pessoas comuns de uma localidade comum.

O que mais parece ter abalado, entretanto, o discurso e o fazer da história foi a conscientização dos historiadores de que seu discurso, independente de sua forma, é sempre uma narrativa. (CHARTIER, 2002, p. 85) Na introdução à obra *O fio e os rastros*, Carlo Ginzburg relembra a época em que começou a “aprender o ofício” de historiador, na década de 1950, e assevera que havia pouca reflexão por parte dos historiadores acerca dos seus processos de escrita. De acordo com o historiador italiano, a situação começou a mudar a partir de meados dos anos 1960, quando “anunciou-se com grande clamor que os

historiadores escreviam” (GINZBURG, 2006, p. 8). De fato, data de 1961 um importante ensaio de Hayden White sobre a literariedade da história, intitulado “The burden of history”¹³.

Paul Ricœur produziu importante obra acerca da configuração narrativa do tempo tanto na historiografia, quanto na literatura, além de problematizar a escrita do passado. Em “A marca do passado”, Ricœur utiliza a metáfora da marca, *êikon*, para caracterizar as aporias da representação historiadora: a marca, como sua contrapartida historiográfica, o rastro, torna patente a presença de uma ausência, de um evento que ocorreu no passado e que pode ser apreendido de maneiras distintas. A fim de ilustrar as diferentes formas de compreensão da marca, o filósofo francês utiliza a imagem de uma marca de sinete impressa em um selo de cera – há a marca propriamente dita, o sinete, mas há também a presença ausente do ato de selar, perpetrado por uma pessoa em um tempo anterior, somente acessível pelo rastro materialmente deixado na cera. O conhecimento histórico teria, em alguma medida, retomado essa imagem, enquanto a escrita da história revolveria em torno da representação das condições e do momento em que a cera foi marcada pelo sinete. O filósofo questiona a possibilidade de representação do passado:

Toda a nossa moderna problemática da “representação” não faz mais do que repetir esta velha aporia do ícone. Representar é apresentar de novo? É a mesma coisa ainda outra vez? Ou é outra coisa que não uma reanimação do primeiro encontro? Uma reconstrução? Mas em que uma reconstrução se distingue de uma construção fantástica, fantasiosa, isto é, de uma ficção? Como a posição de real passado, de passado real, é preservada na reconstrução? (RICŒUR, 2012, p. 334)

Uma alteração na série seguida pela história documental “arquivo – documento – rastro; o arquivo direcionando-se ao documento e o documento ao rastro” (RICŒUR, 2012, p. 334), tradicionalmente praticada e bastante fortalecida a partir do século XIX, é a inclusão do testemunho. O testemunho, sem pretensões de resolver o enigma dos rastros, é um elemento de transição entre a memória individual e a história que “introduz uma dimensão de uso linguístico ausente na metáfora da marca, a saber, a fala do testemunho que relata o que viu e pede para que se acredite nele.” (ibidem, p. 334). A seguir, o filósofo retoma o conceito de representância (*représentance*) que utilizou, em *Tempo e narrativa*, para caracterizar a refiguração do passado pela narrativa; para Ricœur (2012, p. 336), a representância “exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado.”

Perseguir rastros deixados pelo passado lembra, em alguma medida, o paradigma indiciário postulado por Carlo Ginzburg em ensaios de *Mitos, emblemas, sinais* (2009),

¹³ Traduzido como “O fardo da história” e publicado no Brasil em: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

especificamente em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”¹⁴. Neste texto, o historiador italiano identifica o estabelecimento do paradigma indiciário como método científico de pensar a realidade com o século XIX e estuda três casos em que os princípios desse paradigma são utilizados: no método de atribuição de autorias de obras de arte criado por Giovanni Morelli, na maneira de solucionar crimes de Sherlock Holmes e na psicanálise de Sigmund Freud. Esses três casos têm em comum “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 2009, p. 149). O foco recai sobre dados involuntários, pistas deixadas sem intenções, e que, lidos com atenção, poderiam revelar informações inesperadas sobre a realidade.

Este paradigma é aproximado, então, das técnicas de caçadores para descrever um animal que jamais haviam visto, apenas com base em pistas deixadas por ele – o saber venatório – e dos textos divinatórios mesopotâmicos, ressaltando que ambos “pressupõem o minucioso conhecimento de uma realidade talvez ínfima, para descobrir pistas de eventos não diretamente experimentáveis pelo observador” (GINZBURG, 2009, p. 152-153). O gancho deste método com a história documental e as novas apreciações teóricas acerca da escrita do passado parece bastante evidente: o historiador teria de focalizar sinais, indícios involuntários presentes nos documentos, a fim de tentar compreender ao menos uma parte da realidade ínfima à qual ele não tem acesso imediato.

A impossibilidade de acesso ao passado senão mediante seus vestígios textualizados parece tornada ponto pacífico por diferentes correntes da historiografia posteriores à década de 1960 e consolidadas a partir dos anos 1980. Apesar disso, entre os historiadores ainda parece resistir a ideia de que, embora a história seja uma narrativa na qual o posicionamento ideológico do historiador sempre desempenha algum papel, e que essa narrativa se debruce sobre eventos do passado apenas disponíveis mediante outros textos, a história tenha algum liame com eventos que entretenham alguma relação com o “real” extratextual. Nos termos de Ginzburg, a história não pode prescindir de suas provas, por mais que tenha sido identificada muito mais com a retórica ao longo das últimas décadas. O italiano tenta demonstrar, nos ensaios de *Relações de força*, que a natureza retórica da história não exclui a necessidade de prova, que no passado era vista como elemento constitutivo da retórica e que as evidências, esquecidas por algumas correntes de historiografia atuais, implicam uma concepção da

¹⁴ A primeira publicação deste ensaio data de 1979. Os demais ensaios da obra foram originalmente publicados entre 1961 e 1984 (GINZBURG, 2009, p. 7)

maneira de proceder dos historiadores mais realista e complexa (GINZBURG, 2002, p. 13). Deixar de lado a prova poderia redundar em um relativismo histórico tão extremado que negasse o acontecimento de eventos históricos conhecidos e documentados – especialmente situações-limite virtualmente sem precedentes na história, como o extermínio de judeus perpetrado pelo regime nazista na Segunda Guerra Mundial.

De fato, quando se têm em mente acontecimentos traumáticos como o Holocausto ou *Shoah*, a discussão acerca da impossibilidade de recuperação do passado, de aspectos literários na construção dos relatos historiográficos e de outras características referentes ao método historiográfico parece pouco efetiva. Os limites do método historiográfico precisam ser esgarçados a fim de que seja possível historizar eventos-limites, traumáticos, como a Solução Final. O historiador norte-americano Dominick LaCapra, em obras como *Representar el Holocausto* (2008), alia aspectos da teoria psicanalítica às tentativas de conceber, elaborar e representar historicamente o Holocausto. LaCapra afirma que o caráter traumático deste evento histórico ímpar e as dificuldades de representação que ele impõe aos historiadores enfatiza algumas limitações das maneiras tradicionais de escrita da história, por um lado, e o papel desempenhado pelo silêncio em casos como esses:

No creo que las técnicas convencionales, que en ciertos aspectos son necesarias, sean nunca suficientes y en cierta medida el estudio del Holocausto puede ayudarnos a reconsiderar las exigencias de la historiografía en general. Las técnicas convencionales son particularmente inadecuadas en relación a acontecimientos que son realmente límites. Al ocuparnos de ellos, el lenguaje puede no ser útil y la forma más apropiada de representación puede resultar minimalista. [...] aquí, el silencio no es equivalente a un simple mutismo y el modo en que fracase el lenguaje es en sí un proceso signifiante e incluso revelador. (LACAPRA, 2008, p. 63)

Diante do trauma referente à *Shoah*, a linguagem falha. No entanto, para que os eventos traumáticos possam ser superados, é preciso que sejam elaborados e representados: é preciso falar sobre a *Shoah*. Na Introdução à obra *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la solución final* (2007), o historiador israelita Saul Friedländer levanta duas dúvidas difíceis de sanar quando se estudam os crimes contra a humanidade perpetrados pelos nazistas sob perspectivas historiográficas: “¿Se puede discutir teóricamente sobre el exterminio de los judíos en Europa? ¿No es inaceptable que se debatan de manera formal y abstracta las cuestiones referidas a esta catástrofe?” (FRIEDLÄNDER, 2007, p. 21-22). Sobre um dos problemas acerca da representação histórica do Holocausto, o historiador israelita afirma:

El exterminio de los judíos de Europa es tan accesible a la representación y la interpretación como cualquier outro suceso histórico. Sólo que en este caso tratamos

con un hecho que pone a prueba nuestras tradicionales categorías de conceptualización y representación: un “suceso límite”. (FRIEDLÄNDER, 2007, p. 23)

O Holocausto põe em xeque, portanto, as próprias categorias de representação. Apesar, no entanto, das dificuldades subjacentes à elaboração de tema tão difícil, Friedländer (2007, p. 22) reafirma a necessidade de realizar essas discussões teóricas uma vez que o fato de historizar o nazismo e suas políticas de estado em relação ao povo judeu guarda relações diretas com a forma com que a cultura contemporânea remodela a imagem do passado. É necessário contar essa história, por mais brutal que seja, para tentar modelá-la e salvá-la de um silenciamento absoluto e do esquecimento e, mesmo, da negação de seu acontecimento – como acontece em uma corrente da historiografia denominada Negacionismo¹⁵.

Nos anos 1980, diferentes correntes historiográficas envolveram-se em alguns debates importantes para a consolidação de maneiras de compreender o fazer da história. É o caso da *Historikerstreit*¹⁶, iniciada em 1986, e da polêmica entre Hayden White e Carlo Ginzburg, que também data desse ano. No caso da *Historikerstreit*, os debates começaram em 1986 com a publicação do artigo “Vergangenheit, die nicht vergehen will¹⁷” do historiador Ernst Nolte. A polêmica se tornou mais conhecida devido às respostas ao artigo, “Eine Art Schadensabwicklung. Die apologetischen Tendenzen der deutschen Zeitgeschichtsschreibung¹⁸” e “Vom öffentlichen Gebrauch der Historie¹⁹”, publicadas por Jürgen Habermas no mesmo ano. Um dos focos principais dessa polêmica se refere à compreensão do extermínio dos judeus europeus planejado e perpetrado pelo regime nazista como um evento único na história, sem par e sem comparação, ou como um acontecimento comparável a outros crimes, como as perseguições e os assassinatos cometidos na União Soviética e em outros países comunistas. LaCapra apresenta uma solução para essa disputa nos seguintes termos:

En relación a lo que vengo planteado, existe un sentido en el que los “crímenes nazis” son a la vez únicos y comparables. Son únicos no sólo porque afectan a las personas de un modo diferenciado en la medida en que mantienen una relación “vívida” específica con ellas y ocupan diferentes posiciones subjetivas. Son únicos por ser tan extremos que parecen inclasificables y nos amenazan o nos tientan con permanecer en silencio. Pero podrá comparárselos con otros acontecimientos en la

¹⁵ Os negacionistas do Holocausto não aceitam o termo "negacionismo" como uma descrição apropriada de sua perspectiva: eles preferem utilizar-se do termo "revisãoismo". Seus críticos, entretanto, usam o termo "negacionismo" para diferenciar os negacionistas do Holocausto dos revisionistas históricos em geral.

¹⁶ *Historikerstreit* é um termo em alemão que pode ser traduzido como “disputa” ou “controvérsia” de historiadores.

¹⁷ “O passado que não passará” (tradução minha).

¹⁸ “Um tipo de liquidação de danos: as tendências apologeticas da historiografia alemã” (tradução minha).

¹⁹ “Acerca do uso público da história” (tradução minha).

medida en que hacerlo es esencial a todo intento de comprensión. El problema es saber el modo en que tiene lugar este proceso de comparación y la función que cumple. (LACAPRA, 2008, p. 63-64)

A polêmica entre Ginzburg e White foi inspirada pelo ensaio “The politics of historical interpretation”, presente na obra do historiador norte-americano intitulada *The content of the form*. Nesse ensaio, Hayden White trata da política da interpretação da história enquanto prática vista como desprovida de implicações políticas:

The politics of interpretation [...] arises in those interpretative practices that are most remote from overtly political concerns, practices carried out under the aegis of a purely disinterested search of the truth and inquiry into the natures of things that appear to have no political relevance at all. (WHITE, 1987, 58)

Em determinado ponto do texto, o pensador norte-americano refere-se a diferentes concepções de história e admite que a perspectiva por ele defendida em certa medida se identificaria com perspectivas fascistas. White, então, faz a seguinte afirmação:

[...] we must guard against a sentimentalism that would lead us to write off such a conception of history simply because it has been associated with fascist ideologies. One must face the fact that when it comes to apprehending the historical record, there are no grounds to be found in the historical record itself to preferring one way of constructing its meaning over another. (WHITE, 1987, p. 74-75)

Este trecho é retomado por Carlo Ginzburg no ensaio *Sólo um testigo*. O historiador italiano, com base neste e em outros trabalhos de White, compreende que a chave para a aceitação de um relato historiográfico por White reside em sua efetividade enquanto discurso. Isso pressuporia, então, uma maior importância para a maneira como o relato é articulado do que para a matéria histórica por ele narrada, e essa pressuposição seria perigosa por tornar possível, em última análise, autorizar relatos de historiadores negacionistas como Robert Faurisson. Apontando contradições no discurso de White, Ginzburg tenta desmontar a atitude cética do norte-americano afirmando ser insustentável histórica e logicamente que o ceticismo e o relativismo sejam as bases epistemológicas e morais da tolerância (GINZBURG, 2007, p. 152). Além disso, o historiador italiano alerta para a dimensão ética colocada pelo Holocausto em relação à escrita da história, que abriria o leque de documentos viáveis para a historização de um evento um testemunho único.

Diante da necessidade ética, portanto, de narrar a história, mesmo que pareça inenarrável, portanto, historiadores como Carlo Ginzburg defendem a especificidade da historiografia em resposta a historiadores identificados com as teorias pós-modernas. Profundamente influenciados por filósofos em alguma medida ligados à Virada Linguística – como, por exemplo, Roland Barthes e Michel Foucault –, esses teóricos da história priorizam

a análise das estratégias narrativas de urdidura do enredo das obras históricas. O principal expoente dessa maneira de encarar a escrita do passado é Hayden White.

White tem enfatizado o status eminentemente narrativo da escrita da história e as ligações estabelecidas entre a narrativa historiográfica e a ficcional, principalmente no que diz respeito ao papel do historiador na escritura e das estruturas prototípicas de urdidura do enredo. Como já foi apresentado, o historiador norte-americano almeja apreender a estrutura profunda da imaginação histórica, que se traduz na criação de uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Na construção desse discurso narrativo, “os acontecimentos históricos são de valor neutro” (WHITE, 2001, p. 101), sendo seu sentido definido pelo historiador de acordo com a interpretação que ele faz desses acontecimentos, por um lado, e do entendimento que ele deseja suscitar nos leitores, por outro.

Levando as ideias de White até as últimas consequências, parece possível inferir que não há diferenças significativas entre uma narrativa historiográfica e uma narrativa ficcional. De fato, White reafirma a opacidade das obras historiográficas, refutando uma idealizada transparência entre fato e narrativa deste fato almejada por historiadores positivistas. Nesse sentido, o historiador compara o estudo de um historiador ao estudo de um crítico literário, abolindo, por extrapolação lógica, de maneira explícita diferenças formais entre as duas áreas:

Os documentos históricos não são menos opacos do que os textos estudados pelo crítico literário. Tampouco é mais acessível o mundo figurado por esses documentos. Um não é mais “dado” do que o outro. De fato, a opacidade do mundo figurada nos documentos históricos é, se é lícito falar de opacidade, aumentada pela produção das narrativas históricas. (WHITE, 2001, p. 106)

O posicionamento assumido por Hayden White, entretanto, é visto como radical dentro de correntes historiográficas atuais. Ele parece implicar certa descaracterização da história como disciplina autônoma quando a equipara à literatura, o que naturalmente evoca críticas e dissonâncias. Apesar disso, a ênfase conferida a aspectos de urdidura do enredo historiográfico demonstra bem o esgarçamento das fronteiras entre discurso literário e discurso histórico tematizado pelos teóricos pós-modernos da história, em consonância também com o que é observado por Linda Hutcheon em relação à produção literária deste período.

1.2 Metaficção historiográfica

Considerando o que foi exposto acerca da aproximação entre o discurso histórico e o discurso literário no Pós-modernismo, é possível afirmar que as fronteiras entre exposição de fato e ficção estão muito fluidas. O entrecruzamento é profundo porque literatura e história são concebidas como formas discursivas estruturalmente similares, diferentemente do que é observado nos romances históricos tradicionais oitocentistas, nos quais a literatura utilizava a história como pano de fundo, e nas narrativas históricas que recorrem à literatura meramente como fonte documental. A forma narrativa que traduz de maneira mais completa essa inter-relação entre discursos é a metaficção historiográfica, termo cunhado por Hutcheon para referir-se a um certo tipo de romances híbridos de história e ficção, autorreferenciais e preocupados com a história.

A fim de tornar mais evidentes as diferenças entre romance histórico tradicional – ou clássico, segundo a nomenclatura de Lukács (2011) – e metaficção historiográfica, é interessante lembrar brevemente o arquétipo lukacsiano, contrastando-o com a prática da metaficção historiográfica, bem como apresentando mais conceitos desta prática. Após esta breve revisão teórica, serão apresentadas evidências que apontam para a inserção de *História do cerco de Lisboa* no âmbito das metaficções historiográficas, bem como problematizadas a contribuição dessa obra para a discussão das aproximações entre discurso literário e discurso historiográfico.

Lukács acreditava que o processo histórico poderia ser encenado, dentro do romance histórico, mediante a apresentação de um microcosmo generalizador e concentrado. Devido a essa generalização e concentração do processo histórico, os heróis romanescos deveriam ser pessoas comuns, “heróis medianos” (LUKÁCS, 2011, p. 51), que serviam como tipos de sua classe. As personagens históricas, quando introduzidas no romance, aparecem em papéis secundários, servindo apenas para legitimar a narrativa, e são descritas como prontas e acabadas, sem nunca ficar explícito “como surge essa personalidade historicamente significativa” (LUKÁCS, 2011, p. 55). Por fim, os detalhes não são vistos como muito relevantes na construção do romance histórico, sendo considerados pelo autor um simples meio de obter a veracidade histórica – mesma função desempenhada pelas personagens históricas inseridas em tais romances.

A metaficção historiográfica põe em xeque todas essas características do romance histórico tradicional. No lugar dos heróis medianos, Hutcheon (1991) apresenta as personagens ex-cêntricas, marginalizadas, as figuras periféricas como personagens das

metaficções historiográficas (p. 151). No que diz respeito às personagens históricas, a metaficção historiográfica faz uma representação detalhada de suas personalidades, conferindo-lhes uma caracterização diversa da que é tradicionalmente reproduzida pela história oficial a fim de conscientizar os leitores da “necessidade de questionar as versões admitidas da história” (p. 152). Ao invés de serem utilizados apenas para conferir um pano de fundo historicamente verossímil, os detalhes assumem maior relevância nessas novas narrativas de extração histórica, a qual “se aproveita das verdades e das mentiras do discurso histórico”, deliberadamente falsificando detalhes históricos conhecidos para enfatizar “as falhas mnemônicas da história registrada e o constante potencial para o erro proposital ou inadvertido” (p. 152). Hutcheon assevera: “Ao problematizar quase tudo o que o romance histórico antes tomava como certo, a metaficção historiográfica desestabiliza as noções admitidas de história e ficção.” (p. 159)

A metaficção historiográfica, então, busca revisitar o passado histórico de determinado país, cultura, povo. Essa revisitação, entretanto, nada tem de nostalgia sentimental, de saudosismo ou de glorificação. Essa prática ficcional, como o Pós-modernismo de que é manifestação, não tem a intenção de encontrar “um sentido atemporal transcendente, mas sim uma reavaliação e um diálogo com relação ao passado à luz do presente” (HUTCHEON, 1991, p. 39). Para Hutcheon, o Pós-modernismo não silencia o passado, negando sua existência (como foi feito pelo Modernismo), mas questiona se jamais será possível conhecer o passado a não ser mediante seus restos textualizados. Além de colocar o passado e a história sob suspeita, a ficção pós-moderna igualmente questiona a possibilidade de originalidade da literatura:

A interação do historiográfico com o metaficcional coloca igualmente em evidência a rejeição das pretensões de representação “autêntica” e cópia “inautêntica”, e o próprio sentido da originalidade artística é contestado com tanto vigor quanto a transparência da referencialidade histórica. (HUTCHEON, 1991, p. 147)

O questionamento apresentado pelo Pós-modernismo, cuja natureza é contraditória, atinge em cheio conceitos unitários tradicionais em relação ao humanismo liberal, como o de identidade e de centro. O paradigma do homem, branco, europeu, heterossexual, cristão, de classe média é problematizado e retratado, ainda que com certa atração, de maneira dessacralizadora. O que não está dentro desse paradigma liberal, qualquer característica alheia a ele, marginalizada, é retratada: no Pós-modernismo, dá-se a voz às mulheres, aos negros, aos homossexuais, aos pobres, às populações de outros continentes, aos praticantes de religiões não-cristãs. Esse aparecimento de personagens ex-cêntricas nos romances e na arte

pós-modernos não tenta, entretanto, dar a tais categorias marginalizadas uma condição central, uma vez que a própria noção de centro é vista de maneira dúbia:

O pós-modernismo não leva o marginal para o centro. Menos do que inverter a valorização dos centros para a das periferias e das fronteiras, ele *utiliza* esse posicionamento duplo paradoxal para criticar o interior a partir do exterior e do próprio interior. (HUTCHEON, 1991, p. 98)

Segundo Hutcheon, a maneira através da qual a metaficção historiográfica opera a subversão das formas discursivas a partir dessas próprias formas é a paródia. A autora ressalta que, quando emprega o termo paródia, não está se referindo às imitações ridicularizadoras que ordinariamente são atribuídas a tal termo. De acordo com Hutcheon, a paródia é redefinida em termos de “uma repetição com distância crítica que permite a indicação irônica da diferença no próprio âmago da semelhança” (HUTCHEON, 1991, p. 47), representando não só a mudança, mas também a continuidade cultural. A autora ainda afirma que a paródia é uma das maneiras de estabelecer o vínculo entre a arte e o mundo (p. 57) e parece oferecer, em relação ao presente e ao passado:

[...] uma perspectiva que permite ao artista falar *para* um discurso e partir de *dentro* desse discurso, mas sem ser totalmente recuperado por ele. Por esse motivo, a paródia parece ter se tornado a categoria daquilo que chamei de “ex-cêntrico”, daqueles que são marginalizados por uma ideologia dominante. (HUTCHEON, 1991, p. 58)

História do cerco de Lisboa apresenta, em sua composição, muitas características consonantes com a teoria de Linda Hutcheon. Posterior temporalmente à maioria das obras citadas pela canadense como exemplos dessa ficção pós-moderna²⁰, a obra de Saramago tem como cerne a problematização do passado lusitano. Raimundo Silva, revisor de ofício, reconta eventos importantes para a consolidação da nação portuguesa, e sua relação com o passado não é nem perto de saudosista ou idealizada:

[...] se é verdade que há alguma ganância no nosso espírito, pensai também que é acto de justiça pagar o igual com o igual, e que este país em princípio de vida só começará mal se não começar justo, lembrai-vos, senhor, do que já os nossos avós disseram, que quem torto nasce tarde ou nunca se endireita, não queirais que torto nasça Portugal, não o queirais, senhor. (SARAMAGO, 2010, p. 342)

Este excerto, retirado da conversa entre Mogueime e Afonso Henriques quando os soldados lusitanos estavam em greve e reivindicavam tratamento igual ao dos cruzados no momento do saque, ilustra a relação com o passado estabelecida no romance. De maneira

²⁰ As obras mais citadas por Linda Hutcheon para exemplificar o gênero metaficção historiográfica são *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, *A mulher do tenente francês*, de John Fowles, *Ragtime*, de E. L. Doctorow, *Vergonha*, de Salman Rushdie, e *Foe*, de J. M. Coetzee. Esses livros foram publicados, respectivamente, em 1967, 1969, 1975, 1983 e 1986.

irônica, o momento fundacional de Portugal é posto em relação com o presente do país: injustiças daquele momento histórico podem ser entendidas como causadoras de desigualdades na atualidade. Considerando que essa greve, cujo desenlace é positivo para os soldados, é um dos elementos ficcionais da refiguração histórica empreendida por Raimundo Silva, parece possível afirmar que essa cena permite uma releitura da “realidade” portuguesa.

O cerco alternativo, em que poucos cruzados oferecem ajuda a Afonso Henriques para tomar Lisboa aos árabes e no qual soldados portugueses interrompem seu trabalho a fim de reivindicar tratamento simétrico ao recebido pelos estrangeiros, foi possível somente no romance saramaguiano. O pedido de Mogueime e sua eventual repercussão na constituição daquele momento fundacional de Portugal enquanto reino independente – um reino que não nasceria “torto”, por conceder tratamento igual a quem desempenhou funções semelhantes – só poderia acontecer na ficção criada por Raimundo Silva. Dessa maneira, a leitura da realidade portuguesa sugerida no excerto citado é de um país que teria começado já em bases injustas e, uma vez estabelecido dessa maneira, já seria improvável consertá-lo. Este trecho, exemplar da maneira como o passado é reconfigurado em *História do cerco de Lisboa*, se coaduna com o que é observado por Linda Hutcheon em seu estudo das metaficções historiográficas – para ela, “a ficção pós-moderna sugere que reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história é [...] revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (HUTCHEON, 1991, p. 147)

Outro elemento de *História do cerco de Lisboa* que coincide com a teorização de Linda Hutcheon é ênfase a personagens ex-cêntricas, por um lado, e a desmitificação de personalidades históricas importantes, por outro. Os protagonistas do romance saramaguiano são Raimundo Silva, um revisor de textos que vive uma vida anódina, e Mogueime, um soldado raso cuja única característica digna de realce é a desinibição verbal, além da camponesa tornada barregã Ouroana. Na re-escritura do cerco lisboeta, o revisor de textos nega a tradição histórica glorificadora do primeiro rei português; ao contrário, Raimundo Silva reiteradamente aponta para a incapacidade do rei tão jovem de uma nação tão recente de realizar feitos como alguns descritos por obras historiográficas. Uma caracterização de Afonso Henriques merece destaque por seu tom dessacralizador:

Vamos ver o rei, vamos ver o rei, e o rei é este homem barbado, cheirando a suor, de armas sujas, e os cavalos não passam de azêmolas peludas, sem raça, que à batalha vão mais para morrer do que para volteios de alta escola, porém, apesar de tudo ser afinal tão pouco, não se deve perder a oportunidade, porque um rei que vem e que vai nunca se sabe se volta. (SARAMAGO, 2010, p. 137-138)

Ao invés de descrever o rei como um homem alto, de caracterizar a composição de seu exército como gloriosa e de enfatizar o caráter divino desse Afonso Henriques – como fez a tradição histórica lusitana –, o revisor traz como expressões adjetivas referentes a Afonso I os termos “barbado” e “cheirando a suor”. O revisor também concede ao exército português “armas sujas” e cavalos que mais morrem nas guerras do que qualquer outra coisa. Aqui, parece manifesto o posicionamento desmitificador da narrativa saramaguiana.

Além dos elementos apontados, uma característica bastante importante de *História do cerco de Lisboa* que aproxima o romance da ficção pós-moderna pesquisada por Linda Hutcheon é a metaficcionalidade. A canadense considera a autoconsciência narrativa um elemento tão importante da metaficção historiográfica que justifica sua inserção na taxonomia de maneiras de narrar o passado estabelecida por Umberto Eco com base nessa autorreflexividade:

Umberto Eco afirmou que existem três maneiras de narrar o passado: a fábula, a estória heroica e o romance histórico. E acrescentou que a sua intenção fora escrever este último em *O nome da rosa*. Os romances históricos, acha ele, “não só identificavam no passado causas para o que veio depois, mas também investigam o processo pelo qual, lentamente, essas causas começaram a produzir seus efeitos”. É por isso que se faz com que os personagens medievais, como os de John Banville em *Doctor Copernicus*, falem como Wittgenstein, por exemplo. No entanto, eu acrescentaria que esse recurso indica uma quarta maneira de narrar o passado: a metaficção historiografia – e não a ficção histórica –, com sua intensa autoconsciência em relação à maneira como tudo isso é realizado. (HUTCHEON, 1991, p. 150)

Esse elemento parece tão importante na construção do romance, que está explícito em dois espelhamentos: primeiramente, na representação dos desafios da escrita do revisor; depois, na apresentação dos mecanismos de inclusão e de exclusão de eventos na narrativa historiográfica de Frei Rogeiro, dentro da escrita de Raimundo Silva.

A metaficcionalidade dupla observada no romance de Saramago mira simultaneamente os processos de escrita da ficção e da história, realçando ainda mais o estatuto discursivo das duas áreas. No caso de Raimundo Silva e das menções ao seu processo de escrita, parecem evidentes preocupações de ordem ficcional – como a escolha de personagens e a estruturação de um enredo amoroso no século XII. A visão do narrador se detém nos problemas enfrentados pelo revisor desde suas primeiras tentativas de iniciar a nova história do cerco:

Colocou outra folha de papel, mas não para escrever nela, porquanto a dispôs rigorosamente de modo a ficarem paralelos os seus quatro lados com os quatro lados da secretária, teria de torcer o corpo todo, o que ele quer é algo a que possa perguntar, Que vou eu escrever, e depois esperar uma resposta, esperar até se lhe

confundirem os olhos e não ver mais a branca, estéril superfície, mas uma confusão de palavras surdindo da profundidade como corpos afogados que logo tornam a afundar-se, não tinham visto bastante do mundo, vieram só para isso, não voltam mais. (SARAMAGO, 2010, p. 122-123)

A dificuldade de ordenamento do pensamento de Raimundo Silva aqui fica explícita: de folha em branco em folha em branco, a pergunta “Que vou eu escrever” só vai começar a ter respostas depois de bastante angústia criadora por parte do revisor. No caso do historiador inserido na nova história de Raimundo Silva, Frei Rogeiro, as dificuldades são de ordem externa. Primeiramente, a atividade de escrever no século XII é apresentada com algum detalhamento, o que deixa entrever certos problemas já para desempenhar a função de escriba:

Avisara-o o bispo do Porto de que estivesse pronto para escrever, o que significa que veio Roger ou Rogeiro de cronista, como agora se evidencia ao sacar ele dos alforjes os materiais de escrita, só os estiletes e as tabuinhas, já que com o menear da mula se derramaria a tinta e esparramaria a letra, tudo isto, já se sabe, são suposições de um narrador preocupado com a verosimilhança, mais do que com a verdade, que tem por inalcançável. (SARAMAGO, 2010, p. 198)

Além das dificuldades inerentes ao ato de escrever em 1147, mais impedimentos para a redação historiográfica de Rogeiro são apresentados. O primeiro se refere à interferência de um prelado português durante a transcrição do ultimato aos mouros: “Frei Rogeiro, não fareis constância do que disse esse mouro, foram palavras lançadas ao vento e nós já não estávamos aqui” (SARAMAGO, 2010, p. 207).

O segundo tem a ver com a prudência do escrivão cruzado em relação ao julgamento que dele poderia fazer seu destinatário, Osberno, o que o impele a retirar da versão definitiva de sua carta as referências à barregã Ouroana: “notou Frei Rogeiro, embora de tal não viesse a fazer menção na redacção definitiva, uma minuciosa descrição da chegada do cavaleiro Henrique ao arraial da Porta de Ferro” (SARAMAGO, 2010, p. 308).

Tendo em mente a caracterização do gênero metaficção historiográfica e os elementos de *História do cerco de Lisboa* que parecem apontar para a possível inserção do romance entre essas ficções pós-modernas, cabe ressaltar um aspecto da refiguração do passado empreendida na obra de Saramago. Embora parta de uma negativa radical do discurso da história portuguesa tradicional, a nova história escrita pelo revisor de textos não nega nem altera sensivelmente o passado português conhecido. Os cruzados se negam a ajudar Afonso Henriques, em uma inversão da história canônica, mas alguns estrangeiros permanecem devido às evidências encontradas em fontes documentais sobre seus sucessos posteriores à conquista em terras de Afonso Henriques, em uma corroboração da história tradicional. A reconfiguração ficcional da história portuguesa, portanto, mantém “as englobantes traves

mestras da História” (ARNAUT, 2002, p. 331) – o auxílio dos cruzados ao rei Afonso Henriques para a conquista de Lisboa – depois de as renegar por completo.

Apesar disso, o caminho percorrido por Raimundo Silva em sua revisão do passado português ilumina pontos obscuros da história, concedendo alguma visibilidade aos mouros, tomando como personagens principais personalidades históricas sem relevo nas histórias tradicionais e tentando reconstruir características do cerco e da cidade de Lisboa de 1147 com base em pistas – presentes tanto em documentos, quanto na própria cidade:

Raimundo Silva acaba por encarnar [...] a figura do detective. Tal como este, também Raimundo Silva protagoniza uma procura re-constitutiva: consulta e compara pistas, que agora são fontes documentais diversas; reconstitui, mental e fisicamente, trajectos dos intervenientes; ou expõe os passos da investigação (desta feita histórica) que o ocupa [...]. (ARNAUT, 2002, p. 331-332)

A atitude, ressaltada por Ana Paula Arnaut, de tentar encontrar indícios e segui-los a fim de construir uma visão, ainda que fragmentada, do passado, parece reverberar o indiciarismo de Ginzburg. Como fazem Giovanni Morelli, Sherlock Holmes e Sigmund Freud, também Raimundo Silva baseia sua reconstrução do passado em testemunhos involuntários de documentos e da cidade que ele lê como se fosse um livro, ecoando “a tradicional comparação medieval entre mundo e livro [que] funda-se na evidência, na legibilidade imediata de ambos” (GINZBURG, 2009, p. 158).

A construção discursiva realizada pelo revisor de textos, afinal, relembra a distinção aristotélica entre literatura e história. Raimundo Silva toma a matéria histórica para reelaborá-la conforme o que poderia ter sido, não necessariamente o que foi. Se o passado “real”, de alguma maneira, ainda interfere nas suas escolhas narrativas e condiciona o resultado final do cerco reescrito, a explicitação dos processos de escritura demonstram profundos questionamentos em relação ao passado lusitano cuja relevância não pode ser minimizada pela final confluência entre a história do revisor e a história “verdadeira” do cerco de Lisboa.

O passado português se faz presente no romance saramaguiano por meio do intertexto. Historiadores lusitanos são mencionados diversas vezes, trechos de obras historiográficas são absorvidos e ressignificados ao longo da obra, o que confere mais possibilidades e dimensões de leitura ao mesmo tempo que a identifica ainda mais com o gênero metaficção historiográfica. A retomada do passado português mediante documentos e fontes históricas é realizada de maneira cética – o narrador e o revisor de textos encaram com algum distanciamento os textos sobre o passado, enfatizando a arbitrariedade de uma pretensa

relação unívoca entre passado, verdade e representação histórica. Em *História do cerco de Lisboa*, as limitações do conhecimento do passado são problematizadas em excertos como:

Porém, o mal das fontes, ainda que verazes de intenção, está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias, agora nos referíamos a uma espécie de faculdade interna de germinação contraditória que opera no interior dos factos ou da versão que deles se oferece, propõe ou vende, e, decorrente desta como que multiplicação de esporos, dá-se a proliferação das próprias fontes segundas e terceiras, as que copiaram, as que o fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram, as que rectificaram, as que tanto lhes fazia, e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras. (SARAMAGO, 2010, p. 124-125)

A parcialidade do acesso possível ao passado, reiteradas vezes enfatizada pelo narrador saramaguiano, contrasta com a ingenuidade dos escritores de romances históricos do Romantismo, como Alexandre Herculano. Enquanto os romances históricos característicos do século XIX buscavam nas fontes historiográficas – tidas como receptáculos fiéis da verdade do passado – elementos gloriosos ou aspectos basilares da consolidação da nação lusitana e do espírito português, constituindo assim grandes narrativas positivas sobre o passado de Portugal que deveriam inspirar o presente, metaficcões historiográficas como *História do cerco de Lisboa* apropriam-se dessas fontes parodicamente, realçando as limitações dos documentos, e contemplam cepticamente o passado e as possibilidades de se construir grandes narrativas legitimadoras dele.

A ficção pós-moderna e sua teorização veem o passado como acessível mediante seus vestígios textualizados, enfatizando dessa maneira o caráter discursivo da história e o papel do historiador como um criador de enredos acerca dos eventos históricos. Nesse ponto, a teorização de Hutcheon ecoa os estudos meta-históricos de White, que afirma terem os historiadores e os ficcionistas tarefas bastante similares em sua urdidura de enredo – seja a trama de um romance, seja a trama de um texto histórico.

2. Dom Afonso Henriques e os bons tempos para milagres

Eram bons aqueles tempos, quando, para receber satisfação, não tínhamos mais que pedir com as palavras apropriadas, mesmo em casos difíceis, por assim dizer já desenganado o paciente e sem esperança de remédio.

José Saramago

A vida de Dom Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, é cercada por narrativas de eventos milagrosos. Sua figura, eternizada em obras históricas e literárias, assumiu contornos míticos em grande parte devido à maneira como sua biografia foi relatada em crônicas medievais. A narrativa grandiosa de Afonso Henriques relaciona-se com o grande impulso de, no Portugal seiscentista, afirmar a trajetória do reino e buscar as origens da recém-fundada nacionalidade, fazendo com que a figura de Afonso Henriques fosse considerada uma grande referência dessa nacionalidade, já que remete à fundação do estado (MICHELAN, 2011, p. 87).

Também data do século XVI a publicação de *Os Lusíadas*, obra que também contribuiu para a consolidação do caráter grandioso, predestinado e mítico de Afonso Henriques. Os feitos do primeiro rei português são louvados, e a maneira como sua coragem ao enfrentar a mãe e o padrasto para assegurar o governo de Portugal é narrada poderia ser comparada à conflituosa relação entre Orestes e Clitemnestra. Como breve exemplo dessa narrativa grandiosa sobre a vida de Afonso Henriques, pode ser citada a décima terceira estrofe do Canto I, em que o primeiro rei lusitano é equiparado a Carlos Magno e a Júlio César: Pois se a troco de Carlos, Rei de França, / Ou de César, quereis igual memória, / Vede o primeiro Afonso, cuja lança / Escura faz qualquer estranha glória (CAMÕES, 2010, p. 15)

Em *História do cerco de Lisboa*, são apresentados dois milagres referentes à vida de Afonso Henriques. O primeiro, ocorrido em sua infância, refere-se à aparição de Santa Maria ao aio Egas Moniz, e seu resultado teria sido a cura de uma malformação física do infante. O segundo, mais célebre e tido como mito justificador da independência portuguesa, é o milagre de Ourique. Ambos são reconstituídos na narrativa romanesca a partir de apropriações intertextuais de fontes históricas como a *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques* e *História de Portugal*.

2.1 O milagre de Carquere

2.1.1 A ficcionalização saramaguiana

Os contornos predestinados da figura de Afonso Henriques começaram a ser delineados, nas fontes históricas medievais portuguesas, desde sua infância. O infante, nascido com uma malformação nas pernas, teria recebido um milagre de Santa Maria por intermédio de seu aio, D. Egas Moniz, o que o teria curado dessa condição e o tornado apto a lutar pelos interesses da fé cristã.

D. Egas Moniz de Ribadouro teria pedido ao Conde D. Henrique a permissão de ser o aio da criança que esperava de D. Teresa, fosse filho homem ou filha mulher. O conde consentiu, porém, nascido o filho, “grande e fermoso” (BASTO, 1945, p. 49), mas com uma malformação nas pernas, não quis entregá-lo a D. Egas devido ao fato de o menino ter as pernas “encolheitas” (ibidem, p. 49). O rico homem, sensibilizado pela doença do bebê e encantado com sua beleza, tomou-o para educar mesmo com a maleita. Quando o menino tinha cinco anos, Santa Maria teria aparecido ao aio em sonhos, indicado o local de um antigo templo feito em sua honra o qual devia ser recuperado; depois de restaurado, o infante devia ser colocado no altar para que ficasse sano e pronto para lutar contra os inimigos da fé.

Em *História do cerco de Lisboa*, este primeiro milagre recebido é reconfigurado de maneira bastante irônica. Antes de apresentar o milagre, uma das primeiras referências históricas ao rei português no romance, o narrador tece algumas considerações acerca da prodigalidade de eventos miraculosos daquela época:

Eram bons aqueles tempos, quando, para receber satisfação, não tínhamos mais que pedir com as palavras apropriadas, mesmo em casos difíceis, por assim dizer já desenganado o paciente e sem esperança de remédio. Exemplo disto é este mesmo rei, que, tendo nascido de pernas encolhidas, ou atrofiadas, no falar de agora, foi extraordinariamente curado, sem que médico algum lhe tivesse posto a mão em cima, e se puseram não lhe adiantou. E até, certamente por ser pessoa fadada para a realeza, nem há sinais de que tenha sido preciso importunar as altas potestades, à Virgem e ao Senhor nos referimos, não aos anjos da sexta hierarquia, para que se produzisse o salutar sucesso, graças ao qual, sabe-se lá, Portugal deve talvez a sua independência. (SARAMAGO, 2010, p. 19)

A ironia do narrador, conforme pode ser visto no excerto citado, recai sobre a igreja católica, uma vez que ele estabelece relações hierárquicas entre as divindades. De fato, a instância narrativa joga com duas acepções possíveis do substantivo “potestades”, que pode

designar tanto divindades, de maneira mais ampla, quanto anjos da sexta hierarquia, de maneira mais restrita. Nessa distribuição hierárquica das divindades, para curar um predestinado à realeza lusitana não tinha sido necessária a intervenção direta de Deus; seu milagre, entretanto, também não poderia ter sido delegado a figuras hierarquicamente muito inferiores, como anjos de sexta categoria – para Afonso Henriques, naquele momento bastaria uma divindade intermediária como Santa Maria. Ressalte-se, também, que o milagre oferecido ao rei infante por intermédio de Egas Moniz é visto como possível responsável pela independência de Portugal – o que o equipararia aos eventos ocorridos na campanha de Ourique, consolidados como fundacionais do coroa portuguesa. Depois da apresentação de tais circunstâncias religiosas, são narrados o milagre e suas repercussões imediatas:

Foi caso que estando dormindo em sua cama D. Egas Moniz, aio do menino Afonso, lhe apareceu Santa Maria em visão e disse, D. Egas Moniz, dormes, e ele, que não sabia se estava acordado ou a sonhar, perguntou, para ter a certeza, Senhora, quem sois vós, e ela respondeu, com bons modos, Eu sou a Virgem, e te mando que vás a Carquere, que fica no concelho de Resende, e cava em esse lugar e acharás uma igreja que em outro tempo foi começada em meu nome, e acharás também uma imagem minha, conserta-a que bem necessitada está depois do triste abandono, e depois farás aí vigília, e porás o menino sobre o altar, e fica sabendo que nesse instante quedará sano e curado, e cuida bem dele para o diante, que o meu Filho sei eu que tem na sua ideia dar-lhe cargo de destruir os inimigos da fé, e claro está que não poderia fazê-lo assim de pernas curtas. Acordou D. Egas Moniz o mais alegre que se pode, reuniu o pessoal e, cavalgando a mula, foi dali a Carquere e mandou cavar no sítio indicado pela Virgem, e não é que lá estava igreja, mas a surpresa é nossa, não deles, porque naqueles abençoados tempos não eram nunca gratuitos ou enganosos os avisos superiores. Verdade é que não cumpriu D. Egas precisamente os ditados da Virgem, que muito explicado ficou ter-lhe ela mandado que cavasse, entendemos nós que por suas próprias mãos, e vai ele, que fez, deu ordem que outros cavassem, os servos da gleba, provavelmente já naquela época havia destas desigualdades sociais. Agradecemos à Virgem não ser ela melindrosa a pontos de fazer encolher outra vez as pernas ao menino Afonso, porque assim como há milagres para o bem, também os tem havido para o mal [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 19-20)

Depois de narrar o aparecimento da santa a D. Egas Moniz em sonho, sua viagem ao local descrito e o achado do templo, o milagre de ter o infante ficado sano é contemplado com certo ceticismo pela instância narrativa, que enfatiza mais uma vez o distanciamento temporal entre o tempo da narrativa e o tempo da narração. Além da atitude cética, é possível notar que o narrador faz uma apreciação irônica sobre a maneira como o aio de Afonso Henriques teria cumprido os desígnios apontados pela Virgem – em vez de cavar com as próprias mãos, o D. Egas Moniz ordenou que seus servos o fizessem. O narrador, então, atribui a desigualdades sociais esse fato, o que pode coadunar-se com a descrição também irônica da hierarquia estabelecida entre o Senhor, os santos e os anjos de sexta categoria.

O milagre de Carquere é contemplado pelo narrador através de uma perspectiva marcadamente irônica. São alvos de sua visão crítica a igreja católica e uma suposta divisão hierárquica inerente a suas divindades, o que pode conferir-lhe um caráter em certo sentido burocrático. Além da igreja, o narrador faz críticas à organização da sociedade portuguesa do século XII, em que camadas desfavorecidas da população, os servos da gleba, eram obrigados a servir camadas mais enriquecidas e portadoras de títulos nobiliários da sociedade, no caso um rico-homem e o infante.

Outra característica destes dois excertos é a ênfase no distanciamento entre o tempo de Afonso Henriques e o tempo da narração, textualmente marcados pelo uso dos vocábulos “aqueles tempos” e “naquela época”, além de diferenciar o *locus* enunciativo por meio de pronomes possessivos como “nossa” e “deles” – em relação à surpresa de encontrar o templo enterrado em Carquere. Estabelecido o distanciamento temporal, o narrador compara os dois momentos: no século XII, havia facilidade de conseguir milagres e as divindades não faziam anúncios vãos, mas havia, também, desigualdade social. O cotejo entre os dois tempos é, como aliás parece ser todo o excerto, perpassado por ironia e ceticismo.

2.1.2 A apresentação de *Crónica de cinco reis de Portugal*

Os eventos referentes ao milagre de Carquere são apresentados em *História do cerco de Lisboa* como uma característica do tempo em que viveu e governou Dom Afonso Henriques mais do que como uma apresentação do rei e de seu destino sagrado como primeiro governante de Portugal independente. No entanto, o relato deste milagre em obras historiográficas dos séculos XV e XVI teria sido consolidado e estruturado, conforme Kátia Michelin (2011, p. 99), no sentido de dimensionar a figura de D. Afonso Henriques por uma trajetória que fazia dele um predestinado para combater os mouros e conquistar territórios para a coroa portuguesa.

É de uma obra histórica deste recorte temporal, a *Crónica de cinco reis de Portugal*, que o narrador apropria a escrita do milagre para absorvê-lo intertextualmente no romance. Esta obra consiste de um texto inédito, reproduzido do Códice 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto e foi publicada em 1945 pelo historiador português Artur Magalhães Basto. Este texto também é conhecido como *Crónica de 1419* e *Crónica dos Sete Primeiros*

*Reis de Portugal*²¹, além de ser bastante semelhante à obra *Crónica del rey Dom Affonso Hamrriques*, de Duarte Galvão.

O manuscrito encontrado por Basto é constituído pelas histórias dos cinco primeiros reis portugueses. O autor admite, no entanto, que o que encontrou foi um fragmento de um texto maior, contendo a história da primeira dinastia. Este historiador atribui a autoria desta crônica a Fernão Lopes, cronista do reino de 1419 a 1451, cujas histórias referentes a D. Sancho I (1152-1211), D. Afonso II (1185-1223), D. Sancho II (1207-1248), D. Afonso III (1210-1279), D. Denis (1261-1325) e D. Afonso IV (1291-1357) teriam sido compiladas, posteriormente, por Rui de Pina. Apenas a compilação da história de D. Afonso Henriques (1109-1185) teria sido encomendada a Duarte Galvão, guarda-mor da Torre do Tombo, o qual tomou como base o mesmo manuscrito de Lopes (MICHELAN, 2011, p. 25). Acerca da prática comum nos séculos XV e XVI de constituir relatos históricos fundamentados na cópia de outros documentos, Michelan afirma:

Embora essa forma de retomada de escritos anteriores por parte de Duarte Galvão e Rui de Pina tenha levado alguns estudiosos a discutirem a suposta idéia de plágio, vale aqui destacar que o pressuposto de um nome próprio dando autoridade autoral aos textos escritos, que é tão cara para os leitores modernos, não constituía uma prática incontornável durante o período medieval. Não há nesse tempo uma definição para o que seja um sujeito autor, dado que a cópia era a forma por excelência de manutenção do escrito e conseqüentemente de preservação dos saberes [...]. (MICHELAN, 2011, p. 25)

Essa obra mantém como característica a compilação de documentos, particularidade da erudição medieval, constituindo um modelo que se manteve como base para as compilações de Duarte Galvão e Rui de Pina. Alguns historiadores, como Luís de Sousa Rebelo (1983), consideram o estilo da *Crónica de cinco reis de Portugal* inferior ao das crônicas pelas quais Fernão Lopes ficou mais conhecido - as crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João. No entanto, segundo Michelan (2011, p. 47), tais crônicas são “devedoras de um fazer histórico que tem a compilação de vários documentos, a partir de uma fonte principal, como modelo.” Nesse caso, o papel do cronista é “amarrar os textos em uma narrativa coerente, na maioria das vezes apagando sua voz no texto” (ibidem, p. 47).

Outro atributo que aproxima essa obra da tradição cronística medieval consiste em sua perspectiva ao mesmo tempo memorialista e moralista: a primeira, por relatar um tempo marcadamente cronológico e orientado por uma sucessão de eventos históricos encadeados; a segunda, por ser utilizar os eventos relatados com fins de oferecer exemplos para a

²¹ Nesta dissertação, a obra atribuída a Fernão Lopes será referida como *Crónica de cinco reis de Portugal* e a edição utilizada será a de 1945, organizada por Artur de Magalhães Basto.

posteridade. Essa característica parece ser um dos alvos de reconstrução irônica no discurso saramaguiano de *História do cerco de Lisboa*, como acontece na apropriação empreendida no romance do evento referente ao milagre de Carquere. Em *Crónica de cinco reis de Portugal*, o milagre de Carquere é relatado no segundo capítulo, intitulado “Como Dom Egas Monis criou Dom A° F° do Conde Do Henrique & como foi saõ por milagre da Virge Mãria do aleijõa com que nação”:

E jazendo Dom Egas monis hũa noite dormindo apareçoelhe santa Maria em visaõ & disse. Dom Egas monis ? dormes ? Sñora disse elle & quẽ sois vos ? & ella disse que eu saõ a virgem que mando que vas a tal lugar & deu os sinaes dele & disse caua em aquelle lugar e acharas hũa igreja que em outro tpo foi começada em meu nome & hũa imagẽ minha & correge a imagẽ minha que he feita em meu nome & a minha hõrra & como isto for feito farás ahi vigilia & poraõ o menino sobre o altar & sabe que seraa saõ e guarido & fazeo bem guardar que o meu f° quer por elle destruir os imigos da fee [...]. (BASTO, 1945, p. 49-50)

A ressonância do texto da fonte histórica no romance saramaguiano parece evidente, e pode ser comprovada observando que trechos das falas da santa ao aio são textualmente citadas – a interpelação “Dormes” e o cerne de todas as instruções dadas pela Virgem, com pequenas adaptações de tempo verbal. Entre trechos praticamente iguais, entretanto, o narrador insere alguns comentários que não estão na fonte histórica: a consideração sobre o abandono da imagem da santa e sobre a impossibilidade do infante de lutar contra os inimigos da fé com as pernas curtas. Esses comentários, que em certa medida atenuam o teor sacro do relato, bem como as alterações verbais parecem cumprir também um papel de integração do texto histórico no ritmo do romance em que ele é absorvido.

Outra diferença entre o texto da *Crónica de cinco reis de Portugal* e sua apropriação em *História do cerco de Lisboa* consiste na apresentação do local onde estaria o templo que a virgem manda desenterrar: no romance, não só é mencionada a localidade de Carquere, mas também o concelho do qual ela faz parte, Resende. Embora não conste no excerto apropriado pelo romance, a informação acerca da localidade está presente na fonte historiográfica²². O que chama a atenção para a maneira como a localidade é referida no romance é a especificação de seu concelho: na reconfiguração romanesca de tal relato milagroso, acontecido provavelmente 1114, a Virgem dá a Egas Moniz a informação de que Carquere fica no concelho de Resende, quando tal vila recebeu o foral apenas em 1514 (MIGUEL, 2007). No romance de Saramago constata-se, então, a presença de um anacronismo, que, se entendido como intencional, potencializa a posição irônica assumida pelo narrador nos

²² “(...) e por este milagre que assi aconteeo foi depois feito em esta igreja o mosteiro de carcare” (BASTO, 1945, p. 50)

comentários que introduzem e concluem o milagre, apropriado intertextualmente de uma obra historiográfica que prestigia o pretense acontecimento. O anacronismo pode ser, juntamente com a ironia, um índice de dessacralização da narrativa canônica, absorvida e ressignificada em *História do cerco de Lisboa*.

2.2 O milagre da campanha de Ourique

2.2.1 Apreciação e apresentação de Saramago

A campanha de Ourique assumiu grande projeção política e é considerada um marco da consolidação da coroa portuguesa independente e da realeza de Afonso Henriques. Os contornos lendários da batalha, urdidos em Santa Cruz de Coimbra, tornaram-se a narrativa padronizada sobre a campanha que permaneceu relativamente inalterada do século XV até o século XIX, quando Alexandre Herculano a desmitificou em sua *História de Portugal*.

No romance *História do cerco de Lisboa*, os acontecimentos referentes à batalha do campo de Ourique são a primeira referência histórica à figura de Afonso Henriques, funcionando como introdução à narrativa do milagre de Carquere:

Ainda que, para que não quede sem exame e consideração o que esteja em contrário destas oposições entre oração e guerra, aqui se pudesse recordar já, estando tão próximo o tempo e sendo tantas e tão preclaras as testemunhas ainda vivas, aqui se pudesse recordar, tornamos a dizer, aquele milagre de Ourique, celeberrimo, quando Cristo apareceu ao rei português, e este lhe gritou, enquanto o exército prostrado no chão orava, Aos infiéis, Senhor, aos infiéis, e não a mim que creio o que podeis, mas Cristo não quis aparecer aos mouros, e foi pena, que em vez da crudelíssima batalha poderíamos, hoje, registrar nestes anais a conversão maravilhosa dos cento e cinquenta mil bárbaros que afinal ali perderam a vida, um desperdício de almas de bradar aos céus. É assim, nem tudo se pode evitar, nunca a Deus faltámos com os nossos bons conselhos, mas o destino tem lá as suas leis inflexíveis, e quantas vezes com inesperados e artísticos efeitos, como foi este de haver podido aproveitar-se Camões do inflamado grito, distribuindo-o tal qual em dois versos imortais. É bem verdade que na natureza nada se cria e nada se perde, tudo se aproveita. (SARAMAGO, 2010, p. 20)

Neste trecho, ganha ênfase a narrativa miraculosa que envolve tal empresa militar de maneira a relacionar oração e guerra, que haviam sido tidas como discrepantes em um momento anterior do romance. Nesta narrativa do célebre milagre, como é evidente pela citação do nome de Camões, são notadas ressonâncias intertextuais de *Os Lusíadas* – o narrador recorre ao relato de Ourique camoniano a fim de caracterizar a atitude de Afonso

Henriques ante a aparição de Cristo na cruz. O trecho apropriado em *História do cerco de Lisboa* está presente no canto III, na quadragésima quinta estrofe:

A matutina luz, serena e fria, / As Estrelas do Polo já apartava, / Quando na Cruz o Filho de Maria, / Amostrando-se a Afonso, o animava. / Ele, adorando Quem lhe aparecia, / Na Fé todo inflamado *assi* gritava: / “Aos Infiéis, Senhor, aos Infiéis, / E não a *mi*, que creio o que podeis!” (CAMÕES, 2010, p. 111)

Na absorção intertextual deste trecho da obra de Camões, o narrador saramaguiano parece acenar para um interessante condicionamento mútuo entre literatura e história. Ao apresentar as palavras do monarca português diante da aparição divina, o narrador cita os versos de Camões para, a seguir, fazer algumas considerações acerca das milhares de mortes acontecidas naquele enfrentamento e que poderiam ter sido evitadas no caso de uma conversão em massa. Ele conclui afirmando que, apesar de tudo, aquele destino foi aproveitado artisticamente por Camões, que se utilizou do grito de Afonso Henriques para compor dois versos imortais. Dessa forma, em *História do cerco de Lisboa* o evento histórico teria condicionado a ficção de *Os Lusíadas*, ao mesmo tempo em que a representação de tal acontecimento conta já com a formulação camoniana da fala do rei – a ficção, então, atuaria como condicionante do evento histórico. No excerto em questão, o clamor do rei no qual o poeta teria se inspirado para compor parte de sua obra é igual aos versos que dele resultaram, o que imbrica literatura e história de maneira indissolúvel.

Depois dessa alusão à campanha, e ao milagre, de Ourique, tal evento é citado no romance mais algumas vezes. A principal menção acontece já durante a escrita da nova história do cerco de Lisboa por parte de Raimundo Silva, em momento de negociação entre o rei e os cruzados dos quais se esperava auxílio na tomada de Lisboa. Afonso Henriques, certo de conquistar a cidade moura mesmo sem que os estrangeiros o ajudassem, afirma que a razão pela qual ele tem tanta convicção na vitória baseia-se em “contarmos nós, portugueses, com a ajuda de Nosso Senhor Jesus” (SARAMAGO, 2010, p. 140). A seguir, ante a incredulidade de Guilherme de Vitulo e a condescendência de Sahério de Archelles, o rei inicia um relato acerca dos eventos de Ourique:

Sabei, senhores, que esta terra portuguesa aonde viestes foi lugar, não aqui, mais para o meridiano, e não há mais que oito anos, de um prodigioso aparecimento de Cristo Nosso Senhor, que, diferentemente, não sendo eu Josué nem hebreia a minha gente, obrou, sobre inimigos mais formidáveis do que estes que além nos olham tremendo de medo, uma vitória que em nada fica a dever à de Jericó e a outras de qualidade parceira, e, se tal feito fomos capazes de cometer, bem poderia ser que diante dos muros de Lisboa voltasse a manifestar-se o Salvador do Mundo, caso em que, e querendo-o Ele, tão pouco valeria a nossa arte militar como a vossa, e não seríamos, todos juntos, mais do que maravilhadadas testemunhas do poder e da majestade de Deus. (SARAMAGO, 2010, p. 142)

Essa fala de Afonso Henriques suscita pedidos, por parte dos cruzados, de que ele contasse a história inteira. A maneira como os eventos referentes a Ourique são apresentados no romance, entretanto, não acontece por intermédio de uma fala de Afonso Henriques ficcionalizada pelo revisor Raimundo Silva. O narrador da nova história do cerco de Lisboa recorre à citação de um documento histórico para relatar a lenda de Ourique. Ao admitir que “não tinha mais que, por palavras suas, contar o milagre de Ourique” (ibidem, p. 145), Raimundo Silva lança mão de uma extensa citação de *Crónica de Dom Afonso Henriques*, de Frei António Brandão. No romance, essa citação consiste em uma leitura da obra de Brandão, feita no intuito de guiar o revisor quando decidiu escrever sobre o milagre. O trecho composto pela citação da obra de António Brandão, por ser muito extenso, não será reproduzido, bastando por ora afirmar que se trata de uma transcrição literal da obra do historiador seiscentista.

A maneira pela qual o narrador saramaguiano reconhece e utiliza a narrativa acerca da lenda de Ourique parece guiada antes por instintos pragmáticos do que pelo pretense reconhecimento de sua legitimidade como pedra angular na nacionalidade lusitana: em *História do cerco de Lisboa*, o rei utiliza-se de tal evento como um artifício para convencer os cruzados estrangeiros a ajudar na tentativa de conquista da futura capital portuguesa. Embasado em documentos históricos, por um lado, e na grande narrativa da nação lusitana, por outro, a instância narrativa reconfigura o milagre sem reinterpretá-lo, modificando em alguma medida apenas o alcance de suas repercussões. De fato, o romance apresenta os eventos referentes ao milagre de Ourique enquanto silencia os acontecimentos referentes à batalha sangrenta que se seguiu à suposta aparição divina a Afonso Henriques, a vitória improvável das tropas portuguesas e a tomada daquele território. A única menção ao combate acontece na primeira referência a Ourique, quando o narrador quantifica em 150.000 o número de árabes mortos naquela batalha.

As retomadas intertextuais da narrativa referente ao milagre de Ourique em *História do cerco de Lisboa* acontecem com base em duas fontes genéricas mais amplas, ambas canônicas: uma fonte literária, representada pela referência a *Os Lusíadas*; e uma fonte historiográfica, representada pela citação de *Crónica de Dom Afonso Henriques* e, ainda, pela alusão a Alexandre Herculano que será, adiante, debatida. A instância narrativa de *História do cerco de Lisboa* parece acolher estes textos de maneira a equiparar sua importância para a construção do relato acerca de Ourique: tanto a obra de Camões, como a obra de Brandão e de Herculano são importantes para compreender os eventos supostamente ocorridos em julho de

1139, e a configuração ficcional deste evento é tão condicionante de sua apresentação histórica, quanto sua configuração histórica é condição *sine qua non* de sua composição literária.

2.2.2 A retomada das fontes históricas – o ceticismo de Herculano e a narrativa de António Brandão

Os acontecimentos ligados à batalha de Ourique são apropriados em *História do cerco de Lisboa* de maneira irônica, como um trunfo utilizado pelo rei para valorizar seu recente estado frente a membros de países mais consolidados naquele momento. O milagre é recontado no romance com base em alguns documentos históricos, os quais conformam por um lado a atitude do narrador frente a esse acontecimento, e por outro a própria materialidade do texto literário, reproduzindo *ipsis litteris* uma fonte historiográfica. A instância narrativa parte de duas obras historiográficas fundamentais: *Crónica de Dom Afonso Henriques*, de Fr. António Brandão, e *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, absorvidas de maneiras bastante diversas.

Frei António Brandão (1584-1637), monge da Ordem de Cister e cronista-mor de Portugal, foi um historiador português reconhecido posteriormente como um dos primeiros a elaborar uma história de Portugal de cunho mais científico. Na introdução à edição atualizada da *Crónica de Dom Afonso Henriques*, o historiador português Arthur de Magalhães Basto ressalta a “bagagem colossal de informações arquivísticas” (BASTO, 1945, p. IX) demonstrada na obra de Brandão. Basto enfatiza, também, a relevância da escrita historiográfica crítica de Brandão considerado seu contexto de produção, a primeira metade do século XVII.

Fr. António Brandão deu continuidade ao projeto do também monge cisterciense Frei Bernardo de Brito de escrever uma história de Portugal que narrasse desde as origens do país até o século XVII. Dessa obra, que foi denominada *Monarchia lusitana*, Frei Bernardo de Brito redigiu os dois primeiros volumes, publicados em 1597 e 1609. O primeiro volume trata das histórias de Portugal desde o início do mundo até o nascimento de Cristo, enquanto que o segundo tem como tema Portugal desde o nascimento de Cristo até o tempo do Conde Dom Henrique.

A contribuição de Fr. António Brandão à obra *Monarchia lusitana*²³ consistiu no terceiro e no quarto volumes, impressos por Craesbeeck em 1632. O terceiro volume é constituído da história de Portugal desde o Conde Dom Henrique até o fim do reinado de Dom Afonso Henriques, ao passo que o quarto contém a narrativa dos eventos ocorridos entre os reinados de Dom Sancho I e Dom Afonso III. Considerando o foco deste trabalho, foi analisado o terceiro volume da *Monarchia lusitana*, em especial parte do livro IX e o livro X, referentes ao reinado de Afonso Henriques²⁴.

A obra de Fr. António Brandão estrutura-se da seguinte maneira: depois de um pequeno prólogo, o texto é apresentado em livros que se dividem em capítulos; ao final do volume, constam um apêndice constituído de documentos reproduzidos ao longo do texto, uma tábua com a ordenação dos livros e capítulos do texto e, por fim, um índice alfabético. No caso da edição atualizada, também consultada nesta pesquisa, ao fim do texto de Brandão constam o apêndice com os documentos históricos citados e um índice onomástico.

A preocupação de Fr. António Brandão com o acúmulo de documentos que respaldassem a sua obra historiográfica não fica patente apenas nos apêndices aos seus textos; é também manifesta no prólogo à terceira parte da *Monarchia lusitana*. Preocupado com a credibilidade de uma história tão recuada no tempo e com as possíveis dúvidas dos leitores seus contemporâneos, Brandão afirma que foi o mais diligente possível na terceira e quarta partes da *Monarchia lusitana*:

Em comprimento pois desta tão presisa obrigação gastei perto de dez anos em buscar, & ler as doações, priuilegios, escrituras, & liuros dos principaes archiuos das Sès, & Mosteiros deste Reino, & algumas das cidades, & villas delle, & principalmente o cartorio da Torre do Tombo, que he o Archiuo Real, & està no castello de Lisboa: & do que colhi com este trabalho conferindoo com as historias imprefectas, & manuescriptas (de que se não deue admitir cousa alguma sem fazer estas conferencias) teci & pus em limpos os dous volumes que offereço [...]
(BRANDÃO, 1632, p. IV e V)

²³ Além de Fr. Bernardo de Brito e de Fr. António Brandão, outros três historiadores contribuíram com a escrita da obra *Monarchia lusitana*, constituída de oito volumes. São estes escritores: Frei Francisco Brandão, responsável pelo quinto e pelo sexto volumes; Frei Rafael de Jesus, escritor do sétimo volume; e Frei Manuel dos Santos, escritor do oitavo volume.

²⁴ A fim de facilitar o estudo, foi utilizada uma edição atualizada da obra de Brandão que só enfoca o reinado de Afonso Henriques, arrolada nas Referências. Como os eventos dessa obra iniciam-se na batalha de Ourique, para acontecimentos anteriores foi utilizada a versão digitalizada do terceiro volume da *Monarchia lusitana*, disponível em: http://purl.pt/14083/4/var-2334_PDF/var-2334_PDF_24-C-R0150/var-2334_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf.

A seguir, Brandão enumera textos que consultou na Torre do Tombo e em outros arquivos, e se refere alguns autores importantes para seu estudo. No decorrer da obra, o historiador apresenta suas fontes no interior do texto e em notas nas margens.

Em *História do cerco de Lisboa*, a obra do monge cisterciense António Brandão é explicitamente citada, além de seu nome ser referido em cinco diferentes ocasiões. Sua primeira referência nominal acontece no seguinte excerto:

Há que dizer que o revisor não crê em uma só palavra do que os seus olhos estão vendo, sobeja-lhe o cepticismo, ele próprio já o declarou, e para cortar a direito, como também para distrair-se dos enfados desta leitura obrigada, foi à fonte limpa das Historiografias modernas, buscou e encontrou, bem me queria a mim parecer, Machado, crédulo, copiou sem conferir o que haviam escrito Frei Bernardo de Brito e Frei António Brandão, é assim que se arranjam os equívocos históricos, Fulano diz que Beltrano disse que de Cicrano ouviu, e com três autoridades dessas se faz uma história, sendo afinal certo que a da Conquista de Santarém a escreveu um cónego regente de Santa Cruz de Coimbra, de quem nem o simples nome ficou para tomar na biblioteca o lugar a que tem justo direito e dela retirar o rei usurpador. (SARAMAGO, 2010, p. 44-45)

Neste trecho, o narrador saramaguiano reflete sobre a confiabilidade das fontes historiográficas e a maneira como os historiadores lidam com essas fontes. São citados outros historiadores além de António Brandão: Machado refere-se a Ignacio Barbosa Machado (1686-1776), autor de obras como *Fastos politicos e militares da antigua e nova Lusitania* (1745); Frei Bernardo de Brito (1569-1617) foi o idealizador da *Monarchia lusitana*, tendo escrito seus dois primeiros volumes. Neste excerto, o narrador manifesta a incredulidade de Raimundo Silva acerca de discursos atribuídos a Afonso Henriques por historiadores, os quais, segundo o julgamento estabelecido no romance, copiam uns dos outros sem necessariamente conferir os fatos que relatam. Essa dúvida é corroborada pela falsa atribuição da memória de Alcoçaça, em que se narra a tomada de Santarém, ao próprio rei Afonso Henriques, quando ela teria sido escrita, de fato, por um monge de Santa Cruz de Coimbra.

A referência intertextual mais importante à obra de Brandão, e a mais relevante para este capítulo, relaciona-se à narração do milagre de Ourique. O narrador saramaguiano empresta de *Crónica de Dom Afonso Henriques* a descrição de um evento muito relevante para a história de Portugal como um todo, que dirá à história lusitana do século XII:

Raimundo Silva esfrega os olhos cansados a página do cérebro está em branco, esta por metade escrita, com a mão direita puxa para si a Crónica de D. Afonso Henriques, de Frei António Brandão, que há-de vir a servir-lhe de guia quando, esta noite ou amanhã voltar ao relato, e, não sendo capaz de escrever agora, lê para inteirar-se do mítico episódio, é o segundo capítulo [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 145-146)

O texto continua com a transcrição de quase três páginas da obra de Brandão, em que se narra o sonho de Afonso Henriques com o ermitão idoso, a entrevista com ele, o aparecimento de Deus e a conversa entre o Senhor e o rei do novo império, recém criado. A citação termina concomitantemente com a leitura de Raimundo Silva, motivada pelo cansaço e pela criação da resposta do cruzado Gil de Rolim ao discurso do milagre de Ourique, a ser narrada na nova história do cerco de Lisboa. Uma vez que o revisor jamais escreve o milagre com suas próprias palavras, é o excerto de Brandão que permanece como versão do milagre de Ourique em *História do cerco de Lisboa*. A configuração narrativa deste evento no texto historiográfico beira o ficcional e, ainda que citada literalmente por Saramago, parece adaptar-se bem ao fluxo narrativo do romance – como acontece, em geral, com as apropriações intertextuais realizadas por Saramago nesta obra.

Além de apropriar-se do texto de Fr. António Brandão na construção intertextual de *História do cerco de Lisboa*, o narrador de Saramago também remete ao historiador português oitocentista Alexandre Herculano. Sua *História de Portugal* é uma obra consagrada, tendo influência duradoura e constituindo uma espécie de cânone entre as sínteses históricas daquele país. Publicado entre 1846 e 1853, o texto foi produzido presumivelmente entre 1840 e 1846. Apesar do pouco tempo de escrita considerando-se uma obra de tal fôlego, *História de Portugal* demonstra uma interpretação dos fatos históricos narrados que se provou muitas vezes acurada, rigorosamente calcada em princípios teóricos claros a respeito do homem em sociedade e do processo histórico. (MATTOSO, 2007, p. 15). Os princípios teóricos de Herculano, fundamentados antes em correntes da historiografia setecentista e oitocentista identificadas em certa medida com ideais românticos do que em teorias filosóficas, subjazem a um minucioso trabalho com fontes e documentos históricos que, desconhecidos à época, ele próprio ajudou a difundir.

Outra característica marcante do livro de Herculano é o cotejo entre os eventos do passado e presente, cuja função pode ser vista em: “o presente servia-me para apreciar o valor das tendências da sociedade no berço; mas talvez o passado servia-me ainda mais para avaliar as transformações presentes, em si, nos seus resultados materiais e nos seus destinos futuros” (HERCULANO, s/d, p. 73).

A permanência da obra é atestada, ainda que com ressalvas, por José Mattoso:

A História de Portugal, com todos os seus defeitos, desempenhou um papel sem par na historiografia portuguesa do século XIX. A partir dela, e por mais que custasse aos defensores de velhos mitos com funções ideológicas, não foi mais possível uma

visão acrítica do passado. [...] O aspecto científico, que levava a distinguir cuidadosamente o falso do autêntico na memória do passado, era, porém, já um imperativo que tinha vindo a desenvolver-se desde o século XVIII, com os fundadores da erudição histórica [...] Herculano maneja com perspicácia os instrumentos por eles criados e os conhecimentos por eles adquiridos, mas não fez nesse ponto uma revolução: apenas demonstrou a necessidade de os utilizar constantemente e com inteligência para ultrapassar a mera erudição e abrir perspectivas novas na visão objectiva do passado. Desde então, tornou-se requisito indispensável entre nós. Mostrou-se ser possível unir a erudição com a interpretação, e até com a intervenção política. (MATTOSO, 2007, p. 24)

Em *História de Portugal*, Herculano trata eminentemente dos acontecimentos políticos ocorridos entre o início da monarquia e o fim do reinado de Afonso III, em um recorte temporal que se estende de 1097 até 1279. O historiador português narra o estabelecimento de Portugal como uma nação independente do Reino de Leão e sua consolidação política como uma monarquia. Entre os eventos narrados em *História de Portugal* estão o cerco e a conquista das cidades da província de Belathá do Gharb almorávida, constituída por Santarém (em árabe, Chantarin ou Chantireny) e Lisboa (al-Lixbûnâ ou al-Ushbuna), além do castelo de Sintra (Chintra ou Zintiras).

Em *História do Cerco de Lisboa* são feitas alusões à obra de Alexandre Herculano. Além disso, o historiador é nominalmente citado no seguinte excerto, particularmente relevante para este capítulo:

Depois do que declarara D. Afonso Henriques, não tinha mais que, por palavras suas, contar o milagre de Ourique, introduzindo, claro está, a esperada porção de cepticismo moderno, aliás autorizada pelo grande Herculano, e dando soltas à linguagem, ainda que sem exceder o comedimento [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 145)

A narração feita pelo historiador português acerca dos eventos da Batalha de Ourique não é prodigiosa em detalhes miraculosos ou, para parafrasear as palavras de Herculano, maravilhosos à beira do absurdo. Essa narração, aliás, foi alvo de polémicas quando a obra foi originalmente lançada, ocasionando talvez até a diminuição do escopo da *História de Portugal*²⁵ de Herculano. Citar, portanto, nominalmente este historiador oitocentista ao falar sobre a construção discursiva do milagre de Ourique, caracterizando indiretamente sua visão histórica como cética, parece demonstrar certo posicionamento estético e ideológico do

²⁵ Em texto introdutório à edição da *História de Portugal*, José Mattoso discute o estreitamento da ambição de Herculano na escrita dessa síntese histórica. Mattoso oferece mais de uma razão para a desistência de Herculano de redigir uma obra historiográfica que se estendesse do início da monarquia até o período da Restauração da Independência (portanto, até 1640). Um dos motivos mais fortes, no entanto, parece ter sido a dura recepção de setores mais reacionários da intelectualidade portuguesa à maneira cética com que Herculano narrou diversos acontecimentos, sempre contados como milagrosos – especialmente, os eventos referentes à Batalha de Ourique. Para uma discussão mais detalhada, conferir MATTOSO, José. Prefácio. In: HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal – Volume 1: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Bertrand, 2007, p. 9-14.

narrador do romance: uma visão secular, mais moderna, dos eventos envolvidos no nascimento da nação lusitana.

Além das ressonâncias de *História de Portugal* manifestas em um nível intertextual no romance saramaguiano, a instância narrativa de *História do cerco de Lisboa* parece mostrar alguns ecos de Herculano enquanto narrador de textos históricos. A maneira como o Herculano historiador se posiciona em relação ao objeto narrado é por vezes cética, por vezes moralizante, mas sempre rigorosamente embasada nas fontes históricas que, conforme já foi afirmado, eram pouco acessíveis. Herculano não subscreve as lendas relativas à vida de Afonso Henriques, guiando-se pela luz muito tênue da verdade, “que é preferível às fábulas inventadas com sobrada boa-fé, não só pelos cronistas, mas até pelos mais graves historiadores” (HERCULANO, 2007, p. 271).

O ceticismo de Herculano chega, por vezes, a parecer irônico: “Naquelas épocas nunca faltava um milagre que justificasse com visíveis sinais de aprovação celeste as grandes atrocidades” (HERCULANO, 2007, p. 338). O tom desta citação é condizente com o tom assumido pelo narrador saramaguiano em trechos do romance já citados, como a epígrafe deste capítulo e a primeira menção ao milagre de Ourique.

A apropriação do estilo de Herculano historiador que parece ser mimetizada pelo narrador de *História do cerco de Lisboa* tem como alvo, muitas vezes, a forma como os historiadores do século XV e XVI escreviam suas obras. Os tons céticos e irônicos da narrativa romanesca atingem o milagre de Carquere e, ainda que de maneira mais sutil, a lenda de Ourique, emoldurando textualmente as referências intertextuais às obras historiográficas. Antes de apresentar o milagre de Carquere, a instância narrativa discorre ironicamente acerca da facilidade de se alcançar milagres naquele tempo, de uma hierarquia entre as potestades celestiais..

A ficcionalização dos milagres referentes à vida de Afonso Henriques é calcada fundamentalmente em documentos historiográficos portugueses. O narrador saramaguiano parte de obras como a *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques* e *História de Portugal* para criar a sua versão romanesca dos eventos referentes a tais milagres, e utiliza o intertexto de maneiras distintas. A apropriação realizada da obra dos historiadores quatrocentista e seiscentista é mais literal, mas é textualmente limitada por incursões bastante irônicas da instância narrativa, que, nesse momento, antes mimetiza a posição de narrador do historiador oitocentista do que cita trechos de sua obra.

A figura predestinada de Afonso Henriques, cultivada pelos historiadores dos séculos XV e XVI, é questionada por Herculano. Em *História do cerco de Lisboa*, os milagres são vistos com reservas por um narrador bastante irônico e apresentados mais como uma moeda de troca entre o rei e os cruzados do que como uma narrativa fundacional da identidade nacional lusa.

3. Quem subiu às costas de quem: A tomada de Santarém

Ao contrário do que realmente se pensa, é nas diferenças que a História se repete, não nas semelhanças.

José Saramago

A conquista de Santarém foi bastante importante no alargamento dos limites territoriais da então recente coroa portuguesa devido à relevância da vila entre as povoações da região de Belata. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão (1979, p. 94), a vila estava geograficamente situada “em alto promontório que dominava o curso do rio Tejo e servia de guarda-avançada a Lisboa, Alenquer, Óbidos e Sintra, constituía um bastião protegido pela natureza”. Além da posição geográfica privilegiada, a vila era considerada inexpugnável devido à solidez de seu castelo e ainda situava-se no centro de uma região de terras férteis, campos abundantes e clima ameno. Conquistando esta povoação, futuras incursões militares à região do Tejo estariam favorecidas, e mais cidades mouras poderiam cair ante as tropas de Afonso Henriques.

A importância histórica dessa conquista refletiu-se, também, em mais uma narrativa gloriosa de Afonso Henriques. Os recursos militares de que dispunha o rei português não seriam suficientes para atacar a fortaleza, que tornava Santarém virtualmente inexpugnável. O rei, não podendo contar com a força de seu exército diante do castelo escalabitano, teve de apelar para uma solução astuciosa: um ataque surpresa. Preparando a empresa, o rei enviou à vila um cavaleiro de confiança, presumidamente de origem moçárabe (SERRÃO, 1979, p. 94), a fim de determinar a viabilidade de um ataque ao castelo e de detalhar possíveis pontos fracos em sua segurança. Com base nos resultados dessa expedição, foi delineada a estratégia militar para a conquista da cidade, sobre a qual o rei e seus homens de confiança mantiveram sigilo, somente anunciando aos 250 soldados que participaram da empreitada qual era efetivamente seu destino na véspera da batalha. Dessa maneira, a figura de Afonso Henriques foi glorificada em narrativas historiográficas portuguesas devido à sua criatividade militar.

No entanto, a narrativa histórica acerca da conquista de Santarém não foi marcada apenas pelos elogios ao gênio bélico do rei português. Da mesma maneira que aconteceu com os relatos acerca do milagre de Carquere e da aparição divina antes da batalha de Ourique, as narrativas históricas dos séculos XIV, XV e XVI também adicionaram alguns componentes milagrosos à conquista do castelo de Santarém, como o aparecimento de uma estrela muito

brilhante no firmamento quando o exército português rumava para a batalha e que teria sido tomado como índice de sucesso.

Este evento histórico, ocorrido apenas alguns meses antes do início do sítio a Lisboa, é ficcionalizado em *História do cerco de Lisboa* e recebe grande relevância no romance saramaguiano. Fundamentalmente, a narrativa romanesca se apropria do relato histórico sobre a conquista de Santarém em dois momentos: primeiro, na fala de Afonso Henriques aos cruzados; segundo, no testemunho do soldado Mogueime, que teria participado da tomada do castelo. A primeira retomada refere-se, de maneira irônica, essencialmente ao componente milagroso da conquista, enquanto que a segunda baseia-se em referências intertextuais às obras *Crónica de cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*, absorvidas parodicamente.

3.1 A fala de Dom Afonso Henriques e o testemunho de Mogueime

O relato historiográfico referente à tomada de Santarém continuou a tradição mitificadora da figura de Afonso Henriques. Assim como foi observado no que se refere à conformação narrativa dos milagres de Carquere e de Ourique, na apresentação histórica da conquista de tal vila o primeiro rei português é descrito como um gênio militar que tem ao seu lado as forças divinas, lutando com ele e com seu povo predestinado para retomar territórios e expandir a fé cristã. No que se refere à narração da conquista de Santarém, a glorificação do rei, comum nas obras historiográficas dos séculos XIV, XV e XVI, permanece em textos mais recentes como a *História de Portugal* de Alexandre Herculano. Segundo Serrão (1979, p. 94), todos os escritores concordam sobre a importância da conquista da cidade devido a seus bens naturais e seu valor estratégico. Além disso, o historiador ressalta a posição assumida por Herculano a respeito das inspirações por trás da empreitada militar que resultou na tomada do castelo de Santarém:

Refere, ainda, o grande historiador [Alexandre Herculano] que a conquista foi devida a uma fecunda inspiração que assistiu ao rei de Portugal: um novo *genus pugnandi*. Não dispondo de recursos para atacar a fortaleza, porque as suas hostes ver-se-iam condenadas a implacável fracasso, D. Afonso deliberou seguir uma nova tática, mais pela astúcia do que pela força, empregando a surpresa militar. (SERRÃO, 1979, p. 94)

A importância da conquista de Santarém parece ser traduzida no romance na medida em que é utilizada como prova da grandeza do rei lusitano e da predestinação do povo português na fala de Afonso Henriques aos estrangeiros, diante dos muros de Lisboa. A discussão entre o rei português e os cruzados na qual são encontradas as referências à conquista de Santarém acontece nos seguintes termos: Afonso Henriques, acompanhado de um séquito real formado por D. João Peculiar, arcebispo de Braga, D. Pedro Pitões, o bispo do Porto, e cavaleiros como Fernão Mendes, Fernão Cativo, Gonçalo Rodrigues, Martim Moniz, Paio Delgado, Pêro Viegas (ou Paz), Gocelino de Sousa, Gocelino Sotero (ou Soeiro), Mendo Afonso de Refoios, Múcio de Lamego, Pedro Pelágio (ou Pais da Maia), João Rainho (ou Ranha), “e outros de que não ficou registo, mas estavam lá” (SARAMAGO, 2010, p. 138), apresentou-se aos estrangeiros a fim de debater os termos do auxílio na tentativa de tomar Lisboa. O séquito real português foi recebido pelos cruzados conde Arnaldo de Aarschot, Cristiano de Gistell, Herveu de Glanvill, Simão de Dover, André, Sahério de Archelles, Guilherme Vitulo e seu irmão, Rodolfo.

Santarém é citada pelo rei e pelos estrangeiros ao longo dessa discussão. Na fala do monarca, descrito como “homem que com uma simples escada de mão fez cair Santarém” (SARAMAGO, 2010, p. 206), as circunstâncias referentes à sua conquista são apresentadas como um indicativo da predileção divina pelo povo português. O rei, ante as dificuldades de negociação sobre as gratificações a serem oferecidas como pagamento do trabalho dos estrangeiros, afirma que a ajuda dos cruzados não seria imprescindível para a conquista de Lisboa:

Ninguém melhor ajuda o pobre que o pobre, enfim, falando é que a gente se entende vocês dizem quanto levam pelo serviço, e a gente logo vê se pode chegar ao preço, embora mande a verdade que em tudo fala pela minha boca, eu tenha cá as minhas razões para pensar que, ainda que não cheguemos a um acordo, sozinhos seremos capazes de vencer os mouros e tomar a cidade, como ainda há três meses tomámos Santarém com uma escada de mão e meia dúzia de homens, que tendo entrado depois o exército foi toda a população passada à espada, homens, mulheres e meninos, sem difere a de idades e terem ou não terem armas na mão, só escaparam os que conseguiram fugir e foram poucos, ora, se isto fizemos, também cercaríamos Lisboa, e se isto vos digo não é porque despreze o vosso auxílio, mas para que não nos vejais tão desprovidos de forças e de coragem, e mais ainda não falei doutras melhores razões, que é contarmos nós, portugueses, com a ajuda de Nosso Senhor Jesus Cristo [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 140)

No meio de uma barganha com os cruzados estrangeiros, o rei apresenta a tomada de uma vila chamada inexpugnável, empreendida com o auxílio apenas de uma escada de mão e de poucos soldados, e remete também ao milagre de Ourique. Neste trecho, urdido de maneira irônica, o narrador põe na voz do rei a glorificação comum nas obras canônicas sobre Afonso

Henriques – o elogio à destreza militar, comprovada pela astuta invasão do castelo de Santarém, e a predestinação divina, ecoada pela menção a Ourique. Em ambos os casos, na narrativa saramaguiana esses grandes feitos só valem na medida em que possam servir como sucedâneo a uma possível troca financeira – os cruzados demandam parte do saque de Lisboa em troca de seu auxílio no cerco, enquanto Afonso Henriques deseja manter todas as riquezas da cidade em poder dos portugueses. De fato, o posicionamento do rei português é descrito, sob a perspectiva dos estrangeiros, como avaro e arrogante:

[...] deveria ser geral a concordância de que na oratória do rei, além duma censurável avareza que quiçá venha a deitar tudo a perder, houve muita petulância, muito orgulho, parecia mais um arcebispo a falar do que um simples rei que nem o título tem direito a usar pois não Iho reconhece o papa, o qual, por muito favor, três anos antes lhe deu o tratamento de dux, e vai com sorte. (SARAMAGO, 2010, p. 141)

O posicionamento veladamente hostil da maior parte dos cruzados ante a fala arrogante de Afonso Henriques é manifesto no aparte de Guilherme Vitulo, o qual questiona a possibilidade de haver um povo escolhido por Deus: “Nosso Senhor Jesus Cristo ajuda a todos os cristãos, e a nenhum mais do que a outro, não faltava mais, acabava-se a religião se fossem uns filhos e outros enteados” (SARAMAGO, 2010, p. 141). A referência a Santarém por parte dos estrangeiros é feita na incursão conciliadora de Sahério de Archelles, que em certo sentido minimiza as glórias referentes à conquista de tal cidade, ao cotejá-la com a queda das muralhas de Jericó:

Que tomassem os portugueses Santarém com uma escada de mão, não duvidamos, ajudando Deus, como soberanamente o fez ao permitir que se derrubassem as muralhas de Jericó ao toque dumas trombetas, que nem sequer ao menos as tocaram sete guerreiros mas sete sacerdotes, e também não é causa de maior assombro terem os portugueses causado morticínio tal, se na mesma cidade de Jericó foram mortos, além dos homens, das mulheres, das crianças e dos velhos, foram mortos, digo, os bois, as ovelhas e os jumentos, o que sim a nós nos faz espécie é comprometer homem, ainda que rei, o nome do Senhor cuja vontade, bem sabemos, só se manifesta onde e quando quer, não bastando pedir, rogar, suplicar, importunar [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 141)

Nos trechos citados, é possível perceber uma comparação subjacente entre o milagre de Ourique e a conquista de Santarém. As duas empreitadas bélicas, bastante relevantes para a incipiente coroa portuguesa, têm como pontos de aproximação a vitória sobre forças maiores do que a do exército português – no caso de Ourique, a vitória sobre o contingente militar reunido por cinco reis mouros, no caso de Santarém a tomada de uma vila tida como inexpugnável, seguida pela morte de quase todos os seus habitantes – e o auxílio divino que teria garantido tais sucessos – em Ourique, a aparição de Deus; em Santarém, o aparecimento de uma estrela no firmamento antes da investida.

O bom augúrio aos portugueses, representado na tradição historiográfica portuguesa pelo relato do aparecimento de uma estrela cadente muito brilhante no firmamento²⁶, e o correspondente mau augúrio dos mouros, aludido nos textos históricos como o surgimento de uma serpente de fogo nos céus²⁷, não está representado no romance. Entretanto, a aproximação manifesta entre os eventos de Ourique e a conquista de Santarém na fala de Afonso Henriques remete ao carácter em certa medida milagroso de tal empreitada bélica. Pode-se entender que uma das razões pelas quais foi possível tomar uma cidade tão fortemente defendida pelos mouros, munidos por um exército limitado, seria a predestinação do rei português e de seu povo para alastrar as fronteiras cristãs no mundo.

A tomada da cidade ganha mais relevo do que os eventos relativos à campanha de Ourique no momento em que Raimundo Silva define como protagonista de sua nova história do cerco de Lisboa o soldado Mogueime. A escolha do revisor teria sido baseada no testemunho oral deste soldado acerca da conquista de Santarém, da qual ele afirma ter participado ativamente. O guerreiro é descrito como um “moço novo e alto, barbado curto, de pêlo negro” (SARAMAGO, 2010, p. 185). Sua desenvoltura verbal atrai a atenção de outros soldados, sentados em roda para ouvir seu relato sobre a conquista de Santarém.

Diz Mogueime, Que foi pela calada da noite, estivemos à espera até de madrugada em um vale encoberto e escuso tão perto da vila que ouvíamos bradar as sentinelas no muro, tínhamos tomadas nos braços as rédeas com o cuidado de não relincharem os cavalos, e quando veio o quarto da lua, que os capitães entenderam que estavam os vigias assonorentados, fomo-nos todos dali, ficaram os pajens no vale com as bestas, e pelo semideiro alcançámos a chegar à fonte de Atamarma, que este nome lhe deram por serem doces as suas águas, e indo além nos acercámos do muro, mas então estava passando nele a rolda, que forçoso foi termos de esperar outra vez, calados calados num campo de trigo, e quando pareceu bem a Mem Ramires, que era o que mandava nesses que estavam comigo, demos em subir asinha a ladeira, a tenção era prender uma escada no muro levantando-a numa lança, mas quis a má fortuna, ou o Maligno para empecer a obra, que resvalasse com grande som indo cair no telhado de um oleiro, foi a aflição muita de todos, se os vigias acordassem havia perigo de perder-se a empresa, abaixámo-nos cosidos com a sombra do muro (SARAMAGO, 2010, p. 186)

As circunstâncias do assalto à cidade ficam delineadas neste excerto, que cria uma atmosfera de silêncio e escuridão evocadas não só pelo conteúdo, mas também por aspectos

²⁶ Na tradução portuguesa do texto latino *De expugnatione Scalabis*, escrito por um cônego de Santa Cruz de Coimbra ainda no século XII e que fora atribuído erroneamente a Afonso Henriques, tal evento está relatado nos seguintes termos: “Vimos então um prodígio que muita coragem incutiu ao nosso espírito. Foi o facto que uma grande estrela cadente, como um facho luminoso, percorrendo uma grande parte do céu à nossa direita, caiu no mar. Imediatamente dissemos: O Senhor entregou a cidade em nossas mãos.” (PIMENTA, 1948, p. 103)

²⁷ Na obra citada na nota anterior, tal acontecimento é narrado da seguinte maneira: “Da mesma maneira, no dia em que as tréguas foram quebradas, também diante dos inimigos se deu um espantoso prodígio, que lhes dava a conhecer que a sua queda se daria dali a três noites: Ao meio-dia viram, atravessando o céu, como que uma serpente, formada, desde a cauda à cabeça, por uma língua de fogo e logo os seus sábios lhes profetizaram que Santarém ia ter novo rei. (PIMENTA, 1948, p. 103)

formais do texto – como o uso dos adjetivos “calada” e “calados”, dos substantivos “noite”, “madrugada”. Os homens de Afonso Henriques estavam, portanto, escondidos e tentavam manter o ataque sob sigilo durante o maior período de tempo possível. Essa atmosfera é subitamente desfeita quando, na tentativa de prender ao muro uma escada, um grande ruído é produzido pela queda dessa escada sobre o telhado de um oleiro, o que poderia colocar em risco o aspecto surpresa do ataque e comprometer a empresa de Afonso Henriques. O soldado atribui esse contratempo à má sorte ou a forças malignas, que estariam tentando destruir a obra dos portugueses. Além do clima de silêncio, são apresentados dados referentes à configuração geográfica de Santarém – próxima a um vale e a uma fonte – e à hierarquia dos soldados portugueses – comandados por Mem Ramires naquele momento. Depois do barulho provocado pela tentativa frustrada de prender as escadas às ameias do castelo, Mem Ramires começa a orquestrar outra maneira de iniciar o ataque:

[...] e depois, como não davam os mouros sinal, chamou-me Mem Ramires por ser o mais alto e mandou-me que subisse aos seus ombros, e eu preendi a escada em cima, depois subiu ele e eu com ele, e outro comigo, e quando esperávamos que subissem os demais, acordaram os vigias e um deles perguntou, Menfu, que quer dizer, Quem anda aí, e Mem Ramires, que fala o arábigo como se fora mouro, disse que éramos da rolda e que tínhamos voltado atrás por umas ordens, e tendo o mouro descido da torre cortou-lhe a cabeça, que lançámos fora, assim ficando os nossos seguros de que tínhamos entrado na praça, mas o outro vigia percebeu quem éramos e começou a bradar a grandes vozes Anauchara, anauchara, que na língua deles quer dizer Cilada de cristãos, nessa altura já éramos dez em cima do muro, aí veio a rolda a correr e começaram as cutiladas de uma parte e da outra (SARAMAGO, 2010, p. 186-187)

Nessa passagem, o soldado Mogueime confere a si mesmo grande proeminência na tomada de Santarém, ao apresentar-se como a pessoa que subiu aos ombros de Mem Ramires a fim de atar a escada ao muro – escada pela qual subiriam os soldados para invadir a cidade adormecida. Dessa maneira, Mogueime seria responsável quase direto pela conquista da cidade, já que teria tornado viável a entrada dos portugueses ali. Uma vez sobre os muros, os portugueses facilmente teriam dominado os mouros, matando todos que fosse possível matar e deixando um legado de sangue sobre o solo da cidade. A entrada do rei dá-se pelo portão que fora aberto por seus soldados, e sua primeira ação no território quase conquistado é prostrar-se e rezar:

[...] bradava Mem Ramires chamando em ajuda Santiago, patrono de Espanha, e el-rei D. Afonso que estava fora respondia a altas vozes dizendo, Santiago e Santa Maria Virgem acudi-nos, e mais dizia, Matai-os a todos que não escape um, enfim, os incitamentos do costume entretanto por outra parte subiram vinte e cinco dos nossos e foram-se às portas trabalhando de abri-las, mas só o puderam conseguir depois que de fora lhes lançaram um macho de ferro com que que britaram os embudos e as fechaduras, e então entrou el-rei com os seus e, fincados os joelhos no chão, no meio da porta, começou a dar graças a Deus, mas logo se levantou porque

vinham os mouros correndo a defender a entrada, porém já Lhes chegara a hora da morte. (SARAMAGO, 2010, p. 187)

Na voz de Mogueime, portanto, o papel de Afonso Henriques na tomada de Santarém perde relevância se comparado aos feitos do próprio soldado e de seu superior, Mem Ramires. Não é referido em nenhum momento da fala do soldado o gênio militar do rei por ter arquitetado um ataque surpresa. De fato, Mogueime, em seu relato, limita a presença do rei a gritar por Santiago e ordenar que se matem todos os mouros, e, dentro dos limites do castelo, de se prostrar e rezar. Enquanto isso, quem toma as decisões referentes à maneira como se poderá subir aos muros do castelo ante o contratempo representado pela queda da escada é Mem Ramires, e quem de fato possibilita a invasão portuguesa é Mogueime.

Logo depois de apresentar o relato de Mogueime, confirmado por soldados que teriam participado com ele da conquista de Santarém, o narrador faz algumas considerações sobre o testemunho do soldado. Primeiramente, são levantados alguns questionamentos acerca da viabilidade de uma fala de tal maneira articulada, por parte de um homem como aquele e naquele momento histórico:

Alguns desses nomeados acenaram com a cabeça confirmando, sem dúvida teriam os seus próprios feitos para contar, mas sendo dos a quem as palavras faltam sempre, primeiro por não serem em número bastante, segundo porque não acodem quando se lhes pede, deixaram-se ficar como estavam, calados na roda, ouvindo aquele mais loquaz e jeitoso na principiada arte de falar português, passe o exagero, que teríamos a mais avançada língua do mundo se há oito séculos e meio um simples militar sem graduação já pudesse construir discurso tão claro, onde nem as felicidades narrativas faltam, a alternância do breve e do longo, o corte súbito, a mudança de plano, a suspensão, até a ironia levemente desrespeitosa [...] . (SARAMAGO, 2010, p. 187-188)

O talento narrativo de Mogueime, entretanto, não é a única fonte de questionamentos do narrador. Na busca de Raimundo Silva por um protagonista para a história do cerco de Lisboa em que os cruzados não ajudam o rei português, o revisor de textos problematiza a veracidade e a confiabilidade do relato de Mogueime. Apesar de ele ter sido testemunha ocular e participe dos acontecimentos referentes à tomada da povoação de Santarém, o narrador de *História do cerco de Lisboa* põe em xeque sua narrativa frente aos relatos historiográficos utilizados por Raimundo Silva para a preparação de seu romance. A primeira imprecisão histórica apontada no relato de Mogueime refere-se às características do lago de Atamarma:

É preciso, efectivamente, saber quem mente aqui e quem diz a verdade, e não estamos a pensar na questão dos nomes, se é Mogueime, ou Moqueime, como também não falta quem viesse a chamar-lhe, ou Moigema, [...] O que sim quereria Raimundo Silva averiguar é se as águas da fonte da Atamarma eram realmente

doces, como afirmou Mogueime, anunciando a lição futura da Crónica dos Cinco Reis de Portugal, ou se, pelo contrário, eram amargas, como expressamente o declara o outras vezes citado Frei António Brandão na sua estimada Crónica de D. Afonso Henriques, o qual vai ao ponto de dizer que por serem as águas amargosas é que à fonte chamavam da Atamarma, o que, posto em vernáculo e em inteligível, equivaleria a dizer, rigorosamente, fonte das Águas Amargas. (SARAMAGO, 2010, p. 189-190)

A dúvida de Raimundo Silva sobre seu protagonista, iniciada pela confusão de nomes pelos quais este soldado teria sido chamado em diferentes textos de diferentes épocas, manifesta-se em relação a detalhes como a doçura ou amargura das águas do lago de Atamarma. Como tentativa de solução de tal impasse, o revisor lança mão de duas obras historiográficas reiteradamente citadas ao longo de *História do cerco de Lisboa: a Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Cotejando as informações históricas presentes em ambas com o testemunho de Mogueime, o narrador acaba por decidir-se pela acuidade histórica da obra de António Brandão: para ele, logicamente “não faria sentido, sendo as águas da terra no seu geral doces, pretender distinguir uma fonte por aquilo que pertence ao geral delas” (SARAMAGO, 2010, p. 191). A reflexão lógica de Raimundo Silva acaba por evidenciar uma possível inadequação histórica presente no relato de Mogueime, ainda que não seja considerada uma questão importante.

Depois do impasse acerca das águas de Atamarma, o narrador apresenta uma preocupação mais profunda de Raimundo Silva em relação à história contada por Mogueime. Cotejando novamente o relato do soldado com a *Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques*, o revisor tenta decidir se o soldado mentiu sobre quem teria subido às costas de quem no momento de prender a escada às ameias do castelo de Santarém – Mem Ramires aos ombros de Mogueime ou Mogueime aos ombros de Mem Ramires:

O que realmente preocupa o revisor, agora que já aceitou Mogueime como personagem, é achá-lo em contradição, se não em flagrante mentira, situação para que não pode haver outra alternativa que a verdade, pois aqui não ficou espaço para uma nova fonte da Atamarma oferecendo conciliadoramente umas águas que não são nem sim nem não. Disse Mogueime, e muito por claro o explicou, que subiu aos ombros de Mem Ramires para prender a escada nas ameias do muro, o que, aliás, viria demonstrar, pela via do facto histórico, o que ainda podíamos imaginar serem aquelas idades, tão próximas da de ouro que dela conservavam o brilho de certas acções, neste caso ter dado um fidalgo da corte de D. Afonso o seu precioso corpo para suporte, plinto e pedestal dos plebeíssimos pés dum soldado sem outros méritos aparentes que ter crescido mais do que os outros. (SARAMAGO, 2010, P. 191-192)

Diante da imprecisão acerca de quem teria subido às costas de quem a fim de atar a escada às ameias do muro, Raimundo Silva novamente recorre aos textos historiográficos a fim de determinar a acuidade do testemunho de Mogueime. Diante do citado, percebe-se que

o revisor não acredita na versão do soldado e faz um julgamento acerca do valor de sua voz em contraposição à hierarquia militar, segundo a qual um soldado raso jamais subiria a um superior. Apesar de a decisão de Raimundo Silva sobre a possível mentira de Mogueime parecer ser baseada nos relatos das fontes historiográficas, seu julgamento parece mesmo ser anterior à consulta das obras históricas:

Mas o que Mogueime disse, e, vá lá, o confirma Frei António Brandão, desmente-o o texto mais antigo da *Crónica dos Cinco Reis*, onde se escreve, sem tirar nem pôr, que Dom Mendo ouue gram dor em seu coração se por uentura se espantassé as vellas pello som e amergeosse e esteue quedo hú pouco & depois fez lançar curuo hú mancebo Mogueime e sobio açima com asina delrey e por cima delle fez lançar a escada ao muro, ora isto é muito límpido e claro, apesar das peculiaridades lexicais e ortográficas, o que se lê é que Mogueime se curvou para que às costas lhe subisse Mem Ramires e que por ordem deste o fez, não há prestidigitações de interpretação nem casuísticas de linguagem que admitam uma leitura diferente. (SARAMAGO, 2010, p. 191-192)

Ao reapresentar os livros que já haviam sido citados quando da discussão acerca de Atamarma, Raimundo Silva apresenta duas versões diferentes acerca da subida aos muros do castelo de Santarém: em *Crónica de Dom Afonso Henriques*, afirma-se que foi Mogueime quem subiu aos ombros de Mem Ramires a fim de atar a escada, ao passo que na *Crónica de cinco reis de Portugal* consta a subida de Mem Ramires aos ombros de Mogueime. Diferentemente do que acontece no caso de Atamarma, quando toma como verdade o que é narrado no texto de António Brandão baseando-se em um critério lógico, o revisor aceita como verdadeiros os fatos narrados na *Crónica de cinco reis de Portugal* e justifica sua opção pela antiguidade do texto.

O testemunho de Mogueime, então, é desautorizado frente à suposta verdade histórica presente em uma obra historiográfica – verdade essa que, de acordo com o excerto citado, é única e exclui qualquer outra versão. Nesse caso, percebe-se, por parte de Raimundo Silva, grande valorização da verdade histórica, bem como uma correlação entre verdade e discurso historiográfico, entre fato e urdidura narrativa. Ironicamente, a história sobre o cerco de Lisboa escrita pelo revisor de textos é fundamentada em um olhar oblíquo acerca dos eventos referentes ao cerco de 1147 – uma inversão nas negociações entre portugueses e cruzados que está bem longe dessa verdade histórica a que Raimundo Silva não consegue fugir inteiramente. A sobrevalorização dos textos históricos (e do registro escrito, de forma mais ampla) acerca de um evento histórico como a tomada de Santarém em relação ao testemunho oral de uma personagem que teria participado de tal evento fica patente mais adiante no romance:

Raimundo Silva tem diante de si os dois textos, compara-os, nenhuma dúvida pode subsistir, Mogueime é indiscutivelmente mentiroso, tanto pelo que resulta da lógica das situações hierárquicas, ele soldado, o outro capitão, quanto pela autoridade particular de que se investe, como texto anterior que é, a Crónica dos Cinco Reis. A pessoas só interessadas nas grandes sínteses históricas, hão-de estas questões parecer-lhes irremediavelmente ridículas, mas nós devemos é atender a Raimundo Silva, que tem uma tarefa a cumprir e que logo de entrada se vê a braços com a dificuldade de conviver com personagem tão duvidosa, este Mogueime, Moqueime ou Moigema, que, além de mostrar não saber exactamente quem é, porventura está maltratando a verdade que, como testemunha presencial, seria seu dever respeitar e transmitir aos vindouros, nós. (SARAMAGO, 2010, p. 192)

Depois de comparar os dois textos históricos e, com base nisso, tachar Mogueime de mentiroso, Raimundo Silva critica a postura desse protagonista duvidoso ao forjar um testemunho falso. Tomando como mais fidedigno um relato histórico do que outro e, de qualquer maneira, acreditando mais nesses textos do que no relato de alguém que teria participado dos eventos, o revisor assume uma posição de valorização da cultura escrita em detrimento da cultura oral. O que diz uma personagem assim, posta sob suspeita desde o início, não recebe a mesma valorização do que o que está escrito em obras historiográficas canônicas, o que vai ao encontro da busca pela verdade histórica manifesta anteriormente pelo revisor.

A desvalorização do relato de Mogueime pode se relacionar, também, à sua posição na estrutura social de então: como é enfatizado, Mogueime é um soldado raso, sem patentes nem glórias. O que ele diz não pode valer tanto quanto o que diria, por exemplo, um superior militar como Mem Ramires, político como Afonso Henriques, religioso como D. Pedro Pitões ou João Peculiar, ou intelectual, como Frei Rogeiro. Parece ter maior relevância e maior consonância com uma verdade histórica a escrita de historiadores, que produziram obras acerca dos acontecimentos vividos por Mogueime mais de dois séculos depois de esses eventos terem ocorrido.

Além da visão dos portugueses sobre a conquista de Santarém, também está presente em *História do cerco de Lisboa* a perspectiva dos árabes sobre tal acontecimento. A visão dos mouros é narrada no momento em que uma comitiva formada pelos prelados de Braga e do Porto se apresenta às autoridades árabes a fim de oferecer a oportunidade de rendição, em Lisboa.

E agora, sim, antes que o resto do discurso se perca também, dêmos ouvidos e atenção ao governador dos mouros, notando desde já como Lhe sai tranquila a voz, no tom de quem sossegadamente discorre sobre alguns dados da evidência e dela não pensa afastar-se, Como quereis vós, perguntava ele, que acreditemos nisso que dissestes de que somente desejais que vos entreguemos a fortaleza do nosso castelo, ficando nós com a liberdade, e que não quereis expulsar-nos das nossas casas, se vos

desmente o exemplo do que haveis feito em Santarém, onde por morte atrocíssima até aos velhos roubastes a pouca vida que Lhes restava, e às indefesas mulheres degolastes como a cordeiros inocentes, e aos meninos esquartejastes sem que se vos derretesse o coração o débil clamor, ora não me digais que se vos apagaram da memória os tristes sucessos, que se é verdade que não podemos trazer-vos aqui os mortos de Santarém, podemos, isso sim, chamar todos quantos, feridos, chagados e mutilados, ainda tiveram forças para se recolherem à nossa cidade, esses mesmos que agora iríeis exterminar de vez, e a nós com eles, pois não vos bastou o primeiro crime, porém, desenganai-vos que nunca foi nossa intenção entregar-vos Lisboa pacificamente ou submetê-la ao vosso domínio, deixando-nos ficar nela, concordai que seria grande a nossa ingenuidade se trocássemos o certo pelo incerto, o seguro pelo duvidoso, fiados apenas dessa palavra que tão pouco vale, a vossa. (SARAMAGO, 2010, p. 203-204)

Neste excerto, nota-se uma visão bastante diferente em relação às gloriosas narrativas portuguesas sobre a conquista escalabitana. Contrapondo-se ao discurso português, o alcaide sarraceno narra o que acontecera aos mouros vencidos na tomada da cidade – a morte de pessoas fora de idade de combate, a crueldade cometida nas mulheres e nas crianças. O termo crime é empregado para referir-se à maneira como os soldados de Afonso Henriques invadiram Santarém, assim como o silenciamento definitivo das vozes árabes de tal evento histórico é apresentado por “ora não me digais que se vos apagaram da memória os tristes sucessos, que se é verdade que não podemos trazer-vos aqui os mortos de Santarém” (ibidem, p. 204). Ainda que fossem condizentes com as práticas militares de então, a crueldade das ações portuguesas naquele evento fica representada no romance na voz de uma personagem descrita por Raimundo Silva de maneira positiva, enaltecendo a inteligência e o estágio avançado da civilização árabe em relação à europeia.

Outros detalhes referentes à conquista de Santarém apresentados no romance relacionam-se com hábitos bélicos vigentes no século XII, como a publicação da guerra aos adversários pelo menos três dias antes do confronto. O narrador apresenta este hábito de forma a criar uma contraposição entre os costumes do passado e os do presente, usando como exemplo o ataque a Pearl Harbour:

Sem tira-te nem guarda-te, à falsa fé, atacaram os aviões japoneses a esquadra norte-americana que estava demolhando as obras vivas em Pearl Harbour, e foi ali o destroço que se sabe, regular quanto a perdas de gente, se compararmos com Hiroxima e Nagasáqui, mas de consequências catastróficas no que toca aos bens materiais, couraçados, porta-aviões, destroyers, e o resto, um prejuízo de arrasar as finanças, ao todo treze barcos metidos no fundo sem que alguma vez tivessem disparado um tiro a sério, fora os exercícios. Foi uma causa remota do naval desastre ter-se perdido, numa hora qualquer daquela noite dos tempos que guarda os segredos, ter-se perdido, dizíamos, o costume cavaleiresco de mandar publicar as guerras com um aviso prévio de três dias, para que ao inimigo não faltasse tempo de preparar-se ou, preferindo, de pôr-se a salvo, outrossim para que não caísse, sobre quem a trégua decidira romper, o labéu infamante de desleal ao honor militar. Tempos que não voltam nunca mais. Porque, enfim, uma coisa é atacar pela calada da noite, sem tambores nem trombetas, mas tendo antes mandado recado, outra

seria, sem tira-te nem guarda-te, vir com pezinhos de lã e armas pretas até umas portas descuidosamente abertas e entrar por ali dentro, a matar. (SARAMAGO, 2010, p. 195)

A alusão à maneira como se tomou Santarém baseia-se na descrição de seu ataque – na calada da noite, sem tambores ou trombetas – e no fato de se ter publicado que as tréguas entre o alcaide da cidade e o governo luso estavam rotas. Mas uma referência mais explícita pode ser observada logo a seguir, quando a instância narrativa reflete sobre o destino dos habitantes de Santarém que pereceram mesmo com a publicação do ataque que a cidade sofreria:

Já sabemos que ninguém pode fugir ao seu destino, e está muito claro que as mulheres e as crianças de Santarém estavam fadadas para morrer naquela noite, era esse um ponto em que tinham chegado a acordo o Alá dos mouros e o Deus dos cristãos, mas ao menos não poderiam queixar-se as infelizes de não terem sido avisadas, se ficaram foi de sua livre vontade, que à vil de Santarém mandou o nosso bom rei a Martim Moab e mais dois companheiros que publicassem a guerra aos mouros para daí a três dias, portanto não incorria D. Afonso Henriques em culpas mentais e reais quando disse, antes da batalha, Não perdoeis a sexo nem a idade, morra o menino que pende dos braços da mãe e o velho carregado de dias, a donzela moça, a velha decrépita, é que ele imaginava, pois que usou da cautela prescrita no código, que só o estariam esperando a pé firme os guerreiros mouros, todos homens e no vigor da idade. (SARAMAGO, 2010, p. 195-196)

Neste excerto, o narrador cita uma fala de Afonso Henriques, ocorrida no discurso anterior à batalha entre portugueses e sarracenos. Essa citação, assim como outras apropriações feitas no decorrer do romance, parece remeter a obras historiográficas referentes à conquista de Santarém, o que indicaria uma apropriação intertextual dos discursos dessas obras por parte da obra literária. De fato, pode ser observada uma retomada de fontes historiográficas na malha romanesca de *História do cerco de Lisboa* no que se refere à reconfiguração ficcional dos eventos históricos referentes à conquista de Santarém – tais fontes, que são apropriadas, parodiadas e ressignificadas no romance saramaguiano, são as citadas *Crónica de cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*.

3.2 A apropriação paródica de *Crónica de cinco reis de Portugal* e de *Crónica de Dom Afonso Henriques*

O relato historiográfico acerca da conquista de Santarém é parodiado em *História do cerco de Lisboa*, baseando-se essencialmente nas obras *Crónica de cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*. O narrador do romance apropria-se de duas fontes históricas para constituir o testemunho de Mogueime, através do qual a história da tomada de

Santarém é detalhada na diegese, mesclando informações de uma e de outra. Este processo paródico de apropriação intertextual é desnudado pelo revisor Raimundo Silva, que questiona a confiabilidade do discurso do soldado retornando às fontes históricas utilizadas para conformar tal discurso.

O testemunho de Mogueime é fundamentalmente baseado na *Crónica de cinco reis de Portugal*. Há passagens em que as ressonâncias intertextuais são tão patentes, que a única diferença entre o texto historiográfico quatrocentista e o romance de Saramago parece ser a atualização ortográfica. O trecho apropriado na construção da fala de Mogueime está no vigésimo capítulo da parte referente ao reinado de Afonso Henriques da obra citada:

Elrej com todos os seus perto da Villa lançaraõsse em hũ valle encuberto e escuso tam açerca do lugar que ouuiaõ dalj fallar os do muro quando bradauaõ hũs aos outros e esteueraõ allj toda a noite armados per terra com as redeas dos caualos nos braços vigiando todos com grande cuidado da obra que esperauaõ de fazer ao outro dia [...]. Quando veio a madrugada sobre o quarto dalua que elles entẽderão que as vellas eraõ mais assonorentadas e os da villa jazião mais assonorentados partiransse dalj & deixaraõ todos os pagẽs em aquelle valle com as bestas e tomaransse o semedeiro atee montiraz e afonte de tamarma que assi se auia nome em arauigo pelas agoas della que saõ doçes e foraõ per meio do valle, e hia diante Mem monis na prim^{te} parte dianteira que sabia bem as entradas e saidas (BASTO, 1945, p. 86-86)

Neste excerto, as circunstâncias anteriores ao ataque são demonstradas: o rei e seus homens permaneceram armados em um vale escondido enquanto esperavam os sentinelas mouros adormecerem. A ressonância da obra histórica no testemunho de Mogueime é indicada pelo uso dos mesmos adjetivos, pela organização dos eventos e mesmo pela organização sintática das orações.

[...] elles deixaransse folgar em hũa erua de hũ trigo que ahi estaua atee que ambas as guardas adormeçessẽ & lhe ds desse sono e acabo de pouco moueosse Dom Mendo azinha com os seus pelo enfesto e foi por cima da casa de hũ oleiro rijamente ao muro e enuiou a escada em cima da haste e não se lhe pode ter em cima do muro mas correolhe por elle atee o fundo e deu no telhado e fez grande som & Dom Mendo ouue gram dor em seu coração se por uentura se espantassẽ as vellas pello som e amergeosse e esteue quedo hũ pouco & depois fez lançar curuo hũ mãcebo Mogueime e por cima delle fez lançar a escada ao muro e sobio acima com asina delrej e aleuantoua (BASTOS, 1945, p. 88)

Há evidências de apropriação intertextual deste trecho por parte da instância narrativa de *História do cerco de Lisboa*, como a alusão à casa do oleiro e a descrição da queda da escada. Também pode ser encontrada, neste excerto, a matriz para a citação literal situada na página 192 do romance saramaguiano – a dor de D. Mendo e o temor de que o barulho acordasse as sentinelas –, assim como a principal diferença entre a apresentação do ataque português a Santarém da *Crónica de cinco reis de Portugal* e o relato de Mogueime.

[...] deshi sobiraõ outros dous com elle e eraõ ja tres em cima e acordaraõ as vellas que ainda naõ Dormiaõ bem e quando os sentiraõ disse hũ delles com a voz rouca menfu que quer dizer quem anda hj e D. Mendo respondeo por arauia que era dos da rolda que por hi hia que tornaua por lhe dizer cousas que cumpriaõ e que deçesse afundo, e o mouro tâto que deçeo foisse a elle muja zinha e cortoulhe a cabeça e deitoua aos de fora pa serem mais seguros e a outra vella que tudo ouuio & conheçeo que eraõ xpaõs começou a bradar a grandes vozes dizendo anauchara que quer dizer cilada de xpaõs e sendo ja dos xpaõs dez ençima do muro chegaraõ os da Rolda outra vez asinha aos brados que ouuiraõ e comecaraõ a jugar acutiladas com elles rijamente, & dom Mendo começou a bradar chamando em ajuda santiago padrão despanha elrej D. A° bradou altas vozes dizendo santiago & santa Maria Virgem bẽ auêturada acorredenos aqui dizendo matadeos todos naõ seia tal que escape todos andem a espada sobirão atee vinte e cinco e foraõ muj azinha as portas & trabalharansse de as britar mas hũ macho de ferro deitado de fora britou as fechaduras e os embudos fortemente & as portas abertas entrou elrej a pee na terra com os seus e fincados os giolhos em meio da porta a gram prazer deu gracias a ds e os mouros corraõ todos pa alj e defenderaõsse os de mais delles a alfange tangente dentro, e que se naõ podiaõ ter acolheraõsse os de mais delles a alfange mas pello despreçbento em que elles eraõ foraõ logo entrados & mataraõ muitos delles e molheres e moços e era o sangue tanto pellas ruas que parecia rio. (BASTO, 1945, p.88- 89)

As ressonâncias do texto atribuído a Fernão Lopes no romance saramaguiano são evidentes, tanto em um nível de estruturação do enredo como em um nível lexical, passando pela organização das orações. A ordem dos acontecimentos narrados na obra historiográfica e no romance é o mesmo, havendo, evidentemente, algumas supressões no romance e algumas adaptações da matéria histórica ao ritmo narrativo da obra saramaguiana. Tanto no texto historiográfico quanto no romance, a ação começa à noite no vale, quando os soldados esperavam que os sentinelas mouros adormecessem para seguir ao ataque; prossegue com a frustração das expectativas dos portugueses ao ouvir os árabes na rolda e o subsequente esconderijo no campo de trigo, com o cuidado no avançar, quebrado pela queda da escada lançada por Mem Ramires no teto do oleiro e com as estratégias para subir às ameias do castelo e prender a escada; e culmina com a invasão dos portugueses, com a reza de Afonso Henriques e com os muitos mortos entre os mouros.

Em alguns casos, a diferença entre a estruturação sintática das orações do romance e da obra histórica reside apenas em algumas interpolações, e na atualização de alguns vocábulos. Como exemplo, pode ser relevante apresentar as seguintes passagens, cotejando seu conteúdo e sua forma: “os nossos avançando de roldão os mataram, e com eles muitas mulheres e meninos, e grande multidão de gados, e foi tanto o sangue que corria pelas ruas como um rio” (SARAMAGO, 2010, p. 187) e “mataraõ muitos delles e molheres e moços e era o sangue tanto pellas ruas que parecia rio. foraõ ahi mortos gram multidão de gados” (BASTO, 1945, p. 89) estão evidentemente relacionadas pela apropriação intertextual,

conforme pode ser notado no uso de vocábulos iguais nas duas passagens e na imagem de um rio de sangue.

As evidências da apropriação intertextual da *Crónica de cinco reis de Portugal* por parte de *História do cerco de Lisboa* estendem-se a equivalências lexicais entre os dois textos. Evidenciam as relações de intertextualidade entre as duas obras vocábulos como “encoberto”, “escuso”, “assonorentados”, “asinha”, “cutiladas”, “britaram”, “macho de ferro”, “embudos”, entre outros. A retomada do texto historiográfico no romance, portanto, parece bastante evidente.

No entanto, apesar de as relações entre o texto da *Crónica de cinco reis de Portugal* e o romance *História do cerco de Lisboa* serem evidentes no que diz respeito ao testemunho de Mogueime sobre a tomada de Santarém, há uma inconsistência entre a retomada romanesca e o relato histórico que indica a apropriação de outra fonte historiográfica. São inconsistentes entre o romance e a obra atribuída a Fernão Lopes as circunstâncias acerca de quem teria subido aos ombros de quem a fim de atar a escada às ameias do muro do castelo: se Mem Ramires teria subido às costas de Mogueime, conforme apresentado no texto historiográfico, ou se teria acontecido o contrário, como afirma Mogueime no romance. Um texto historiográfico que corrobora a fala de Mogueime pode ser encontrada na já citada obra de António Brandão:

Tomou então com muita pressa o bom cavaleiro sobre seus ombros um mancebo alto, chamado Moigema, para que atasse seguramente a escada nas ameias do muro, e como o tivesse feito subiu o que levava a bandeira real, e logo Mem Ramires e outros. (BRANDÃO, 1945, p. 105)

De fato, essa parece ser uma das fontes utilizadas pelo narrador na composição da fala de Mogueime – não só neste momento particular do romance, mas de forma mais geral também. No que diz respeito à ficcionalização da tomada de Santarém, há outra retomada da obra de António Brandão – a referência ao discurso proferido por Afonso Henriques ao informar aos seus soldados que se destinavam a Santarém, presente à página 196 do romance, é citação *ipsis literis* da obra do monge cisterciense: “*Não perdoeis a sexo nem a idade, morra o menino que pende dos braços da mãe e o velho carregado de dias, a donzela moça, a velha decrépita*” (BRANDÃO, 1945, p. 103). Neste caso, diferentemente do que acontece em outros momentos do romance, o autor do texto historiográfico não é citado, o que torna a apropriação intertextual mais difusa e difícil de determinar.

Outra fonte possível para a constituição do relato de Mogueime, além das duas já citadas, é a *História de Portugal* de Alexandre Herculano. A elaboração acerca da quase anedótica tomada de Santarém na obra do historiador português oitocentista é feita nos seguintes termos:

Pelo tecto da casa de um oleiro contígua ao muro, Mem Ramires cozeu-se com este e procurou com a ponta da lança segurar uma escada às ameias; mas, falhando-lhe o tiro, a escada caiu com grande ruído. Não titubeou ele entre a vida e a morte e, curvando-se, ergueu sobre os ombros um soldado, que lançou as mãos à aresta da muralha e, pulando acima, pôde amarrar a escada a uma das ameias. Num relance o alferes subiu com o pendão real e hasteou-o. Quase a um tempo Mem Ramires se achou ao pé dele. Tudo isto fora obra de um instante; mas o ruído despertara, de feito, as sentinelas. Olharam: o pavoroso estandarte do tirano Ibn Errik estava lá como o espectro da morte. Estupefactos, perguntaram ambos com voz tomada: “Quem sois?” Fora impossível enganá-los. Três vezes clamaram em brados confusos: “Nazarenos!” Três eram também os cristãos que se achavam no adarve, Mem Ramires respondeu com o grito de guerra: “Santiago e rei Afonso!” A voz do rei, sobrelevando às do tropel que o cercava, retumbou então por cima da estrupida. Bradava por Santiago e pela Virgem, e ao mesmo tempo dizia aos que estavam no adarve: “Eis-me aqui; eis-me aqui! Metei-os à espada! Nenhum escape do ferro!” (HERCULANO, 2007, p. 315)

A construção narrativa da cena, tão cheia de detalhes e não isenta de certo suspense, denota uma inversão de papéis no calor da guerra – Mem Ramires cede seus ombros para que um soldado neles suba e possa prender a escada à muralha de Santarém e estender o pendão real, desencadeando a conquista da povoação. Tendo em mente o excerto do romance em que está presente a fala de Mogueime, é possível notar alguns ecos do texto de Herculano mesmo em um nível lexical como, por exemplo, o uso feito em *História do Cerco de Lisboa* do verbo “coser” no participípio, que ecoa o “cozeu-se” de Herculano.

Parece, portanto, possível afirmar que o narrador de *História do cerco de Lisboa* realiza uma apropriação intertextual de três fontes historiográficas, as quais estão presentes no romance em diferentes extensões, com diferentes níveis de literalidade. A maneira como as obras são absorvidas e ressignificadas na malha romanesca pode ser considerada paródica, na medida em que estas são transformadas no romance de modo a serem reutilizadas, sem que se perca a ligação entre os textos historiográficos, obras de origem, e o romance, obra de acolhida – forma de intertextualidade definida como paródia pela tipologia de Gérard Genette (2010, p. 37) e retomada por Tiphaine Samoyault (2008, p. 53).

Segundo Genette, a paródia é uma das práticas hipertextuais, definidas como toda relação que une um texto B (chamado por Genette de hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto, para Genette) do qual ele “brota” de outra maneira que não a do comentário (GENETTE, 2010, p. 16). O hipertexto transforma o hipotexto sem uma relação de co-

presença necessária. São práticas hipertextuais a paródia e o pastiche: a paródia transforma o hipertexto, ao passo que o pastiche o imita.

No romance, o conteúdo dos textos historiográficos é transformado na medida em que trechos de cada uma das obras são apropriados pelo narrador, mesclados entre si a fim de criar o testemunho de Mogueime – um texto novo. O texto das fontes históricas é ressignificado ao ser inserido na trama romanesca: sua forma original é alterada, adaptando-se à respiração do relato oral de uma personagem do romance.

Parece impressionante o fato de uma referência tão extensa, que engloba tantas obras, ter sido absorvida e ressignificada de forma a integrar tão naturalmente a fala de uma personagem, tendo sido acolhida no livro e moldada de forma a caber no ritmo narrativo saramaguiano. A ressignificação deste trecho assume dimensão paródica na medida em que o narrador escolhe alguns trechos das obras de origem, suprime outros e imprime seu ritmo à fala da personagem através da inserção de alguns comentários que não estão presentes nas fontes históricas – como a referência ao Maligno, que teria desejado empecer a obra de Afonso Henriques, e a maneira como foi apresentado o destino dos mouros.

Levando em conta o fato de este excerto constituir a fala de uma personagem do romance, essa ressignificação e as leves alterações nas falas de Afonso Henriques podem indicar estratégias narrativas utilizadas no testemunho oral que divergem muitas vezes do discurso oficial. Essa hipótese é levantada mesmo pelo narrador de *História do cerco de Lisboa*, embora devido a outro motivo – a dúvida sobre quem teria subido aos ombros de quem para fixar as escadas, uma vez que na *Crónica dos cinco reis de Portugal* é Mem Ramires que sobe nos ombros do soldado.

A maneira como os textos históricos são retomados no romance parece apontar para outra dimensão paródica de sua constituição: a paródia pós-moderna de Linda Hutcheon. A autora ressalta que, quando emprega o termo paródia, não está se referindo às imitações ridicularizadoras que ordinariamente são atribuídas a tal termo. De acordo com Hutcheon, a paródia é redefinida em termos de “uma repetição com distância crítica que permite a indicação irônica da diferença no próprio âmago da semelhança” (HUTCHEON, 1991, p. 47), representando não só a mudança, mas também a continuidade cultural. A autora ainda afirma que a paródia é uma das maneiras de estabelecer o vínculo entre a arte e o mundo (p. 57) e parece oferecer, em relação ao presente e ao passado:

[...] uma perspectiva que permite ao artista falar para um discurso e partir de dentro desse discurso, mas sem ser totalmente recuperado por ele. Por esse motivo, a paródia parece ter se tornado a categoria daquilo que chamei de “ex-cêntrico”, daqueles que são marginalizados por uma ideologia dominante. (HUTCHEON, 1991, p. 58)

A ironia sobre a conquista de Santarém, grande evento do passado luso, recai sobre a simplicidade anedótica de suas circunstâncias – um exército limitado tomou o castelo inexpugnável usando uma escada de mão. As formas textuais representativas do passado, que glorificam o gênio militar de Afonso Henriques e o brio do exército português, são ressignificadas no romance, que questiona esse passado glorioso e as pedras angulares da fundação de Portugal como nação. Além disso, mais um índice da dessacralização irônica empreendida pela apropriação paródica dos textos historiográficos parece ser o fato de tais textos terem sido postos na boca de um soldado raso. Mogueime, uma personalidade menor da história portuguesa, é quem narra e toma parte da tomada de Santarém, o que apresentaria a visão de alguém geralmente esquecido pela história tradicional e representativo das massas silenciadas pelo relato focalizado nos grandes homens.

As obras históricas, aparentemente valorizadas pelo revisor de textos Raimundo Silva, são apontadas como meros vestígios de uma realidade à qual não se pode ter acesso pelo narrador do romance. Os indícios de ironia sobre a veracidade das fontes históricas ante o testemunho de Mogueime são apresentados logo depois do relato do soldado, quando o revisor está questionando a confiabilidade de seu novo protagonista.

Contrapondo a *Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques*, Raimundo Silva tenta determinar se as águas do lago Atamarma, nos arredores de Santarém, seriam doces, como é afirmado no primeiro texto, ou amargas, conforme afirma Brandão no segundo. Além dessa dúvida, o revisor ainda questiona a veracidade da história contada por Mogueime, de como ele tomara parte na conquista de Santarém ao subir nos ombros de Mem Ramires para posicionar a escada nas ameias dos muros da cidade moura e, então, poderem seus companheiros invadi-la.

Como na dúvida sobre Atamarma, também na discrepância entre quem subiu aos ombros de quem na tomada de Santarém Raimundo Silva contrapõe as obras *Crónica dos cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Esse ceticismo parece ancorar-se, em certa medida, na inacessibilidade do passado real, que atormenta Raimundo Silva. No que diz respeito a uma grande dúvida levantada pelo romance, a veracidade dos discursos

atribuídos a Afonso Henriques, o revisor de textos se mostra capaz de renunciar a alguma coisa de sua vida para poder saber exatamente o que o rei disse aos cruzados:

Pensarmos nós que nunca nunca viremos a saber que palavras disse realmente Afonso Henriques aos cruzados, ao menos bons dias, e que mais, e que mais, e a claridade ofuscante desta evidência, não poder saber, aparece-lhe, de súbito, como uma infelicidade, seria capaz de renunciar a alguma coisa, não se pergunta quê nem quanto, a alma, se a há, os bens, se os tivesse, para encontrar, de preferência nesta parte de Lisboa onde vive e que é precisamente o que naquele tempo era a cidade toda, um pergaminho, um papiro, um papel avulso, um recorte de jornal, uma gravação, podendo ser, ou uma lápide insculpida, que registasse a vera fala, o original, por assim dizer, porventura menos subtil em arte dialéctica do que esta versão amaneirada, onde justamente faltam as fortes palavras dignas da ocasião. (SARAMAGO, 2010, p. 46-47)

Esse desespero causado pela impossibilidade de alcançar a verdade do passado parece indicar certa desconfiança em relação às fontes canônicas da história de Portugal. De fato, as constantes comparações entre os textos de historiadores distintos ilustram essa incredulidade do narrador em relação às versões canônicas do passado português. As discrepâncias utilizadas nesses contrastes, baseadas em detalhes de pouca expressão quando se pensa em um panorama histórico mais amplo, não denota que sejam insignificantes. A história de Portugal foi construída sobre detalhes como esses, e, se não há convergência entre eles nas diferentes versões da história lusitana, as bases do passado não parecem sólidas, abrindo espaço para as dúvidas e os questionamentos do narrador e de Raimundo Silva.

A atenção aos detalhes presentes em documentos históricos, sejam eles quais forem, é uma característica do paradigma indiciário apresentado por historiador italiano Carlo Ginzburg (2002). Este paradigma, relacionado ao método desenvolvido pelo historiador de arte italiano Giovanni Morelli para determinar a autoria de uma obra de arte com base em detalhes quase imperceptíveis, fundamenta-se em uma concepção dos indícios, como zonas privilegiadas de uma realidade opaca, através dos quais é permitido decifrar essa realidade. O estudo historiográfico calcado no paradigma indiciário privilegia os fenômenos marginais, intemporais ou negligenciáveis, e é capaz em certa medida de remontar uma realidade complexa, que parte da análise de casos delimitados cujo estudo revela problemas de ordem geral, contestando noções solidificadas sobre fatos e épocas. A leitura de Saramago dos textos historiográficos parece, em certa medida, similar ao estudo indiciário, uma vez que circunstâncias aparentemente banais são elevadas de tal forma, que fazem ruir a crença na história portuguesa canônica.

Na análise da reconfiguração literária dos eventos referentes à conquista de Santarém empreendida em *História do cerco de Lisboa*, vista à luz de seus liames intertextuais com a

apresentação de tais acontecimentos em obras históricas portuguesas, é notável o uso da paródia na inserção destes intertextos no romance. Os textos presentes em *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques* e *História de Portugal* são reelaborados pela instância narrativa de maneira a integrarem o ritmo do romance – o que acontece de maneira mais marcante na construção do testemunho de Mogueime.

A conquista de Santarém é apresentada nas fontes históricas como um prelúdio à tomada de Lisboa. António Brandão (1945, p. 113) afirma que, aproveitando-se dos ânimos dos soldados e de outras circunstâncias referentes à conquista da inexpugnável *Scalabis*, Afonso Henriques tentou conquistar Lisboa, importante cidade que el-rei desejava definir como fundamento da Monarquia Lusitana. No romance, a tomada de Santarém é também vista como prelúdio ao cerco e conquista de Lisboa, o que pode ser entrevisto pela seguinte descrição de Mogueime: “ele, tendo conquistado Santarém, veio à procura duma glória maior, frente aos muros formidáveis de Lisboa.” (SARAMAGO, 2010, p. 228) A apresentação da perspectiva de um soldado raso ante a conquista de uma cidade parece revelar, por parte do narrador, uma preocupação com a voz de representantes de categorias sociais menos valorizadas pela historiografia oficial.

A reconfiguração ficcional da conquista de Santarém no romance de Saramago, baseada em larga escala em obras de cunho historiográfico importantes da tradição portuguesa, é feita com grande dose de ironia por parte da instância narrativa. O narrador do romance dessacraliza a história oficial ao reputar seu relato a um soldado raso, ao mesmo tempo em que o revisor de textos responsável pela nova história do cerco de Lisboa almeja alcançar uma verdade histórica inalcançável fora dos vestígios históricos do passado. Ao questionar as bases da fundação de Portugal como nação, Raimundo Silva escolhe como perspectiva de narração a história vista “por baixo”, por um soldado e por uma barregã, mas municia sua reconstrução com base em textos canônicos da história portuguesa, fixando-se em pequenos detalhes discrepantes de tais grandes narrativas que as poderiam fazer ruir.

Os detalhes, aliás, parecem muito importantes na recriação romanesca empreendida por Saramago dos eventos relativos à tomada de Santarém de 1147. É nos detalhes dissonantes entre diferentes textos historiográficos que recai grande parte do ceticismo da instância narrativa em relação à verdade histórica. Saramago parece julgar a verdade como algo inacessível, que não se pode nem corrigir, já que só pode ser conhecida através dos

relatos que sobre ela permaneceram ao longo dos séculos, nem reconstruir, já que os fragmentos conhecidos sobre os eventos do passado são desconhecidos.

4. Os cercos de Lisboa

Esta é a cidade que foi cercada, as muralhas descem por ali até ao mar, que sendo tão largo o rio bem lhe merece o nome, e depois sobem, empinadas, onde não alcançamos a ver, esta é a moura Lisboa, se não fosse ser pardacento o ar deste dia de inverno distinguiríamos melhor os olivais da encosta que desce para o esteiro, e os da outra margem, agora invisíveis como se os cobrisse uma nuvem de fumo.

José Saramago

O cerco e a conquista de Lisboa de 1147 constituem um dos focos principais da narrativa romanesca *História do cerco de Lisboa*. Este evento histórico é exposto de duas maneiras distintas no romance de Saramago: na obra “História do cerco de Lisboa” escrita por um historiador, cuja revisão dá ensejo à criação ficcional, por parte de Raimundo Silva, de uma outra história deste cerco.

Estes acontecimentos, contemporâneos da independência de Portugal, são considerados cruciais para a consolidação do estado lusitano e do reinado de Afonso Henriques devido à importância da conquista de uma cidade como Lisboa, das mais relevantes da Europa de então, por um estado tão recente. De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão (1979, p. 96), Lisboa era a cidade árabe mais poderosa da zona ocidental da Península Ibérica, constituindo um empório comercial e marítimo ligado ao norte da África e à Europa atlântica, além de ser uma região abastecida de cereais, azeite e vinho e provida de campos cultivados. Afonso Henriques já manifestava o interesse de tomar a cidade desde pelo menos 1140 ou 1142²⁸, quando pela primeira vez pôs cerco a Al-Ushbuna. Nessa ocasião, apesar de contar com o auxílio de 70 navios de cruzados, a cidade não pôde ser conquistada, “mas seus arrabaldes, & as terras de todo o termo, ficaraõ roubadas & destruidas” (BRANDÃO, 1632, p. 136).

²⁸ De acordo com a Crónica dos Godos, citada e traduzida por Fr. António Brandão (1632, p. 136) na terceira parte da *Monarchia Lusitana*, o primeiro cerco a Lisboa teria ocorrido em 1140. Já na obra *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, Osberno (1936, p. 85) afirma que empreitada de Afonso Henriques teria ocorrido cinco anos antes do segundo cerco, portanto em 1142. Acredita-se que, apesar da discrepância entre as duas datas, trate-se do mesmo evento histórico.

A decisão de tentar novamente conquistar a cidade teria sido tomada imediatamente após a tomada de Santarém, ocorrida em março de 1147. No entanto, devido à configuração topográfica da cidade, o rei português sabia da impossibilidade de um ataque surpresa como tinha feito em Santarém; seria necessário, de acordo com Serrão (1979, p. 98), um longo assédio e um numeroso exército a fim de atacar o castelo em várias frentes. Como o rei não dispunha de tantos homens, aproveitou a chegada de uma frota de navios de cruzados estrangeiros e solicitou o auxílio destes forasteiros na conquista da cidade árabe. Portugueses e estrangeiros impuseram, então, um longo e apertado cerco à cidade árabe – de julho a outubro de 1147 Lisboa ficou cercada. Durante esses quatro meses, os habitantes de Lisboa foram privados de comida e água enquanto cruzados e portugueses trabalharam na construção de torres e na escavação de minas a fim de conseguir invadir a cidade.

A conquista de Lisboa, tida como momento fundacional de Portugal²⁹, é reconfigurada ficcionalmente em *História do cerco de Lisboa* com base na retomada de textos historiográficos. Em diferentes medidas, são apropriadas no romance as obras *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques* e *História de Portugal*, conferindo diferentes níveis de ressonâncias interdiscursivas à obra de Saramago.

Uma das mais evidentes referências intertextuais aos documentos históricos na construção do romance pode ser encontrada na apresentação dos cruzados que tomaram parte no cerco de Lisboa. Aliás, o papel destes estrangeiros na conquista da futura capital portuguesa é o desencadeador da narrativa do revisor Raimundo Silva, quando este nega o auxílio dos cruzados a Afonso Henriques. Devido, portanto, à relevância dos cruzados para o romance, foi empreendida uma análise específica sobre a maneira como eles são representados na obra de Saramago, bem como sobre as relações estabelecidas entre o romance e os textos históricos. Posteriormente, foram avaliadas as circunstâncias relativas ao cerco e à conquista de Lisboa tanto no romance, como nas obras historiográficas – enfatizando os liames intertextuais entre *História do cerco de Lisboa* e os documentos históricos.

²⁹ Segundo a vívida expressão do historiador Joaquim Pedro de Oliveira Martins, a conquista de Lisboa “lavra a acta de nascimento da Nação portuguesa.” (MARTINS, 1972, p. 89)

4.1 A representação dos cruzados por Saramago

A importância do auxílio prestado pelos cruzados estrangeiros no cerco e na conquista de Lisboa é inegável: se eles tivessem negado o pedido do rei português, a tomada da cidade provavelmente teria falhado, como acontecera em 1142. Por isso, o gesto transgressor de Raimundo Silva, ao inserir uma negação na historicamente acurada sentença “os cruzados auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa”, acarreta uma visão alternativa da história e traz à tona diversos questionamentos acerca de um dos momentos cruciais para a consolidação do estado luso. De que maneira, afinal, teriam conseguido os homens da recente nação portuguesa conquistar uma cidade tão proeminente como era Lisboa se não os tivessem auxiliado os cruzados? Como seria Lisboa se não tivesse deixado de ser Al-Ushbuna? Questões como essas estão manifestas em diferentes momentos do romance, como em “pensarmos nós que estamos onde foi a cidade moura [...] Às vezes ponho-me a imaginar como terá sido aquilo, as pessoas, as casas, a vida” (SARAMAGO, 2010, p. 173).

Apesar da negação de Raimundo Silva, os cruzados estão presentes no romance e desempenham papéis relevantes na narrativa. Os estrangeiros são representados tanto no relato historiográfico alterado pelo revisor quanto na história criada por ele, havendo algumas diferenças na apreciação deles e de suas ações entre as diferentes partes da trama. As primeiras menções aos cruzados são feitas quando Raimundo Silva, revisando a obra do historiador, assume um posicionamento cético em relação à possibilidade de o discurso proferido por Afonso Henriques durante as negociações anteriores ao cerco ter sido, de fato, elaborado pelo rei. As ações dos estrangeiros são descritas com maior detalhamento logo a seguir, ainda durante a leitura do texto historiográfico pelo revisor:

[...] agora o historiador embandeirou o estilo para tratar da grande discórdia que se levantou entre os cruzados, depois da arenga real, sobre se deveriam, ou não, ajudar os nossos portugueses a tomar Lisboa, se ficariam aqui ou seguiriam, como previsto, para a Terra Santa, onde os estava esperando Nosso Senhor Jesus Cristo, sob os ferros turcos. (SARAMAGO, 2010, p. 47)

Os estrangeiros, apresentados como “colonenses, flamengos, bolonheses, bretões, escoceses e normandos” (ibidem, p. 48), dividem-se em dois grupos – um favorável à permanência em terras portuguesas, outro partidário do prosseguimento da viagem rumo à Terra Santa. O primeiro argumentava que “lançar fora da cidade a estes mouros e fazê-la cristã seria também serviço de Deus” (ibidem, p. 47). A essa razão fundada no serviço da fé cristã, respondiam os contrários à permanência que este trabalho seria pequeno para

cavaleiros tão valorosos quanto os que ali se encontravam, desprezando lutar “neste cu do mundo, entre labregos e tinhosos” (ibidem, p. 47). Outro argumento apresentado pelos cruzados contrários à luta em Portugal baseava-se no fato de ser muito mais lucrativa e proveitosa a extorsão de dinheiro e mercadorias das naus encontradas no mar, a caminho da Síria, do que de uma cidade tão populosa e bem protegida como Lisboa. Depois de ponderadas as razões de todos, em uma balbúrdia de gritos trocados de parte a parte, por fim os cruzados decidiram permanecer e ajudar o rei português a conquistar Lisboa aos sarracenos.

A representação dos cruzados no romance, até este momento, era feita de acordo com o relato histórico revisado por Raimundo Silva, com eventuais comentários da instância narrativa. Porém, logo depois da apresentação das arengas dos cruzados – uns retratados como gananciosos, outros como fiéis –, opera-se a alteração da sentença historicamente verdadeira e inicia-se o mundo remendado de Raimundo Silva mediante sua reescrita da história do cerco de Lisboa. Diante, portanto, da oportunidade de contar a tomada de Lisboa como não pudera ser, o revisor narra também os cruzados estrangeiros, conferindo a eles maior complexidade e profundidade, chamando muitos pelo nome e atribuindo especial importância a um deles.

Essa outra história começa a ser narrada por Raimundo Silva pela discussão dos cruzados posterior ao discurso do rei. Depois de ponderar acerca de quais teriam sido os motivos a demover os estrangeiros de ajudar os portugueses, o revisor fixa-se em uma passagem específica da fala de Afonso Henriques – “naquele troço de frase em que D. Afonso Henriques [...] tenta convencer os cruzados a fazerem a operação pelo mais barato” (SARAMAGO, 2010, p. 128). A partir deste ponto, o revisor ficcionaliza o encontro entre o rei e os cruzados, ocupando-se em apresentar os estrangeiros e suas nacionalidades em detalhe:

Ora, aqui levanta-se uma questão prévia, convém a saber, quem foram naquele passo os interlocutores do rei, para quem falava ele, que gente tinha diante de si quando fez a sua prática. [...] o conde Arnaldo de Aarschot, o qual comandava os guerreiros vindos de diversas partes do império germânico, que estava Cristiano de Gistell, chefe dos flamengos e bolonhenses, e que a terceira parte dos cruzados era governada por quatro condestáveis, eram eles Herveu de Glanvill com o pessoal de Norfolk e Suffolk, Simão de Dover com os navios de Kent, André com os londrinos, e Sahério de Archelles com o resto. (SARAMAGO, 2010, p. 124)

A esses nomes, manifestamente coletados de uma fonte historiográfica, são adicionados outros – retirados, também, de documentos históricos. O revisor cuida de cotejar diferentes fontes a fim de determinar, com mais alto grau de exatidão, que cruzados se teriam

negado a ficar em Lisboa – ele procura, portanto, na história, personagens para negá-la. Os outros cruzados citados são:

[...] na Crónica dos Cinco Reis de Portugal, que certamente teve as suas razões para dizer o que apenas diz, às vezes se tira, às vezes se acrescenta, não se mencionam, de estrangeiros importantes, outros que Guilhão da Longa Seta, Gil do Rolim, e mais um Dom Gil de que não ficou registado o apelido [...] Um recurso é buscar desempate em obra de maior porte, como seria, neste caso, a Crónica do Próprio D. Afonso Henriques, de Frei António Brandão, porém, e desgraçadamente, não virá ela desenredar a meada, ou mais nós lhe dará ainda, chamando ao Guilhão da Longa Seta Guilherme da Longa Espada, e introduzindo, segundo a lição de Setho Calvisio, um Eurico rei de Damia, um bispo bremense, um duque de Borgonha, um Teodorico conde de Flandres, e também, com aceitável verosimilhança, o já citado Gil de Rolim, igualmente chamado Childe Rolim, e Dom Lichertes, e Dom Ligel, e os irmãos Dom Guilherme e Dom Roberte de La Corni, e Dom Jordão, e Dom Alardo, uns franceses, outros flamengos, outros normandos, outros ingleses. (SARAMAGO, 2010, p. 126)

Desse rol de nomes, talvez devido a dúvidas suscitadas pelas diferentes fontes históricas apresentadas acerca da identidade dos estrangeiros que teriam participado das negociações com Afonso Henriques, poucos permanecerão de maneira relevante na nova história de Raimundo Silva – e ganharão, alguns destes remanescentes, maior aprofundamento e ações mais decisivas no desenrolar da escrita do revisor. Tais estrangeiros começam a ganhar voz no momento em que Raimundo Silva escreve um novo discurso – conforme o revisor, um discurso mais condizente com seu tempo e sua instrução – para Afonso Henriques.

A nova fala do rei centra-se no estabelecimento de uma barganha com os cruzados, a fim de que estes o ajudassem a conquistar Lisboa pelo menor preço possível, e na apresentação do povo português como o escolhido de Deus, provada pelos vários milagres obrados em favor da gente de Afonso Henriques. A esse discurso, responde Guilherme Vitulo com certa aspereza, colocando em dúvida a ideia de Deus contemplar o povo português como favorito entre os demais povos – conforme citado na página 63 desta dissertação.

O tom conferido à resposta deste cruzado – cuja identidade nominal é intercambiada, no romance, com a de Guilhão da Longa Seta e Guilherme da Longa Espada – é reprovado pelos demais cruzados, mas o teor de sua mensagem não. Os estrangeiros teriam percebido na fala de Afonso Henriques um tom petulante e orgulhoso, além da avareza que poderia prejudicar sua própria empresa. Ademais, para os cruzados não combina o tom quase eclesialístico do discurso do Afonso Henriques com o fato de ele naquela época nem ser oficialmente rei, tendo recebido do papa apenas o título de dux alguns anos antes.

Para apaziguar os ânimos e preencher os silêncios carregados entre portugueses e estrangeiros, mais um cruzado tomou a palavra. Dessa vez assumindo um tom consolador, Sahério de Archelles comparou os sucessos militares de Afonso Henriques, tocados, segundo o rei português, pela intervenção de Deus, à história de Josué, como já foi citado na página 63.

À fala apaziguadora de Archelles, seguiu-se a narração do milagre de Ourique por parte do rei português, ao fim da qual tomou a palavra o cruzado Gil de Rolim: disse ele ao rei que, “notificados do memorável prodígio obrado pelo Senhor Jesus em região também ela tão apartada [...] na manhã do dia seguinte lhe dariam resposta.” (SARAMAGO, 2010, p. 149) Cumprido o cerimonial, despediram-se Afonso Henriques e sua comitiva, deixando os cruzados decidirem se ficariam para ajudar ou se partiriam imediatamente para a Terra Santa.

O processo de decisão dos cruzados não é ficcionalizado por Raimundo Silva, o qual fixa com o olhar a noite inquieta do rei de Portugal enquanto espera pelos resultados das deliberações dos estrangeiros. Ante os movimentos dos batéis, Afonso Henriques retorna à tenda, arma-se e aguarda ser chamado pela comitiva de cruzados “porque, sendo real pessoa, não tem de esperar ninguém” (SARAMAGO, 2010, p. 153). Os cavaleiros apresentados ao monarca são os já mencionados Gil de Rolim, Ligel, Lichertes, os irmãos La Corni, Jordão, Alardo, além de um cruzado alemão chamado Henrique, natural de Bona, e de um religioso inglês chamado Gilberto. Como porta-voz da decisão dos cavaleiros vem Guilherme Vitulo – causa de mau pressentimento entre os portugueses, devido à sua interpelação áspera do dia anterior:

[...] já Guilherme da Longa Espada, em postura de corpo e movimento de gestos que descaradamente brigam com a atitude de reverente subalternidade que deveria guardar, está dizendo que, gozando o rei de Portugal de tão eficazes e fáceis ajudas de Nosso Senhor Jesus Cristo, por exemplo, no perigoso aperto que foi dito ter sido o da batalha de Ourique, mal haveria de parecer ao mesmo Senhor presumirem os cruzados que ali estavam em trânsito de substituí-lo na nova empresa, pelo que dava como conselho, se recebê-lo queriam, fossem os portugueses sozinhos ao combate, pois já tinham segura a vitória e Deus lhes agradecerá a oportunidade de provar o Seu poder, esta e tantas vezes quantas para isso vier a ser solicitado. (SARAMAGO, 2010, p. 155)

À fala de Vitulo, bastante sarcástica e dessacralizadora, respondeu o arcebispo de Braga com “Não tentarás o Senhor teu Deus” (SARAMAGO, 2010, p. 156) com o intuito de envergonhar o cruzado. Como resposta a D. João Peculiar, o revisor põe um riso escarninho nos lábios de Vitulo e consolida, assim, a construção de personalidade arrogante e áspera deste estrangeiro em seu romance.

A seguir, certificado de ser essa a última decisão da armada franca, Afonso Henriques insinuou que os cruzados fugiam à batalha, redundando em mais uma ação desrespeitosa de Vitulo, que fez o gesto de desembainhar sua espada. As consequências do ato intempestivo de Vitulo foram atenuadas pelas palavras de um dos cruzados, o inglês Gilberto:

Senhor, é verdade o que Guilherme Vitulo acaba de dizer-vos, que não se quedam aqui os cruzados, só não fez menção dos motivos materiais que os movem à negativa, enfim, é lá com eles, porém alguns resolveram ficar, e esses são os que aqui vedes, que para isso mesmo viemos na embaixada, Gil de Rolim, Ligel, Lichertes, os manos La Corni, Jordão, Alardo, Henrique, e eu, de todos o mais insignificante e humilde, ao teu serviço. (SARAMAGO, 2010, p. 156)

O rei, feliz com essa notícia, prometeu agradecer o portador com o primeiro bispado da Lisboa reconquistada, assim como jurou ser magnânimo aos outros cruzados por sua ajuda. Os motivos da permanência destes homens em terras portuguesas não ficam esclarecidos na narrativa, mas o sucesso de alguns deles em terras portuguesas é afirmado como uma espécie de justificativa posterior para essa escolha:

[...] aqueles senhores prosperaram muito na terra portuguesa, basta lembrar, para que não se imagine que falamos em vão e também para que não sofra desmentido o refrão Não dar ponto sem nó, que a D. Alardo, francês, deu o nosso bom rei Vila Verde, e a D. Jordão, francês como ele, a Lourinhã, e aos irmãos La Corni, que com o tempo mudaram o nome para Correia, calhou-lhes Atouguia, ali onde há alguma confusão E na Azambuja, que não se sabe se foi logo dada a Gil de Rolim ou mais tarde a um seu filho com o mesmo nome, neste caso não se trata duma falta de registo, mas da imprecisão do que existe. (SARAMAGO, 2010, p. 179)

As evidências da prosperidade alcançada pelos cruzados restantes em Lisboa depois da conquista encerram a participação destes estrangeiros no romance de Raimundo Silva. Mais adiante na narrativa, o inglês Gilberto faz uso da palavra apenas uma vez mais – quando, já estabelecido o cerco, portugueses e cruzados deliberam a respeito do estabelecimento dos campos santos nos quais seriam enterrados os mortos.

Da partida do maior contingente de cruzados e da revelação do futuro de alguns dos estrangeiros que permaneceram em diante, portanto, Raimundo Silva livra-se “da exigente e incômoda presença de treze mil figurantes” (SARAMAGO, 2010, p. 182). O revisor passa, então, a focalizar outras personagens e situações do cerco e da conquista da cidade árabe, privilegiando, entre os cruzados, a apresentação do alemão Henrique de Bona. É este o cruzado mais relevante para o romance de Raimundo Silva, desempenhando papéis cruciais para a conquista da cidade – segundo a nova configuração conferida a esse evento histórico por parte do revisor Raimundo Silva.

O cavaleiro de Bona é apresentado pela primeira vez na narrativa quando a comitiva de cruzados vai comunicar ao rei sua decisão. Nesse momento, Henrique de Bona é descrito nos seguintes termos pela instância narrativa: “cavaleiro de boa fama e virtuosa vida, como a seu tempo se haverá de provar” (SARAMAGO, 2010, p.154). Permanecendo em Portugal, o germânico desempenha eminentemente duas funções na obra de Raimundo Silva: introduzir em Portugal tecnologias de guerra vigentes na Europa central e trazer consigo para Lisboa a barregã Ouroana, interesse amoroso de Mogueime, protagonista de Raimundo Silva.

A apresentação das técnicas bélicas inovadoras é feita durante discussões preliminares, entre Afonso Henriques, seus capitães e os cruzados. Os sitiadores, subitamente confrontados com a falta que fariam os doze mil cruzados recém partidos, tentavam esboçar estratégias para assaltar a cidade sem o auxílio dos cruzados que não haviam permanecido. Nesse momento do romance, o narrador apresenta os problemas enfrentados pelo revisor, diante, também, das dificuldades de concretizar, em sua versão alternativa da história do cerco de Lisboa, a vitória de um exército limitado, como era o português, sobre uma cidade bem fortificada, cuja população masculina alcançaria 154.000 pessoas naquele ano de 1147. Nessa discussão, reveladora das decisões tomadas por Raimundo Silva por trás do processo de criação literária, cabe a Henrique sugerir o uso de torres de guerra:

[...] é para examinar in loco o teatro das operações que Raimundo Silva volta a subir ao castelo, de cujas levantadas torres podem os olhos abarcar a extensão, como um tabuleiro de xadrez aonde virão pelear, objectivamente falando, os peões e os cavaleiros, sob as vistas do rei e dos bispos, acaso com a ajuda dumas outras construídas torres, se for por diante a sugestão de um destes estrangeiros que connosco ficaram, Armamo-las da altura das muralhas e levamo-las de empurrão até encostarem, depois é só saltar dentro e matar os infiéis, Dito assim parece fácil, respondeu o rei, mas é preciso ver se temos carpinteiros que cheguem, Que essa não seja a dúvida, tornou o outro, aquele Henrique de seu nome e grande piedade, vivemos felizmente num tempo em que qualquer homem pode fazer tudo, semear o cereal, ceifá-lo, moer o grão, cozer o pão, e finalmente comê-lo, se não morrer antes, ou, como neste caso, construir uma torre de madeira e subir a ela de espada em punho para matar o mouro ou por ele ser morto. (SARAMAGO, 2010, p. 217-218)

Henrique, qualificado como piedoso, começa a introduzir a ideia de utilizar torres para aceder às muralhas de Lisboa, confiando na capacidade da mão-de-obra disponível mais do que o rei. Mais adiante, a narrativa de Raimundo Silva retorna ao projeto do cruzado de Bona: são apresentadas a Afonso Henriques duas estratégias operacionais para tentar conquistar Lisboa, uma baseada em um fechamento cada vez maior do cerco, a fim de que os mouros sofressem com a falta de alimentos, outra fundamentada no assalto imediato da cidade, fazendo uso de um trio de barragens. Ouvindo a todos, Afonso Henriques pondera e concede pontos positivos e negativos a ambas as estratégias, até a intervenção do cavaleiro alemão:

Pedi então o cavaleiro Henrique licença para recordar que em todos os cercos da Europa têm vindo a ser usadas, com os melhores resultados, torres móveis de madeira, isto é, móveis mas não tanto, pois a uma avantesma daquelas é preciso uma multidão de gente e de bestas para levá-la ao sítio, o que conta é que no alto da torre, quando ela atingiu a altura conveniente, vamos a construir um passadiço que, bem protegido dos ataques, irá aos poucos avançando na direcção do muro e por onde finalmente se lançarão, como uma torrente irresistível, os nossos soldados, levando adiante sem mercê nem recurso a nefanda escumalha [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 251)

Mais uma vez, o cavaleiro fala sobre as novas máquinas de guerra, utilizadas em cercos de outros países europeus. Nesse caso, apresenta mais detalhes sobre a construção e a maneira como ela poderia ajudar a atingir as ameias dos muros lisboetas. A seguir, ele comenta as vantagens de Portugal já começar a imitar as inovações tecnológicas de outras nações. Henrique explica, ainda, que as eventuais dificuldades na compreensão desses novos engenhos técnicos por parte dos portugueses seriam passageiras, e que estaria disposto a explicar aos lusitanos como construir e operar essas máquinas – contanto que seu quinhão na tomada da cidade não fosse esquecido:

[...] e concluiu a explicação dizendo, Grandes são as vantagens que a Portugal advirão de imitar, neste como em outros casos, o que na Europa se vai fazendo de mais moderno, ainda que ao princípio experimenteis dificuldades em meter na cabeça as tecnologias novas, eu, por mim, sei da construção das tais torres o suficiente para ensinar os naturais daqui, Vossa Alteza não tem mais que dar-me ordens, confiado que no dia da distribuição dos prémios não fique no rol do esquecimento a especial importância da minha contribuição no quadro dos apoios com que, apesar das defecções verificadas, Portugal tem contado nesta hora decisiva da sua história. (SARAMAGO, 2010, p. 251)

Ante essa proposta, aparecem mais dois cruzados capazes de construir torres como essa, um normando e outro francês, colocando-se à disposição de Afonso Henriques para erguê-las. Aqui, é suscitada uma questão bastante importante, retomada mais perto do fim de *História do cerco de Lisboa*: o privilégio maior concedido aos estrangeiros nos trabalhos do cerco, comparando-se com a maneira como eram tratados os portugueses. Os soldados de Afonso Henriques rejeitaram a hipótese de os estrangeiros assumirem algum tipo de primazia, relegando os lusitanos a um papel de mão-de-obra anônima, “sem direito a deixar o nome inscrito na obra e na lista das recompensas” (SARAMAGO, 2010, p. 251).

Autorizado a edificar sua torre, Henrique mudou-se, com seus criados e sua barregã, para o arraial de Mem Ramires – diante da Porta de Ferro. É durante a edificação da torre que o cruzado germânico recebe mais atenção de Raimundo Silva. O revisor exalta a dedicação do engenheiro, sua meticulosidade no trabalho e o fato de não só planejar a torre em sua prancheta, mas também auxiliar no trabalho braçal com os demais trabalhadores. Essas características fazem com que o cavaleiro de Bona seja bastante respeitado entre os soldados,

inspirando admiração também sua nacionalidade: “um técnico estrangeiro, ainda por cima alemão, que é ser técnico duas vezes” (SARAMAGO, 2010, p. 307). A dedicação do alemão está patente no seguinte excerto:

Entre a manhã e a noite, o cavaleiro Henrique não vivia senão para a sua ideia, e, mesmo quando na tenda repousava, cortava-se-lhe o sono só de pensar que podia ter ficado mal firme uma viga de apoio, e chegava ao ponto de levantar-se no meio da madrugada para certificar-se da solidez duns encaixes e da boa tensão dumas cordas. Tão excelente senhor era e tão piedoso que, no aceso do trabalho, não se dedignava de meter um ombro à carga se a um dos extenuados soldados se quebrava, num instante de fraqueza, a mola dos rins. (SARAMAGO, 2010, p. 313)

O empenho do cruzado teutônico resultou em uma torre descrita como “uma peça estupenda de engenharia militar” (SARAMAGO, 2010, p. 314), saudada com entusiasmo pelos soldados participantes de sua edificação. Apesar disso, a operação da torre sofre devido à instabilidade do terreno no qual estava fundada, e, mesmo começando a ser consertada por Henrique, toda a empreitada falha. A reação do cruzado ao malogro do funcionamento de sua obra militar é descrita nos seguintes termos:

De cabeça perdida, vendo a pique de malogar-se o que deveria ser demonstração magnífica do seu engenho, o cavaleiro Henrique arrepelava-se, soltava na língua germânica pragas que certamente em nada condiziriam com a boa fama, apesar de tudo merecida, em que geralmente era tido, mas que a grosseria inerente a estes primitivos tempos mais do que justificava. (SARAMAGO, 2010, p. 315)

Além dos resultados materiais do desastroso assalto, o exército comandado por Afonso Henriques sofre a perda do cavaleiro Henrique e de seu criado. No ataque dos mouros ante o ruir da torre alemã, o cruzado foi atingido “por um virotão a arder que o seu generoso sangue ainda pôde apagar.” (SARAMAGO, 2010, p. 316) Seu papel na obra, entretanto, não acaba com sua morte. Sua virtude e sua generosidade, exploradas por Raimundo Silva durante a narrativa da construção da arma de guerra, continuam depois de sua morte em milagres por ele obrados.

As intervenções miraculosas do cavaleiro Henrique são apresentadas no romance de maneira quase simultânea às de Santo Antônio, inspiradoras do nome da rua onde Raimundo Silva mora em Lisboa – a Rua do Milagre de Santo António. No romance, os prodígios são narrados de forma concomitante – os operados por Santo Antônio são lidos por Maria Sara, os obrados pelo cruzado de Bona escritos por Raimundo Silva. Ao longo de cinco páginas, são apresentados o caso da aparição onírica de Henrique ao Frei Rogeiro, pedindo ao cruzado a mudança do túmulo de seu criado para perto de si, o caso da cura de dois jovens surdos

mudos após rezarem pelo cruzado, o caso das palmas que cresceram junto a seu sepulcro, capazes de curar quem as consumisse.

Embora não pareça haver equivalência entre os prodígios realizados por Henrique e por Santo Antônio, a apresentação dos milagres de um e de outro lado a lado pode servir para enfatizar a superioridade do santo português em relação ao cruzado alemão. Essa interpretação pode ser comprovada em “em questão de milagres não se pode comparar um cavaleiro Henrique a Santo António.” (SARAMAGO, 2010, p. 336) Nesse caso, portanto, a prioridade é conferida pelo narrador a um homem português e não a um estrangeiro, diferentemente do que teria acontecido no cerco de Lisboa, sob as ordens do primeiro rei de Portugal.

A morte de Henrique tem mais uma ressonância importante no romance de Raimundo Silva. Ela liberta sua barregã, Ouroana, para Mogueime. Apesar do fato de Henrique constituir um obstáculo à realização do desejo amoroso de seu protagonista, o posicionamento benevolente do revisor em relação ao cruzado se mantém. Essa generosidade pode ser constatada no seguinte excerto, no qual o soldado português, a serviço do engenheiro alemão na construção da torre, contempla a possibilidade de assassiná-lo para ver Ouroana livre, mas nega essa ideia quase imediatamente:

Mogueime via a um palmo de distância a nuca larga do alemão, sobre a qual desciam longos cabelos ruços, empastados de pó e de suor, matá-lo em meio da confusão talvez não fosse difícil e assim ficaria Ouroana livre, mas não mais próxima do que agora. Tentações de morte violenta, apertando muito o remorso apenas de as ter, deveriam ser levadas ao confessor, mas descobrir também ao frade que vivia a cobiçar a mulher da vítima, ainda que concubina, era mais do que lhe cabia na coragem. De furor e raiva fez um gesto brusco e bateu nas costas do alemão, que olhou para trás, mas calmo e sem surpresa, era frequente em ajuntamentos de tão descompassado esforço, e esse olhar directo foi bastante para que a ira de Mogueime se sumisse, não podia odiar um homem que mal nunca lhe fizera, só por desejar tanto a mulher que era dele. (SARAMAGO, 2010, p. 312-313)

Os cruzados são uma parte bastante relevante da criação literária de Raimundo Silva. Sobre o papel desempenhado por eles na história portuguesa incide a negativa do revisor, ponto de partida da empreitada ficcional de alguém que até então apenas se dedicara a emendar os textos de outros autores. As provas da presença destes estrangeiros na cidade, entretanto, não conseguem ser contornadas tão facilmente pelo revisor. O criador da nova história do cerco de Lisboa parece se sentir obrigado a manter em seu mundo alternativo alguns cruzados, e esse posicionamento realça seu compromisso com os eventos aceitos como verdade histórica – mesmo que sua nova história parta da negação dessa verdade.

A representação de alguns cruzados no romance parece ser mais detalhada do que sua apresentação na obra histórica negada³⁰. Na reconfiguração empreendida por Raimundo Silva, por exemplo, da fala de Afonso Henriques aos cruzados, ganha voz, caráter e personalidade um Guilherme Vitulo – descrito como um homem áspero, sarcástico e pouco paciente. Além dele, ganham certa ênfase na narrativa Sahério de Archelles, apaziguador, e Gilberto de Hastings, culto e ponderado. O cruzado mais relevante do romance é Henrique de Bona, um homem trabalhador, confiável e engenhoso, bom para seus trabalhadores e, mesmo, sua barregã.

A impossibilidade de negar inteiramente a história portuguesa canônica, demonstrada por Raimundo Silva ao manter cruzados cujo legado em Portugal permanecera de maneira mais palpável, parece ter ressonância na persistente citação de historiadores e obras ao longo do romance. As constantes alusões intertextuais, iniciadas ainda durante a revisão da primeira história do cerco de Lisboa, parecem indicar a apropriação de obras historiográficas na construção do romance de maneira ampla e na criação dos cruzados enquanto personagens ficcionais, de maneira mais restrita.

Portanto, parece relevante determinar em que medida a representação ficcional dos cruzados em *História do cerco de Lisboa* se aproxima ou se distancia da maneira como suas personalidades são apresentadas nas obras historiográficas citadas pela instância narrativa e pelo revisor Raimundo Silva.

3.2 A apresentação dos cruzados pelos historiadores portugueses

Entre os cruzados retratados em *História do cerco de Lisboa*, está Frei Rogeiro. Rogeiro é um escrivão responsável por tomar notas sobre o cerco e remetê-las a Osberno de Bawdsey, o qual, segundo o narrador, as compilaria e publicaria posteriormente, com eventuais mudanças de estilo, cortes e interpolações. A presença de Rogeiro no romance parece remeter a uma série de referências intertextuais subjacentes à criação ficcional, já que

³⁰ O acesso à obra historiográfica negada por Raimundo Silva só pode ser inferido com base em algumas caracterizações e apreciações feitas ao longo de *História do cerco de Lisboa*. Quando a obra negada for referida ao longo deste trabalho, é preciso ter isso em mente.

uma das fontes mais aceitas entre os historiadores sobre o sítio e a tomada de Lisboa é *De expugnatione Lyxbonensi*³¹, atribuída a Osberno.

Este relato é retomado no romance essencialmente de duas maneiras: a primeira, ainda enquanto Raimundo Silva revisa o texto histórico sobre o cerco, consiste na citação do autor, Osberno, e do relato enquanto fonte histórica consolidada; a segunda, já durante a escrita do revisor, consiste na apresentação do escritor, dessa vez tido como Rogeiro, durante o processo de composição da narrativa historiográfica.

A alternância entre dois escritores para o relato feita no romance coaduna-se com a imprecisão acerca de seu verdadeiro autor, suscitada pela fórmula latina de apreciação e saudação que a inicia: “*Os. de Baldr. R. salutem*”. A ambiguidade reside no fato de essas abreviaturas conterem dois nomes e de não ser possível determinar com certeza se é Osb. de Baldr. (nominativo) quem dirige a carta a R.(dativo) ou o contrário. Na edição utilizada para essa dissertação, a autoria é atribuída a Osberno de Bawdsey, e em nota se afirma que essa era uma opinião comum no momento daquela edição (OLIVEIRA, 1936, p. 164). No entanto, de acordo com correntes historiográficas mais recentes, este relato tem sido atribuído a um cruzado inglês de inicial R. (BORGES, 2013, p. 125)

Em *História do cerco de Lisboa* as duas hipóteses são trabalhadas em dois momentos distintos da narrativa. Durante o processo de revisão do texto historiográfico *História do cerco de Lisboa*, o autor da fonte é referido como Osberno:

Apenas mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco descrição dos lugares, as falas e as obras da real pessoa, a chegada dos cruzados ao Porto e sua navegação até entrarem no Tejo, os acontecimentos do dia de S. Pedro, o ultimato à cidade, os trabalhos do sítio, os combates e os assaltos a rendição, finalmente o saque, die vero quo omnium sanctorum celebratur ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissimae ejus genitricis purificatum est templum, dizem que escreveu Osberno, entrado na imortalidade das letras graças ao cerco e tomada de Lisboa e às histórias que deles se contaram [...] (SARAMAGO, 2010, p. 39-40)

A obra historiográfica revisada por Raimundo Silva é descrita como uma repetição de outras fontes – entre elas, eminentemente, o documento atribuído a Osberno. O narrador, de fato, se refere mais vezes a Osberno como o autor de cuja obra mais se teria utilizado o historiador negado por Raimundo Silva. Quando se vê em dúvida sobre a identidade dos cruzados chegados a Portugal a quem Afonso Henriques pediu auxílio, basta ao revisor ir “à

³¹ Este documento histórico, composto originalmente em latim, possui diversas traduções para português e outras línguas. Para os propósitos desta dissertação, foi utilizada a tradução de José Augusto de Oliveira, intitulada *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, com publicação de 1936 pela S. Industriais da C. M. L., de Lisboa.

própria História do Cerco de Lisboa, esta que Raimundo Silva tem sobre a sua secretária, é muito explícita [...] a informação é de boa origem, diz-se que directamente do célebre Osberno” (SARAMAGO, 2010, p. 124).

Um momento específico do romance marca a mudança entre a hipótese de Osberno como escritor do relato e a de Osberno como destinatário. Quando Raimundo Silva já havia passado de revisor de uma obra de História para escritor de uma obra de ficção e estava elaborando o primeiro encontro entre Afonso Henriques e os cruzados, faz uma distinção entre fonte e autor:

Diz a História do Cerco de Lisboa, a outra, que foi o alvoroço extremo entre os cruzados quando houve notícia de que vinha aí o rei de Portugal [...] E diz também, fundamentando-se na providencial fonte osbérnica, porém de Osberno não, que quase todo aquele pessoal, ricos e pobres, assim o refere explicitamente, ouvindo que se aproximava D. Afonso Henriques, lhe foram ao encontro festivamente [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 137)

Neste trecho é evidente uma separação entre Osberno e a fonte osbérnica, marcada pelo uso do advérbio de negação. Essa distinção torna patente uma cisão entre o relato e o autor presumido que é mantida desse momento em diante no romance. A partir desse momento, Osberno passa a ser citado como o destinatário distante de um escrivão chamado Roger ou Rogeiro, responsável pelas anotações latinas sobre os trabalhos do cerco e da conquista. A primeira aparição deste estrangeiro no romance acontece quando os prelados portugueses apresentam-se às autoridades mouras em uma tentativa de tomar a cidade pacificamente. O escrivão é o único estrangeiro entre portugueses, e os acompanha somente para cumprir a função de relatar o encontro destes com os mouros.

Esse estrangeiro, chamado no romance portanto de Rogeiro, começa a desempenhar o papel de escrivão no momento do ultimato. Osberno, agora visto como destinatário das anotações desse ruivo e sardento frade, ainda conservará um papel decisivo em relação ao testemunho escrito de Rogeiro. Cabe a ele, ao que parece, o acabamento discursivo das notas do jovem, e possivelmente sua publicação:

Rogeiro logo em abreviado e taquigráfico o registou, para mais tarde deixando os aformoseamentos oratórios com que brindará aquele seu destinatário distante, Osberno chamado, lá onde quer que esteja e quem quer que tenha sido, porém já vai introduzindo redondeios de lavra própria, frutos da inspiração estimulada [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 199)

A estratégia de modificar o responsável pela observação dos eventos referentes ao cerco de Lisboa, dentro da nova escrita de Raimundo Silva, parece cumprir dois papéis importantes: estabelece uma distinção entre a narrativa do historiador e a narrativa do revisor

e, conseqüentemente, entre seus posicionamentos diante da escrita da história; e confere maior liberdade para o revisor no processo de reconfiguração dos acontecimentos históricos em seu novo enredo. Essa segunda função pode aparecer em trechos como esse:

Nos seus apontamentos para a carta a Osberno, notou Frei Rogeiro, embora de tal não viesse a fazer menção na redação definitiva, uma minuciosa descrição da chegada do cavaleiro Henrique ao arraial da Porta de Ferro, incluindo certa alusão, pelos vistos irrefreável, à mulher que com ele vinha, Ouroana de seu nome, formosa como o amanhecer, misteriosa como o nascer da lua, foram expressões do frade, que a prudência disciplinar, por um lado, e o pudor parece que melindroso do destinatário, por outro, aconselharam a expungir. (SARAMAGO, 2010, p. 308-309)

Rogeiro tem impulsos de escrever sobre certos assuntos, mas muitas vezes esses detalhes não aparecerão na versão final do seu relato a Osberno. No trecho anterior, é o próprio frade a expungir de sua versão final seus arroubos por Ouroana, seja por pudor eclesiástico, seja por não desejar falar sobre ela a esse destinatário em específico. No entanto, há outros casos em que o narrador sugere que o relato de Rogeiro tenha sido de certa forma censurado por terceiros. É o que acontece no fim da conferência entre os dois prelados portugueses e o governador mouro, quando os homens de Afonso Henriques dão um ultimato aos habitantes de Lisboa antes do cerco e da conquista:

No silêncio ouviu-se a voz do arcebispo de Braga, uma ordem dada ao escrivão, Frei Rogeiro, não fareis constância do que disse esse mouro, foram palavras lançadas ao vento e nós já não estávamos aqui, íamos descendo a encosta de Santo André, a caminho do real onde el-rei nos espera, ele verá, sacando nós as espadas e fazendo-as brilhar ao sol que é começada a batalha, isto sim, podeis escrever. (SARAMAGO, 2010, p. 207)

Assim, o narrador da nova história sobre os eventos do cerco a Lisboa tem maior liberdade para criar ao mesmo tempo em que se baseia em documentos históricos para urdir sua narrativa. Dessa maneira, explicam-se as discrepâncias entre a narrativa contida em *História do cerco de Lisboa* e os eventos narrados nos documentos históricos utilizados como fontes, como a carta de (ou endereçada a) Osberno. A diferença mais marcante entre o romance e o relato de Osberno refere-se à figura de Henrique de Bona – sequer mencionado em *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*³², este cavaleiro é o cruzado mais relevante em *História do cerco de Lisboa*.

Há no romance saramaguiano, apesar da negação da história, uma persistente preocupação com a informação contida nos documentos historiográficos. Isso redundava em constantes citações de tais documentos, referências a seus autores e cotejo entre dados presentes neles. Um claro exemplo dessa preocupação diz respeito à apresentação dos

³² Nessa obra, há referência a um cruzado engenheiro cuja cidade de origem seria Pisa.

cruzados, quando Raimundo Silva coteja o que é dito em diferentes obras acerca da identidade destes estrangeiros – especificamente a carta de Osberno, a *Crónica de cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*.

O exército dos cruzados é apresentado em *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)* de forma tripartida: sob as ordens do conde Arnaldo de Aarschot, estão os homens do antigo império germânico; comandados por Cristiano de Gistell estão os de Flandres e Bona; os cruzados de outras nacionalidades estão divididos sob o mando de Herveo de Glanvill (comandante dos homens de Norfolk e Suffolk), de Simão de Dover (comandante dos navios de Kent), de André (mandante dos homens de Londres) e de Sahério de Archelles (líder dos cruzados de outras proveniências). Outros cruzados citados neste relato são Guilherme e Rodolfo Vitulo, além de Gilberto de Hastings.

Quando começa a escrever sobre a comitiva estrangeira recebida por Afonso Henriques, Raimundo Silva busca documentos históricos a fim de embasar sua narrativa. O primeiro autor consultado é o historiador personagem do romance, cuja narrativa historiográfica teria como base principal o relato de Osberno e enumera como cruzados presentes nas primeiras reuniões com Afonso Henriques: Arnaldo de Aarschot, Cristiano de Gistell, Herveo de Glanvill, Simão de Dover, André e Sahério de Archelles, além de Guilherme e Rodolfo Vitulo.

Sem se convencer com a narrativa historiográfica de Osberno, porém, o revisor utiliza-se de mais obras historiográficas a fim de determinar quem foram os estrangeiros a falar com a comitiva lusitana. O próximo livro citado é a *Crónica de cinco reis de Portugal*.

No texto atribuído a Fernão Lopes, os cruzados da comitiva recebida por Afonso Henriques são identificados como: “guilhão da longa septa conde de leutitol [...], Gil do rolim & dom Libenshe e [...] d. Gil” (BASTO, 1945, p. 92). O historiador afirma, no entanto, que com a frota de estrangeiros vinham “muitos condes e muitos outros sñores grandes” cujos nomes não haviam permanecido. Outros estrangeiros citados alhures no texto são Henrique de Bona e Gilberto, que seria nomeado bispo da Lisboa conquistada.

Percebendo já uma dissonância entre o afirmado nos dois textos historiográficos, Raimundo Silva lança mão de uma crônica específica acerca do reinado de Afonso Henriques na tentativa de resolver este impasse. A obra escolhida pelo revisor é a *Crónica de Dom Afonso Henriques* de António Brandão. Na obra de António Brandão, os cruzados,

classificados como vulgares por outros historiadores, eram capitaneados por Guilherme da Longa Espada, Gil de Rolim, D. Licherte e D. Ligel, e provinham da Inglaterra, da França e da Alemanha. Outros estrangeiros citados por Brandão são “Eurico, rei de Damia, o bispo bremense, o duque de Borgonha, Teodorico, conde de Flandres” (BRANDÃO, 1945, p. 113). Mais adiante, em capítulo referente aos cavaleiros lusos e estrangeiros que tiveram parte na conquista de Lisboa, são citados por Brandão Gil de Rolim (ou Childe Rolim), Dom Lichertes, Dom Ligel, os irmãos Dom Guilherme e Dom Roberte de La Corni, Dom Jordão e Dom Alardo, além de Gilberto de Hastings e de Henrique de Bona. Estes trechos do texto do monge cisterciense são apropriados intertextualmente no romance saramaguiano, como já foi apresentado na página 85 desta dissertação.

São evidentes algumas discrepâncias entre os nomes citados por essas três fontes históricas, evidenciadas pelo narrador saramaguiano no romance na retomada de tais documentos ao longo do romance. São citados os autores, contrapostos os dados e inferidas possíveis equivalências entre cruzados cujos nomes são diferentes de um documento para outro, revelando a grande importância que têm as fontes históricas para o trabalho de Raimundo Silva.

De fato, parece haver uma preocupação bastante relevante com o que é preconizado pela historiografia tradicional no romance saramaguiano, mesmo havendo problematizações acerca da relação entre história, passado e verdade. Há diversas evidências dessa quase subordinação de alguns eventos do romance aos documentos históricos citados, como o fato de Raimundo Silva ter mantido cruzados para o cerco de Lisboa mesmo depois de negar o auxílio destes estrangeiros. O fato de tê-los mantido, e posteriormente apresentado detalhes do sucesso de alguns deles em terras lusitanas, está intimamente relacionado ao legado da história tradicional e ao poder do passado sobre a narrativa ficcional:

[...] o que Raimundo Silva não pode é continuar na sua [verdade], isto é, que nenhum cruzado havia querido fazer negócio com o rei, porquanto está aí a História Acreditada a dizer-nos que, tirando alguma não conhecida exceção, aqueles senhores prosperaram muito na terra portuguesa, [...] Ora, para que esta e outra gente pudesse cobrar as suas doações, era necessário começar por fazê-la desembarcar, portanto temo-la aí, disposta a merecê-las com as armas, deste modo ficando mais ou menos conciliado o terminante Não do revisor com o Sim, o Talvez Que e o Ainda Assim de que se fez a história pátria. (SARAMAGO, 2010, p. 180)

Embora, portanto, negue um importante evento da história portuguesa, o revisor ainda se submete a ela e a suas evidências mais palpáveis. Se há notícia de estrangeiros como Gil de Rolim, D. Alardo, D. Jordão e os irmãos La Corni terem vivido, criado vilas e dado origem a

sobrenomes da terra lusitana, Raimundo Silva julga incontornável inseri-los na narrativa de alguma maneira. Parece ser, também, o caso de Henrique de Bona, uma vez que o alemão entrou para a história de Portugal devido a seus milagres depois de morrer enquanto auxiliava na conquista de Lisboa, e de Gilberto de Hastings, inglês nomeado primeiro bispo da cidade depois da conquista.

Outro exemplo da permanência da tradição histórica no romance saramaguiano é a descrição de alguns cruzados. A maneira como personalidades como Guilherme Vitulo, Sahério de Archelles, Gilberto de Hastings e Henrique de Bona, entre os estrangeiros mais mencionados, são representados no romance faz ecoar diferentes textos historiográficos.

Guilherme Vitulo é retratado como um homem áspero, sarcástico e desrespeitoso em relação à autoridade do rei português. Seu aparte durante o discurso de Afonso Henriques aos cruzados é uma prova disso, assim como sua atitude quando, feito porta-voz dos estrangeiros, informa aos homens lusitanos que os cruzados se retirarão para não interferir no auxílio divino a Portugal. No texto de Osberno, Guilherme Vitulo é descrito como quem está “respirando ameaças e matanças de pirataria” (OSBERNO, 1936, p. 64) e como líder dos ingleses que resistiam a permanecer em Lisboa. Chamado de teimoso, o cruzado é comparado a “transgressores da fé e juramento da aliança jurada” (ibidem, p. 65), e suas atitudes dão azo a pensamentos, entre outros ingleses, de segregá-lo do grupo de cruzados e da igreja.

Nas outras duas obras citadas ao longo do romance, *Crónica de cinco reis de Portugal* e *Crónica de Dom Afonso Henriques*, entretanto, pouco se fala sobre Vitulo – se forem Guilherme Vitulo, Guilhão da Longa Seta e Guilherme da Longa Espada a mesma pessoa, hipótese aventada no romance. No primeiro, Guilhão da Longa Seta é mencionado apenas uma vez, e de maneira elogiosa: “guilhão de lōga septa conde de leuitol o qual em seu tpõ foi teudo pollo melhor caualeiro que sabiaõ em Jnglaterra nem em frança nem em as partes de espanha” (BASTO, 1945, p. 92). No segundo, também é citado uma única vez, e sem qualquer referência a seu caráter. Antes, mencionam-se sua posição hierárquica e alguns laços familiares: “Nossos autores afirmam ser o capitão principal desta armada Guilherme da Longa Espada, o qual consta ser irmão de Guilherme, duque da Normandia, e rei de Inglaterra” (BRANDÃO, 1945, p. 113)

Outra personagem cuja representação no romance parece se coadunar com a tradição histórica acerca de sua personalidade é Gilberto de Hastings. No romance, é apresentada como a principal característica deste religioso inglês a erudição, similar ao que afirmam sobre

ele a *Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques*. No texto atribuído a Fernão Lopes, fala-se sobre o primeiro bispo de Lisboa ser um “homẽ de boa uida & letrado” (BASTO, 1945, p. 100), enquanto Fr. António Brandão se refere a Gilberto como “varaõ douto, pio & de bõ exemplo”. Dessa vez, é a obra de Osberno que cala em relação às virtudes de Gilberto, afirmando apenas ser ele um inglês.

O último cruzado cuja personalidade é descrita de forma mais detalhada no romance é o alemão Henrique de Bona. Nesse caso em particular, o texto saramaguiano parece ampliar as características atribuídas a esse homem pelas fontes históricas que dele se ocupam – no caso, a *Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Estes dois textos tratam eminentemente dos milagres operados por Henrique depois de sua morte, sem dar muito relevo a detalhes de sua vida, diferentemente do observado em *História do cerco de Lisboa*.

Na *Crónica de cinco reis de Portugal*, Henrique é caracterizado como “hũ cavaleiro muj nobre e ardido e comprido de todos os bons costumes” (BASTO, 1945, p. 96). Devido à maneira como este cavaleiro teria se portado na conquista de Lisboa, “lidando muj fortemente a tomada da dita çidade” (ibidem, p. 96), e ao fato de ter morrido nessa empresa, Deus teria começado a realizar milagres através dele. A seguir, são descritos os milagres obrados por Henrique para os cruzados surdos e mudos, sua aparição a um estrangeiro ordenando a transferência do túmulo de seu escudeiro para perto de si e o crescimento de uma palmeira milagrosa ao pé de seu sepulcro.

Na *Crónica de Dom Afonso Henriques*, chama-se Henrique de “um ilustre alemão natural da vila de Bona” (BRANDÃO, 1945, p. 121-122), gloriosamente morto em combate. A sua inculpável vida, e sua morte em tão santa empresa, são citadas como causas para os milagres por ele realizados, depois de sua morte. Após, são narrados seus milagres já conhecidos – a cura dos jovens surdos e mudos, a aparição a um soldado para exigir o traslado do corpo de um criado para seu lado, a fim de receber maiores glórias, e o nascimento de uma palma milagrosa em seu túmulo.

A representação de Henrique de Bona no romance saramaguiano parece reverberar a elogiosa descrição dele feita nos dois textos históricos citados. É apresentado como um cavaleiro de “grande piedade” (SARAMAGO, 2010, p. 218), cuja dedicação ao trabalho resultou em uma magnífica torre de guerra e cuja morte é descrita como uma “perda sem remédio” (ibidem, p. 316).

O romance parece dilatar a dimensão humana de Henrique, ficcionalizando uma participação importante no cerco da cidade e na trama amorosa criada por Raimundo Silva para Mogueime e Ouroana. Nos documentos históricos referidos pela instância narrativa, o papel de Henrique se restringe aos milagres e a uma morte em batalha, sem haver qualquer menção a uma possível função de engenheiro de armas de guerra. A esse respeito, parece haver uma reelaboração ficcional da figura de Henrique por parte do romance, ampliando as atribuições da personagem na narrativa.

O trabalho da instância narrativa parece bastante determinado pelas afirmações das fontes: a negação do auxílio dos cruzados não é inteiramente concretizada no romance, devido a imposições da própria historiografia renegada. Apesar disso, a malha romanesca e suas muitas linhas intertextuais evidenciam a parcialidade da história, os limites dos documentos históricos e a irrecuperabilidade do passado – senão mediante seus vestígios textualizados.

Se por vezes Raimundo Silva parece determinado a colocar uma pedra sobre o passado português e recriá-lo inteiramente – especialmente nos dias subsequentes a seu ato de negar a ajuda dos cruzados –, o passado acaba retornando e se impondo sobre a história alternativa do revisor. Cabe revisar o passado de Portugal, recontá-lo assumindo diferentes perspectivas e trazendo à tona vozes dissonantes em relação ao discurso histórico oficial, mas nunca se deve silenciá-lo.

A inevitabilidade da história pode ser percebida também na maneira como o revisor de textos preenche as lacunas legadas pela história aos cruzados. A personalidade recriada no romance parece, na maioria dos casos, limitar-se a uma ampliação das características citadas nos textos históricos, por mais discrepantes entre si que eles sejam.

4.3 O cerco e a conquista segundo a saramaguiana história do cerco de Lisboa

O enredo de *História do cerco de Lisboa* é centrado nos eventos referentes ao cerco e à conquista de Lisboa aos mouros. Esses acontecimentos são ficcionalmente elaborados no romance de duas maneiras distintas, embora correlacionadas: a visão do historiador cuja obra é revisada por Raimundo Silva, e a perspectiva assumida pelo revisor de textos na recriação, fundada em uma negação, deste importante momento do passado português.

A primeira referência às circunstâncias do cerco dá-se na reconfiguração, por parte do revisor, de uma sentença da “História do cerco de Lisboa” do Historiador: “o muezim subiu ao minarete e dali convocou os fiéis à oração na mesquita” (SARAMAGO, 2010, p. 19). A partir dessa frase, Raimundo Silva imagina detalhes do alvorecer, descreve o almuadem cego acordando, vestindo-se e encaminhando-se para a mesquita a fim de chamar os muçulmanos à oração:

Aos pés do almuadem há uma cidade, mais abaixo um rio, tudo dorme ainda, mas inquietamente. A manhã começa a mover-se sobre as casas, a pele da água torna-se espelho do céu, e então o almuadem inspira fundo e grita, agudíssimo, Allahu akbar, apregoando aos ares a sobre todas grandezas de Deus [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 19)

À visão de Raimundo Silva, voltada para dentro dos muros da cidade moura, segue-se a primeira caracterização do tema da narrativa do historiador, “de guerra e de cerco, portanto de virilidades superiores” (SARAMAGO, 2010, p. 19). Os eventos do cerco, contados de maneira semelhante à de outras obras sobre o mesmo tema, são sumariados na última leitura do revisor - a descrição dos lugares, as falas e as obras de Afonso Henriques, a chegada dos cruzados ao Porto e sua viagem até o Tejo, as discussões do dia de S. Pedro, o ultimato, o sítio, os combates e as tentativas de assalto à cidade, a rendição e o saque. Imaginando os prelados cristãos ao tomar posse da mesquita e purificá-la, mais uma vez a instância narrativa assume o possível ponto de vista dos mouros:

[...] no Dia de Todos os Santos passou a corrupta mesquita a puríssima igreja católica, e agora sim, agora é que o almuadem nunca mais poderá chamar os crentes à oração de Alá, vão substituí-lo por um sino ou sineta depois de terem substituído um deus por outro, feliz caso teria sido terem-no deixado ir, É cego, coitado, salvo se de ira sanguinária cego ia precisamente o cruzado Osberno, só igual de nome, quando viu à frente da sua espada um mouro velho que nem para fugir tinha já forças, ali espojado no chão, agitando as pernas e os braços como se intentasse afundar-se pela terra dentro, este medo real em vez do outro, imaginário, e há-de consegui-lo, tão certo como estar vivo ainda, mas não por muito tempo mais dizemos nós, nem sozinho poderá, porque estará morto então, pensou o revisor, por enquanto estão a ser abertas as valas comuns. (SARAMAGO, 2010, p. 40)

Na leitura da última página da obra do historiador, Raimundo Silva depara-se com uma patriótica e historicamente imprecisa descrição dos momentos imediatamente posteriores à conquista de Lisboa. O espírito fervoroso do historiador fez com que narrasse da seguinte maneira estes eventos:

No alto do castelo o crescente muçulmano desceu pela derradeira vez e, definitivamente, para sempre, ao lado da cruz que anunciava ao mundo o baptismo santo da nova cidade cristã, elevou-se lento no azul do espaço, beijado da luz, sacudido das brisas, a despregar-se ovante no orgulho da vitória o pendão de D. Afonso Henriques, as quinas de Portugal (SARAMAGO, 2010, p. 41)

As imprecisões históricas deste trecho estariam fundadas na imagem de substituição do crescente muçulmano pelas quinas portuguesas. Uma poética descrição assim seria impossível pelo fato de as quinas de Portugal só terem sido criadas, e de maneira distinta das atuais, no reinado de Sancho I, filho de Afonso Henriques. Além disso, a bandeira com o crescente muçulmano só teria sido instituída no Império Otomano, duzentos ou trezentos anos depois da conquista de Lisboa pelos portugueses, o que inviabilizaria sua substituição.

A próxima apresentação dos eventos referentes ao cerco da cidade dá-se logo em seguida, ainda na última leitura de Raimundo Silva. O revisor se detém no discurso de Afonso Henriques aos cruzados, traduzido da versão latina de Osberno pelo próprio historiador. Raimundo Silva, apesar de não compreender latim, não consegue acreditar na possibilidade de um discurso como aquele ter saído da boca daquele rei. Apesar destes questionamentos, o revisor lembra-se do fato de Afonso ter recebido educação de seu aio, Egas Moniz, tão louvado pelos anais que deveria ter ensinado ao menino “máximas cristãs e políticas” (SARAMAGO, 2010, p. 44) e latim, capacitando-o para explicar-se tanto em galego, quanto nessa língua culta, quando chegasse a hora de falar com importantes cavaleiros estrangeiros. Além disso, Raimundo Silva lembra-se do texto da Memória de Alcobaça, supostamente escrito pelo próprio punho do primeiro rei português, no qual se narram os eventos referentes à conquista de Santarém.

Apesar dessas evidências historiográficas e do fato de o cotejo com outras fontes ter em certa medida confirmado o discurso proferido pelo rei, Raimundo Silva continua a não acreditar em uma palavra dessa suposta fala. O revisor afirma, também, ser a autoria da Memória de Alcobaça não de Afonso Henriques, mas de um cônego de Santa Cruz de Coimbra “de quem nem o simples nome ficou para tomar na biblioteca o lugar a que tem justo direito e dela retirar o rei usurpador.” (SARAMAGO, 2010, p. 45).

Cita-se, então, a íntegra do discurso do rei aos cruzados – ainda visto com ceticismo por Raimundo Silva, disposto a creditar a autoria de tais palavras aos prelados portugueses João Peculiar e Pedro Pitões. O narrador argumenta que os dois religiosos, tendo ido a Lisboa junto aos cruzados, teriam tido tempo suficiente para rascunhar o discurso, “ponderando os argumentos, insinuando muito, acautelando o possível, com promessas liberalíssimas envolvidas em prudentes reservas mentais, não esquecendo a lisonja” (SARAMAGO, 2010, p. 46)

Depois do discurso de Afonso Henriques e do posicionamento cético de Raimundo Silva sobre essas palavras, prossegue a leitura do revisor até o momento em que “o historiador embandeirou o estilo” (SARAMAGO, 2010, p. 47) para tratar da grande discórdia suscitada entre cruzados sobre se deveriam ajudar os portugueses a tomar Lisboa ou partir imediatamente para a Terra Santa.

Argumentavam aqueles a quem seduzia a ideia de ficar que lançar fora da cidade a estes mouros e fazê-la cristã seria também serviço de Deus, contestavam os contrários que, se esse era serviço de Deus, serviço menor seria, e que cavaleiros tão principais como ali todos se prezavam de ser tinham por obrigação acudir aonde mais trabalhosa fosse a obra, não neste cu do mundo, entre labregos e tinosos, que uns deviam ser os mouros e outros os portugueses, porém não o averiguou o historiador, talvez por não valer a pena escolher entre os dois insultos. (SARAMAGO, 2010, p. 47)

São descritos como os principais argumentos para deixar Portugal as possibilidades de obter maiores lucros nas pilhagens de barcos no caminho para a Síria do que no saque da cidade, bem como nos maiores riscos envolvidos em cercar uma cidade tão bem fortificada e tão populosa, em comparação com a viagem até a Terra Santa. Dessa maneira, percebe-se um julgamento de valor latente acerca da virtude desses estrangeiros:

Berravam os guerreiros como possessos, Deus me perdoe, violentos de palavras e de gestos, e os que defendiam a ideia de continuar viagem para os Santos Lugares afirmavam que muito maiores lucros e proveitos tirariam da extorsão do dinheiro e mercadorias das naus que no mar encontrassem, tanto de Espanha como de África, anacronismo de que só ao historiador se devem pedir contas, falar de naus no século doze, do que da tomada desta cidade de Lisboa, com menos perigo de vidas, que as muralhas são altas e os mouros muitos. (SARAMAGO, 2010, p. 47)

Apesar da algazarra subsequente à arenga de Afonso Henriques, os estrangeiros afinal decidiram ajudar a conquistar Lisboa em troca de receber o saque inteiro da cidade tomada. Nesse momento, encerra-se a versão do historiador, pois Raimundo Silva já está no processo de “desdobrar-se, a afastar-se de si mesmo, observa-se a pensar, e assusta-se um pouco” (SARAMAGO, 2010, p. 51) gerador de sua negação à história tradicional:

[...] com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como. (SARAMAGO, 2010, p. 50)

Desse momento em diante, a representação do cerco e da conquista são feitos a partir da negação de Raimundo Silva à formulação historicamente aceita do passado português. A composição literária do revisor de textos, apesar de negar um mundo e começar a construir

uma realidade diferente por meio da escrita, não prescinde dos documentos históricos constantemente citados ao longo do romance. De fato, a nova história do cerco de Lisboa parece fundar-se por um lado na negação da ajuda dos cruzados e por outro na inevitabilidade da vitória dos portugueses, confirmada pelo fato de a Lisboa dos anos 1180 não ser uma cidade moura.

As circunstâncias da negação dos cruzados ao pedido de Afonso Henriques, bem como uma recriação do discurso considerado inverossímil pelo revisor, são as próximas retomadas dos eventos referentes ao sítio e à tomada de Al-Ushbuna. Raimundo Silva volta ao discurso, apresenta os cruzados da comitiva recebida pelo rei e se pergunta sobre os motivos possíveis de recusa dos estrangeiros. Inicialmente, o revisor tenta fundamentar nas referências históricas a negativa dos cruzados, cotejando diferentes fontes e tentando compreender as discrepâncias encontradas entre as identidades dos estrangeiros de uma obra para outra. Entretanto, desiste de explicar essa negativa pelo passado, já que a negação criada por ele estabelece uma versão alternativa impossível de ser inteiramente explicada pelo escrutínio da história portuguesa:

Porém, tendo reflectido sobre estas discrepâncias, concluiu Raimundo Silva que o apuramento duma verdade pouco adiantaria ao caso, porquanto, destes e os outros cruzados, nobres de primeira ou vilões da derradeira, não se ouvirá mais falar, tão logo faça el-rei o discurso, pois a tal está obrigando a nega que se encontra exarada neste único exemplar da História do Cerco de Lisboa, com todas as consequências. (SARAMAGO, 2010, p. 126-127)

O revisor levanta, então, três hipóteses possíveis para explicar o afastamento dos cruzados – o clima, a aridez do solo e alguma peste mortífera –, mas todas caem por terra por Lisboa ser uma cidade agradável. A partir do panorama oferecido pelo castelo de São Jorge dos terrenos nos quais se teria dado o encontro entre o rei e os estrangeiros, o revisor reflete bastante até determinar o motivo da negação: a avareza demonstrada em um trecho do discurso de Afonso Henriques, pedindo aos cruzados sua ajuda antes pela glória divina do que pelas riquezas do saque, e a arrogância do rei ao afirmar ser o povo português filho eleito de Deus, que ajudaria na tomada de Lisboa mesmo com a negativa dos cruzados.

Passa-se, então, à reelaboração dos debates entre o rei e os cruzados. Os estrangeiros cujas identidades já haviam sido apresentadas e debatidas foram recebidos por comitiva formada pelo rei, seus dois prelados e os seguintes cavaleiros lusitanos: Fernão Mendes, Fernão Cativo, Gonçalo Rodrigues, Martim Moniz, Paio Delgado, Pêro Viegas (ou Pêro Paz), Gocelino de Sousa, Gocelino Sotero (ou Soeiro), Mendo Afonso de Refoios, Múcio de Lamego, Pedro Pelágio (ou Pais da Maia), João Rainho (ou Ranha). Passa-se à reescrita do

discurso do rei, apresentam-se os apartes de Guilherme Vitulo e de Gil de Rolim, narra-se o milagre de Ourique. Depois de uma noite de discussões, os cruzados decidem não ajudar Afonso Henriques, mas permanecem com os portugueses alguns homens – Gilberto de Hastings, Gil de Rolim, os irmãos La Corni, Henrique de Bona, D. Alardo, D. Jordão. Depois do anúncio da decisão, Raimundo Silva enfoca novamente a cidade moura e a felicidade dos sarracenos ao ver os batéis estrangeiros deixando a costa da cidade:

Terminada a oração, o almuadem prepara-se para descer, quando de súbito se levanta de baixo um alarido tão desordenado e espantoso que o cego, assustado, crê em um momento que se desmorona a torre, em outro que estão os malditos cristãos dando assalto às muralhas, para finalmente perceber que são de júbilo os gritos que de todas as partes irrompem e fazem sobre a cidade um como que resplendor [...] Que aconteceu, digam-me o que aconteceu. No instante seguinte estão braços a ajudá-lo a erguer-se, e uma voz forte e jovem quase grita, Vão-se os cruzados, os cruzados estão a retirar-se. De fé e comoção dobraram-se ali os joelhos do almuadem, mas cada coisa a seu tempo, Alá não se escandalizará se tardarem um pouco mais os agradecimentos que Lhe são devidos, primeiro há-de expandir-se a alegria. (SARAMAGO, 2010, p. 175-176)

Desembarcaram, no Tejo, algumas centenas de estrangeiros, a maioria criados menores dos capitães cruzados remanescentes para auxiliar na empreitada de Afonso Henriques. Onde teria sido estabelecido o arraial dos aquitanos, dos ingleses e dos bretões na antiga História do cerco de Lisboa, acampou o exército de Afonso Henriques a fim de saudar com festa os cavaleiros cruzados e seus criados. Nesse arraial provisório, é apresentado o protagonista do romance de Raimundo Silva, Mogueime, um soldado raso cujo discurso bem articulado levantou dúvidas acerca de sua idoneidade. São traçados alguns paralelos entre a conquista de Santarém e a desejada tomada de Lisboa, sendo mais difícil arquitetar a conquista desta, devido a condições topográficas, à fortaleza do castelo e à população, do que daquela, fundada em um ataque surpresa e algumas escadas de mão.

Mesmo sendo evidentes as intenções do exército de Afonso Henriques de sitiar Lisboa, não havendo necessidade de publicar a guerra aos inimigos, são enviados em comitiva alguns homens, capitaneados pelos prelados portugueses para oferecer aos mouros a chance de se renderem sem cerco. Este ultimato, constituído pela fala de João Peculiar, pela réplica do governante mouro, por uma resposta de Pedro Pitões e pela conclusão do governante árabe, é narrado pelo frade escrivão Rogeiro – único estrangeiro da comitiva. Como as falas dessas personagens se estendem por várias páginas, serão citados apenas alguns trechos a fim de tornar perceptíveis as apropriações intertextuais mediante o cotejo com alguns excertos da fonte historiográfica:

Disse o arcebispo [...] não viemos cá para tomar a cidade ou despojar-vos dela, por onde já podeis ir começando a apreciar a benignidade dos cristãos em geral, que ainda quando exigem o que é seu, não roubam o alheio, e se nos argumentais que a isso mesmo é que viemos, responderemos que só reivindicamos como sendo de nosso direito a posse desta cidade, e que se em vós existem nem que sejam uns vestígios dos princípios da justiça natural, sem mais rogos, com vossas bagagens, dinheiro e pecúlios, com vossas mulheres e crianças, sem dúvida demandareis a pátria dos mouros que sois e donde malamente viestes, deixando-nos o que nosso é, [...] deveis acautelar-vos, pois haveis chegado ao fim, cuidai pois da vossa saúde enquanto é tempo, lembrai-vos do ditado romano, Na arena se aconselha o gladiador, e não me respondais que mouros é que sois e não gladiadores, que eu vos diria que o ditado a vós serve como a eles, se ides a morrer, posto o que não tenho mais que argumentar convosco se alguma coisa tendes a dizer, dizei já, e breve. (SARAMAGO, 2010, p. 199-201)

Este excerto, embora formalmente se integre ao ritmo narrativo do romance, é uma apropriação intertextual quase literal da obra de Osberno. Toda a fala de João Peculiar, conforme apresentada em *História do cerco de Lisboa*, remete diretamente à urdidura desse discurso no texto histórico em *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, salvo pequenas adaptações vocabulares e algumas interrupções:

Não vimos a esta cidade que possuis para vo-la tomar ou despojar-vos dela, se isso for da vossa vontade. Traz isto sempre condigo a innata benignidade dos cristãos. Ainda quando exige o que é seu, não rouba o alheio. Reivindicamos como sendo de nosso direito a posse desta cidade; e certamente que, se em vós existem, ao menos, os princípios da justiça natural, sem mais rogos, com vossas bagagens, dinheiro e pecúlios com vossas mulheres e crianças, demandareis a pátria dos mouros donde viestes, deixando-nos o que é nosso. [...] Acautelai-vos, pois estais chegados ao fim. Cuidai da vossa saúde, enquanto é tempo. É velho provérbio que “na arena se aconselha o gladiador.” Vós respondereis depois, se vos aprouver. (OSBERNO, 1936, p. 73-75)

Entre os dois trechos citados, há passagens inteiramente equivalentes – corroborando, mais uma vez, as relações intertextuais entre as duas obras. Na resposta do governador mouro, também há uma evidentemente retomada do relato de Osberno. No entanto, sua reconfiguração ficcional é bem mais paródica do que acontece com a fala de João Peculiar, embasada principalmente no intertexto histórico:

Como quereis vós, perguntava ele, que acreditemos nisso que dissestes de que somente desejais que vos entreguemos a fortaleza do nosso castelo, ficando nós com a liberdade, e que não quereis expulsar-nos das nossas casas, se vos desmente o exemplo do que haveis feito em Santarém, onde por morte atrocíssima até aos velhos roubastes a pouca vida que Lhes restava, e às indefesas mulheres degolastes como a cordeiros inocentes, e aos meninos esquartejastes sem que se vos derretesse o coração o débil clamor, ora não me digais que se vos apagaram da memória os tristes sucessos, que se é verdade que não podemos trazer-vos aqui os mortos de Santarém, podemos, isso sim, chamar todos quantos, feridos, chagados e mutilados, ainda tiveram forças para se recolherem à nossa cidade, esses mesmos que agora iríeis exterminar de vez, e a nós com eles, pois não vos bastou o primeiro crime, porém, enganai-vos que nunca foi nossa intenção entregar-vos Lisboa pacificamente ou submetê-la ao vosso domínio, deixando-nos ficar nela, concordai

que seria grande a nossa ingenuidade se trocássemos o certo pelo incerto, o seguro pelo duvidoso, fiados apenas dessa palavra que tão pouco vale, a vossa. (SARAMAGO, 2010, p. 203-204)

Este excerto aponta para uma característica recorrente do romance saramaguiano: a ficcionalização da perspectiva dos mouros ante a chegada das tropas de Afonso Henriques e da tomada da cidade onde viviam há quase 400 anos. Denunciam-se as crueldades cometidas pelos portugueses na conquista de Santarém, e chama-se atenção para a inconstância das promessas portuguesas, além da afirmação da resistência moura ante a ofensiva lusitana.

Deste trecho, apenas o final é uma retomada do relato de Osberno, no qual a fala do prelado mouro é urdida da seguinte maneira: “Nunca foi nossa intenção entregar-vos a cidade pacificamente ou submetê-la ao vosso domínio deixando-nos ficar nela.” (OSBERNO, 1936, p. 76). Mais adiante na reconfiguração romanesca da fala do governador mouro, após uma interrupção de Pedro Pitões bastante interessante, são notadas mais referências ao relato de Osberno:

O mouro continuava, Esta cidade foi outrora dos vossos, agora porém é nossa, e no futuro talvez que vossa volte a ser, mas isso pertence a Deus que no-la deu quando quis, e que no-la tirará se o quiser, porque nenhuma muralha é inexpugnável contra as deliberações da sua vontade, assim nós o acreditámos sempre, porque apenas queremos o que for do agrado de Deus, que tantas vezes salvou das vossas mãos o nosso sangue, e a quem, portanto, e com razão, bem como aos seus desígnios irrevogáveis, não deixaremos de admirar, não só porque em seu poder estão todos os males, mas ainda porque, por sua suprema razão, submete a nós as desgraças, as dores e as injúrias, enfim, ide-vos daqui, pois só a ferro se abrirão as portas de Lisboa, e quanto a essas desgraças inevitáveis que nos prometeis, se tiverem de acontecer, dependem do futuro, e atormentar-nos com o que está por vir nada mais é que loucura e atracção voluntária de misérias. O mouro fez uma pausa como para procurar outras razões, mas deve ter-lhe parecido inútil, encolheu os ombros e concluiu, Não vos demoreis mais tempo, fazei o que puderdes, nós o que for da vontade de Deus. (SARAMAGO, 2010, p. 204-205)

A apropriação intertextual de Osberno é bastante evidente neste excerto. Afora pequenas inserções do narrador, as quais parecem tentar conferir algumas características à figura do governante sarraceno, a citação da narrativa do cruzado inglês é quase literal:

Esta cidade, segundo me parece, foi outrora dos vossos: agora, porém, é nossa, e no futuro será vossa talvez. Mas isso pertence a Deus. Houvemo-la quando Deus quis; quando não quiser, não a teremos, porque não há muralhas inexpugnáveis contra as deliberações de sua vontade. Nós queremos o que for do agrado de Deus, que tantas vezes salvou das vossas mãos o nosso sangue, e a quem portanto e com razão, bem como aos seus desígnios irrevogáveis, não deixaremos de admirar, não só porque em seu poder estão todos os males, mas ainda porque, por sua suprema razão, submete a nós as desgraças, as dores e as injúrias. E vós ide-vos daqui, pois só a ferro se abrirão as portas da cidade. [...] As desgraças inevitáveis que nos prometeis, dependem do futuro, se é que têm de acontecer; e atormentar-nos com o que está por vir nada mais é que loucura e atracção voluntária de misérias. [...] Mas para que demorar-vos mais tempo? Fazei o que puderdes: nós o que for da vontade de Deus (OSBERNO, 1936, p. 76-77)

As ressonâncias intertextuais da obra de Osberno no romance de Saramago são claras. Na fala de Pedro Pitões, bispo do Porto, também está retomado o texto de *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*. O bispo, cuja atitude áspera, conforme o narrador, tentara interromper a fala do mouro com um gesto seco, dirige-se ao governador de maneira arrogante nos seguintes termos:

Benevolmente vos falámos, esperando encontrar em vós ouvidos benévolos, mas se irritados nos haveis escutado, tempo é de que vos digamos palavras irritadas, e elas serão para que fiquéis sabendo quanto desprezo votamos a esse hábito vosso de esperar pelo correr dos factos e pelos males que nos venham, quando claramente se mostra que frágil e fraca é a esperança que não depende da confiança do valor próprio, mas sim da desgraça alheia, é como se de antemão já vos reconheçêsseis vencidos, e pois que falastes do incerto e do futuro, aprendei que quantas mais vezes nos for desfavorável o resultado duma empresa, tantas mais vezes a havemos de tentar para que bem nos suceda, e tendo as nossas tentativas contra vós sido frustradas até hoje, aqui estamos a tentar de novo, para que finalmente experimenteis o destino que vos espera quando entrarmos por essas portas que agora não nos quereis abrir, sim, vivei vós o que for da vontade de Deus, a nós essa mesma vontade nos fará vencer-vos, e sem mais que mereça a pena dizer, retiramo-nos sem saudar-vos, como também não queremos as vossas saudações. (SARAMAGO, 2010, p. 205-206)

Parece admirável a absorção feita, por parte da instância narrativa saramaguiana, dos textos historiográficos. Referências intertextuais quase literais são integradas ao ritmo narrativo de maneira tão completa que seu mapeamento se torna, por vezes, bastante delicado. A apropriação de trechos extensos dificulta, também, a apresentação de citações e cotejos com documentos originais, mas, apesar da longa extensão destes trechos, acredita-se ser necessária sua transcrição a fim de ressaltar o trabalho de bricolagem do narrador:

Já que é não é possível falar aos vossos ouvidos benévolos, falarei aos vossos ouvidos irritados. Vós, como é vosso hábito, ficando nisso apenas a causa e fim da vossa obstinação, esperais pelo correr dos factos e pelo sucesso dos nossos males. Mas frágil e fraca é a esperança que não depende da confiança no valor próprio, mas sim da desgraça alheia. Por isso mesmo já a vossa causa tímida e enfraquecida parece dar prova da sua condenação. Falastes do incerto e do futuro; pois haveis de experimentar que entre nós está determinado que, quantas mais vezes nos for desfavorável o sucesso dum empreendimento, tantas mais vezes o havemos de tentar para que nos bem suceda. E porque, como dizeis, tantas vezes se frustraram as nossas tentativas contra vós, ainda voltamos a tentar, e haveis de experimentar, como julgo, qual o fim que vos espera. Ao retirarmo-nos desta cidade, nem vos saudarei, nem de vós receberei saudações. (OSBERNO, 1936, p. 77)

A aspereza na fala de Pitões é ampliada em sua reelaboração ficcional saramaguiana, cujo narrador denota uma atitude negativa em relação aos portugueses e positiva em relação aos mouros. A atitude deste prelado é caracterizada por termos como “violento” e “irritado”. Ao mesmo tempo, o discurso de João Peculiar é entendido como impróprio de um padre, cujas palavras deixariam entrever certa “secura fria que se adivinha por baixo das blandícias e das melífluas, finalmente rompendo em intimação brutal” (SARAMAGO, 2010, p. 202). Os

vocábulos “blandícias e melífluas”, bem como a caracterização geral das falas deste ultimato, parecem remeter a ainda outro texto historiográfico português – a *História de Portugal* de Alexandre Herculano. No texto de Saramago, há uma elaboração maior, e o diálogo entre portugueses e mouros se estende mais do que na breve narração de Herculano, pois o narrador incorpora à sua recriação ficcional intertextos da obra de Osberno. O trecho da obra de Herculano sobre o ultimato é mais breve e se apresenta da seguinte maneira:

Dadas mútuas tréguas para que de parte a parte pudessem desafogadamente explicar-se, o arcebispo de Braga encetou a discussão com um longo mas pouco concludente discurso, em que as ameaças mitigadas pela brandura da linguagem mal supriam a míngua de boas razões. Propunha que entregassem o alcáçar e as outras fortificações aos sitiadores, feito o que a propriedade, honra e vida dos habitantes seriam respeitadas e mantidas. [...] A resposta, porém, dos cercados foi franca e altiva. Não reconheciam de modo algum o direito que o metropolitano invocava, nem estavam resolvidos a abandonar Lisboa ou a aceitarem o jugo estranho sem experimentarem a sorte das armas. Resignavam-se de antemão aos decretos da fatalidade. Sabiam por experiência própria que nem sempre as tentativas daquela ordem eram coroadas de bom resultado. “Fazei o que poderdes”, concluíam eles, “nós faremos o que for da divina vontade”.

O bispo do Porto, irritado, segundo parece, pela linguagem dos chefes sarracenos, replicou-lhes com aspereza, porém mais laconicamente do que seu colega: “Dizeis que as nossas tentativas contra Lisboa têm falhado: veremos se falha esta. Afastando-nos dos vossos muros, não vos saúdo: não me saudareis também.” (HERCULANO, 2007, p. 322-323)

No texto de Herculano, as falas dos prelados e dos mouros não são claramente expostas, especialmente o exposto pelo arcebispo de Braga: antes, o historiador apresenta as emoções dessas personalidades em um momento pleno de tensão. Nesse vazio, Saramago cria um diálogo bastante extenso, conferindo voz aos dois prelados e ao governador mouro e atribuindo a escrita deste diálogo a Rogeiro – fonte da qual o narrador retirou o intertexto autorizador da construção de todo este trecho do romance. Devido à grande extensão que o trecho apropriado de Herculano assume no romance *História do cerco de Lisboa* e ao fato de partes das falas de suas personagens já terem sido citadas, foram escolhidos os excertos que denunciam de maneira mais direta as relações intertextuais com *História de Portugal*:

Não pareceram palavras próprias de um pastor de almas, esta secura fria que se adivinha por baixo das blandícias e das melífluas, finalmente rompendo em intimação brutal [...] desenganai-vos que nunca foi nossa intenção entregar-vos Lisboa pacificamente ou submetê-la ao vosso domínio, deixando-nos ficar nela, [...] Fez o bispo do Porto um gesto violento, como se fosse interromper o mouro, mas o arcebispo cortou-lhe o arrebatado [...] Não vos demoreis mais tempo, fazei o que poderdes, nós o que for da vontade de Deus. [...] e é quando o bispo do Porto toma a palavra, também ele armado, põe a mão no punho do montante, sobre a cruz que lá está, e diz [...] tendo nossas tentativas contra vós sido frustradas até hoje, aqui estamos a tentar de novo [...] sem mais que mereça a pena dizer, retiramo-nos sem saudar-vos, como também não queremos as vossas saudações. (SARAMAGO, 2010, p. 202-206)

As emoções remetidas, por Herculano, às personalidades envolvidas nessa grave conversa mantêm-se no romance de Saramago. Entretanto, essas emoções são ampliadas por meio do extenso diálogo posto na boca dessas personalidades tornadas personagens ficcionais, cujas falas são apropriadas da obra de Osberno. O narrador traça, assim, uma trama intertextual na qual duas fontes principais são imiscuídas a considerações ficcionais, em uma atitude paródica de reelaboração do passado português por meio da criação literária.

Cabe ressaltar aqui, ainda, a benevolência do narrador ante a inteligência dos árabes, e a caracterização positiva do discurso do mouro em relação aos portugueses:

Confrontando as duas falas, pesou ao revisor ver como um simples mouro a quem faltavam as luzes da verdadeira fé, se bem que com patente de governador, soube, em prudência e eloquência, librar mais alto seu voo que um arcebispo de Braga, apesar de versado em concílios, bulas e doutrinas. Mui natural é propender em nós o desejo de que ganhem em tudo os nossos, e Raimundo Silva, embora suspeitando que haja no corpo da nação a que pertence mais sangue de mourisma do que de arianos lusitanos, teria gostado de aplaudir a dialéctica de D. João Peculiar em vez de ter de humilhar-se intelectualmente diante do discurso exemplar de um infiel que não deixou nome na história. (SARAMAGO, 2010, p. 205)

Do ultimato em diante, iniciam-se os trabalhos do cerco propriamente dito. Raimundo Silva precisa lidar com a ausência do poder militar dos 12.000 soldados estrangeiros recém partidos de sua narrativa. No castelo de São Jorge, o revisor observa a configuração geográfica dos terrenos nos quais estrangeiros e portugueses teriam de montar arraiais e tentar tomar Lisboa por assalto. O maior problema deste novo cerco parece ser a insuficiência de homens para sitiar as cinco portas ao mesmo tempo em que assaltam as muralhas e protegem a entrada do rio. Calculam-se dois mil soldados para cada uma das frentes de batalha, complicadas ainda pelo esteiro do Tejo próximo à Porta de Ferro. A logística do cerco fica decidida por Afonso Henriques, então, nos seguintes termos: mil homens seriam designados para a navegação e estariam responsáveis por cortar todas as comunicações dos mouros pelo mar; o restante dos soldados ficaria concentrado no Monte da Graça, de onde dois quintos seriam destinados para as portas do leste, outros dois quintos para o oeste e o restante permaneceria no Monte, no quartel general de Afonso Henriques (SARAMAGO, 2010, p. 221-222).

Estabelecidas as posições a serem assumidas pelos exércitos e as estratégias de cerco, são levadas à atenção do rei questões referentes aos homens que já haviam perecido na batalha pela conquista da cidade de Lisboa. O arcebispo de Braga solicita que o local onde os mortos já estavam sendo enterrados fosse consagrado como cemitério, ao passo que Gilberto

de Hastings argumenta, no interesse dos estrangeiros, que os cruzados deveriam receber um cemitério exclusivo devido ao seu estatuto diferenciado em relação aos lusitanos – os cruzados mortos na tentativa de conquistar Lisboa deviam ser tratados como mártires, de acordo com o cruzado inglês (SARAMAGO, 2010, p. 222).

Depois das considerações logísticas, há um pequeno avanço temporal, utilizado para apresentar a barregã galega Ouroana. Enquanto Mogueime lava o sangue das mãos na margem do esteiro, depara-se com uma mulher lavando roupas. O soldado sabe de quem se trata: é Ouroana, barregã do cavaleiro alemão Henrique, recentemente morto. Já estava interessado nela desde antes da morte do engenheiro, mas acreditava ser impossível tomar para si a mulher de um superior hierárquico, mesmo sendo concubina. Ainda assim, o soldado se apresenta a ela e pergunta seu nome.

A narrativa retorna dessa pequena digressão temporal para a apresentação das pelejas entre as tropas portuguesas e os mouros, habitantes de casas fora do cerco na altura da Porta de Ferro. Esses conflitos, trazidos à tona pela instância narrativa com base no relato de Osberno, teriam sido olvidados na escrita de Raimundo Silva – cujo esquecimento é atribuído ao fato de ser um mero revisor, despreparado para descrever artes militares por não ter servido o exército.

Enfim cercada a cidade e enterrados os mortos, os quais não são muito pranteados pelos seus companheiros endurecidos pelas guerras, os soldados têm bastante confiança na vitória sobre os mouros. Essa fé deve-se não ao Deus de Ourique, mas ao fato de terem encontrado muitas cargas de trigo, de cevada, de milho e de outros legumes abandonadas pelos mouros quando estes fugiram para dentro das muralhas. Os alimentos estavam em cavas subterrâneas abertas entre a Porta de Ferro e a Porta de Afofa, junto à encosta, estocados ali por não caberem dentro da cidade.

Nesse momento, uma semana depois de iniciado o cerco, não haviam sido realizados assaltos muito vigorosos contra as muralhas da cidade. A falta de atividades era atribuída a discordâncias entre os mais altos comandantes, cindidos entre duas estratégias operacionais principais: a primeira, de realizar imediatamente um assalto com todos os meios disponíveis; a segunda, de fechar o cerco e mantê-lo apertado até uma rendição dos mouros, causada pela fome.

A fim de apresentar uma alternativa ao impasse entre as duas teses, o cavaleiro Henrique de Bona pediu a palavra para apresentar sua ideia de construir torres de guerra, comuns em outros cercos pela Europa, enfatizando os benefícios a Portugal de iniciar as imitações de tecnologias inovadoras vigentes em outros países, conforme citado na página 89. Depois de ouvir a proposta do alemão, Afonso Henriques insere entre as duas teses operativas a ideia de construir as torres de guerra, e delibera pela ação conjunta: encabeçada pelo assalto imediato, precedida pela construção das torres e finalizada pelo fechamento do cerco.

Nessa altura da escrita da nova história do cerco, Raimundo Silva percebe que pouco valeu sua negativa, pois os eventos históricos estavam se encaminhando para o mesmo desenlace da história tradicional da conquista de Lisboa:

Dá-se ele conta de que a sua liberdade começou e acabou naquele preciso instante em que escreveu a palavra não, de que a partir daí uma nova fatalidade igualmente imperiosa se havia posto em movimento e que nada mais lhe resta agora que tentar compreender o que, tendo começado por parecer sua iniciativa e reflexão sua, resulta tão-só de uma mecânica que Lhe era e continua a ser exterior, de cujo funcionamento alimenta apenas uma muito vaga ideia e em cuja actividade intervém não mais que pelo manejo aleatório de alavancas ou botões de que desconhece a real função, unicamente que é esse o seu papel, botão ou alavanca por seu turno movidos aleatoriamente pela emergência de impulsos não previsíveis, ou, se adivinháveis e até auto-estimulados, fora de toda a previsão no que se refere às suas consequências próximas ou remotas. (SARAMAGO, 2010, p. 253)

Segue a narrativa alternativa, metafóricamente descrita pelo revisor como a mesma música do cerco de Lisboa executada com um tom menor, com os resultados das deliberações de Afonso Henriques – primeiramente, o assalto generalizado à cidade, depois a construção das torres, finalmente os resultados da fome entre os árabes.

O primeiro ataque simultâneo e geral a todas as portas de Lisboa foi articulado para acontecer no momento no qual os almuadens da cidade conclamassem os mouros à oração. Dessa maneira, seriam os próprios mouros quem, em exercício de sua fé, dariam o sinal para o assalto português. Nesse momento, o narrador assume mais uma vez a perspectiva dos mouros antes de apresentar o assalto, ressaltando a ironia presente no fato de ter sido colocada na boca deles a sua possível sentença de morte:

Era meio-dia, e os almuadens haviam subido ao balcão das almádenas para convocar os crentes à oração, que não seria por estar a cidade cercada e posta nos alvoroços da guerra que deixariam de ser cumpridos os ritos da fé, e apesar de saber o da mesquita maior que de todos os lados o avistavam soldados cristãos, em particular os que assediam a Porta de Ferro, ali tão perto, não lhe dava isto cuidado, em primeiro lugar por não ser a proximidade tanta que o alcançasse um dardo perdido, em segundo lugar porque as suas próprias palavras o haviam de defender dos perigos, La ilaha illa lla, ia clamar, Alá é o único Deus, e para que lhe serviria se

afinal o não fosse. Ora, posto em frente das cinco portas, o exército dos portugueses não espera por mais que ouvir este grito para lançar o ataque geral e simultâneo [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 278)

O grande número de mortos tornou necessário estrear outro campo santo, chamado de S. Vicente, perto de onde foi estabelecido o bairro das prostitutas, o que aumentava bastante a disposição de muitos soldados para ajudar a levar os mortos a fim de enterrá-los.

A segunda estratégia para tentar tomar Lisboa dependia das torres bélicas, cujas construções seriam comandadas por cruzados franceses, normandos, e por Henrique de Bona. O cavaleiro alemão levaria a cabo a edificação de sua torre no arraial de Mem Ramires, junto à Porta de Ferro, enquanto os franceses ergueriam sua torre junto à Porta do Sol, e os normandos perto da Porta de Alfama. Raimundo Silva focaliza o trabalho de Henrique, e enfatiza sua dedicação e seu comprometimento com essa empresa bélica, que falha devido à instabilidade do terreno sobre o qual a torre alemã deveria deslizar para chegar às muralhas da cidade.

Enquanto Henrique e os portugueses tentavam consertar sua máquina de guerra, os mouros começaram a alvejá-los com flechas em chamas. Uma das flechas atingiu o peito de Henrique, morto junto com seu criado, atingido por uma viga desprendida da torre. Nesse momento, o narrador apresenta tanto os sentimentos dos mouros, quanto a reação dos cristãos, ante a perda da torre:

Não se descreve o júbilo desconforme dos mouros, assegurados como se acharam ali, se de tal precisassem, do maior poder de Alá sobre Deus, comprovado na derrota fragorosa da torre maldita. E também descrever não é possível o desgosto, a raiva e a humilhação da lusitana gente, ainda que alguma dela não se coibisse de murmurar que qualquer pessoa com dois dedos de testa e experiência de guerra deveria saber que as batalhas é à ponta de espada que se ganham e não com engenhos estrangeiros que tanto podem estar a favor como contra. Destroçada, a torre ardia como uma fogueira de gigantes, e nela se reduziam a torresmo e cinzas não se chegou a averiguar quantos homens que na confusão dos travejamentos desfeitos tinham ficado presos. Um desastre. (SARAMAGO, 2010, p. 316)

A estratégia de utilização das torres a fim de tomar de assalto Lisboa falhou. Por isso, a tese de um cerco bastante apertado permaneceu em uso, e seus resultados começaram a ser notados. Sentinelas foram colocados junto às saídas possíveis da cidade, a fim de interceptar quaisquer tentativas de pedidos de ajuda dos moradores de Lisboa. Essa cautela provou ser uma boa tática, quando foi interceptado um batel que tentava levar cartas para os alcaides de Palmela e de Almada, as quais continham denúncias sobre a situação vivida pelos lisboenses. Depois, descobriu-se que algum outro mensageiro havia passado despercebido pelo bloqueio dos sitiados.

Os lisboetas haviam sido abandonados pelas autoridades moçárabes próximas, deixados a morrer à míngua. Enquanto isso, depois de dois meses de cerco, mais três meses sem receber soldo, pensou Raimundo Silva que os soldados portugueses também pareciam abandonados. O serenamento dos ânimos, depois da morte do cavaleiro Henrique, redundou em um atraso na construção das torres. Em setembro, os soldados começaram a reivindicar os mesmos direitos concedidos aos cruzados quando fosse o momento de receberem o pagamento e a participação em saques. Os capitães a princípio não haviam dado atenção às exigências dos soldados, mas foram forçados a ouvir seus homens quando estes se recusaram a receber o soldo e iniciaram uma provável ameaça de greve.

Antes de os mouros perceberem os intentos dos soldados portugueses, os capitães chamaram alguns soldados para uma negociação. No arraial da Porta de Ferro, encontraram-se o capitão Mem Ramires e um dos soldados escolhidos, Mogueime, e protagonizaram a negociação. Mogueime mantém-se irredutível na decisão de cobrar direitos iguais aos dos estrangeiros: “a questão é que queremos ser pagos como os estrangeiros, e repare o meu capitão aonde chega a nossa sensatez, que não viemos aqui pedir que se pague aos estrangeiros como se tem pago a nós.” (SARAMAGO, 2010, p. 340)

A negociação, conduzida por Afonso Henriques, só foi resolvida quando o rei recebeu Mogueime e foi surpreendido pela articulação do soldado ao apresentar-lhe as reivindicações dos portugueses, convencendo o rei a atendê-las. A mercê de Afonso I converteu-se em novo alento aos soldados cristãos, que encerraram a greve.

Diante do trabalho retomado pelos cristãos, os mouros começaram a dar sinais de desespero. À noite, alguns sarracenos desciam das muralhas com cordas ao redor do pescoço, como sinal de submissão, e esperavam o amanhecer para se apresentarem aos cristãos, pedindo “Batismo”. A atitude dos cristãos ante essas súplicas é apresentada como bastante cruel: cortavam as línguas, as orelhas e os narizes dos mouros e, com muitas pancadas, faziam-nos voltar aos muros, local em que seriam mortos a pedradas e flechadas pelos seus próprios contrerrâneos. Nesse momento, mais uma vez é apresentada a visão dos mouros sobre os acontecimentos:

Depois desta trágica aventura caiu sobre a cidade um silêncio pesado, como se um luto mais profundo tivessem de purgar, talvez o duma religião ofendida, talvez o insuportável remorso dos actos fratricidas, e foi então que, rompendo as últimas barreiras da dignidade e do recato, a fome se mostrou na cidade em sua mais obscena expressão, que menor obscenidade é a exibição dos comportamentos íntimos do corpo do que ver extinguir-se esse corpo à míngua de alimento sob o

indiferente e irónico olhar de deuses que, tendo deixado de guerrear uns contra os outros por serem imortais, se distraem do aborrecimento eterno aplaudindo os que ganham e os que perdem, uns porque mataram, outros porque morreram. (SARAMAGO, 2010, p. 344-345)

O desfecho do cerco começa a ser apresentado como a Noite do Destino, “essa de que se fala na sura noventa e sete do Corão e que comemora a primeira revelação do profeta, e em que, segundo a tradição, se revelam por sua vez os acontecimentos de todo o ano.” (SARAMAGO, 2010, p. 345). Escavadas as minas e levantadas as torres, os mouros começam a contemplar seu destino: “a derrota que aí vem, pior que a morte” (SARAMAGO, 2010, p. 346). Em um último esforço, os habitantes de Lisboa tentam atear fogo à torre da Porta de Ferro e resistem como podem às investidas dos cristãos até a queda de um trecho do muro devido à mina subterrânea. Os sarracenos recuaram pela Porta do Sol, tentaram cobrir com os próprios corpos o buraco aberto na muralha, mas nessa altura já se haviam lançado as pontes das outras torres e os portugueses estavam dentro da cidade, “Lisboa estava ganha, perdera-se Lisboa” (SARAMAGO, 2010, p. 347). O revisor de textos, porém, reservou um último suspiro para a cidade moura, dado pelo almuadem da mesquita maior no alvorecer da manhã seguinte:

Porém, quando o sol, descendo para o mar, tocou o nítido horizonte, ouviu-se a voz do almuadem da mesquita maior clamando pela última vez lá, do alto, onde se refugiara, Allahu akbar. Arrepiaram-se as carnes dos mouros à chamada de Alá, mas o apelo não chegou ao fim porque um soldado cristão, de mais zelosa fé, ou achando que ainda lhe faltava um morto para dar a guerra por terminada, subiu correndo à almádena e de um só golpe de espada degolou o velho, em cujos olhos cegos uma luz relampejou no momento de apagar-se-lhe a vida. (SARAMAGO, 2010, p. 347-348)

Os eventos referentes ao sítio e à tomada de Lisboa aos mouros de 1147 são narrados, em *História do cerco de Lisboa*, sob duas perspectivas: a primeira, representada pela obra do historiador, respeita as fontes históricas originais e as visões tradicionais acerca do passado lusitano; a segunda, representada pela recriação do revisor de textos, parte das fontes históricas para questionar o passado português. A segunda perspectiva problematiza as limitações das fontes históricas e do conceito de verdade absoluta, dando voz a personagens esquecidas pelo discurso histórico tradicional – como Mogueime e Ouroana.

O silenciamento mais evidente nas fontes da historiografia tradicional portuguesa é, evidentemente, imposto sobre os mouros. Essas personagens são pintadas como horrorosos infiéis usurpadores de uma terra que deveria caber, legitimamente, aos descendentes de Viriato. A narrativa de Raimundo Silva, no entanto, em alguns momentos assume a perspectiva dos árabes sobre os acontecimentos do cerco, ao mesmo tempo em que valoriza

características dos mouros em detrimento das dos portugueses – como, por exemplo, no ultimato a Lisboa.

A construção da narrativa do revisor, no entanto, é tributária de obras historiográficas sobre o cerco de Lisboa. Por menos explicitamente citadas que elas sejam, as referências intertextuais atuam na constituição da nova história do cerco de Lisboa, retomando principalmente as obras de Osberno e de Alexandre Herculano.

4.4 O cerco e a conquista segundo a tradição historiográfica portuguesa

O cerco e a conquista de Lisboa são eventos bastante relevantes na historiografia da monarquia portuguesa. São abordados por muitos historiadores importantes, como os cronistas Fernão Lopes, Duarte Galvão, Duarte Nunes de Leão, Manuel de Faria y Sousa, Fr. António Brandão, além do historiador oitocentista Alexandre Herculano. Também há notícias sobre a conquista da cidade em documentos coetâneos como *Chronicon Gothorum* e *De expugnatione Lyxbonensi*.

O narrador saramaguiano, em sua dupla representação do cerco da atual capital portuguesa, parece valer-se de alguns documentos históricos. Especificamente, são encontrados alguns paralelos entre a narrativa alternativa de Raimundo Silva e a urdidura dos acontecimentos do cerco contidas em *História de Portugal e Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*. Sendo a obra de Herculano manifestamente tributária do texto de Osberno, ao qual adiciona detalhes e mais informações sem, entretanto, negar nada nele narrado, será apresentada uma síntese da maneira como o cerco é relatado no texto oitocentista. Após essa apresentação, serão transcritos excertos do romance saramaguiano à medida que os laços intertextuais entre as obras forem surgindo – tanto com *História de Portugal* quanto com *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*.

Em *História de Portugal*, Alexandre Herculano apresenta um cenário dos acontecimentos na Europa favorecedores da empresa do infante português na tomada de Lisboa aos mouros. O historiador parte do fato de a conquista de Lisboa ser provavelmente mais difícil a Afonso Henriques do que a de Santarém, devido à precaução dos habitantes da futura capital de Portugal contra a invasão, além da insuficiência das forças militares da então iniciante nação portuguesa diante de tal empreitada.

O panorama traçado por Herculano dessa vez incide sobre a situação dos cruzados europeus, que estariam a caminho da Terra Santa a fim de reconquistar Edessa. A perda desse importante território aos mouros teria pressionado a Europa e inspirado o abade de Claraval, Bernardo, a incitar uma nova Cruzada – efetivamente levada a cabo, liderada pelos reis Luís VII da França e Conrado III da Alemanha. A Segunda Cruzada, como ficou conhecida, foi, entretanto, um fracasso.

Sinteticamente, o historiador português apresenta a viagem dos cruzados da França e da Alemanha rumo à Síria, capitaneados pelos seus respectivos reis, via Hungria, chegando a Ásia atravessando o estreito de Bósforo. Segundo Herculano, alguns cruzados do Reno inferior e da Frísia, porém, “mais acostumados à vida do mar que os povos do sertão” (HERCULANO, 2007, p. 317), decidiram embarcar e se unir a demais peregrinos no porto de Dartmouth, na Inglaterra. Lá havia uma armada de aproximadamente 200 velas cujo destino era transportar cruzados de diversas regiões marítimas. As tropas reunidas em Dartmouth consistiam de cerca de 13000 homens de condição social inferior aos que partiram à Terra Santa via estreito de Bósforo.

Herculano caracteriza brevemente a viagem destes cruzados, os quais, capitaneados pelo conde Arnulfo de Areschot e Cristiano de Gistell, costearam a Espanha e deveriam seguir o Mediterrâneo a fim de entrar na Síria. Depois de alguns desvios ocasionados por temporais, os cruzados foram festejar o Pentecostes no célebre santuário de Santiago, em Compostela e, posteriormente, seguindo a sul, entraram no rio Douro. Diante do Porto, esperaram durante vários dias pelos capitães conde de Areschot e Cristiano de Gistell, separados dos demais cruzados devido às tormentas.

O historiador oitocentista afirma que, sabendo da presença dos cruzados na costa do Porto, Afonso Henriques recomendou ao bispo do Porto, Pedro II Pitões:

que, se os navios dos cruzados aportassem ali, tratasse daquela gente o melhor que fosse possível e que, se alcançasse ajustar com os seus chefes servirem-no na guerra, concluísse um acordo sobre isso, dando todas as seguranças necessárias e embarcando com eles para a foz do Tejo. (HERCULANO, 2007, p. 318-319)

O escritor português ressalta o fato de Afonso Henriques contar com o auxílio dos cruzados para, junto aos homens que já estava reunindo, marchar sobre Lisboa. O bispo D. Pedro, apresentando as vantagens dessa empreitada tanto sob a perspectiva cristã quanto sob uma visão temporal, convence os cruzados a partirem para Lisboa tão logo o conde de

Areschot e Cristiano de Gistell chegassem ao Douro. Afonso I se uniria aos cruzados em Lisboa por terra, com seus homens.

Um dia depois de todos terem chegado à frente de al-Ushbuna, na manhã do Dia de São Pedro, Afonso Henriques, acompanhado do arcebispo de Braga e do bispo do Porto, encontrou-se com os cruzados – segundo Herculano, sua presença “produziu grande tumulto” (HERCULANO, 2007, p. 321) entre eles. Esse encontro com os cruzados serviu para tratar dos detalhes das recompensas devidas aos peregrinos caso eles, de fato, auxiliassem na empresa bélica do infante. A proposta de Afonso Henriques foi apresentada da seguinte maneira pelo historiador:

[...] declarou que, embora empobrecido pela incessante luta em que andava com os infiéis, subministraria aos recém-vindos quanto os próprios recursos lhe permitissem dar-lhes; mas que era necessário que nomeassem algumas pessoas com quem se debatessem as promessas que lhes mandara fazer, a fim de ser depois submetido o acordo à aprovação de todos. (HERCULANO, 2007, p. 321)

Os cruzados, a essa proposta, quase abandonaram o intento de Afonso Henriques, travando uma longa discussão em que, enquanto os cruzados flamengos manifestaram desejo de permanecer com o rei de Portugal, os normandos desejaram partir devido às maiores vantagens de irem rapidamente à Terra Santa – a resistência maior à permanência em Portugal devia-se a dois irmãos piratas, Wilhelm e Radulph. Por fim, a maioria decidiu ficar e, depois que os normandos impuseram duras condições a Afonso Henriques em troca de sua permanência, os barcos foram fundeados e os arraiais foram assentados.

Antes do estabelecimento efetivo do cerco, foi enviada uma comitiva constituída pelos dois prelados de Braga e do Porto, além de alguns capitães estrangeiros, a fim de oferecer a alternativa da capitulação aos mouros. Próximo aos muros, receberam-nos o caide da cidade, o bispo moçárabe e os magistrados civis. As condições apresentadas, bem como a resposta negativa dos então habitantes de al-Ushbuna, já foram expostas em cotejo com o observado em *História do Cerco de Lisboa* e em *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*. Ante a negativa, os acampamentos foram definitivamente montados, e o longo cerco de Lisboa começou.

Herculano enfatiza a grande relevância da cidade de Lisboa naquele momento na Europa, afirmando ser a cidade “um centro da navegação costeira dos mares oceano e Mediterrâneo” (HERCULANO, 2007, p. 319). O historiador português traça comparações com o estado de coisas na capital portuguesa do momento de sua escrita, culpando “os erros

dos homens” e os “maus fados” pela posição da cidade que, acomodada, teria abandonado o papel de um dos grandes empórios do mundo. Era uma cidade “cingida de muros de admirável estatura” (HERCULANO, 2007, p. 319), conhecida por suas termas e pela sua grande riqueza devida à mercancia com outros portos europeus e africanos. Herculano apresenta o cálculo oficial dos habitantes da cidade na época, depois de acorrerem a ela os sobreviventes fugidos de Santarém, em torno de 154.000 homens, afora mulheres e crianças, o que tornaria Lisboa uma das cidades mais populosas da Espanha naquele momento (HERCULANO, 2007, p. 320). Ao apresentar este número, Herculano demonstra certo ceticismo, afirmando ser tal número exagerado ainda que na cidade residissem pessoas de Almada, de Palmela e de Sintra e por ela passassem diariamente comerciantes e mercadores de todos os portos da África e da Península.

Herculano identifica como o primeiro ato da luta contra os árabes o ataque dos cruzados anglo-normandos a uma área muito populosa e apinhada de construções situada ao longo das muralhas ocidentais do alcáçar e da Almedina. Segundo o historiador, embora tivessem tentado resistir, os sarracenos foram dominados em menos de um dia pelas tropas cruzadas e portuguesas, tendo perdido o bairro e visto o cerco se estreitar ainda mais. Para Herculano, a conquista desse arrabalde externo à povoação foi muito importante para a tomada de Lisboa, principalmente devido ao fato de os silos subterrâneos para armazenamento de comida, comuns entre os árabes, terem sido construídos ali. Com isso, os sitiados privaram os sitiados de quase 100.000 cargas de cereais e legumes.

Além da fome impingida aos sitiados, os sitiados trabalharam em duas frentes principais a fim de conquistar a cidade moura: os flamengos e os alemães trabalharam para abrir uma mina entre uma das portas e a torre a ela mais próxima, enquanto um engenheiro italiano projetara uma torre de 83 metros de altura, montada sobre rodízios, a qual estava sendo construída por anglo-normandos e portugueses. Segundo Herculano, os mouros resistiram bravamente às investidas dos portugueses e dos cruzados, especialmente pensando ter sido a fome tanta, que os sitiados comiam cães e gatos.

A intensidade da fome entre os mouros era tamanha, aliás, que dez sarracenos haviam tentado escapar da cidade, entrar em um barco e rumar para Palmela. Perseguidos pelos cristãos, os mouros mergulharam e deixaram a bordo do barco os haveres de sua viagem: um maço de cartas escritas em árabe, dirigidas aos governantes de Palmela e a mais cidadãos desta cidade. Nas cartas, pedia-se ajuda aos habitantes de Lisboa, descrevendo a dramática

situação dos lisboetas em relação à quantidade de alimentos ainda disponível. Alguns dias depois, foi encontrado pelos cristãos o corpo de um homem afogado, em cujo braço estava atada uma carta do rei de Évora aos governantes de Lisboa: “Dizia-lhes que tratassem de resgatar-se a peso de ouro, sacrificando à salvação as riquezas. Da sua parte nada podia fazer. Tinha assentado tréguas com Afonso Henriques, e não lhe era lícito quebrar a fé jurada acometendo-o a ele ou a seus aliados.” (HERCULANO, 2007, p. 327). O desespero dos mouros era tão patente que alguns se entregavam aos cristãos, pedindo batismo e acabavam por receber dos cristãos apenas respostas violentas.

Ante a descoberta dessas duas correspondências, os cristãos souberam ser apenas uma questão de tempo a conquista da cidade e ficaram seguros para tentar mais um assalto externo. Os sitiados conseguiram, enfim, usar a torre, depois de os mouros resistirem à invasão por meio de brechas abertas no lado oriental da muralha pela mina dos flamengos e dos alemães. Ao chegarem às ameias, finalmente os sarracenos se renderam. A luta foi suspensa por uma noite e os sarracenos ganharam a oportunidade de decidir se se rendiam ou se resistiam. Durante essa noite, houve muitas dissensões entre portugueses e cruzados a respeito das condições de capitulação, prevalecendo por fim o apresentado por Afonso Henriques a alguns reféns sarracenos e aos cruzados: se a cidade se rendesse ao rei, o caide e um de seus genros ficariam com tudo que lhes pertencesse e os demais habitantes poderiam manter seus víveres. Organizada a entrada em Lisboa, em 23 ou 24 de outubro de 1147 o cerco acabava, com muita crueldade dentro dos muros de Lisboa mesmo tendo os mouros se rendido, e terem sido entregues todos os seus bens.

As similaridades entre o correr das duas narrativas são evidentes. Além da aparência no que diz respeito ao ordenamento dos acontecimentos históricos, seu encadeamento causal e alguns outros detalhes, são notáveis as equivalências entre um acontecimento referente ao desespero dos mouros – os atos violentos cometidos contra os sarracenos que pediam batismo aos cristãos:

Entre os sitiados, os mais poderosos e os homens de guerra guardavam para si quantas subsistências restavam, deixando expiar de inédua os pobres e fracos, que chegaram ao extremo de devorar cães e gatos. Por fim vinham entregar-se aos cristãos, que os baptizavam, mas que, às vezes, depois de lhes cortarem as mãos, os impeliam contra as muralhas, onde os seus compatriotas, arrojando-lhes pedras de cima, acabavam de matá-los. (HERCULANO, 2007, p. 329-330)

Como parece ser característica da inserção de apropriações intertextuais em sua malha romanesca, Saramago amplia as ressonâncias estéticas de um evento tão desesperado e cruel como o descrito por Herculano:

[...] alguns houve que cederam aos medos reais e imaginados e tentaram salvar o corpo buscando num precipitado baptismo cristão a condenação da sua islâmica alma. Pela calada da noite, usando cordas improvisadas, baixaram das muralhas e, ocultos nas ruínas das casas do arrabalde e entre os arbustos, esperaram o nascer do dia para surgirem à luz. De braços levantados, com a corda que os ajudara a descer posta em redor do pescoço como sinal de sujeição e obediência, caminharam para o arraial, ao mesmo tempo que davam altas vozes, Baptismo, baptismo, acreditando na virtude salvadora duma palavra que até aí, firmes na sua fé, haviam detestado. [...] Mas quando finalmente foi compreendido o que eles pretendiam, não tem descrição o furor, a sanha dementada dos soldados, baste dizer que [...] foi ali um açougue, e, como se tanto fosse nada, com golpes, pancadas e insultos os fizeram tornar aos muros [...] todos acabaram ali mortos, apedrejados e crivados de setas pelos próprios irmãos. (SARAMAGO, 2010, p. 344)

O tom mais romanesco dessa retomada intertextual refere-se à imagem dos mouros se entregando com a corda ao redor do pescoço, submissos e vencidos pelo cerco. A ficcionalização desse evento histórico, que o transforma em elemento simbólico, não desautoriza ou modifica substancialmente a narrativa histórica oficial. O discurso historiográfico inscrito em *História do cerco de Lisboa*, apesar do ato impensado de Raimundo Silva ao negar um fato consumado, condiciona a reescrita da história. A ampliação realizada por Saramago também pode ser observada na maneira como ele ficcionaliza o fato de os mouros terem se alimentado de animais como cães e gatos. Herculano (2007, p. 329) menciona, de passagem, este fato da seguinte maneira “chegaram ao extremo de devorar cães e gatos”. O narrador saramaguiano o descreve nos seguintes termos:

Já então tinham desaparecido os gatos e os cães, as ratazanas eram perseguidas até às trevas fétidas onde se refugiavam, e agora que pelos pátios e jardins se raspavam as ervas até às raízes, a lembrança de uma ceia de cão ou de gato equivalia ao sonho duma era de abundância, quando ainda as pessoas se podiam oferecer o luxo de atirar fora os ossos mal esburgados. Nos monturos, agora, buscavam-se restos que dessem para aproveitamento imediato ou para transformar, por qualquer meio, em comida, e o ardor da busca era tal que os últimos ratos, surdindo do invisível em meio da noite negra, quase nada encontravam que pudesse aproveitar à sua indiscriminativa voracidade. Lisboa gemia de miséria, e era uma ironia grotesca e terrível deverem os mouros celebrar o seu ramadão quando a fome tornara o jejum impossível. (SARAMAGO, 2010, p. 345)

Outra apropriação intertextual observada no romance refere-se à interceptação de correspondências dos mouros por parte dos cristãos. O narrador saramaguiano, ao apresentar a cena da captura de um corpo afogado portador de uma carta do rei de Évora, narra o teor dessa mensagem. Herculano, em seu texto, apresenta uma paráfrase da mensagem, a qual não está transcrita. A fonte da qual o narrador saramaguiano tomou este intertexto é a *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*:

[...] foi encontrado debaixo dos nossos navios o cadáver de um homem afogado, em cujo braço estava ligada esta carta: “O rei dos eborenses deseja aos lisbonenses a liberdade de corpos. Há já tempo que tenho tréguas com o rei dos portugueses, e não

posso quebrar o meu juramento para o incomodar a ele ou aos seus com a guerra. Remi a vossa vida com o vosso dinheiro, para que não sirva vossa desgraça o que devera servir-vos para vossa salvação. Adeus! Fazei algum bem a este nosso mensageiro” (OSBERNO, 1936, p. 87)

À retomada saramaguiana desta carta, literal, segue-se um comentário bastante irônico, relacionado talvez ao pedido final da carta do rei de Évora. O mensageiro não recebeu nenhum bem, pois morreu tentando chegar ao seu destino, e os lisbonenses foram traídos pelos seus irmãos de religião, mesmo depois de Afonso Henriques ter tornado rotas as tréguas com o alcaide de Santarém para atacar sua cidade e perpetrar uma grande matança entre seus concidadãos.

Há, no romance, algumas outras possíveis referências intertextuais tanto à obra de Osberno quanto ao texto de Herculano que ainda convém apresentar. Entre elas, o número estimado dos habitantes de Lisboa, retomado de Osberno, e a vitória estratégica dos cristãos ao encontrar os depósitos subterrâneos de alimentos dos mouros.

No romance, a população de Lisboa durante o cerco é estimada da seguinte maneira:

[...] fechadas naqueles muros, como num garrote, estavam para cima de sessenta mil famílias, número que à primeira vista assombra e à segunda assombra ainda mais, porquanto, naquelas recuadas eras, famílias de pai, mãe e um filho seriam raridades suspeitas, e mesmo fazendo as contas tão por baixo chegaríamos a uma população de duzentos mil habitantes, cálculo por sua vez posto em causa por uma outra fonte de informação, segundo a qual só os homens eram, em Lisboa cento e cinquenta e quatro mil. Ora, se considerarmos que o Corão autoriza que cada homem tenha até quatro mulheres, em todas naturalmente fazendo filhos, e se não nos esquecermos dos escravos, que tendo pouco de gente também comem, pelo que devem ter sido os primeiros a sentir as faltas, a conclusão atira-nos para números de que a prudência manda desconfiar, qualquer coisa assim como quatrocentas ou quinhentas mil pessoas, imagine-se. De toda a maneira, se não eram tantas, sabemos pelo menos que eram muitas, e do ponto de vista de quem lá vivia demasiadas. (SARAMAGO, 2010, p. 321)

O exagerado número é confrontado aparentemente com a fonte de Osberno – a outra fonte de informação referida pelo narrador –, cujas contas resultariam no número de 154.000 homens vivendo em Lisboa naquele momento. No relato do cruzado inglês, afirma-se realmente essa aproximação:

A sua população [de Lisboa] era mais numerosa do que se pode imaginar. Com efeito, segundo depois soubemos pelo alcaide, isto é, pelo governador, depois de a termos tomado, teve esta cidade cento e cinquenta e quatro mil homens, excepto as mulheres e as crianças, mas incluídos os habitantes do castelo de Santarém, que, expulsos aquele ano da sua cidade, ali se tinham fixado como hóspedes, e bem assim todos os nobres de Sintra, Almada e Palmela, com muitos mercadores de toda a parte da Espanha e de África. (OSBERNO, 1936, p. 60)

A instância narrativa parece potencializar o número de habitantes possíveis de Lisboa de 1147, tomando como referência Osberno – que aceita tal número – e desprezando o outras vezes louvado ceticismo de Herculano, que, conforme foi afirmado, julga exagerada essa estimativa. Evidentemente, o efeito dramático de uma cidade de centenas de milhares de habitantes, todos famintos a ponto de caçar ratazanas, é maior se comparado a uma população menor.

Mais uma retomada intertextual, dessa vez retirada de *História de Portugal*, refere-se aos mantimentos escondidos em masmorras pelos mouros. No romance, essa descoberta ganha a seguinte configuração:

No arraial, se descontarmos o pesar e o pranto pelas perdas sofridas, aliás nada exagerados, pois esta gente é dura de sentimentos e pouco dada às lágrimas, nota-se uma grande confiança no futuro e uma extremada fé nas ajudas de Nosso Senhor Jesus Cristo, que desta vez não precisará de dar-se ao trabalho de aparecer como em Ourique, já obrou prodígio bastante ao fazer com que os mouros, na pressa da retirada, tivessem abandonado ao apetite inimigo, nosso, as muitas cargas de trigo, cevada, milho miúdo e legumes que, para provimento da cidade e por não caberem nela, estavam enceleiradas em cavas subterrâneas abertas a meio da encosta, entre a Porta de Ferro e a Porta de Alfafa. (SARAMAGO, 2010, p. 248-249)

Essa informação, ausente de outras narrativas historiográficas acerca da tomada de Lisboa consultadas, é relatada por Herculano. O historiador confere grande importância ao fato de os cristãos terem encontrado os silos subterrâneos, afirmando mesmo serem todas as mortes e perdas materiais ocasionadas pela conquista dos territórios externos aos muros da cidade menos graves do que essa:

Tinham-se por isso aberto as *matmoras* na ladeira do arrabalde externo, onde o terreno era acomodado ao intento. Ocupado este pelos anglo-normandos, Lisboa perdia o principal depósito de subsistências. Encontraram ali os sitiadores quase cem mil cargas de cereais e legumes. A fome ia ser para eles um poderoso aliado (HERCULANO, 2007, p. 326)

Aproveitando a referência histórica contida na descrição de Herculano, o narrador de *História do cerco de Lisboa* parece tornar mais específicas suas informações. Apresenta, em vez dos genéricos termos “cereais e legumes”, trigo, milho e cevada. Essa pequena ampliação de um detalhe aparentemente pouco importante para a narrativa parece coadunar-se com uma estratégia maior de retomada do intertexto histórico por parte do narrador.

Os eventos referentes ao cerco de Lisboa alternativo de Raimundo Silva, bem como os cruzados que tomaram parte nele, são ficcionalizados em *História do cerco de Lisboa* de

maneira bastante respeitosa em relação aos textos históricos tradicionais. O passado português se impõe à narrativa de Raimundo Silva em termos reconhecidos pelo próprio revisor:

Por isso se pode verificar que, não tendo ele previsto, efectivamente, contar a nova história do cerco de Lisboa como aqui vem contada, se vê de súbito confrontado com o resultado duma necessidade tão implacável quanto a outra, aquela de que julgara fugir pela simples inversão de um sinal e em que finalmente voltava a cair, agora em negativo, ou, para falar em termos menos radicais, como se tivesse escrito a mesma música baixando de meio-tom todas as notas. (SARAMAGO, 2010, p. 253-254)

Os eventos relacionados a um cerco alternativo reconduzem ao desfecho do cerco factual, afinal o revisor Raimundo Silva e a editora Maria Sara sabem “como a história terá de acabar, a prova é estarmos a jantar em Lisboa, não sendo mouros nem turistas em terra de mouros” (SARAMAGO, 2010, p. 299), já que o passado não pode ser negado pela literatura.

Apesar disso, o simples fato de tentar rever um dos momentos decisivos e fundacionais de Portugal enquanto nação carrega em si uma carga de questionamentos importantes, reiterados ao longo do romance. Esses questionamentos referem-se à identidade do espírito português, então em formação, à identificação dos portugueses com os galegos, à posição ocupada por Portugal na Europa e no mundo.

Outro detalhe importante dessa nova história do cerco de Lisboa é a apresentação da perspectiva dos mouros, silenciada nos documentos históricos. Raimundo Silva assume o olhar de dentro dos muros em momentos bastante importantes, como a partida dos cruzados, o assalto generalizado no momento da oração e o dia anterior ao ataque fulminante dos portugueses e dos cruzados. A narrativa revisada sobre o cerco de Lisboa termina, de fato, com o assassinato do almuadem da mesquita maior – apropriação da narrativa de Herculano (2007, p. 337), o qual remete a essa morte da seguinte maneira: “Assim sucedeu com o bispo moçárabe, ancião venerável, a quem cortaram a cabeça, talvez por querer salvar os ornamentos do culto”. O testemunho dos mouros seria impensável em uma narrativa sobre o cerco de Lisboa nos moldes mais tradicionais, pois eles são os vencidos, os apagados do grande passado lusitano; ver através de seus olhos e tentar imaginar uma versão apócrifa para essa história diferencia a narrativa de Raimundo Silva das outras narrativas sobre os mesmos eventos. Se a literatura não pode negar o passado, pode agir nos seus interstícios e aumentar as dimensões possíveis de sua representação textual.

5. Mogueime e Ouroana

Devemos é reparar nas diferenças entre aquele tempo e este tempo, para falar, como para matar, é preciso chegar perto, assim fizeram Mogueime e Ouroana, ela veio da Galiza trazida à força para este cerco, manceba de um cruzado que já morreu e depois lavadeira de fidalgos para merecer o que come, e ele, tendo conquistado Santarém, veio à procura duma glória maior, frente aos muros formidáveis de Lisboa.

José Saramago

A história do cerco de Lisboa conforme Raimundo Silva tem como seus protagonistas Mogueime e Ouroana: ele, um soldado raso português, ela, uma moça do campo galega tomada à força por um cruzado e tornada barregã, os quais se envolvem em uma relação amorosa. Essas duas personagens são consideradas menores se relacionadas às focalizadas pelas historiografias tradicionais sobre este evento – cujas personalidades protagonistas são, em geral, figuras políticas proeminentes, como reis e fidalgos importantes.

De maneira deliberada, a reescrita do revisor de textos, de partida questionadora com sua negação à historiografia oficial, parece tomar como personagens mais importantes duas figuras menores. Raimundo Silva reflete sobre os interstícios da história ao tentar reconstruir um momento importante do passado lusitano – ele problematiza as fontes no que diz respeito à propagação de fatos sem verificação, como o discurso de Afonso Henriques aos cruzados, e ilumina a vida de personagens apenas mencionadas, como Henrique de Bona e o “R.” da carta atribuída a Osberno. Mogueime e Ouroana são, também, personagens menores da história portuguesa: ele, o “arre-burrinho” de Mem Ramires na conquista de Santarém, citado nominalmente por diversos historiadores, ela, uma princesa moura convertida em cristã depois de ter sido conquistada por Gonçalo Hermingues, o Traga-Mouros.

Apesar desse posicionamento em certa medida dessacralizador diante da história canônica, Raimundo Silva parece assumir uma perspectiva tradicional em relação à sua reconfiguração ficcional dos eventos do cerco de Lisboa. Seu relato, baseado em uma perspectiva inicialmente alternativa em relação à história do sítio e da tomada de Lisboa, termina por centrar-se nas duas protagonistas, Mogueime e Ouroana, e nas circunstâncias por eles vencidas até sua união – próxima da conquista da cidade. Essa maneira de estruturar uma

narrativa de extração histórica assemelha-se à estudada por György Lukács em *O romance histórico*: apresentar os eventos históricos como pano de fundo para a história de amor de duas personagens ficcionais. Dentro de *História do cerco de Lisboa*, porém, Ouroana e Mogueime parecem funcionar como duplos de Maria Sara e Raimundo Silva, carregados portanto de relevante teor metaficcional. O revisor de textos mimetiza sua relação com a editora enquanto escreve sua narrativa, fato que chama a atenção sobre os mecanismos subjacentes à escrita e à materialidade do romance. A carga de autorreferencialidade de *História do cerco de Lisboa* centra-se, ao menos em parte, nas duas personagens principais da obra de Raimundo Silva.

5.1 A personagem Mogueime

O protagonista de Raimundo Silva é escolhido depois de o revisor resolver narrativamente a recusa dos cruzados portugueses em auxiliar Afonso Henriques. Sua escolha é apresentada pelo narrador do romance, responsável por tomar a iniciativa de encontrar uma personagem principal para a história do revisor: Raimundo Silva não teria sido capaz de encontrar um entre os milhares homens portugueses presentes nos arredores de Lisboa por ser “tímido por natureza ou feitio, infenso a multidões” (SARAMAGO, 2010, p. 184). O narrador chama a atenção para a construção da malha romanesca quando afirma ser hora de deixar de lado o revisor e buscar alguém para substituí-lo no relato da maneira mais natural possível:

Deixemos pois tranquilo este homem ainda não de todo preparado para ver, ele que de rever tem profissão, e que só ocasionalmente, por passageiro distúrbio psicológico, repara, e busquemos-lhe alguém que, não tanto por méritos próprios, aliás sempre discutíveis, como por uma espécie de predestinação adequada, possa tomar o seu lugar no relato naturalmente, tão naturalmente que depois venha a dizer-se, como se diz de uma evidência de coincidentes, que nasceram um para o outro. (SARAMAGO, 2010, p. 184-185)

O narrador, então, desvia o olhar do apartamento de Raimundo Silva, onde o revisor olha pela janela sem coragem de descer à rua, e passa a perscrutar o arraial dos soldados portugueses, localizado entre os largos do Carmo e da Trindade. A maioria dos homens acampados é constituída de jovens – exceção feita a Gonçalo Mendes da Maia, de alcunha Lidador³³, “que, tendo agora setenta anos, parece estar na flor da idade” (SARAMAGO, 2010, p. 185). Entre os homens, o narrador se detém em um grupo sentado à sombra de uma

³³ Gonçalo Mendes da Maia é personagem da novela *A morte do Lidador*, de Alexandre Herculano, publicada em 1839.

oliveira, entretidos em escutar – muitos não pela primeira vez – o relato de um jovem alto e barbado:

A este homem haverá que reconhecer-lhe um nome, ele o tem, sem dúvida, como qualquer de nós, mas o problema está em que teremos de escolher entre o que ele supõe ser seu, Mogueime, e outro que lhe darão mais tarde, Moigema será, não se pense que tais equívocos só sucediam nas antigas e ignaras idades [...] Posto o que poderemos agora aproximar-nos, sentar-nos no chão se apetece, e ouvir. (SARAMAGO, 2010, p. 186)

O testemunho de Mogueime, escutado pelos soldados, pelo narrador e pelos leitores da obra, refere-se à conquista de Santarém, na qual o soldado teria não só tomado parte, mas desempenhado papel decisivo ao subir às costas de seu capitão, Mem Ramires, a fim de atar às ameias do muro a escada pela qual os soldados de Afonso Henriques invadiriam o castelo. O relato do soldado, conforme já foi discutido, contém algumas imprecisões e discrepâncias em relação ao discurso histórico tradicional – as características da fonte de Atamarma, além das dúvidas sobre quem cedeu as costas a quem na subida ao muro, Mogueime ou Mem Ramires.

Depois do testemunho do soldado “mais loquaz e jeitoso na principiada arte de falar português” (SARAMAGO, 2010, p. 188), o narrador refere-se ironicamente a suas habilidades verbais. A instância narrativa afirma que a língua portuguesa seria a mais avançada do planeta se em 1147 “um simples militar sem graduação já pudesse construir discurso tão claro, onde nem as felicidades narrativas faltam, a alternância do breve e do longo, o corte súbito, a mudança de plano, a suspensão, até a ironia levemente desrespeitosa” (ibidem, p. 188).

Outras características de Mogueime, além de sua capacidade de usar as palavras, são apresentadas a seguir. Alguns pajens que permaneceram no vale cuidando dos cavalos enquanto se conquistava Santarém começaram a rir, lembrando o estupro e assassinato de várias mouras fugidas do castelo. Diante da narrativa dessas façanhas, Mogueime afirmou ser errado matar pessoas fora da batalha, sendo mais digno de cristãos deixar as mulheres irem embora depois de desfrutarem de seus corpos. A incomum atitude do soldado é assinalada pelo narrador como “humanitária” (SARAMAGO, 2010, p. 189).

Com base nessa apresentação de Mogueime, o narrador apresenta os motivos pelos quais Raimundo Silva teria gostado do soldado. Ao revisor teriam agradado a desenvoltura do soldado ao narrar os episódios da tomada de Santarém, e, sobretudo, seu impulso humanitário em relação às mouras assassinadas pelos pajens – impulso este “demonstrativo duma alma

bem formada, ou naturalmente relapsa às influências negativas do meio” (SARAMAGO, 2010, p. 190). Apesar dessa simpatia, o revisor alimenta ainda dúvidas acerca da idoneidade desse Mogueime, referentes às dissonâncias entre seu relato da conquista escalabitana e apresentação desses eventos em obras historiográficas, as quais já foram apresentadas e discutidas no capítulo sobre a tomada de Santarém. Por fim, levando em consideração as inconsistências do testemunho de Mogueime, o revisor opta por mantê-lo como protagonista da Nova História do cerco de Lisboa, por mais duvidoso que seja:

A pessoas só interessadas nas grandes sínteses históricas, não-de estas questões parecer-lhes irremediavelmente ridículas, mas nós devemos é atender a Raimundo Silva, que tem uma tarefa a cumprir e que logo de entrada se vê a braços com a dificuldade de conviver com personagem tão duvidosa, este Mogueime, Moqueime ou Moigema, que, além de mostrar não saber exactamente quem é, porventura está maltratando a verdade que, como testemunha presencial, seria seu dever respeitar e transmitir aos vindouros, nós. (SARAMAGO, 2010, p. 192)

Depois da detalhada apresentação de aspectos do caráter desse protagonista, de dar-lhe voz e conferir a ele um papel ativo em importante momento do passado português, Mogueime aparece na comitiva acompanhando os prelados portugueses antes do ultimato aos governantes mouros. Porém, o próximo momento da narrativa no qual o soldado tem uma participação mais efetiva acontece em seu encontro com Ouroana. Esse momento, uma projeção temporal da Nova História de Raimundo Silva, tem como espaço o esteiro do Tejo, onde Mogueime lava as mãos sujas de sangue e enxerga uma mulher lavando roupas – “a manceba do tal cavaleiro Henrique, alemão de Bona, apanhada na Galiza” (SARAMAGO, 2010, p. 225). Nessa altura, já mortos Henrique e seu criado, a moça lavava roupas em troca de mantimentos, sem novo senhor por terem aparecido esfaqueados alguns homens que a tinham tentado estuprar. Enquanto observa a mulher a bater as roupas sobre uma pedra, o histórico amoroso de Mogueime é delineado:

O mover cadenciado das ancas da mulher perturbava Mogueime. Aliás, trazia-a de olho desde que o cavaleiro morrera, e mesmo muito antes, mas um soldado raso, de mais a mais medieval, não se atreveria a andar de pé-de-alferes com a mulher do próximo, ainda que barregã. Caíra em tristura e raiva ao ver que depois a levaram outros, mas ela não ficara com nenhum, embora eles a quisessem, como os apunhalados, que de tanto bem que lhe queriam a tentaram obrigar. (SARAMAGO, 2010, p. 226)

Era meio-dia e o Almuadem chamava para a oração. Voltando a cabeça para escutar melhor, a barregã viu Mogueime. O soldado, então, resolveu se aproximar da mulher e “começar o que tem de ser feito” (SARAMAGO, 2010, p. 228) – perguntou-lhe o nome e, antes de ouvir a resposta, disse o seu. Nessa passagem, repleta de descrições líricas e considerações metanarrativas, mais uma vez o caráter distinto de Mogueime é louvado pelo

narrador. Seus sentimentos pela galega Ouroana parecem ser mais profundos do que um desejo sexual apenas, e são tratados quase como um anacronismo:

[...] é difícil levar mais longe o exame da situação porque há que ter em conta o primitivismo dos tempos e dos sentimentos, corre-se sempre o risco do anacronismo, por exemplo, pôr diamantes em coroas de ferro ou inventar subtilezas de erotismo requintado em corpos que se contentam com ir direitos ao fim começando rapidamente pelo princípio. Mas este soldado Mogueime já mostrou ser em alguma coisa diferente do comum quando do debate sobre a conquista de Santarém e o forçamento e degolação das mulheres mouras (SARAMAGO, 2010, p. 227)

O caráter do soldado, tido como especial em relação a seu tempo e seu lugar, dá ensejo a reflexões metanarrativas por parte do narrador. É aventada a hipótese de esse caráter ser o outro lado de sua propensão para a mentira e a fantasia, constituidores do cerne de sua diferença em relação aos seus semelhantes. Seria necessário reavaliar seus atos, as influências de outras pessoas em sua vida, antes de poder julgá-lo:

[...] se é certo ter-se mostrado nessa altura propenso a tentações de imaginosa fantasia, também pode ser que por isso mesmo, contraditoriamente, se a verdade deve ir adiante de todas as coisas, encontremos a raiz da sua diferença, na dúvida, na reordenação posterior de um facto, na averiguação oblíqua dos seus motivos, na interrogação ingénua sobre a influência que cada um de nós tem em actos alheios sem o sabermos nós e deliberadamente a desprezando quem deles pretende ser inteiro autor. (SARAMAGO, 2010, p. 227)

De maneira mais ampla, parece ser possível ler essas considerações sobre a índole de Mogueime como uma interpretação, por parte do narrador e do revisor, acerca da escrita da história – a reordenação de fatos, analisados posteriormente com a convergência de outras evidências até então desconhecidas.

Depois de colocar Mogueime e Ouroana juntos no esteiro, conhecendo um ao outro, Raimundo Silva passa a tentar resolver o caso amoroso dos dois, criando um paralelo entre o romance de suas personagens e o seu próprio envolvimento com Maria Sara. Primeiramente, pensa em encerrar sua narrativa fazendo voltar os cruzados ao Tejo para ajudar os portugueses, uma vez que o fim de sua história, apesar do desvio da negativa, teria de ser o tradicionalmente conhecido. Aqui, torna-se evidente uma possível finalidade de sua nova história – fazer conhecerem-se por um lado Mogueime e Ouroana, por outro Raimundo Silva e Maria Sara:

Considera que a pequena árvore da Ciência do Erro por si plantada já deu o seu fruto verdadeiro, ou tem-no prometido, que foi ter colocado este homem diante daquela mulher, e se isso feito está, que se comece capítulo novo, tal como se interrompe um diário de navegação no momento da descoberta da nova terra, claro que não está proibido continuar a escrever no diário de bordo, mas já será outra a história, não a da viagem, terminada, mas a do encontro e do que foi encontrado. (SARAMAGO, 2010, p. 254)

O impedimento de encerrar nesse momento sua narrativa é o medo da reação de Maria Sara. A editora assume um papel importante nos acontecimentos do relato de Raimundo Silva, seja somente por sua presença na vida do revisor, seja por suas considerações acerca da escrita. Em conversa com a editora, o revisor apresenta algumas dificuldades narrativas do envolvimento entre soldado e barregã, referentes ao uso da língua e aos usos do amor no século XII:

Há portanto uma história de amor, Se se Lhe pode chamar assim, Tem dúvidas, É que não sei como se amava naquele tempo, isto é, sou talvez capaz de imaginar o sentimento, mas não faço ideia nem tenho informação de como o exprimiam então um homem e uma mulher do povo, a língua, neste caso, não seria obstáculo, os dois falavam galego, Invente uma história de amor sem palavras de amor, sans mots d'amour, suponho que já terá acontecido alguma vez, Duvido, pelo menos na vida real, tanto quanto sei, é impossível [...] (SARAMAGO, 2010, p. 264)

Raimundo Silva precisa fazer com que os acontecimentos do cerco convirjam para a apresentação de Mogueime a Ouroana no Tejo. A partir desse momento, é apresentada a obstinação de Mogueime em ver Ouroana, fazendo caminhos difíceis a fim de espia-la no arraial do Monte da Graça. Resolve-se o problema da distância colocando Henrique de Bona a construir a ponte de guerra no arraial da Porta de Ferro, onde Mogueime estava instalado junto aos demais homens de Mem Ramires, e fazendo com que o cruzado alemão levasse consigo a manceba e o criado. Morto o cruzado, o soldado passou a seguir de longe a barregã até apresentar-se a oportunidade de falar com ela, no esteiro.

Nessa nova apresentação da cena do rio, há algumas mudanças. São percebidas duas mudanças na focalização narrativa – primeiramente, passando do narrador intruso para o narrador em primeira pessoa Mogueime, depois passando para o narrador em primeira pessoa Ouroana. A focalização em Mogueime dá-se a partir do pronome “me”:

Mogueime levantou-se e avançou para ela, seis passos, um homem caminha léguas e léguas durante uma vida e dessas não aproveitou mais do que fadiga e feridas nos pés, quando não na alma, e vem um dia em que dá seis passos apenas e encontra o que buscava, aqui, durante este cerco de Lisboa, esta mulher que de joelhos estava e agora para me receber se levantou, tem as mãos molhadas, molhada a saia, e não sei como nos achámos os dois na água baixa, sinto o manso afago da corrente nos tornozelos, o ranger das pedrinhas miúdas do fundo [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 327-328)

A cena é encerrada com o pedido de Mogueime a Ouroana, “Queres, a partir de agora, ficar comigo” (SARAMAGO, 2010, p. 328), a aceitação da galega e a indicação de sua união. A essa resolução, segue-se mais um indício do espelhamento entre Mogueime e Raimundo Silva e o relacionamento do soldado com a manceba e do revisor com a editora, evidente no diálogo travado entre Maria Sara e Raimundo Silva. O revisor, chegando ao fim de sua

criação literária, começa a sentir-se retornar à sua função verdadeira – de rever textos, não de criá-los. A consciência de suas limitações, reiterada pelo narrador de *História do cerco de Lisboa* em outros momentos, faz com que Raimundo Silva pense nas limitações possíveis de seu relacionamento como paralelas às de seu protagonista:

[...] agora, que estou quase a regressar, apetece-me voltar à cadeira e à secretária do revisor, que é o que eu sou, no fim das contas, Porquê essa insistência no revisor, Para que tudo fique claro entre Mogueime e Ouroana, Explica-te, Tal como ele nunca virá a ser capitão, eu nunca serei um escritor, E tens medo de que Ouroana vire as costas a Mogueime quando descobrir que nunca será mulher de um capitão, Tem-se visto, Contudo, essa Ouroana viveu vida melhor quando estava com o cavaleiro, e agora quis Mogueime, suponho que ele a não forçou, Não estou a falar de Ouroana [...] (SARAMAGO, 2010, p. 329)

Resolvida, entretanto, a ligação amorosa de Mogueime, seu derradeiro papel no relato de Raimundo Silva é agir como porta-voz dos soldados portugueses insatisfeitos com a distinção entre lusitanos e cruzados na participação dos saques de Lisboa. Em vias de iniciar o que seria uma greve, os capitães dos arraiais portugueses chamaram alguns dos soldados mais influentes nesse movimento – entre os da Porta de Ferro, calhou de estar Mogueime.

Na conferência com Mem Ramires, que lembrou os tempos da conquista de Santarém e deplorou o fato de estar “enquadrilhado com uns vagabundos ambiciosos” (SARAMAGO, 2010, p. 340), Mogueime reafirmou a reivindicação dos portugueses de serem pagos como seriam os estrangeiros. Finda essa conferência, os capitães informaram ao rei a obstinação dos soldados e, temendo que os mouros percebessem a insatisfação entre os soldados e o atraso em que iam as obras para o derradeiro assalto, foi Afonso Henriques receber os procuradores para ouvir seus apelos.

No debate com o rei, Mogueime assumiu uma posição bastante contundente. Respondendo às colocações do rei de igual para igual, o soldado consolidou os pedidos de seus companheiros, reafirmou sua posição de liderança entre eles e, em última análise, ajudou a obter a igualdade de pagamentos. Uma tal conversa, quase simétrica, entre pessoas de locais enunciativos tão assimétricos, parece bastante inverossímil. A instância narrativa atribui aos inocentes tempos a proeminência de um soldado em relação a seu rei e a atitude mais risonha do que repreendedora do rei em relação a um soldado bastante insolente:

Quando os cinco homens entraram na tenda, el-rei, de fechada catadura e com os potentes braços cruzados sobre o peito, increpou-os sanhudamente, Não sei se hei-de mandar que vos cortem os pés que vos não trazido, ou a cabeça donde sairão, se tal ousardes, as vossas atrevidas palavras, e tinha os olhos chamejantes postos no mais alto dos delegados, que era, como se adivinhou, Mogueime. Ora, foi bonita coisa de se ver, provavelmente só possível naqueles inocentes tempos, como se lhe alteou ainda mais a figura a Mogueime e como lhe veio clara a voz para dizer, Se vossa

alteza nos mandar cortar a cabeça e os pés, será todo o vosso exército que ficará sem pés nem cabeça. (SARAMAGO, 2010, p. 341)

O rei, lembrando-se de Mogueime da tomada de Santarém, tenta dissuadi-lo de seus objetivos, mas, ante a prodigiosa articulação verbal do soldado, acaba desarmado: “Onde foi que te ensinaram a falar assim, que nem clérigo maior, As palavras, senhor, estão por aí, no ar, qualquer as pode aprender.” (SARAMAGO, 2010, p. 342) Depois dessa conversa, os soldados são informados de que seu pagamento será igual ao dos cruzados, festejam e voltam a trabalhar. Com esse clima de excitação como fundo, Raimundo Silva descreve o assalto final à cidade moura, a conquista dos portugueses e a partida de Mogueime, Ouroana e um cachorro rafeiro para a Galícia. Em ainda outro paralelo, o revisor espelha a decisão de seus protagonistas de deixarem Portugal com a permanência dele próprio e de Maria Sara na cidade conquistada, junto a uma sombra que respira sob o alpendre da sacada e que é, também, um cão.

A personagem Mogueime desempenha um papel de espelhamento do revisor. É um soldado raso, cujas maiores aspirações são não morrer e conseguir o quase impossível amor de Ouroana. Elementos de seu passado, gloriosos em seu próprio testemunho, são diversas vezes desmentidos pelo narrador e pelo revisor, os quais levantam muitos questionamentos sobre sua idoneidade – iniciadas, cabe ressaltar, pela imprecisão sobre a correta grafia de seu nome, Mogueime, Moqueime ou Moigema. Apesar disso, o caráter da personagem é ressaltado como distinto do comum de sua época: ele não consentiu em matar as mouras após estuprá-las, desenvolveu um sentimento por Ouroana mais complexo do que apenas um desejo sexual e utilizou sua articulação verbal para encabeçar um movimento quase grevista entre os soldados, canalizando sua insatisfação para um diálogo simétrico com seus superiores hierárquicos.

Raimundo Silva, por sua vez, é apenas um revisor de textos – fato reiterado com um julgamento de valor subjacente inúmeras vezes tanto pelo narrador, quanto pelo próprio revisor. Não pode alimentar ambições de romancista e se contenta com sua função, principalmente por ter conseguido que seu sentimento pela editora Maria Sara, sua supervisora no trabalho, fosse correspondido. As mentiras do relato de Mogueime são espelhadas em um ato praticado pelo revisor de textos também retratado como mentiroso – o ato de pintar os cabelos.

5.2 A personalidade histórica Mogueime-Moqueime-Moigema

A personagem Mogueime tem uma contrapartida histórica explícita: é o mancebo alto imortalizado na história portuguesa por ter auxiliado na conquista de Santarém. Cabe, agora, examinar sua apresentação nos textos historiográficos a fim de determinar de que maneira Saramago se apropria desses relatos na construção de sua personagem ficcional.

A existência histórica de um jovem alto durante os eventos referentes à conquista de Santarém pode ser comprovada na consulta de algumas fontes citadas ao longo de *História do cerco de Lisboa* e indicada pelo narrador saramaguiano ao apresentar as variantes onomásticas Moigema e Moqueime.

A variante Moqueime pode ser encontrada no texto *De expugnatione Scalabis*, presente no Codex 207 do Mosteiro de Alcobaça³⁴. Nessa obra, o rapaz é apresentado como um soldado alto que subiu aos ombros de Mem Ramires a fim de amarrar as escadas nas ameias do muro: “mandou [Mem Ramires] que um rapaz, de nome Moqueime, subisse sobre sels ombros” (PIMENTA, 1948, p. 105). Essa é a única menção a este soldado no relato sobre a conquista de Santarém em tal documento.

Em *Crónica de Dom Afonso Henriques*, o nome do soldado é Moigema. Brandão descreve o jovem como alguém alto, escolhido por Mem Ramires para amarrar a escada às muralhas do castelo subindo nos ombros do próprio capitão: “Tomou então com muita pressa o bom cavaleiro sobre seus ombros um mancebo alto, chamado Moigema, para que atasse seguramente a escada nas ameias do muro.” (BRANDÃO, 1945, p. 105). Este soldado é citado ainda outra vez na obra do monge cisterciense quando é deplorada a não permanência dos nomes de outros cavaleiros portugueses participantes da conquista de Santarém. O historiador apresenta seu nome, ressaltando sua posição subalterna entre os homens do exército de Afonso Henriques: “Também faz menção do mancebo Moigema, e deveriam ser [ele e Martim Moab] soldados ordinários” (BRANDÃO, 1945, p. 108).

O nome apropriado pelo narrador saramaguiano, Mogueime, está presente na *Crónica de cinco reis de Portugal*. Nessa fonte, mais uma vez o soldado é descrito como um jovem

³⁴ Essa obra teria sido escrita no final do século XII por um monge de Santa Cruz de Coimbra, mas sua autoria foi atribuída até o fim do século XVIII ao rei Afonso I. Foi traduzida e publicada por Fr. António Brandão como Apêndice da terceira parte da *Monarchia Lusytana* e o título latino mencionado lhe foi atribuído por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*. A edição utilizada está presente em *Fontes medievais da história de Portugal – volume 1: Anais e crônicas*, organizada por Alfredo Pimenta.

alto, com a diferença de ser ele quem cede as costas a Mem Ramires, e não o contrário: “Dom Mendo [...] fez lançar curuo hũ mãcebo Mogueime e por cima delle fez lançar a escada ao muro” (BASTO, 1945, p. 88). Esta é a única menção ao soldado feita no documento histórico em questão.

Como parece evidente, a apresentação de Mogueime-Moqueime-Moigema nas obras históricas é lacunar e se limita ao nível da citação e de uma pequena adjetivação – um rapaz alto, em todos os textos, além de soldado ordinário, conforme Brandão. A representação ficcional deste soldado em *História do cerco de Lisboa* amplia essas breves citações, conferindo maior profundidade e contundência à personagem Mogueime.

A elaboração de Mogueime parece partir de sua descrição histórica. O fato de o rapaz ser alto é reiteradas vezes mencionado no romance e, consciente desse fato, a instância narrativa o enfatiza na última referência à estatura do soldado: “no mais alto dos delegados, que era, como se adivinhou, Mogueime” (SARAMAGO, 2010, p. 341). O fato de ser um soldado ordinário também é referido em diferentes momentos de *História do cerco de Lisboa*, em especial quando Mogueime pensa ser seu desejo por Ouroana impossível de ser realizado pelo fato de a moça ser barregã de um cavaleiro cruzado, patente superior à sua.

Os demais traços do caráter de Mogueime apresentados no romance são evidentes criações ficcionais. O humanitarismo em relação às mouras fugitivas de Santarém não poderia sequer ser cogitado, ainda mais tendo em mente que as obras históricas consultadas, em alguns momentos, assumem uma posição ideológica cristã bem delimitada, referindo-se de maneira pejorativa aos muçulmanos. Um interesse amoroso por parte de tal soldado também seria impossível em tais fontes históricas, as quais se restringem a narrar os acontecimentos da conquista de Santarém e suas repercussões políticas imediatas – a cobiça por Lisboa e uma vitória considerável sobre os mouros. A organização de um movimento grevista dentro do exército de Afonso Henriques seria igualmente inconcebível, tanto de acontecer naquele momento histórico, quanto de ser relatada em documentos históricos dos séculos XII, XIV e XVI.

Parece digno de algum realce esse último aspecto da personalidade de Mogueime. O fato de uma personagem apresentar um engajamento político e agir no sentido de lutar pelos interesses de sua classe é consistente com o observado em algumas obras de Saramago, como *Levantado do chão* e *O ano da morte de Ricardo Reis*, para citar apenas romances anteriores a *História do cerco de Lisboa*. Em *Levantado do chão*, a exploração dos trabalhadores nos

latifúndios do Alentejo é problematizada por João Mau-Tempo, cujo engajamento em movimentos grevistas e afiliação no partido comunista abrem o caminho para uma luta mais efetiva, assumida primeiro por seu filho, António Mau-Tempo, depois por sua neta, Maria Adelaide Espada. Em *O ano da morte de Ricardo Reis*, a voz da resistência de esquerda ao regime salazarista é representada por Daniel Marins, marinheiro comunista irmão de Lídia, a amante do protagonista. A empregada apresenta contrapontos às notícias veiculadas nos jornais lidos por Ricardo Reis, e embasa seus conhecimentos nas conversas com seu irmão. A atuação de Daniel culmina nos eventos da Revolta dos Marinheiros de 1936, na qual marinheiros de três navios da Armada Portuguesa se sublevaram, visando auxiliar o governo republicano da Espanha. A atuação de Mogueime, portanto, ajuda a consolidar uma característica de personagens saramaguianas politicamente engajadas e atuantes.

O narrador saramaguiano constrói o protagonista do relato de Raimundo Silva com bastante liberdade, conferindo-lhe uma série de características inexistentes na contrapartida historiográfica. Apesar disso, a configuração literária de Mogueime está condicionada às evidências históricas. Uma possível prova desse condicionamento pode ser encontrada nos julgamentos feitos pelo narrador e pelo revisor acerca da veracidade do testemunho do soldado.

O Mogueime de *História do cerco de Lisboa* recebe a grafia de seu nome da obra *Crónica de cinco reis de Portugal*. Essa é a única entre as três obras que se referem ao soldado alto da tomada de Santarém que afirmam ter Mem Ramires subido às costas de Mogueime para amarrar as escadas nos muros do castelo escalabitano. No relato do soldado, entretanto, a versão apresentada sobre quem teria subido aos ombros de quem para conseguir atingir as ameias da fortaleza se coaduna com a apresentada tanto em *De expugnatione Scalabis* quanto em *Crónica de Dom Afonso Henriques*: Mem Ramires deu apoio ao mancebo alto Moqueime-Moigema.

Ante o testemunho de Mogueime, incompatível com o documento histórico que o nomeou, o revisor coteja obras e se decide a julgar o soldado como mentiroso, ainda que haja outras evidências, em outras obras, para corroborar a versão do jovem alto. Parece ser observável, aqui, o condicionamento do relato historiográfico sobre a criação ficcional: Mogueime, com esse nome proveniente do texto *Crónica de cinco reis de Portugal*, não pode falar a verdade quando sua visão é inconsistente com a configuração textual dos eventos presente neste texto. O Mogueime, alguém “com lugar já assegurado na História Grande de

Portugal” (SARAMAGO, 2010, p. 288), parece ser bastante determinado pelo seu hipotexto historiográfico.

Por mais condicionante que seja o relato historiográfico sobre a construção da malha romanesca, em geral, e da personagem Mogueime, em particular, é inegável o trabalho de recuperação de uma personalidade histórica apenas mencionada nos documentos históricos tradicionais. O narrador saramaguiano dá voz e confere importância a uma personagem menor – um soldado raso. Mogueime ganha feições físicas, um caráter distinto de seus contemporâneos, uma companhia feminina superior ao esperado e o papel de protagonista na gênese de um estado mais justo:

É uma rebelião isto que estais cometendo, Senhor, peço-vos que não o tomeis assim, e se é verdade que há alguma ganância no nosso espírito, pensai também que é acto de justiça pagar o igual com o igual, e que este país em princípio de vida só começará mal se não começar justo, lembrai-vos, senhor, do que já os nossos avós disseram, que quem torto nasce tarde ou nunca se endireita, não queirais que torto nasça Portugal, não o queirais, senhor [...]. (SARAMAGO, 2010, p. 342)

Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo liberdade na criação ficcional de uma personagem baseada em uma personalidade histórica e certo domínio do relato historiográfico sobre a construção literária. Nesse equilíbrio entre matéria histórica e configuração romanesca, também deve ser levado em consideração o teor metanarrativo dessa personagem, apresentada por vezes como um duplo do protagonista de *História do cerco de Lisboa*, Raimundo Silva. O encontro do protagonista, as dificuldades na construção de uma personagem e mesmo os problemas de criar uma história de amor verossímil para os padrões de um Portugal de 1147 são realçados a partir das descrições de Mogueime, e isso confere mais uma dimensão às suas funções no romance.

5.3 A personagem Ouroana

A principal personagem feminina da nova história de Raimundo Silva é apresentada pela primeira vez na cena do esteiro, quando, ao lavar roupas, foi abordada por Mogueime. Ouroana é inserida no romance paralelamente ao início do interesse amoroso de Raimundo Silva por Maria Sara, sua primeira descrição realizada a partir de cenas imaginadas pelo revisor de textos enquanto ele pensa em telefonar para a editora:

A imagem desapareceu rapidamente, outra veio como diapositivos passando, era mais uma vez o esteiro, mas agora havia uma mulher a lavar nele roupa, Raimundo

Silva e Mogueime sabiam quem era, tinham-Lhes dito que era a manceba do tal cavaleiro Henrique, alemão de Bona, apanhada na Galiza quando uns tantos cruzados lá desembarcaram para fazer aguada (SARAMAGO, 2010, p. 225)

Depois de introduzir a relação dessa mulher com um cruzado célebre, são descritos alguns eventos ocorridos depois da morte de Henrique e de seu criado – “a mulher anda agora por aí, mais ou menos com quem calha, diga-se mais ou menos, porém acautelado, porque algumas vezes a tinham tomado contra sua vontade” (SARAMAGO, 2010, p. 226). A seguir, pela primeira vez seu ponto de vista é vislumbrado em *História do cerco de Lisboa*, ainda que indiretamente, quando a moça reconhece o soldado: “Ela não se voltou, tinha-o visto de relance quando ele vinha, reconhecia-o pela figura e pelo jeito de andar, a condizer, mas ainda não sabia como ele se chamava, apenas que era português, numa ocasião ouvira-o falar galego.” (SARAMAGO, 2010, p. 226)

A ação desenvolvida pela personagem nesse momento, de bater as roupas na pedra, é descrita com alguma minúcia pelo narrador: “Agora ela ergueu o corpo, levanta e baixa o braço para bater a roupa, o ruído de estalo corre sobre a água, é um som que não se confunde, e outro, e outro e depois há um silêncio, a mulher descansa as duas mãos sobre a pedra branca, um velho cipo funerário romano” (SARAMAGO, 2010, p. 227) Enquanto a mulher lavava as roupas, ouviu-se o grito do almuadem; ela se virou e viu Mogueime. Sua próxima ação é responder ao soldado português quando ele pergunta seu nome: “O meu nome é Ouroana” (SARAMAGO, 2010, p. 228).

Dessa maneira acontece a primeira apresentação de Ouroana no romance. Desse momento em diante, o desenvolvimento de sua relação com Mogueime se dá a partir do desenvolvimento do relacionamento entre Raimundo Silva e Maria Sara. Mogueime pensa nela antes do assalto em massa às muralhas lisbonenses:

[...] talvez Mogueime, na véspera do assalto em massa já decidido, tendo diante dos olhos os muros de Lisboa resplandecentes de lumes nos eirados, se pusesse, ele, a pensar numa mulher algumas vezes avistada nestes dias, Ouroana, barregã de um cruzado alemão, e que a esta hora estará dormindo com o seu senhor, lá no Monte da Graça, certamente numa casa, sobre a esteira estendida nos ladrilhos frescos aonde nunca mais voltará a deitar-se o mouro. (SARAMAGO, 2010, p. 254)

Ouroana é presença constante nos pensamentos de Mogueime, sendo motivo para desvios nos caminhos cotidianos do soldado. Além de Mogueime, têm interesse por ela o cruzado Henrique, seu senhor, e também Frei Rogeiro, o autor da carta sobre os eventos da conquista de Lisboa. Henrique decide levá-la consigo para o arraial de Mem Ramires, junto à Porta de Ferro, mesmo sendo mais seguro o acampamento real, no Monte da Graça, onde

naquele momento estavam. A ida de Henrique, Ouroana e seus criados para a Porta de Ferro é descrita como pomposa, apesar da natureza simples da moça, outrora uma camponesa na Galiza:

Na manhã seguinte, cedinho como fora dito, depois de ouvida a missa, foi o cavaleiro Henrique beijar as mãos a el-rei, Adeus, senhor, cá me vou para o trabalho. Um pouco apartados, sem direito aos emboras reais, estavam o privado e os homens de armas, Ouroana numas andas, esta mais por ostentação do seu senhor do que por delicadeza sua de compleição, que nos campos de Galiza onde foi roubada era filha de lavradores e com eles trabalhava no rigoroso amanho da terra. (SARAMAGO, 2010, p. 305)

A chegada de Ouroana ao arraial de Mem Ramires, além de facilitar as observações furtivas de Mogueime, causa grande impacto em Frei Rogeiro. O cruzado, segundo a narrativa, teria descrito com muitos detalhes o cavaleiro Henrique e sua barregã, mas essa descrição teria sido expurgada da versão final de seu relato pelo temor do julgamento de seu destinatário, conforme passagem citada na página 95.

Ao longo do romance, são feitas mais algumas alusões aos sentimentos de Rogeiro em relação a Ouroana, estando uma dessas referências ligada à paixão de Mogueime. Instalada no arraial da Porta de Ferro, a barregã visita a obra da torre de guerra. Alvo de olhares de Mogueime, que trabalhava na obra, Ouroana estava “naturalmente a olhar para quem só olhos deveria ter, o seu senhor e amo, mas isto não evitou que ela notasse a fixidez com que a fitava o soldado alto que atrás estava, dera por ele desde o primeiro dia, sempre a olhá-la onde quer que a encontrasse” (SARAMAGO, 2010, p. 313). Depois desse momento, segunda vez em que a perspectiva de Ouroana é apresentada na narrativa, Mogueime tem o impulso de matar Henrique de Bona. Esse desejo, que deveria ser comunicado em confissão, não pode ser revelado porque, se isso acontecesse, Mogueime iria “descobrir também ao frade que vivia a cobiçar a mulher da vítima, ainda que concubina, era mais do que lhe cabia na coragem” (SARAMAGO, 2010, p. 313)

Um dos momentos principais de Ouroana no romance acontece logo depois da morte de Henrique de Bona. São apresentados os sentimentos da moça em relação ao cruzado, algumas características físicas e aspectos de sua conduta moral depois de ter sido deixada livre, sem senhores no mundo. O choro de Ouroana sobre o corpo do cavaleiro é um “choro obrigado de concubina, sem mais” (SARAMAGO, 2010, p. 317); despenteara os cabelos “louros de um louro galego” (ibidem, p. 317) mas já estava cansada de chorar sem sentir desgosto, experimentando “somente uma discreta pena de um homem contra quem mais

razões de queixa não tinha que tê-la roubado por violência, que quanto ao resto sempre fora dele bem tratada” (ibidem, p. 317).

Ao saber da morte do criado, o provável sucessor de Henrique no domínio sobre seu corpo, Ouroana passa a querer demonstrar sua independência recente. A primeira oportunidade ocorre logo depois da morte de Henrique, quando um de seus homens de armas tenta “pôr mão nela” (SARAMAGO, 2010, p. 318). A reação da jovem deu-se nos seguintes termos: “Num relâmpago apareceu na mão de Ouroana um punhal, que ela com previdente diligência tinha retirado do cinto do cavaleiro quando o trouxeram” (ibidem, p. 318). A moça, embora “habituada aos trabalhos da lavoura e aos cuidados do gado” (ibidem, p. 318), não sabe manusear o punhal – o homem de armas é, antes, intimidado pelo olhar de Ouroana e pela frase por ela proferida: “Se me pões a mão em cima, ou te mato, ou me mato” (ibidem, p. 318).

Seguindo o caixão de Henrique, mesmo sendo apenas barregã e não esposa do alemão, Ouroana percebeu a presença de Mogueime, seguindo-a de longe e almejando, ela sabe, o lugar do engenheiro morto. Ouroana se pergunta: “Que queres de mim, homem, que queres de mim, e não responde, mais que sabe ela que é o lugar do cavaleiro Henrique o que ele pretende” (SARAMAGO, 2010, p. 324).

O jovem a deseja, mas pensa ser impossível tê-la por imaginar que outro senhor a tomaria para si. Outros soldados que, de fato, tentaram tomá-la à força, apareceram mortos por facada. O narrador, prevendo relações entre a morte dos estupradores e o punhal de Henrique conservado por Ouroana, se apressa em determinar a inocência da moça:

[...] nada mais fácil que deixarmo-nos tentar pela imaginação de que, em vingança da honra ofendida, a dita Ouroana, a salvo de testemunhas pelo crepúsculo da tarde ou da manhã, num ensejo propício, passando-lhe ao alcance os violadores, os tenha espetado bem fundo na barriga, lá aonde mal chega ou apenas fraldeja a cota de malha. Sem dúvida dessa morte morreram os soldados, mas não os matou Ouroana. (SARAMAGO, 2010, p. 325)

Depois de determinar também a não participação de Mogueime nas mortes desses homens, o narrador mantém as dúvidas sobre quem os teria assassinado. Depois dessa revelação, a instância narrativa realiza mais uma projeção temporal referente ao relacionamento entre o soldado e a barregã – dessa vez, indicando a consumação do amor de Mogueime:

Um dia, quando tiverem chegado à fala e a outras mais intimidades, Ouroana perguntará a Mogueime se tinha sido ele quem matara os soldados prevaricadores,

Que não, respondeu, e ficou a pensar que provavelmente o deveria ter feito, para melhor merecer o amor dessa mulher. (SARAMAGO, 2010, p. 326)

A razão para a solidão de Ouroana depois da morte de seu senhor, sendo ela uma moça aparentemente capaz de despertar interesses entre homens de diferentes nacionalidades e níveis hierárquicos, seria o fato de ter se envolvido em “comércio carnal com soldados sem graduação, dois dos quais vieram a aparecer mortos em condições misteriosas” (SARAMAGO, 2010, p. 326). Por causa disso, sem contar com os auxílios de um senhor que a tomasse, a galega começa a lavar roupas em troca de mantimentos. Desempenhando essa atividade no esteiro do Tejo, é observada por Mogueime e interpelada por ele:

[...] estava Ouroana lavando roupa num arroio que desaguava no esteiro, ofício limpo de que tivera de valer-se para prover ao seu sustento, quando viu pelo canto do olho acercar-se aquele soldado que a segue para onde quer que vá. Mesmo tornando a barba crescida tão iguais as caras dos homens, a este não seria fácil confundi-lo, pois de altura sobreleva o maior dos outros pelo menos em meia cabeça, e a compleição no geral condiz, tudo em seu favor. (SARAMAGO, 2010, p. 326-327)

A narrativa da cena do esteiro, agora, é exposta sob a perspectiva de Ouroana. É explicitada a sua visão, e apresentados seus pensamentos e julgamentos sobre Mogueime. Depois deste trecho, a cena volta a ser narrada nos termos anteriores, até a apresentação dos dois. Ditos os nomes, Mogueime se aproxima e, olhando Ouroana mais de perto do que jamais pudera fazê-lo, propõe que vivam juntos a partir daquele dia:

Mogueime não ouve, só vê o rosto de Ouroana, finalmente vê-o, tão perto que poderia tocar-lhe como numa flor aberta, em silêncio tocando-lhe com somente dois dedos que passam devagar sobre as faces e a boca, sobre as sobrancelhas, uma, outra, desenhando o desenho que têm, e depois a testa e os cabelos, até lhe perguntar, já a mão toda pousada sobre o ombro, Queres, a partir de agora, ficar comigo, e ela responde, Sim, quero (SARAMAGO, 2010, p. 328)

A descrição do rosto de Ouroana, bastante vaga, é a única apresentação de suas características físicas ao longo de todo romance – juntamente com a apresentação da cor de seus cabelos e com imprecisas alusões a sua beleza. Depois de assentir ao pedido do soldado, Ouroana ouve sobre sua vida e conta sobre seu passado na Galiza; termina de lavar as roupas, entrega-as a seus donos e, sem se importar com o atraso no pagamento, planeja a nova vida ao lado de Mogueime:

[...] dali ia partir para outra vida, com este homem ao lado, quem me quiser encontrar que me procure onde a guerra é mais acesa, diante da Porta de Ferro, porém esta noite não, por ser a primeira em que estaremos juntos, mulher e homem, apartados quanto se possa do arraial para que seja sem testemunhas a nossa entrega (SARAMAGO, 2010, p. 328)

No excerto citado, percebe-se a mudança do foco narrativo: do narrador em terceira pessoa para o narrador em primeira pessoa, assumindo a perspectiva de Ouroana. É, de fato, a única vez em que a história é apresentada diretamente sob o viés da moça, cujas ações e sentimentos são enfocados através da lente do narrador intruso, ou mesmo de outras personagens do enredo de Raimundo Silva, como Mogueime, Henrique e Rogeiro.

A participação de Ouroana no romance é encerrada juntamente à de Mogueime: quando os dois, findo o cerco e conquistada a cidade, voltam para a Galiza acompanhados de um cachorro. Seu papel na trama de Raimundo Silva, entretanto, não é tão importante quanto o de Mogueime – a função dessa personagem parece residir em tornar-se um objetivo para o protagonista fora dos eventos da guerra.

Ouroana também pode ser vista como uma personagem espelhada de Maria Sara, situação similar à de Mogueime e Raimundo Silva. Entretanto, o espelhamento entre as duas não parece tão evidente quanto o observado entre o revisor e o soldado; antes, as correspondências entre Maria Sara e Ouroana referem-se ao envolvimento amoroso entre as duas personagens de 1147, o qual serve como prenúncio, na primeira cena do esteiro, e como eco, na segunda cena, do relacionamento entre os trabalhadores textuais de 1989:

Pergunta-se agora Raimundo Silva que semelhanças há entre este imaginado quadro e a sua relação com Maria Sara, que não é barregã de ninguém, com perdão da imprópria palavra, sem cabimento hoje no vocabulário dos costumes, afinal ela disse, Acabei há três meses uma ligação, não comecei outra, são situações obviamente distintas, supomos que de comum haja apenas o desejo, que tanto o sentia o Mogueime daquele tempo como o está sentindo o Raimundo de agora, as diferenças, que as há, são culturais, sim senhor. (SARAMAGO, 2010, p. 255)

Ouroana é descrita como uma bonita camponesa da Galiza que se tornou barregã de um cruzado importante depois de ter sido tomada à força. É uma figura feminina bastante forte, característica comprovada pela ameaça feita ao homem de armas de Henrique de Bona que tentou tomá-la contra sua vontade. Essa força a tornou mal vista entre os cavaleiros mais distintos, que relacionaram a morte dos dois soldados subsequente ao relacionamento sexual com ela a uma possível presença demoníaca: a morte dos soldados “serviu para reforçar as razões de descaso por parte de senhores que não andam aos restos e têm de superstição o bastante para não tentarem o demônio, mesmo vindo ele em figura de tão estupenda mulher.” (SARAMAGO, 2010, p. 326)

Da mesma maneira que acontece com Mogueime e com outras personagens da trama de Raimundo Silva, Ouroana não é uma personagem inteiramente criada pelo revisor. Ela

também tem uma contrapartida histórica possível, cujo estudo parece iluminar não só seu papel no romance saramaguiano, mas também alguns aspectos da personalidade ficcional de Mogueime.

5.4 A lenda de Oureana

A contrapartida histórica de Ouroana não está explicitada no romance, diferentemente do observado com a personagem Mogueime. Sem haver qualquer menção a uma obra historiográfica que a mencionasse, sua apresentação e a construção de seu caráter se integram de tal maneira à trama de Raimundo Silva que a personagem pode parecer realmente inventada pelo revisor de textos.

A personagem saramaguiana Ouroana parece ser baseada na narrativa acerca de uma princesa moura convertida ao catolicismo depois de se apaixonar por um cavaleiro português. Uma das versões desta história pode ser encontrada na *Crónica de Cister*, do Frei Bernardo de Brito, a qual servirá como fonte para a análise. Brito narra estes eventos dentro de um capítulo sobre os feitos e a vida de Gonçalo Hermingues, conhecido como Traga-Mouros. Esta alcunha lhe coube com base no “animo & valor com que nas batalhas & recontros de guerra desbarataua os imigos, & se lançaua sem temor pello meo de seus esquadroês” (BRITO, 1602, p. 317) decorrente de seu desejo de vingança, por ter seu pai, Hermigio Gonçalves, o lutador, sido assassinado com crueldade por sarracenos na Campanha de Ourique. Além de sua raiva pelos árabes, Traga Mouros era conhecido na corte de Afonso Henriques e de sua esposa, a Rainha Mafalda, por seus ditos e motes e, principalmente, por seus escritos.

Estando Afonso Henriques em Coimbra, tratando de aspectos menos bélicos referentes a seu reinado, Gonçalo Hermingues e outros cavaleiros decidiram fazer uma entrada na vila de Alcácer do Sal, dentro de território mouro pouco atacado pelos portugueses. Os cavaleiros portugueses entraram em terras de sarracenos no mês de junho e avançaram, em segredo, até atingir a vila no dia 24 de junho – dia de celebração entre os mouros, quando a nobreza da cidade estava em festa, passeando fora dos limites do castelo, perto do rio. Festejavam, quando Gonçalo Hermingues deu voz de ataque a seus homens, clamando por Santiago. Os cavaleiros portugueses avançaram sobre os mouros desarmados e vestidos de festa:

[...] sayó Gonçalo Herminguez da embofcada, & postos os seus em concerto mandou tocar as trombetas, & gritando por Santiago, derão nos Mouros defarmados &

vestidos de festa, & os barcos do rio remando com toda furia pera os contrarios poferão tudo em grande confusão, sem auer Mouro que tiveſſe acordo pera reparar tão Jupita deſgraça, & ſe o goſto de matar & catiuar não ocupara o entendimento dos noſſos, ſem duuida puderão ganhar a villa & ficar ſenhores della, ſem deſpois cuſtar tanto trabalho como na verdade cuſtou [...]. (BRITO, 1602, p. 371)

Diferentemente da falta de gosto de matar e tomar como cativos os mouros desbaratados vigente entre a maior parte dos soldados, o Traga Mouros “feito hũa fera não concedia visa a ninguem, nem diſtinguia ſua eſpada o velho do moço, nem a dama illuſtre da Moura de baixa forte” (BRITO, 1602, p. 371). Facilmente vencidos, muitos mouros foram capturados e levados aos barcos dos portugueses, junto com os despojos sacados nessa investida surpresa.

Enquanto os portugueses embarcavam os árabes, Gonçalo Hermingues viu entre as mouras capturadas uma “cuja eſtranha fermofura pode no meo de tanta confusão & ruido de armas mouerlhe o coração a ſe cõpadecer das lagrimas que lhe via ſair dos olhos” (BRITO, 1602, p. 372). Apesar de ſe interessar pela moça árabe, uma tentativa de reação dos mouros fez com que a prioridade do capitão fosse recolher os despojos, deixando para trás alguns cativos – entre os quais, a jovem das lágrimas. Quando conseguiu enxergá-la novamente entre os mouros que ficavam, Hermingues deparou-se com a visão de um árabe a cavalo tomando a moura para levá-la a um local seguro. O capitão, então, montou em um cavalo e correu atrás do casal de árabes. Chegando perto o ſuficiente para poder atacar o homem ſem atingir a mulher, feriu o mouro com uma lança e lhe arrebatou a moça. De volta à batalha entre os portugueses e os mouros reorganizados e temendo que houvessem maiores perdas, o Traga Mouros deu ordem de retirada. Saiu feliz com o fato de ter matado vários inimigos, mas principalmente por ter levado conſigo a moura formosa:

[...] o valeroſo capitão Gonçalo Herminguez que alegre da vitoria em que matara tantos, & muito mais de cobrar a Moura, hia com ella ſuſtêta no braço eſquerdo emparando a com adarga, & com a lança na direita, & com a lança na direita, rebatendo algũas arremetidas, que os imigos vinhaõ fazendo na retaguarda (BRITO, 1602, p. 372)

Chegados à presença de Afonso Henriques, no momento de dividir os resultados dos despojos, Gonçalo Hermingues quis ficar apenas com a moura que trouxera. A moça logo renunciou ao islamismo e converteu-se ao cristianismo a fim de poder casar-se com Gonçalo Hermingues, e mudou ſeu nome de Fátima para Oriana Hermingues. Após o casamento, Gonçalo Hermingues teria abandonado as guerras e passado a dedicar-se inteiramente à esposa, que cantou em versos como:

Tinherabos, nam tinherabos/ Tal a tal ca monta!/ Tinheradesme nom tinheradesme,/ De la vinherades de ca filharades/ Ca amabia tudo em soma,// Per mil goiuos trebelhando,/ Oy oy, bos lombrego/ Algorem se cada folgança/ Asmeu eu: perque do terreno/ Nom ahi tal perchego// Ouroana Ouroana, oy tem por certo/ Que inha bida do biber/ Se aluidrou per teu aluidro perque em cabo/ O que eu eu de la chebone sem referta,/ Mas não ha per que se ver. (BRITO, 1602, p. 374)

O casamento dos dois parece ter sido abruptamente interrompido devido à morte de Oriana, vítima de uma enfermidade. Depois do falecimento de sua esposa, Gonçalo Hermingues se dedicou à ordem de cister e ajudou na fundação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça. A cidade de Ourém teria recebido seu nome em homenagem à esposa de Gonçalo Hermingues, pois a vila teria sido presente de núpcias de Afonso Henriques ao casal³⁵.

Parece bastante provável que a criação da Ouroana saramaguiana seja em alguma medida baseada na narrativa sobre a princesa moura convertida em cristã. Uma evidência dessa ressonância pode ser o fato de as duas personagens terem sido levadas à força de suas vilas natais por cavaleiros que passavam por ali.

Ouroana, a saramaguiana, vivia na Galiza com seus familiares até um grupo de cruzados passar por ali, a caminho da Terra Santa. Entre esses cruzados, estava Henrique de Bona, que a levou consigo a força e a tornou sua barregã. Em diferentes momentos do romance, é referida a violência do ato do engenheiro alemão ao levar Ouroana, embora a camponesa não tenha demonstrado maiores queixas depois disso. Já Oriana, a moura, vivia com sua família na vila de Alcácer do Sal até a tentativa de conquista por parte de cavaleiros portugueses. Como capitão dos lusitanos, vinha Gonçalo Hermingues, que se encantou pela moura e a arrebatou dos braços de um cavaleiro mouro, carregando-a consigo até a presença do rei de Portugal a fim de reclamar sua “posse”, no momento da divisão dos saques aos mouros da vila assaltada, a Afonso Henriques. Depois dessa conquista violenta, a moura, ao converter-se, foi aceita pelo cavaleiro português como esposa.

Além do início violento dos relacionamentos entre as Ouroanas e seus cavaleiros, a condição subalterna das duas mulheres em relação aos seus senhores parece similar. O status de Oriana no relato de Brito é equiparável ao de um simples despojo – afinal, a moura é reclamada pelo Traga-Mouros no momento da divisão do resultado dos saques a Alcácer do Sal. Evidentemente, a mulher nascida Fátima não tem voz: dois homens a reclamam com certa violência, ora um árabe, ora um português; sendo concedida ao português pelo rei, a

³⁵ Informação obtida pelo *website* do Arquivo Português de Lendas (APL), disponível em <http://www.lendarium.org/narrative/lenda-da-princesa-fatima/?tag=628>. Nessa versão da narrativa sobre Oriana, o nome de batismo cristão da esposa de Gonçalo Hermingues recebe a grafia de “Oureana”.

moça deve mudar sua religião a fim de poder viver ao lado do homem que a retirou de sua vila natal. Embora seu relacionamento com Gonçalo Hermingues seja descrito como um amor estranho, “que por maravilha se falava nele em Portugal” (BRITO, 1602, p. 373), e que o português se dedicasse somente a ela depois do casamento, não é possível determinar o posicionamento de Oriana a respeito dessa união.

Ouroana também não tem voz no romance de Saramago até a morte de Henrique de Bona. Antes disso, as menções feitas a ela acontecem mediante a visão de outras personagens, marcadamente seu “criador” Raimundo Silva, Mogueime e Rogeiro. Ecoam, em alguns desses momentos, a violência com que Henrique a levou da Galiza, além do papel do alemão na sua vida – como, por exemplo, a descrição feita por Rogeiro de sua chegada à Porta de Ferro, bastante ostensiva. As únicas características próprias de Ouroana apresentadas no romance antes da morte de Henrique são sua beleza, descrita de maneira bastante vaga – o que traz outra possível ressonância intertextual da narrativa sobre Oriana, cuja estranha formosura foi responsável por atrair os olhares de Hermingues e levá-lo a perseguir e ferir um cavaleiro mouro a fim de tê-la para si.

Diferente do acontecido com Oriana, morta pouco depois do casamento com seu captor, Ouroana vê o homem que a sequestrou morrer, deixando-a sozinha – e livre. A partir da morte do cavaleiro de Bona, Ouroana passa a ser uma personagem responsável por suas atitudes – nega homens que não deseja e passa a trabalhar para prover seu próprio sustento. Estruturalmente, começam a ser notados vislumbres da vida interior da personagem e de seu posicionamento diante da ligação com Henrique e da insistência dos olhares de Mogueime – o silêncio de Oriana, na obra de Brito, é preenchido pela voz de Ouroana, na obra de Saramago. O ápice do empoderamento de Ouroana em *História do cerco de Lisboa* é a mudança no foco narrativo observada na segunda cena do esteiro, quando a galega, em primeira pessoa, projeta a primeira noite de amor com o cavaleiro que ela aceitou como seu companheiro.

Um aspecto relevante dessa narrativa acerca de Oriana, tendo em mente suas possíveis ressonâncias em *História do cerco de Lisboa*, é o fato de Gonçalo Hermingues ser um poeta e trovador bem quisto nas cortes lusitanas. A habilidade verbal do Traga Mouros, imortalizada nos versos anteriormente citados, ecoa o talento com as palavras de Mogueime. De fato, é essa articulação que chama a atenção do narrador saramaguiano e do revisor de textos, estendendo sua influência ao movimento grevista dos soldados e impressionando o rei Afonso Henriques.

Outra questão a ser levada em conta é o espelhamento possível entre Ouroana e Maria Sara, especialmente na que diz respeito aos papéis desempenhados pela mulher. Ouroana não poderia ser mais incisiva do que é no relato de Raimundo Silva, pois tal posição seria inverossímil na sociedade europeia do século XII. Se Ouroana é silenciada, tida como um objeto passível de ser levado à força, é porque essas eram as possibilidades das mulheres naquele momento. A Idade Média, conforme o historiador Georges Duby (1989, p. 8), “foi resolutamente masculina”, sendo prerrogativa dos homens utilizarem-se das mulheres da maneira que lhes aprouvesse. Cabia às mulheres submeter-se a esse estado de coisas, e qualquer desvio desse papel era julgado de maneira severa. Um exemplo da mudança de atitude de Ouroana e dos julgamentos masculinos sobre essa anormalidade é a atribuição de qualidades demoníacas à barregã, após a morte de dois soldados que a estupraram.

Maria Sara, por outro lado, é inteiramente responsável por sua própria vida. Superior hierárquica de Raimundo Silva na editora, é ela quem incentiva a recriação do cerco de Lisboa pelo revisor de textos e, conseqüentemente, o início de uma nova vida para esse homem solitário. Maria Sara também é responsável por conduzir, de maneira sub-reptícia, o desenrolar do relacionamento amoroso com Raimundo Silva – as iniciativas tomadas pelo revisor são sempre aprovadas ou negadas de antemão pela mulher. A aproximação das duas personagens femininas mais importantes do romance ressalta as diferenças nas vidas das mulheres entre o Portugal do século XII e do século XX.

A ligação amorosa entre Mogueime e Ouroana também é marcada pelas considerações metanarrativas acerca da impossibilidade de recuperação do passado – se os dois se envolvem em um romance *sans mots d’amour*, como ressalta Maria Sara, é porque as palavras de amor trocadas por um soldado raso e uma barregã no século XII não permaneceram em registros historiográficos. A representação do amor na Idade Média, segundo Duby (1989), focalizava eminentemente as camadas superiores da sociedade feudal: a nobreza. Ainda assim, o foco maior das crônicas historiográficas da época eram os feitos militares dos reis, suas glórias religiosas e políticas, cabendo ao amor apenas “aqui e ali algumas breves palavras” (DUBY, 1989, p. 30). Criando essa história de amor, o narrador saramaguiano e o revisor de textos assumem um posicionamento em relação ao passado – conferem voz a personagens silenciados pela tradição histórica portuguesa e dão dimensão a um aspecto de suas vidas tido como pouco importante para os relatos sobre o passado.

Mogueime e Ouroana são personagens sem voz na tradição historiográfica: ele teve um papel importante na conquista de Santarém e seu nome conseguiu permanecer na “história grande de Portugal”, por mais discussões que possam haver sobre sua grafia; ela nomeou uma cidade e inspirou lendas, mas as ações de sua vida que redundaram na conservação de seu nome foram praticadas quase à sua revelia. Apesar da falta de voz, ambos chegaram a ser citados em documentos historiográficos e foi a partir dessas fontes que o narrador saramaguiano construiu as duas personagens do relato de Raimundo Silva.

Esse recurso parece persistente em *História do cerco de Lisboa*, principalmente no enredo criado pelo revisor – as personagens são encontrados entre nomes da história. Raimundo Silva manifesta seus pensamentos sobre suas personagens, achando mesmo injusta tal denominação aos protagonistas de seu texto: “Vejo-os antes como se pertencessem a um escalão intermédio, diferentemente livres, em relação ao qual não fizesse sentido falar nem da lógica da personagem nem da necessidade contingente da pessoa” (SARAMAGO, 2010, p. 264).

É desse escalão intermédio, entre personalidades empíricas do passado cujos feitos foram realmente imortalizados pelos documentos e pelas fontes e personagens inteiramente inventados, que Raimundo Silva retira seus protagonistas. Nem um ser com necessidades contingentes, transposto do discurso histórico para o discurso literário, nem um ente inteiramente regido pelas lógicas da criação ficcional – uma pessoa cuja passagem pela história se limitou a uma impressão relativamente vaga. O narrador se apropria dos interstícios da história para recriá-la, submetendo-a tanto a desígnios ficcionais, quanto aos ditames do real.

6. O revisor e o historiador

Toda literatura é um palimpsesto.

José Saramago

O entrecruzamento entre discurso literário e discurso historiográfico parece ser um importante elemento constitutivo do enredo de *História do cerco de Lisboa*. Uma das formas de articular literatura e história no romance é entremear na malha romanesca fios advindos de fontes históricas, conferindo diversas camadas textuais ao relato ficcional sobre duas conquistas: uma coletiva, a da Lisboa moura de 1147, e uma pessoal, a da nova vida de Raimundo Silva de 1989.

Além de recorrer a práticas intertextuais paródicas para articular os discursos da literatura e da história no romance, o narrador saramaguiano parece epitomizar diferentes maneiras de encarar a história nas figuras de Raimundo Silva e do Historiador. Este, cuja voz está presente no primeiro capítulo e cuja obra é negada ao longo da narrativa romanesca, representa o paradigma do historicismo tradicional, ao passo que o revisor de textos parece incorporar aspectos do discurso da história pós-moderna e da Nova História.

De forma mais ampla, *História do cerco de Lisboa* parece sobrepor dois momentos distintos da história de Portugal com fins de problematizar as relações entre passado (e sua escrita) e o presente (e sua percepção). Os discursos da literatura e da historiografia estão imbricados no romance saramaguiano, que parodicamente instaura a escrita sobre o passado para questioná-la, caricaturá-la e desmitificá-la. Essa representação paródica do passado, tanto literário quanto histórico, aponta para a possível inclusão de *História do cerco de Lisboa* no rol das metaficcões historiográficas e para pensar as relações entretecidas entre este e outros romances de extração histórica de José Saramago.

6.1 A concepção de história do Historiador

O romance *História do cerco de Lisboa* tem suas ações desencadeadas pela atitude subversiva de um revisor de textos de inserir uma negativa em uma frase tida como verdadeira, de acordo com os ditames da história portuguesa: os cruzados (*não*) ajudaram

Afonso Henriques a conquistar Lisboa. A obra negada, apesar de nunca textualmente apresentada na trama romanesca saramaguiana, permanece latente em cada passo da trajetória da reescrita de Raimundo Silva.

O escritor deste texto historiográfico interdito é apresentado, de maneira breve, no primeiro capítulo do romance. Em diálogo com o revisor, ainda sem nome, deixa vislumbrar alguns relances de suas visões sobre os processos da escrita e o estatuto da história. Sobre a escrita, afirma serem os autores seres eternamente insatisfeitos, afeitos a emendas e correções constantes, mas que o realmente importante é a versão final dos textos, posterior ao polimento das revisões:

Agora me ocorre que tanto o Eça como o Balzac se sentiriam os mais felizes dos homens, nos tempos de hoje, diante de um computador, interpolando, transpondo, recorrendo linhas, trocando capítulos, E nós, leitores, nunca saberíamos por que caminhos eles andaram e se perderam antes de alcançarem a definitiva forma, se existe tal coisa, Ora, ora, o que conta é o resultado, não adianta nada conhecer os tanteios e hesitações de Camões e Dante (SARAMAGO, 2010, p. 13)

Um posicionamento como esse pode deixar entrever certo desprezo pela explicitação dos processos subjacentes à criação literária e aos detalhes da produção escrita – em nome da obra final, suprima-se o desvelamento dos mecanismos da redação e da revisão do texto. Da mesma maneira, o trabalho do revisor de textos deveria permanecer oculto sob a materialização final do texto, legando ao autor os louros do trabalho.

Mais um aspecto das perspectivas do Historiador sobre sua área de estudos delineado no diálogo de abertura do romance refere-se à relação entre história, literatura e realidade. Enquanto o revisor tenta minar as discrepâncias entre ficção, historiografia e vida “real”, o escritor da História do cerco de Lisboa reitera a filiação de sua obra ao gênero histórico:

Recordo-lhe que os revisores são gente sóbria, já viram muito de literatura e vida, O meu livro, recordo-lho eu, é de história, Assim realmente o designariam segundo a classificação tradicional dos gêneros, porém, não sendo propósito meu apontar outras contradições, em minha discreta opinião, senhor doutor, tudo quanto não for vida, é literatura, A história também, A história sobretudo, sem querer ofender (SARAMAGO, 2010, p. 15)

O olhar do Historiador sobre sua obra, de maneira específica, e sobre a disciplina à qual se filia, de maneira mais geral, se vincula a uma visão bastante tradicional do papel da história. Se o trecho citado anteriormente implica essa vinculação entre história e verdade, o seguinte excerto encerra essa percepção de maneira mais explícita:

Bem me queria a mim parecer que a história não é a vida real, literatura, sim, e nada mais, Mas a história foi vida real no tempo em que ainda não poderia chamar-se-lhe história, Tem a certeza, senhor doutor, [...] Então o senhor doutor acha que a história

e a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenha a menor dúvida (SARAMAGO, 2010, p. 16)

Enquanto o revisor apresenta seu ceticismo em relação à objetividade dos relatos históricos no que diz respeito à representação da realidade (aproximando literatura e história e afastando as duas áreas da vida), o Historiador afirma categoricamente a ligação entre a escrita do passado e os eventos desse passado. Ao aconselhar o revisor a não ter dúvidas quanto ao fato de a história ter sido, no passado, o mesmo que a vida real, o Historiador atribui à historiografia grandes doses de comprometimento com o real e com a verdade.

Essa maneira de encarar os limites da escrita do passado remontam à *Poética* de Aristóteles, o primeiro teórico a abordar a articulação entre literatura e história. Para o filósofo grego, o historiador conta o que de fato aconteceu, ao passo que o poeta narra o que poderia ter acontecido; ele afirma que, enquanto o texto do historiador seria regido pelas leis da verdade, o texto do poeta responderia à verossimilhança (ARISTÓTELES, 1987, p. 209).

Considerando o fato de a verossimilhança dizer respeito às regras internas ao texto literário e de a verdade relacionar-se à lógica do mundo externo à obra de ficção, é possível afirmar que haveria uma cisão muito clara entre literatura (poesia, no texto aristotélico) e história, uma vez que a literatura estaria comprometida com a ficção, ao passo que a história estaria indissolúvelmente ligada ao fato. Essa cisão está presente também nas afirmações do Historiador.

Apesar de o Historiador não ter “voz” depois deste capítulo inicial, algumas outras menções são feitas à sua obra ao longo do romance. A instância narrativa apresenta a maneira de relatar os fatos assumida pelo Historiador em contraposição à fantasiosa digressão de Raimundo Silva. Enquanto o revisor de textos desenvolvia, a partir da leitura das provas de uma História sobre o cerco de Lisboa, uma sub-trama presente apenas em sua imaginação, o Historiador se limitava a contar os fatos mais importantes para a obra que se propunha a redigir:

Não o tem descrito assim o historiador no seu livro. Apenas que o muezim subiu ao minarete e dali convocou os fiéis à oração na mesquita, sem rigores de ocasião, se era manhã ou meio-dia, ou se estava a pôr-se o sol, porque certamente em sua opinião, o miúdo pormenor não interessaria à história, somente que ficasse o leitor sabendo que o autor conhecia das coisas daquele tempo o suficiente para fazer delas responsável menção. E isto lhe deveríamos agradecer porque o seu tema, sendo de guerra e de cerco, portanto de virilidades superiores, dispensaria bem as deliquescências da prece, que é de todas as situações a mais sujeita, pois nela se prontifica o rezador sem luta, rendido por uma vez. (SARAMAGO, 2010, p. 19-20)

O indício de uma caracterização pejorativa da escrita da história por parte do Historiador pode ser apontado no uso do advérbio “apenas”, antes de apresentar os fatos efetivamente relatados no texto revisado. Os detalhes não caberiam em uma descrição sumária sobre os eventos de guerra e de cerco, especialmente relacionados aos costumes religiosos do povo a ser expulso da cidade de Lisboa e, se alguma particularidade referente aos sarracenos fosse apresentada, serviria como confirmação responsável do domínio do assunto por parte do escritor da história. A história do Historiador não estaria, portanto, interessada no “miúdo pormenor”.

Aparentemente identificada com as sínteses históricas, a obra do Historiador conta com aspectos imprecisos, se não inteiramente falsos, os quais são notados pelo revisor e apresentados pelo narrador do romance. A primeira imprecisão tem a ver com o uso da palavra “baleiar” para caracterizar as armas de guerra utilizadas pelos portugueses no cerco de Lisboa, as fundas baleares. Depois de, intrigado pela origem etimológica do termo baleiar, ter realizado uma pesquisa em sua biblioteca, o revisor determinou que seria mais adequado usar o termo baleárica para qualificar “aquela mortífera fábrica que tanto amedrontava os mouros” (SARAMAGO, 2010, p. 36). Essa inadequação, entretanto, não incomoda tanto o revisor a ponto de corrigir o termo na obra do historiador.

Outras imprecisões, semânticas e temporais, são expressamente corrigidas pelo revisor, o qual recorre a seu conhecimento enciclopédico, sem se apresentar a necessidade de consultar compêndios historiográficos ou dicionários. Ao corrigi-las, o narrador tece algumas considerações sobre a forma assumida pelo Historiador de relatar os eventos do passado:

Lá lhe pareceu que era informar pouco limitar-se o historiador a falar de muezim e minarete, unicamente para introduzir, se são permitidos juízos temerários, um pouco de cor local e tinta histórica no arraial inimigo, imprecisão semântica que convém corrigir imediatamente, uma vez que arraial é de sitiados, não de sitiantes, que estes estão, por enquanto, instalados com suficiente comodidade na cidade que, salvo uma ou outra intermitência, é sua desde o ano de setecentos e catorze, pelas contas dos cristãos, as do rosário mouro são outras, como se sabe. Esta correção fê-la o próprio revisor, que tem mais do que satisfatória ciência de calendários e sabe que a Hégira começou, segundo a lição da Arte de Verificar as Datas, obra indispensável, no dia dezasseis de julho de seiscentos e vinte e dois, depois de Cristo, DC por abreviatura (SARAMAGO, 2010, p. 21-22)

É possível perceber alguns julgamentos, por parte do revisor, sobre a narrativa do Historiador. A menção sobre o muezim e o minarete é contemplada como insuficiente tendo em mente o relato dos fatos propriamente ditos e sua interpretação dos eventos históricos, servindo como um recurso superficial de caracterização do povo sitiado. Além dos julgamentos, o narrador apresenta a imprecisão semântica, referir-se ao local onde os árabes

estavam estabelecidos como arraial, e a imprecisão cronológica, apresentar unicamente a data cristã de início da ocupação moura em Lisboa – ambas corrigidas pelo revisor.

A maneira de narrar a história assumida pelo Historiador é indiretamente apresentada ainda outras vezes no romance, em geral mediante comentários irônicos do narrador ou apreciações pouco elogiosas do revisor. Um dos momentos nos quais está em foco a História do cerco de Lisboa do Historiador é o juízo do revisor sobre os eventos narrados no texto negado e a forma de relatar esses eventos. O revisor se posiciona em relação ao texto do Historiador de maneira “alheada”, com um gostar sem cor. Raimundo Silva encara a obra do Historiador com pouco entusiasmo devido à forma como ela é construída e aos eventos nela relatados:

Em quatrocentas e trinta e sete páginas não se encontrou um facto novo, uma interpretação polémica, um documento inédito, sequer uma releitura. Apenas mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco, a descrição dos lugares, as falas e as obras da real pessoa, a chegada dos cruzados ao Porto e sua navegação até entrarem no Tejo, os acontecimentos do dia de S. Pedro, o ultimato à cidade, os trabalhos do sítio, os combates e os assaltos, a rendição, finalmente o saque [...] (SARAMAGO, 2010, p. 39)

Ao fundamentar sua obra em eventos e fontes históricas sem iluminá-los de nenhuma maneira, construindo seu relato sem problematizar o conhecimento histórico canônico ou apresentar dados novos a ele, o Historiador recebe uma reação bastante morna por parte do revisor de seu livro. Essa forma de construir um texto histórico, recorrendo a fontes tradicionalmente reconhecidas como válidas e em grande medida repetindo-as sem modificá-las mais do que uma paráfrase faria, identifica o Historiador a uma perspectiva bastante conservadora da escrita do passado. O relato dos acontecimentos históricos respeita a visão corrente acerca desses acontecimentos, consolidada pela tradição historiográfica canônica, e mantém seu estatuto inalterado.

A narrativa do Historiador desagrada ao revisor não só por ser em grande medida uma repetição da fonte de Osberno; Raimundo Silva também reprova, e de maneira mais veemente, certos erros históricos ainda mais flagrantes do que as imprecisões semânticas e cronológicas anteriormente debatidas. O revisor encontrou, em um trecho marcado por pungente espírito patriótico, erros históricos e anacronismos vistos como graves. Essa passagem, citada na página 101, fala sobre o término do cerco com o derrear do crescente muçulmano e sua substituição pelas quinas de Portugal.

Anacronismos como esses apontam para certo desprezo pelos detalhes históricos, em nome de uma narrativa global e sintética sobre evento tão importante para a consolidação de Portugal enquanto nação. Dois equívocos tão evidentes podem se coadunar com a falta de importância conferida pelo Historiador aos meandros da produção textual. O Historiador deixa de lado detalhes culturais importantes em nome da escrita de uma história que enfoca fatos políticos: prefere dar um fim grandioso à sua obra a conferir a viabilidade histórica de fatos nela relatados. Esse posicionamento ecoa suas opiniões quanto aos processos de revisão e redação das obras, os quais devem permanecer subjacentes à materialização final do texto, essa sim realmente relevante.

O fato de a “História do cerco de Lisboa” do Historiador ser um texto historiográfico que enfoca fatos políticos já havia ficado latente na negação, por parte de seu escritor, de apresentar detalhes religiosos da vida dos mouros em um relato sobre cercos e guerras. A descrição empreendida pela instância narrativa de algumas características da obra histórica negada por Raimundo Silva torna patente o caráter de síntese histórica política do livro do Historiador, o que permite antever aspectos de sua concepção de história:

[...] para todo o sempre ficará manchando a página final da História do Cerco de Lisboa, sobre o demais tão ricamente instrumentada de tubas retumbantes, tão de tambores, tão de retórico arrebatado, com as tropas formadas em parada, assim as imaginamos, pé-terra infantes e cavaleiros, assistindo ao arriar do estandarte abominável e ao hastear da insígnia cristã e lusitana, gritando numa só voz Viva Portugal e batendo com as espadas nos escudos, em enérgica algazarra militar, e depois o desfile perante o rei, que está calcando aos pés, vindicativamente, além do sangue mouro, o crescente muçulmano (SARAMAGO, 2010, p. 41-42)

As expressões “tumbas retumbantes”, “tambores” e “retórico arrebatado” parecem apontar para a escrita de uma história cujo enfoque recai sobre fatos políticos, apresentando-os de maneira triunfal e pintando-os com imagens bélicas. A cena descrita nessa passagem, imaginada pela instância narrativa, carrega tons míticos da conquista da cidade pelos cristãos, por um lado, e do estabelecimento de Portugal enquanto reino independente de Leão, por outro. Uma mitificação como essa, cabe lembrar, é característica de fontes historiográficas e literárias dos séculos XIV, XV e XVI, às quais se atribui a consolidação de mitos referentes à figura do primeiro rei português, narrado como um homem predestinado a lutar contra os mouros e ampliar os limites territoriais da fé cristã.

A produção de relatos centrados em eventos políticos singulares pode ser relacionada ao paradigma do historicismo tradicional, no qual podem ser inseridos o positivismo e vertentes conservadoras do historicismo. Esse paradigma, vigente ao longo do século XIX e

do início do século XX, é caracterizado pela busca de uma autonomia para a história, afastando-a de outras áreas de conhecimento e tentando de certa maneira profissionalizá-la, de um método para o estudo das fontes documentais e da neutralidade do historiador no momento de compor seu relato. Um aspecto temático comum aos positivistas e aos historicistas conservadores é o enfoque conferido aos particularismos históricos, ao singular, o que ao longo da história não se repete: o que “tendeu a uma supervalorização do acontecimento e a elaborar o que mais tarde seria chamado pelos historiadores dos *Annales* de ‘história factual’ ou ‘história historizante’.” (BARROS, 2014, p. 81-82) O *Historiador da História do cerco de Lisboa* negada parece inserir-se nessa “história historizante” na medida em que volta sua atenção para a dimensão política de um grande acontecimento – o cerco e a conquista de Lisboa –, como também os historiadores “factuais” privilegiavam os grandes eventos históricos singulares, em geral envoltos em forte carga política.

Mais uma evidência para corroborar essa possível aproximação entre o *Historiador* e os historiadores conservadores oitocentistas é a ênfase conferida a um evento histórico relacionado à criação de uma nação. Conforme Barros, o conservadorismo do Historicismo, mesmo de suas vertentes menos identificadas com o Positivismo, relacionava-se ao fato de ser financiado pelos grandes governos nacionais interessados, desde a restauração:

[...] em atrelar a história à Grande Política, em adequá-la aos interesses da nova configuração internacional europeia e em ajustá-la aos ditames de uma sociedade industrial já assentada sobre a prosperidade burguesa e sob o domínio político de uma combinação de elites burguesas e de aliados relacionados a uma antiga nobreza restaurada. (BARROS, 2014, p. 80)

Ao longo do século XIX, floresceu na Europa uma historiografia política e acontecimental veementemente enaltecida dos grandes líderes nacionais, e empenhada em dar ênfase “ao confronto bélico e diplomático entre as nações oitocentistas, cada qual empenhada em se afirmar identitariamente no cenário europeu” (BARROS, 2010, p. 90). Uma história política e factual como essa, debruçada sobre os grandes feitos dos grandes líderes das nações, encontra alguma contrapartida na descrição anteriormente apresentada da última página da *História do cerco de Lisboa* do *Historiador*, bem como em certos posicionamentos deixados latentes pelo diálogo entre o escritor e o revisor de textos e algumas outras referências ao texto revisado.

Algumas menções feitas, ao longo de *História do cerco de Lisboa*, acerca do estatuto da história podem ser relacionadas à obra do *Historiador*, negada por Raimundo Silva. No diálogo entre o revisor e o *Historiador*, Raimundo Silva se refere à discrepância entre o senso

de humor do escritor da História do cerco de Lisboa e as características do gênero historiográfico: “O senhor doutor é um humorista de finíssimo espírito, cultiva magistralmente a ironia, chego a perguntar-me como se dedicou à história, sendo ela grave e profunda ciência” (SARAMAGO, 2010, p. 16). Mais adiante no texto, quando o revisor está em processo de escolha de protagonista para sua outra história, mais uma vez a história é colocada em uma espécie de pedestal, dessa vez comparando a visão do historiador à de Deus:

Tem Raimundo Silva clara consciência de que a tanto não podem alcançar os seus limitados dons, em primeiro lugar porque não é Deus, e que o fosse, se mesmo o outro, apesar da fama, não conseguiu nada que se parecesse a este propósito, em segundo lugar porque não é historiador, categoria humana que mais se aproxima da divindade no modo de olhar, e em terceiro lugar, inicial confissão, porque para a criação literária nunca teve jeito, debilidade esta que obviamente lhe dificultará um convincente manejo da efabulação inventiva de que todos, mais ou menos, participamos. (SARAMAGO, 2010, p. 182-183)

Por mais que sejam recobertas de camadas de ironia, essas caracterizações da história e do historiador carregam ecos de uma definição sobre a historiografia bastante difundida – de uma ciência grave, escrita por um estudioso neutro cujo olhar imparcial apenas registra os eventos do passado a fim de reconstitui-los. Essa percepção da história e do papel de seus escritores pode travar relações com a “história historizante” de matriz positivista, cujos estudiosos são vistos até hoje como “o historiador retrógrado, factual ou ingênuo no trato de suas fontes” (BARROS, 2014, p. 83). Peter Burke se refere a essa maneira de relatar os acontecimentos do passado, esse paradigma do historicismo tradicional, como “história rankeana” ou como a “visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo [ao paradigma], mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história, ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado.” (BURKE, 1992, p. 10).

A visão quase divina dos historiadores, ironicamente afirmada pela instância narrativa do romance e relacionável à figura do Historiador renegado, também pode ser um indicativo dos liames entre essa personagem e os historiadores tradicionais. Um olhar como o de Deus narraria a história a partir “de cima”, em um relato em terceira pessoa bastante convencional e aspirante a neutralidade de um observador isento de influências ideológicas e de posicionamentos políticos. A visão “de cima” incidiria sobre os grandes homens e seus grandes feitos, legando às massas uma posição subalterna em relação aos acontecimentos históricos levados a cabo pelos líderes políticos e religiosos. Particularizações só caberiam a esses líderes e a suas conquistas – e é nesse sentido que a “história historizante” é factual e acontecimental, pois se volta para fatos particulares e irrepetíveis do passado – cabendo, ao

restante das personagens “figurantes” da história uma apresentação sumária e pouco detalhada. No caso do texto aludido e negado em *História do cerco de Lisboa*, essa apresentação sintética pode ser lida na citação do muezim e do minarete com fins de conferir uma “cor local” à representação historiográfica dos inimigos dos portugueses, bem como de exaltar o conhecimento do Historiador sobre assuntos que não seriam detalhados em sua obra, mas pincelados mesmo assim.

Essa focalização narrativa é, segundo Peter Burke, uma dos pontos principais do paradigma da história tradicional. Os outros cinco fundamentos desse paradigma seriam: a história diz respeito essencialmente aos acontecimentos políticos; é construída a partir de uma narrativa ideologicamente isenta; deve se basear em documentos dos registros oficiais; deve responder a questionamentos individualizados, do tipo “Por que Brutus apunhalou César?”; deve ser objetiva, narrando os fatos como eles realmente aconteceram (BURKE, 1992, p. 9-15).

Conforme debatido anteriormente, a “História do cerco de Lisboa” do Historiador parece relatar essencialmente um fato político, além de bélico – a conquista de Lisboa de 1147. Narrar a política, tida pelos historiadores tradicionais oitocentistas como o único aspecto relevante do passado, é, segundo Burke (1992, p. 9), privilegiar mais a história nacional, ou internacional, do que a regional, estando a política fundamentalmente ligada aos interesses do Estado e de suas classes dominantes.

A obra historiográfica negada por Raimundo Silva, assim como algumas perspectivas em relação à história apresentadas pelo Historiador no primeiro capítulo de *História do cerco de Lisboa*, também parece ser permeada por outros elementos comuns às características apresentadas por Burke acerca do paradigma histórico tradicional. Além de ser descrita como uma história sobre a política e narrada “de cima”, a história do cerco de Lisboa foi produzida por um historiador comprometido com a reconstituição do passado tal qual ele aconteceu e, de maneira ampla, caracterizado como um narrador ideologicamente isento. A objetividade da história e a isenção do narrador podem ser depreendidas do diálogo entre o Historiador e Raimundo Silva, no qual o escritor da “História do cerco de Lisboa” reitera sua apreciação da história como a narração do passado real, consolidando uma relação transparente entre o discurso histórico e o fato nele relatado.

A univocidade entre história, passado e verdade, tão cara a historiadores tradicionais e à disciplina histórica vista sob a perspectiva do senso comum, começa a ser problematizada a

partir da década de 1920 por novas escolas historiográficas. Em *História do cerco de Lisboa*, este “tripé” é apresentado na obra do Historiador e depois posto em xeque por Raimundo Silva, cujas funções de revisor de textos são ampliadas para as de um revisor da história portuguesa, de maneira específica, e das maneiras de se escrever a história, de maneira geral.

6.2 O projeto revisionista de Raimundo Silva

Um dos pontos fulcrais de *História do cerco de Lisboa* é a negativa à versão tradicionalmente aceita sobre eventos do passado português e a reconfiguração desses eventos em uma escrita diferente da história lusitana. Quem tenta criar a nova história do cerco de Lisboa é o revisor de provas da obra historiográfica tradicional sobre o sítio e a conquista da cidade, Raimundo Silva, cuja trajetória é acompanhada pela instância narrativa desde o diálogo com o escritor até o momento em que termina de escrever a nova história do cerco e encaminha a nova história de sua vida.

Raimundo Silva assume um posicionamento distinto em relação ao Historiador, e essas discrepâncias entre as visões das duas personagens já podem ser percebidas no diálogo que abre o romance. Enquanto o Historiador, embora pareça admirar o trabalho desempenhado pelos revisores, valoriza sobremaneira o resultado final do texto, o revisor evidencia os processos textuais subjacentes à versão final e definitiva de uma obra. Ironicamente, Raimundo Silva atribui a falta de cuidados minuciosos com a construção textual aos maiores responsáveis pelo texto, os autores: “Os senhores autores vivem nas alturas, não gastam o precioso saber em despiciências e insignificâncias, letras feridas, trocadas, invertidas, que assim lhes classificávamos os defeitos no tempo da composição manual, diferença e defeito, então, era tudo um” (SARAMAGO, 2010, p. 11). Neste excerto é possível vislumbrar algumas características do posicionamento assumido pelo revisor em relação ao seu próprio trabalho: enquanto os autores passam o tempo “nas alturas”, ocupados com seu “precioso saber”, os revisores estão cá embaixo, trabalhando com “despiciências” e “insignificâncias” indignas dos olhares quase divinos dos autores. A representação do revisor começa com auto-ironia.

O diálogo com o Historiador continua com algumas repreensões, por parte do revisor, à maneira como o escritor emenda seu texto, “à maneira expedita, escrevendo uma palavra

por cima de outra” (SARAMAGO, 2010, p. 12). O revisor afirma ser essa maneira de os autores resolverem as dificuldades de seu texto bastante diferente do *modus operandi* dos revisores. Enquanto os primeiros, mesmo eternamente insatisfeitos com seu trabalho, se limitam a passar riscos por sobre os trechos insatisfatórios e rabiscar possíveis alternativas para melhorar seu texto, os últimos se tratam de uma seita voluptuosa pelas pequenas correções da linguagem:

[...] quando falta o gosto da modificação, o prazer da mudança, o sentido da emenda, [...] o emendar dos autores é outro, problemático, muito diferente deste nosso, Quer você dizer na sua que a seita revisora gosta do que faz, Tão longe não ousou ir, depende da vocação, e revisor de vocação é fenómeno desconhecido, no entanto, o que parece demonstrado é que, no mais secreto das nossas almas secretas, nós, revisores, somos voluptuosos (SARAMAGO, 2010, p. 12)

Tendo admitido certa volúpia em seu trabalho, o revisor prossegue o diálogo com o autor da história do cerco de Lisboa para afirmar sua especial atenção aos mecanismos de produção e de alteração textuais, anteriores e subjacentes à obra definitiva. Em um desdobramento do tópico sobre a natureza das revisões autorais, o Historiador traz à tona o exemplo das provas finais dos romances do escritor francês Honoré de Balzac, constituídas por “um deslumbramento pirotécnico de correções e aditamentos” (SARAMAGO, 2010, p. 12) a fim de demonstrar que o romancista seria um ótimo revisor. O revisor, então, trata de contrapor ao exemplo estrangeiro um escritor lusitano igualmente metódico na construção de seu texto, Eça de Queirós. Depois dos exemplos de dois escritores voluptuosos com o uso da linguagem literária, o Historiador projeta a satisfação dos dois escritores se vivessem em tempos de computadores, “interpolando, transpondo, recorrendo linhas, trocando capítulos” (SARAMAGO, 2010, p. 13).

A fala de Raimundo Silva neste trecho do diálogo sintetiza uma de suas perspectivas em relação ao texto e ao seu processo: o revisor, diferentemente do que se observa no caso do Historiador, demonstra apego tanto ao texto final quanto à explicitação dos mecanismos de sua construção. Parece ser relevante para ele o fato de o registro das movimentações dentro de suas obras de escritores importantes para a literatura europeia, como Balzac e Queirós, ter permanecido, algo bastante improvável na era digital. Já o Historiador, conforme discutido anteriormente, confere importância apenas ao resultado final da obra. Mais adiante no romance, o revisor vai lamentar que o processo de escrita de certos textos históricos importantes sobre a conquista de Lisboa não tenha ficado explicitado para a posteridade.

Uma apresentação interessante desse lamento de Raimundo Silva em sua nova história do cerco de Lisboa é a intromissão da figura entrevista de Osberno na escrita de Rogeiro. No romance, o desejo latente do frade por Ouroana e seu pudor em escrever sobre a barregã de Henrique de Bona fazem com que ele suprima da versão final de sua crônica a descrição da chegada do casal ao arraial da Porta de Ferro, e o substitua por detalhadas descrições acerca das ações do cavaleiro alemão:

Ora, é bem possível que este e outros recalçados movimentos de alma tenham sido a causa, por via da sublimação, do cuidado com que Frei Rogeiro passou a acompanhar os ditos e os feitos do cavaleiro alemão, antes, mas sobretudo depois da sua infeliz morte, porém não desgraçada, como a seu tempo se tornará patente. Em por claro, diremos que não podendo Frei Rogeiro satisfazer em Ouroana os apetites, não encontrou melhor exutório, salvo outro qualquer secreto, que exaltar até à desmedida o homem que se gozava do corpo dela. (SARAMAGO, 2010, p. 309)

O interesse atribuído pelo revisor ao escriba eclesiástico em relação ao cruzado alemão, no entanto, não é observado na versão final da obra *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*. Nesse texto, não há qualquer referência a um cruzado Henrique ou advindo de Bona, nem enquanto vivo, nem obrando milagres depois de sua morte. Se, conforme é sugerido em outro ponto de *História do cerco de Lisboa*, Osberno era responsável pelo acabamento estilístico da carta de Rogeiro, é possível inferir alguma censura por parte do destinatário dos arroubos narrativos inspirados, indiretamente, por Ouroana.

O diálogo entre o Historiador e o revisor de seu texto prossegue com mais algumas considerações bastante céticas por parte de Raimundo Silva em relação à função que desempenha junto aos textos e ao reconhecimento dessa função. Depois de uma breve discussão sobre lugares-comuns, o revisor enumera parte de seus encargos ao Historiador:

Considere, senhor doutor, a vida quotidiana dos revisores, pense na tragédia de terem de ler uma vez, duas, três, ou quatro, ou cinco vezes, livros que, Provavelmente, nem uma só vez o mereceriam, Fique registado que não fui eu quem proferiu tão gravosas palavras, conheço muito bem o meu lugar na sociedade das letras, voluptuoso, sim, confesso-o, mas respeitador, Não vejo onde esteja essa terribilidade, aliás parecia-me a conclusão óbvia da sua frase, aquela eloquente suspensão, apesar de não se lhe verem as reticências (SARAMAGO, 2010, p. 13-14)

Esse ramerrão tedioso, que adiante será apresentado pelo narrador saramaguiano como característica essencial da vida de Raimundo Silva, introduz questão mais importante – o papel subalterno do revisor de textos na hierarquia da produção de um livro. Ante a conclusão do Historiador para suas reticências, o revisor precisa deixar claro que não foi ele quem menosprezou as obras lidas e relidas, uma vez que conhece bem “seu lugar na sociedade das letras” e respeita a autoridade suprema, o autor. A relação entre autor e revisor é metaforizada

com a comparação, feita pelo Historiador, dos revisores – ou tipógrafos – aos farmacêuticos, “capazes até de decifrar o que nem chegou a ser escrito” (SARAMAGO, 2010, p. 12). Dessa maneira, se o revisor é o farmacêutico, cabe ao autor um papel hierarquicamente superior, o do médico.

Apesar de demonstrar ser autoconsciente da pequenez de seu papel no mundo das letras, reiterando-o de maneira ao mesmo tempo cética e irônica, Raimundo Silva deixa vislumbrar um sentimento recalcado de superioridade. Na caracterização irônica da inferioridade de suas funções esse sentimento se encontra latente, manifestando-se patentemente na apresentação do apólogo de Apeles:

[...] quando o operário apontou o erro na sandália duma figura e depois, tendo verificado que o artista emendara o desacerto, se aventurou a dar opiniões sobre a anatomia do joelho, Foi então que Apeles, furioso com o impertinente, lhe disse Não suba o sapateiro acima da chinela, frase histórica [...] (SARAMAGO, 2010, p. 14)

Hierarquicamente inferior nas cadeias sociais, um sapateiro não poderia contradizer um artista e, se o fizesse, seria imediatamente repreendido. Esse estado de coisas seria mimetizado no mundo editorial, no qual um revisor pode realizar correções em diferentes níveis de linguagem nos textos a ele legados. No entanto, se encontrar problemas mais profundos, não tem o poder de corrigi-los, pois isso de certa maneira desautorizaria as relações hierárquicas assumidas entre um revisor e um escritor. O revisor remete o conteúdo do apólogo ao texto revisado naquele momento:

Todos os autores são Apeles, mas a tentação do sapateiro é a mais comum entre os humanos, enfim, só o revisor aprendeu que o trabalho de emendar é o único que nunca se acabará no mundo, Tem sentido muitas tentações de sapateiro na revisão do meu livro, A idade traz-nos uma coisa boa que é uma coisa má, acalma-nos, e as tentações, mesmo quando são imperiosas, tornam-se menos urgentes, Por outras palavras, vê o defeito da chinela, mas cala-se, Não, o que eu deixo passar é o erro do joelho (SARAMAGO, 2010, p. 14)

O revisor, portanto, admite perceber problemas graves na construção da história do cerco de Lisboa do Historiador, mas afirma resistir às tentações de corrigi-los e os deixa passar. Dessa maneira, percebe-se um senso de superioridade latente na figura de Raimundo Silva que, aliado às suas irônicas depreciações autodirigidas por ser um singelo revisor de textos, permite entrever mais uma camada de sua construção narrativa. É um revisor que conhece seu lugar subalterno e encara com certo prazer seu trabalho de fazer eternamente emendas em textos cujos problemas mais profundos ele não pode corrigir..

Outras características do revisor, importantes para delinear seu posicionamento diante da história, dizem respeito à sua percepção da natureza da literatura, da própria matéria

historiográfica e da vida “real”. Como já citado, em trecho do diálogo o revisor de textos afirma que sua categoria trabalhista é bastante sóbria por já ter visto muito de literatura e de vida, referindo-se ao trabalho de correção da obra do Historiador. Enquanto o Historiador relembra ao revisor a natureza genérica de seu livro – texto historiográfico – o revisor afirma: tudo quanto não é vida, é literatura, sobretudo a história. Mais adiante, o revisor apresenta dúvidas sobre a história apresentar a vida real do passado, de quando os acontecimentos ainda não poderiam ser caracterizados como históricos, pois estavam decorrendo, dúvida essa sanada com bastante segurança pelo Historiador.

Essa posição cética quanto à referencialidade imediata da história e dos fatos narrados, bem como a apresentação indissociável apresentada pelo revisor entre literatura e historiografia, indicam uma perspectiva bastante diferente da assumida pelo Historiador (ou a ele imputada). Esse ceticismo, traço característico da representação de Raimundo Silva, será em parte desencadeador de sua reescrita da história do cerco de Lisboa, elemento simbólico importante do afastamento entre as duas personagens e, conseqüentemente, entre suas perspectivas sobre a escrita do passado.

Defrontado com um texto historiográfico sem fatos novos ou reinterpretação de dados históricos conhecidos, cuja construção é perpassada por uma visão “de cima” e baseada em um narrador pretensamente isento – o qual emite um discurso em concordância com os discursos dominantes sobre o passado lusitano –, o revisor começa a se sentir tentado a notar os erros nos joelhos da obra. Começando pela questão mais superficial das fundas baleares, ou baleáricas, passando pela crítica ao silenciamento de elementos que remetessem ao universo mouro daquele momento, Raimundo Silva fica realmente indignado ante a patriótica – e historicamente imprecisa – descrição de Afonso Henriques calcando o crescente mouro sob os pés enquanto tremulavam as quinas de Portugal sobre a cidade conquistada:

[...] merda, e que não se cuide que a má palavra a dirige o revisor ao nacional emblema, é antes o legítimo desabafo de quem, tendo sido ironicamente apreendido por ingénuos erros da imaginação, vai ter de consentir que passem a salvo outros não seus, quando o que lhe está a apetecer, e com justo direito, é lançar nas margens do papel uma chuva de indignados deleatúres, porém, já sabemos, não o fará, que com emendas deste calibre ficaria avexado o autor, Reduza-se o sapateiro à observação da gáspea, que só para isso é que lhe pagam, estas foram as impacientes palavras de Apeles, definitivas. (SARAMAGO, 2010, p. 41)

A significativa dissonância entre os eventos narrados na obra do Historiador e a cronologia de certos elementos dessa narrativa é percebida pelo revisor, o qual, embora desejasse modificar todo o trecho, se reduz a seu papel de sapateiro. Além de deixar

permanecer os erros históricos no texto por causa de sua humildade profissional, o revisor abriu mão de corrigir os equívocos porque percebeu que, se tirasse do relato as quinas e o crescente, “seria como um terremoto na página, tudo viria abaixo, história sem remate a condizer com a grandeza do instante” (SARAMAGO, 2010, p. 42). Em suma, Raimundo Silva não parecia se sentir à vontade criando alternativas para o fechamento historicamente inadequado da obra por ele revisada.

Mesmo com todos os erros explícitos e certos vazios questionados da obra do Historiador, é um trecho historicamente bem aceito que desencadeia a atitude quase esquizofrênica (tendo em mente a comparação do revisor às personagens de Stevenson, Dr. Jekyll e Mr. Hyde) de Raimundo Silva. De revisor pacato e cômico de suas atribuições, o protagonista saramaguiano passa ao papel de transgressor da história oficial portuguesa depois de arrebatada discussão interna. O narrador observa o revisor enquanto lê pela última vez as provas da obra do Historiador:

Importa nada saber se Raimundo Silva conseguiu limpar de todo as enfadonhas laudas, o que sim valerá a pena é observá-lo enquanto relê o discurso que D. Afonso Henriques fez aos cruzados, conforme a versão dita de Osberno, ali traduzida do latim pelo próprio autor da História, que não se fia das lições alheias, mormente tratando-se de matéria de tal responsabilidade, nem mais nem menos a primeira fala averiguada do nosso rei fundador, que outra, aliás, não se conhece bastantemente autorizada. (SARAMAGO, 2010, p. 43)

A fala de Afonso Henriques aos cruzados, retirada do texto originário de *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, parece a Raimundo Silva artificial e inverossímil para o rei iniciante de uma nação tão jovem³⁶. O revisor caracteriza o discurso do rei português, uma pessoa sem prendas de clérigo, como algo incompatível com sua realidade histórica: o revisor nega a possibilidade de tal governante ter a capacidade de compor uma fala tão pomposa quanto as proferidas por frades nos séculos XVIII ou XIX:

Para Raimundo Silva, o discurso é, todo ele, de ponta a ponta, uma absurdidade, não que se permita duvidar do rigor da tradução, que não está a latinaria entre as suas prendas de revisor apenas médio, mas porque não se pode, é que não se pode mesmo acreditar que da boca deste rei Afonso, sem prendas, ele, de clérigo, tenha saído a complicada fala, bem mais à semelhança dos sermões arrebicados que os frades hão-de dizer daqui a seis ou sete séculos do que dos curtos alcances duma língua que ainda agora começava a balbuciar. (SARAMAGO, 2010, p. 43-44)

³⁶ Em 1147, Portugal teria se tornado independente do reino de Leão há quatro ou oito anos. A discrepância entre as duas datas acontece por causa do tempo decorrido entre a aclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal, antes da Batalha de Ourique de 1139, e a assinatura do Tratado de Zamorra pelo Imperador de Leão Afonso VII, em 1143, reconhecendo a independência portuguesa mas cobrando vassalagem dos lusitanos ao Império de Leão.

Inquieto, o revisor consulta diferentes historiografias apenas para constatar que todas reproduzem o mesmo discurso. Diante dessas muitas cópias, é feita uma reflexão rápida sobre a propagação dos erros históricos pelas fontes. Essa reflexão, aliada ao desânimo do revisor em relação à obra do Historiador por causa de suas mais de 400 páginas de repetições *ad nauseam* de eventos sempre relatados da mesma maneira nas historiografias tradicionais, reforçam uma crítica ao paradigma histórico tradicional, norteador dos relances disponíveis da “História do cerco de Lisboa” do Historiador.

Lidas as palavras atribuídas ao primeiro rei português e cotejadas com outras fontes documentais, o revisor de textos começa a ficar apreensivo. A impossibilidade de saber exatamente o que foi dito por Afonso Henriques aos cruzados naquele dia de S. Pedro de 1147 é tão perturbadora para Raimundo Silva, que ele afirma o ensejo de abrir mão de algo a fim de encontrar algum vestígio daquele momento específico. Nesse desespero, ecoa seu apego à explicitação dos mecanismos de escrita da ficção – se houvesse um relato fidedigno, testemunhal, que expusesse seu próprio processo narrativo, talvez fosse possível ao menos chegar perto daquele discurso do século XII.

Diante da linha que afirma peremptoriamente “os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa”, começa o estranho processo de desdobramento de Raimundo Silva, cuja consciência em conflito é descrita como ocupada por duas personalidades antagônicas duelando entre si – os Dr. Jekyll e Mr. Hyde. Quem vence a batalha, evidentemente, é Mr. Hyde:

[...] com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como. (SARAMAGO, 2010, p. 50)

Aqui começa a se insinuar a nova história do cerco de Lisboa, que Raimundo Silva passará a escrever depois de reunir-se com a chefe dos revisores, Maria Sara, e de acatar a sugestão de sua superior hierárquica de adentrar o mundo da redação. O revisor nega a versão da história aceita como verdadeira e, por escrevê-lo, torna real uma narrativa diferente sobre o passado lusitano. A equidade entre realidade e escrita é retomada logo a seguir à inserção do não na história canônica portuguesa, em uma dessacralizadora inversão dos fatores condicionantes entre real e narrado:

E se ao Costa lhe der para folhear as provas antes de metê-las na pasta, se nesse acaso lhe saltar aos olhos a página maculada de mentira, [...] se se der ao trabalho de lê-la e entender o que passou a estar escrito, *o mundo, então reemendado, terá vivido diferentemente só um curto instante*, o Costa dirá, ainda que hesitando, Senhor Silva, parece haver aqui um erro, [...], Que tolíce a minha, não sei como pôde isto ter acontecido, efeitos do sono, foi o que foi. *Não será necessário desenhar um deleatur para eliminar a ominosa palavra, bastará riscá-la, simplesmente, como o faria uma criança, o mundo regressará à antiga e tranquila órbita, o que foi continuará a ser.* (SARAMAGO, 2010, p. 51 *grifos meus*)

O real passa a ser condicionado pelo escrito, em excertos como esses. Essa característica, a ser desenvolvida no próximo subitem, parece retomar outro posicionamento do revisor: tudo quanto não é vida, é literatura – sobretudo a história. Se tudo que não é vida é literatura, inclusive – e especialmente – a história, é possível compreender um esgarçamento nos limites entre as duas áreas. Há mais indicativos no sentido de encarar as duas disciplinas como áreas semelhantes nas perspectivas assumidas pelo revisor de textos – o ceticismo sobre a confiabilidade das fontes históricas, os erros cometidos pelo Historiador e que, propagados, poderiam criar uma versão do passado na qual já houvesse crescentes e quinas como símbolos de mouros e de portugueses em 1147, o desejo de explicitação dos mecanismos da produção textual.

Tomando essa máxima, a negativa ao discurso oficial português e a posterior escrita de uma história levemente diferente da canônica – nova história fundamentada em dados e personalidades históricas, sim, mas ficcional por urdi-los de uma maneira diferente – é possível aventar a hipótese de o revisor perceber discurso histórico e discurso ficcional em seus limites materiais, o que os aproxima por serem, ambos, textos. Elimina-se, nessa visão, a necessidade de fatos fundamentados em uma verdade histórica, norteadores mesmo dos historiadores mais transgressores. Vendo assim, não há diferença substancial entre literatura e história – ambas são construções discursivas, somente isso. Essa visão vai ao encontro da maneira com a qual o pesquisador francês Roland Barthes conceitua o fato histórico, que, considerando os avanços na análise do discurso, questiona a legitimidade de opor a narrativa ficcional à narrativa histórica (BARTHES, 2004, p. 163).

Se a única existência possível de um fato histórico é a sua configuração linguística, está abolida a relação unívoca e transparente, vigente entre os historiadores mais conservadores do século XIX, entre fato e história. Encarar ficção e história dessa maneira, como construtos linguísticos, é romper com a divisão aristotélica entre literatura e história, entre verossimilhança e verdade. Raimundo Silva parece personificar essa ruptura, ao negar o relato histórico por ele revisado e ao recriá-lo mais de acordo com a verossimilhança do que

com uma pretensa verdade histórica – mesmo utilizando-se a todo momento do mesmo tipo de documentação histórica de que um historiador lançaria mão para compor um relato mais tradicional sobre o passado. O revisor encara sua recriação do passado português de maneira comedida, pesando motivações subjacentes às suas decisões narrativas – sempre lentas por ser, como reitera sempre a instância narrativa, um simples revisor, sem muitas habilidades na escrita –, respondendo a questões como “por que os cruzados decidiram não auxiliar os portugueses no cerco de Lisboa?”.

Além de quase implodir os muros entre literatura e história, a escrita da nova história do cerco empreendida por Raimundo Silva explicita os processos narrativos subjacentes à sua criação verbal. As dificuldades em encontrar pontos de partida para sua narrativa, definir um protagonista, resolver os detalhes logísticos de um novo cerco, desenvolver as duas tramas principais em paralelo – a história do cerco propriamente dito e a trama amorosa entre os protagonistas – estão, por vezes, no centro do romance. Em passagem anteriormente reproduzida, nas páginas 40 e 41, a instância narrativa apresenta os problemas enfrentados pelo revisor de textos ao iniciar suas incursões no mundo da escrita – na dificuldade de começar a escrever.

Às voltas com o rompimento do silêncio da folha em branco e da ordenação do caos verbal anterior à escrita, o revisor tenta determinar por onde começar, e seus processos são minuciosamente descritos pelo narrador. A apresentação metanarrativa sobre a escrita de uma obra, aliada à derrocada dos limites entre os discursos historiográfico e literário, valida a aproximação do projeto revisionista de Raimundo Silva a uma corrente pós-moderna da historiografia bastante consciente da narratividade do discurso histórico.

Segundo o historiador francês Roger Chartier, entre todas as mudanças enfrentadas pela História enquanto disciplina depois da segunda metade do século XX, a que mais abalou o discurso e o fazer da história foi a conscientização dos historiadores de que seu discurso, independente de sua forma, é sempre uma narrativa. (CHARTIER, 2002, p. 85) O historiador norte-americano ligado ao Pós-modernismo Hayden White tem enfatizado o status eminentemente narrativo da escrita da história e os liames que a narrativa historiográfica entretém com a narrativa ficcional, especialmente no que diz respeito ao papel do historiador nessa escrita e das estruturas prototípicas de urdidura (ou *emplotment*) do enredo.

A ambição de White (1973) é compreender a estrutura profunda da imaginação histórica, traduzida na criação de uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em

prosa. Para o historiador, as narrativas historiográficas combinam certa quantidade de “dados”, conceitos teóricos para explicar tais dados, e uma estrutura narrativa para apresentar esses dados como um ícone de grupos de acontecimentos presumivelmente ocorridos no passado, além de sustentar que a estrutura profunda de tais narrativas tem um teor de modo geral poético e de modo específico linguístico, o qual seria a característica principal da narrativa da experiência humana (p. IX).

White, então, define que o enredo das narrativas históricas pode ser estruturado em quatro diferentes modos de urdidura – romanesco, satírico, trágico ou cômico –, utilizando quatro paradigmas de explanação histórica dos dados urdidos no enredo – formista, organicista, mecanicista ou contextualizado –, de acordo com quatro diferentes posicionamentos ideológicos para os dados históricos explanados e urdidos na narrativa – anarquista, radical, conservador ou liberal (WHITE, 1973, p. 7-29). Na Fig. 1 podem ser vistos os modos de urdidura do discurso historiográfico oitocentista estudados por Hayden White.

<i>Mode of Emplotment</i>	<i>Mode of Argument</i>	<i>Mode of Ideological Implication</i>
Romantic	Formist	Anarchist
Tragic	Mechanistic	Radical
Comic	Organicist	Conservative
Satirical	Contextualist	Liberal

Figura 1 - Modos de urdidura do discurso historiográfico
Fonte: WHITE, 1973, p. 29.

Tais modos de urdidura, paradigmas de explanação e posicionamentos ideológicos podem ser combinados pelo historiador a fim de dar determinada interpretação dos dados históricos com os quais trabalha e de criar um estilo próprio. O historiador simultaneamente cria seu objeto de análise e predetermina a modalidade das estratégias conceituais que utilizará para explicá-lo (WHITE, 1973, p. 31), o que elimina o distanciamento entre dado histórico, buscado no passado, e sua transformação em uma narrativa, e acaba com qualquer intenção de neutralidade e isenção ideológica do historiador. Portanto, para White:

[...] nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são os elementos de estória. Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização,

repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante - em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. (WHITE, 2001, p. 100)

De maneira a relacionar esses diferentes estilos dos historiadores, compostos pelos modos de urdidura, paradigmas de explanação e posicionamentos ideológicos combinados entre si, enquanto elementos de uma tradição do pensamento histórico, White postula um tipo de nível profundo de consciência sob o qual o historiador escolhe entre estratégias conceituais a fim de explicar ou representar os dados históricos. Essas estratégias conceituais são identificadas por White com os quatro tropos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia (WHITE, 1973, p. X). Esse nível é referido pelo historiador como pré-consciente.

Hayden White, além de aproximar tanto o discurso historiográfico do discurso literário que, radicalizada, ressoa a afirmação barthesiana de que a única existência possível para um fato é linguística, leva para o cerne da análise os processos narrativos constitutivos da escrita da história. A apresentação desses processos e uma sistematização de tropos conformadores dos textos históricos enfatiza, de certa maneira, o papel da formação ideológica do historiador e das relações a serem travadas entre essa formação e a escolha de que fatos ele relatará e como ele os inserirá em seu discurso.

O desvendamento dos mecanismos subjacentes à escrita de Raimundo Silva carrega, atrelados, ainda mais particularidades da sua percepção da história e do seu papel enquanto recriador de verdades ficcionais, como a ênfase nos detalhes – característica, talvez, de sua profissão minuciosa de leitor de provas. A preocupação com os detalhes parece se desdobrar em diversos aspectos, entre os quais é possível apontar uma predisposição a focalizar personagens tidas como “menores” pelo discurso historiográfico oficial, tentar acompanhar o maior número possível de aspectos da vida do maior número possível de personagens e preencher certas lacunas da história do cerco de Lisboa tida como verdadeira.

Como exemplo das personagens menores alçadas à condição de protagonistas da história do cerco de Lisboa de Raimundo Silva estão Mogueime e Ouroana. Figuras menores, como já foi discutido em outro capítulo, decalcados de fontes historiográficas diversas, ganham, na recriação realizada pelo revisor de textos, características físicas e morais, desenvolvem ações e, ainda, recebem voz para narrar um trecho do romance de acordo com a sua perspectiva – ainda que de maneira bastante breve. Tendo em mente esse aspecto – focalizar um soldado raso cujo único legado à história grande de Portugal é o nome e uma

barregã cuja menção histórica se resume aos versos do homem que a tomou à força de seu vilarejo –, a história do revisor se distancia muito da narrativa do Historiador.

Antes, porém, de escolher como protagonista masculino Mogueime e como personagem feminina principal Ouroana, o desejo de Raimundo Silva de construir uma narrativa orientada pelos detalhes e pela representação de personagens menores já era manifesta. De fato, logo ao começar as primeiras tentativas de escrever seu relato alternativo, a vontade do revisor de relatar com minúcia a vida do maior número possível de personagens é percebida pelo narrador do romance:

De que maneira há-de Raimundo Silva lidar com toda esta gente, é a formal pergunta. Por seu gosto, supomos que tomaria cada um deles de per si, estudar-lhe-ia a vida, os precedentes e os consequentes, os amores, as rixas, a maldade e a bondade que houve nela, e especialmente cuidaria muito daqueles que vão morrer em breve, pois não é de prever que nos tempos mais próximos surja outra oportunidade de ficar algum registo escrito do que foram e fizeram. (SARAMAGO, 2010, p. 182)

O desejo de lidar com toda aquela gente (constituída, segundo registros históricos apresentados por Raimundo Silva, de aproximadamente 13000 soldados) reverbera ainda outra vez a angústia da inacessibilidade do passado por via das fontes, as quais não se ocuparam necessariamente daqueles homens e, mortos, não deixaram registro escrito de suas vidas. Silêncios nos documentos históricos como o sugerido no excerto anterior são ainda mais flagrantes quando se pensa em quem estava do outro lado dos muros de Lisboa – os mouros, derrotados em outubro de 1147 e calados em textos históricos desde então.

Em diferentes momentos do romance, parece possível perceber tentativas de focalizar os mouros, suas vidas e seus costumes em tempos de cerco. O trecho mais extenso de ação centrada nos sarracenos é apresentado logo depois de Raimundo Silva decidir os detalhes da negativa cruzada e narra o alarido de alívio e felicidade que toma conta da medina de Lisboa quando os navios estrangeiros se afastam das margens do Tejo e partem rumo à Síria. Outra incursão em uma possível visão dos mouros é apresentada na reconfiguração ficcional conferida ao ultimato português aos governantes muçulmanos. Entre trechos dos discursos de D. Pedro Pitões, D. João Peculiar e do alcaide (cujo nome não permaneceu em documentos historiográficos portugueses) intertextualmente apropriados de *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, há uma intervenção do líder árabe bastante significativa, já citada nas páginas 106 e 107 desta dissertação.

O teor deste trecho, o qual assume a perspectiva dos mouros em relação aos sofrimentos causados pela fúria expansionista de Afonso Henriques, impressiona pela dureza

na descrição da crueldade dos portugueses na conquista de Santarém. O alcaide questiona os termos dos prelados lusos com base na observação do acontecido aos escalabitanos que conseguiram fugir e que foram trucidados sem qualquer respeito a idade ou sexo (como já foi citado em trecho recuperado do discurso de Afonso Henriques antes do assalto àquela cidade, essa mortandade fora planejada). Mais um aspecto relevante deste excerto é a caracterização da importante conquista de Santarém para os portugueses como um crime, o que ilustra bem por um lado o silenciamento imposto, pela escrita da história tradicional, aos mouros – os perdedores deste momento – e por outro a tentativa de dar alguma voz a essa perspectiva esmagada pela historiografia, mesmo que essa voz esteja sendo concedida em uma obra ficcional.

Raimundo Silva revisa de várias maneiras a história portuguesa oficial, representada pela obra do Historiador. Em contraposição a uma versão objetiva, tradicional e conservadora do passado, fundamentada em grandes feitos políticos de homens considerados muito importantes, narrada “de cima” por um historiador que se pretende ideologicamente isento e neutro, o revisor ensaia uma história calcada nos detalhes e, principalmente, nas diferenças latentes entre os documentos históricos, consciente de sua natureza narrativa da matéria relatada e do papel do escritor nesse relato, que enfoca personagens portugueses menores e tenta dar voz a quem foi inteiramente silenciado pela história lusitana. A narrativa criada por Raimundo Silva tem seus processos subjacentes de criação verbal explicitados reiteradamente por parte da instância narrativa, o que reforça ainda mais o caráter eminentemente literário da escrita tanto da história quanto da ficção, indissolivelmente ligadas por serem ambas construtos linguísticos que compartilham de uma série de “tropos” comuns, como quer Hayden White.

A história do revisor nega a história do Historiador, mas chega ao mesmo resultado final – os portugueses conquistam Lisboa. Raimundo Silva reconhece sua falta de liberdade ao manusear as evidências “reais” da vitória de portugueses sobre mouros no século XII, e acaba voltando seus esforços de escritor incipiente no desenvolvimento da trama amorosa entre Mogueime e Ouroana. Sua função, eventualmente, se torna dar um fecho a este romance, o que não deixa de enfatizar ainda mais o distanciamento entre o seu projeto e a concepção de história do Historiador. Apesar de admitir o fato de sua nova história ser apenas uma espécie de desvio no caminho que leva ao mesmo desenlace histórico, é preciso ressaltar que somente a problematização sobre a possibilidade de acesso ao passado por meio das fontes históricas disponíveis já põe em xeque toda a construção gloriosa do reinado de Afonso

I, de suas conquistas e de seus milagres, abrindo espaço para novas interpretações e novas construções desse passado.

Raimundo Silva parece tentado a apagar o passado “português” de Portugal e inscrever sobre a cidade de Lisboa uma história nova, ficcionalmente derivada das possibilidades hipotéticas de uma vitória moura sobre os homens de Afonso Henriques. Apesar disso, e talvez devido à força do narrador onisciente intruso saramaguiano, o passado se impõe como realidade impossível de ser negada. Uma das lições deste romance parece ser essa: não se pode modificar ou esquecer o passado. Ele pode ser caricaturado, dessacralizado, revisitado sob perspectivas distintas, deformado de maneira que possa ser mais bem interpretado, mas é mister que ele continue a existir, mesmo se for incômodo, mesmo se ultrapassar os limites da aceitação.

Conforme apontado em outros capítulos, o trabalho de reescrita da história realizado pelo revisor de textos é baseado em estudo de extensa documentação, trazida para o texto através de apropriações intertextuais paródicas. Nesse uso particular do intertexto, são relevantes a autorreferencialidade manifesta – as obras historiográficas não são somente absorvidas e ressignificadas, são citadas com referência de autor e obra antes de serem parodiadas –, a importância dos liames com o passado extratextual e a desmitificação de figuras portuguesas reiteradamente glorificadas nos discursos históricos tradicionais.

6.3 O palimpsesto saramaguiano: Lisboa de 1147, Portugal de 1989

Um importante componente de *História do cerco de Lisboa* é a representação dupla da cidade – a cidade no fim da década de 1980 e os vestígios, reais e imaginados, da povoação moura de 1147. Há diversos momentos nos quais as duas cidades se sobrepõem, e o tempo do século XX parece ao mesmo tempo condicionado e co-presente com as memórias do século XII. Essa sobreposição de tempos no mesmo espaço parece problematizar a permanência do passado português no presente do país, bem como suas consequências.

A justaposição dos dois tempos é iniciada antes do ato transgressor de Raimundo Silva, mas depois do caso das fundas baleares, ou baleáricas. Decidido a não realizar a correção no texto do autor, o revisor recoloca na estante um dos livros aos quais recorreu para

aprender a forma correta de adjetivar as fundas e, ao aproximar-se da janela, sente o nevoeiro no rosto:

[...] abriu a janela, e foi então que o nevoeiro lhe deu na cara, denso, cerradíssimo, se no lugar das torres da Sé ainda estivesse a almádena da mesquita maior, decerto não a poderia ver, por tão delgada que era, aérea, imponderável quase, e então, se essa fosse a hora, a voz do almuadem desceria do céu branco, directamente de Alá, por uma vez louvador em causa própria, o que de todo não poderíamos censurar-lhe porque, sendo quem é, com certeza se conhece bem. (SARAMAGO, 2010, p. 36)

A imagem de um país perdido em um nevoeiro tão denso que seria difícil determinar qual seria o tempo vigente, se tempos cristãos e atuais, se temos mouros e medievais, é indicativa de um país enfrentando momentos de incerteza. Tendo em mente os dois tempos da narrativa, as incertezas lusitanas parecem evidentes: por um lado, em 1147, os portugueses se organizavam para tentar conquistar a cidade mais importante do Gharb Al-Ândalus e consolidar sua recente independência do reino de Leão; por outro lado, na década de 1980 Portugal entrava para a Comunidade Económica Europeia (CEE) – hoje, União Europeia (UE) – e ainda estava fortalecendo as estruturas democráticas de seu estado, recentemente saído de uma ditadura de quase 50 anos. As heranças, aliás, do Salazarismo impunham-se persistentemente sobre o país: era necessário assumir um posicionamento firme em relação à ditadura e aos excessos do estado, representados pela tortura e perseguição política, dentro dos limites do Portugal europeu, e pelo Colonialismo e pelas Lutas pela Independência das colônias ultramarinas, na África. Os tempos eram política e economicamente incertos tanto no século XII quanto na penúltima década do século XX, cabendo a Portugal se fortalecer internamente a fim de poder definir seu lugar em relação ao continente europeu e ao mundo.

A imagem de uma cidade envolta por espesso nevoeiro também sugere o último poema da *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Intitulado “Nevoeiro”, a poesia encerra a terceira parte da obra, “O encoberto” – a mais marcada por simbologias seásticas de todo o poema. No encerramento de *Mensagem*, o futuro incerto e melancólico de Portugal é apresentado como toldado por um nevoeiro:

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra / Define com perfil e ser / Este fulgor baço da terra / Que é Portugal a entristecer – / Brilho sem luz e sem arder, / Como o que o fogo-fatuo encerra. // Ninguém sabe que coisa quere. / Ninguém conhece que alma tem, / Nem o que é mal nem o que é bem. / (Que ancia distante perto chora?) / Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro. / Ó Portugal, hoje és nevoeiro... // É a Hora! (PESSOA, 2007, p. 89)

No poema de Pessoa, a repetição do advérbio “nem” e os versos “Ninguém sabe que coisa quere. / Ninguém conhece que alma tem” parecem simbolizar o marasmo e a imobilidade de Portugal. O país, ainda, precisa lidar com a incerteza, a fragmentação e a

dispersão sugeridas pela imagem do nevoeiro, símbolo do desconhecimento do futuro e de certa desorientação do presente. A exortação final do poema, “É a Hora!”, reclama que se cumpra o destino de Portugal. Alguns ecos dessa exortação parecem ser percebidos em *História do cerco de Lisboa*, uma vez que, no capítulo seguinte à cena do nevoeiro nas janelas de Raimundo Silva, o passado português é colocado em suspenso pela transgressão do revisor de textos e consequente reconfiguração do presente lusitano.

A incerteza do nevoeiro também parece deixar em suspenso a realidade da cidade aos olhos de Raimundo Silva. Antes de negar a história oficial, as ruas antigas da cidade parecem esperar, escondidas por um véu que só deixa entrever silhuetas difusas de seus novos (velhos) contornos. A névoa só se dissipa depois que Raimundo Silva começa a negar a história de Portugal, quando o revisor, temendo telefonemas indignados da editora, resolve tomar café em uma leitaria próxima de sua casa, A Graciosa, e começa a refazer o traçado da cerca moura, seguindo as vagas descrições do Historiador. Ao longo de aproximadamente 15 páginas, Lisboa e Al-Ushbuna estão sobrepostas. Da leitaria até o retorno a seu apartamento na Rua do Milagre de Santo António, Raimundo Silva contempla uma realidade fluida, marcada simultaneamente pelo século XII e pelo século XX, e se depara com alguns vestígios do passado mouro – presentes ou imaginados:

Raimundo Silva, que justamente se encontra nos lugares da antiga cidade moura, tem, desta coincidência histórica e topográfica, uma consciência múltipla, caleidoscópica, sem dúvida graças à decisão que formalmente tomou de haverem os cruzados resolvido não auxiliar os portugueses, e, portanto, estes que se avenham como puderem, com as suas parcas forças nacionais, se nacionais já podemos chamar-lhes (SARAMAGO, 2010, p. 60)

Neste momento, enquanto se encaminha para a leitaria, Raimundo Silva contempla as ruas ao seu redor, os prédios, as pessoas, como se tivessem duas dimensões sobrepostas – uma atual e portuguesa, outra medieval e mourisca. O caleidoscópio de sua visão, tem certeza, se deve à sua decisão de impedir os cruzados de aportarem e ajudarem os futuros portugueses, e essa consciência se confirma logo a seguir quando o revisor passa a *ver* a cidade como se ainda estivesse ocupada pelos sarracenos:

[...] para Raimundo Silva, e até nova ordem ou até que Deus Nosso Senhor doutra maneira o disponha, Lisboa continua a ser de mouros pois que, ature-se a repetição, ainda não estão passadas vinte e quatro horas sobre o fatal minuto em que os cruzados deram a afrontosa nega, e em tão escasso tempo não poderiam os portugueses resolver, por si sós, as complexas questões táticas e estratégicas de cerco, assédio, batalha e assalto, esperemos que por decrescente ordem de duração, quando chegar a altura. (SARAMAGO, 2010, p. 61)

Com o pensamento emoldurado pelas evidências de ser ainda moura a cidade pela qual caminhava, o revisor chega à leitaria A Graciosa e começa a perceber que os clientes, depois de trocar amabilidades e notícias sobre suas famílias e assuntos pessoais, começam a falar sobre um cerco que se arma fora dos limites da cidade. Neste trecho, o narrador se insere textualmente no passado português ao afirmar “Evidentemente, a Leitaria A Graciosa, onde o revisor agora vai entrando, não se encontrava aqui no ano de mil cento e quarenta e sete em que estamos” (SARAMAGO, 2010, p. 61), deixando mais patente o imbricamento entre os dois tempos.

O narrador se detém em uma conversa entre os clientes e os funcionários da leitaria. Os assuntos debatidos se referem à chegada de Afonso Henriques, precedida dos sobreviventes de Santarém, e às embarcações estrangeiras que estariam a caminho de Lisboa. Os mouros, temerosos, maldizem o rei português e seus desígnios entrevistados por sobre as ameias da cidade:

A cidade está que é um coro de lamentações, com toda essa gente que vem entrando fugida, enxotada pelas tropas de Ibn Arrinque, o Galego, que Alá o fulmine e condene ao inferno profundo, e vêm em lastimoso estado os infelizes escorrendo sangue de feridas, chorando e gritando, não poucos trazendo cotos em lugar de mãos, ou cruelmente desorelhados, ou sem nariz, é o aviso que manda adiante o rei português, E parece, diz o dono da leitaria, que vêm cruzados por mar, malditos sejam eles, corre que serão uns duzentos navios, as coisas desta vez estão feias, não há dúvida (SARAMAGO, 2010, p. 61)

A descrição dos horrores entre os recém chegados de Santarém continua de maneira detalhada. Os clientes da leitaria inexistente em 1147 demonstram o desejo de punição aos portugueses, ou galegos, em pagamento ao que estes estavam causando a homens, mulheres, velhos e crianças escalabitanos – e se preparavam para infligir aos lisbonenses:

Ai, coitadinhos, diz uma mulher gorda, limpando uma lágrima, que mesmo agora venho da Porta de Ferro, é um estendal de misérias e desgraças, não sabem os médicos a que lado acudir, vi pessoas com a cara numa pasta de sangue, um pobre com os olhos vazados, horror, horror, que a espada do Profeta caia sobre os assassinos, Cairá, disse um homem novo que, encostado ao balcão, bebia um copo de leite, se for a nossa mão a empunhá-la, Não nos renderemos, disse o dono da leitaria, há sete anos também vieram portugueses e cruzados e levaram que contar, Pois sim, tornou o homem novo, depois de enxugar a boca às costas da mão, mas Alá não costuma ajudar a quem a si próprio se não ajude, e esses cinco barcos de cruzados que aí estão fundeados no rio há seis dias, pergunto eu por que ainda não os atacámos e metemos a fundo, Que justa obra seria essa, disse a mulher gorda, em pago das misérias dos nossos, Em pago, não, disse o dono da leitaria, que as contas das nossas vinganças nunca foram de menos que cem um, Mas os meus olhos são como as pombas mortas que não voltarão aos ninhos, disse o almuadem. (SARAMAGO, 2010, p. 61-62)

Em uma leitaria do século XX, clientes discutem sobre os preparativos de um cerco ocorrido no século XII. Estes diálogos são marcados pelas referências ao islamismo, pela retomada histórica do cerco falhado de 1140 e por comentários sobre o estado em que chegavam os sobreviventes de Santarém procurando refúgio em Al-Ushbuna. Depois desse diálogo, a linearidade temporal parece tornar a reinar no romance: o revisor pede um café, os clientes reclamam do nevoeiro e agradecem pelo tempo ter aberto naquela manhã, uma mulher gorda come uma torta.

A seguir, em vários momentos a narrativa parece estar inteiramente centrada no século XX, mas apresenta vislumbres de 1147. Como exemplo dessa representação dupla do tempo, pode ser citado o coro dos clientes mouros, entoado quando Raimundo Silva deixava a leitaria: “Venceremos, venceremos, com as armas que temos na mão” (SARAMAGO, 2010, p. 65). Nesse ritmo, segue o passeio do revisor pelo traçado da cerca moura, em que o passado se impõe ao presente em alguns instantes. Pelo fato de essa caminhada ao longo das evidências da Al-Ushbuna em Lisboa tomar um trecho extenso do romance, foi escolhido um excerto considerado representativo dessa configuração narrativa calcada nos movimentos entre os dois tempos distintos:

[...] aqui, diante dos olhos de Raimundo Silva, está precisamente um troço, se não da própria e incorruptível muralha, pelo menos um muro que ocupa o exacto lugar do outro, descendo ao longo das escadas, por baixo duma fieira de janelas largas, acima das quais se alçam altas empenas. Raimundo Silva está portanto do lado de fora da cidade, pertence ao exército sitiante, não faltaria mais que abrir-se agora um daqueles janelões e aparecer uma rapariga moura a cantar, Esta é Lisboa prezada, Resguardada, Aqui terá perdição, O cristão, e tendo cantado bateu com a janela em sinal de desprezo (SARAMAGO, 2010, p. 68-69)

Neste excerto, é possível identificar a sobreposição entre os dois tempos narrados no romance de maneira clara. A evidência do passado é quase física – quase porque não fica determinado se a muralha contemplada por Raimundo Silva é de fato remanescente de tempos mouriscos em Lisboa. No entanto, mesmo não sendo um elo direto com os anos de ocupação sarracena, aquele troço de muro ocupa o lugar do muro primevo. Assinala materialmente, na cidade portuguesa do século XX, a permanência de uma Lisboa quase medieval, precária – apesar da evolução dos tempos, para alguns “o cerco não acabou” (SARAMAGO, 2010, p. 73). Percebendo-se do lado de fora da cidade moura, do lado, portanto, dos sitiantes, Raimundo Silva imagina uma moura jogando-lhe desafios por uma janela apinhada naquele muro, conferindo dimensão humana à justaposição entre dois tempos.

A maneira como esse fluir entre tempos é configurada neste e em diversos outros momentos de *História do cerco de Lisboa* aponta para uma representação “palimpsestosa” do tempo lisboeta. Segundo Genette (2010, p. 5), “um palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo.” Muitas evidências da Al-Ushbuna moura de 1147 podem ter sido apagadas para dar lugar a Lisboa(s) nova(s). No entanto, Raimundo Silva prova ser possível ler a Lisboa moura por sob a Lisboa cristã do século XX – além de ser possível encontrar, em escombros escondidos, mais elementos da história dessa cidade tão antiga:

[...] entra pelo Arco Escuro, a conhecer a escada que o historiador protesta ser uma que naquele tempo dava acesso ao adarve da cerca, ou melhor, está esta no sítio onde se acharia a outra de origem [...] Raimundo Silva observa com vagar as janelas escuras, as fachadas salitrosas e encardidas, os registos de azulejos, este que tem a data de mil setecentos e sessenta e quatro [...] O registo, à falta de certificado autêntico, serve de documento aproximado, se a data que leva é, como tudo permite crer a do ano em que o prédio foi construído, passados nove anos do terramoto. (SARAMAGO, 2010, p. 71)

Sabendo ler a cidade, é possível encontrar vestígios físicos de muitos passados portugueses – a Lisboa pombalina está ali, assim como a fernandina, nos restos da cerca erguida em 1373, a moura, a romana, a fenícia. Com um trabalho de leitura palimpsestosa da cidade e dos tempos ali latentes, o autor de *História do cerco de Lisboa* oferece uma visão ímpar sobre a história portuguesa. Passado, presente e futuro, aliás, são representados em relação à cerca moura e aos muitos povos que, nas terras lisboetas, deixaram suas marcas indeléveis:

O revisor, cansado, sobe à Rua dos Cegos, entra no Pátio de D. Fradique, o tempo abre-se em dois ramos para não tocar nesta aldeia rupestre, está assim, a bem dizer, desde os godos, ou os romanos, ou os fenícios, depois é que vieram os mouros, os portugueses de raiz, os filhos e netos deles, estes que somos, o poder e a glória, as decadências, primeira, segunda e terceira, cada uma delas dividida em géneros e subgéneros. À noite, neste espaço entre as casas baixas, juntam-se os três fantasmas, o do que foi, o do que esteve para ser, o do que poderia ter sido, não falam, olham-se como se olham cegos, e calam. (SARAMAGO, 2010, p. 74)

Uma ilha rupestre dentro da cidade moura, dentro, por sua vez, da cidade lusitana. A sobreposição dos tempos é explicitada neste excerto, que enumera todos os povos do ilustre passado português, bem como a sensação melancólica de um país cujos desígnios jamais foram concretizados. O silêncio entre os fantasmas do passado, real e virtual, parece apontar para a vagueza do nevoeiro pessoano: a bruma envolve o futuro e o presente, dificultando qualquer tentativa de olhar para frente. O que resta, em uma situação tão imprecisa, parece ser olhar para trás, para o passado, de forma a tentar aclarar o nevoeiro e conseguir projetar

alguma possibilidade de futuro – de fato, o fim do passeio de Raimundo Silva pelo palimpsesto lisboeta é precipitado devido ao retorno do nevoeiro.

Diferentes tempos históricos estão sobrepostos em *História do cerco de Lisboa*, da mesma maneira que dois paradigmas históricos também estão representados no romance. De um lado, há um representante da história chamada “positivista”, centrada em grandes feitos políticos, identificada com uma reconstituição do passado empreendida por um historiador que se pretende ideologicamente neutro, que acredita trazer de volta do passado, em sua escrita objetiva, os fatos do passado exatamente como eles aconteceram. Essa noção de história, de certa maneira presente no senso comum, está sintetizada na figura do Historiador e em seu texto, negado por Raimundo Silva sem ser efetivamente trazido à tona no romance.

De outro lado, há a muito mais efetiva presença do revisor de textos, síntese possível da Nova História, ou da História Pós-Moderna. Raimundo Silva reconstrói o passado, privilegiando personagens menores e visões “de baixo” sobre os acontecimentos. Além disso, o revisor toma como base para seu relato extensa documentação histórica, cujas limitações são explicitadas no decorrer de seu trabalho. Ele sabe que o historiador não pode ser totalmente neutro, que o texto histórico é eminentemente narrativo (portanto, bastante similar à literatura), e que saber como se desenrolaram os fatos do passado com absoluta exatidão é impossível. Seu texto, visão inicialmente alternativa da história portuguesa, acaba por reafirmar o que tradicionalmente se aceita como verdade: que os portugueses conquistaram Lisboa. Mesmo assim, a história contada pelo revisor de textos carrega elementos bastante distantes da versão final canônica sobre o passado lusitano, não só no conteúdo da história, mas também, e principalmente, na estruturação de seu relato.

Essas duas concepções de história parecem estar dialeticamente relacionadas: a concepção do Historiador funciona como tese, enquanto que a perspectiva do revisor atua como antítese. A síntese dessas duas visões parece ser o romance saramaguiano tomado de maneira ampla, que encena a resolução dessa dialética da história de maneira bastante particularizada – se o real é inacessível e, mesmo tentando modificá-lo, ele se impõe à criação das verdades alternativas, resta trabalhar em um nível mais pessoal para revisar as histórias. Isso acontece nos relacionamentos amorosos duplicados do romance, Raimundo Silva e Maria Sara, Mogueime e Ouroana. A síntese dessa possível dialética parece ser vislumbrada, também, no trajeto percorrido por Raimundo Silva, de revisor pacato e metódico, homem de cinquenta anos solitário que vivia uma vida sem muitos sobressaltos, até se tornar o escritor

de uma história de Portugal diferente da oficial e preencher os pequenos vazios de sua vida, a exemplo do que tentou fazer no discurso historiográfico sobre os mouros, com o amor de Maria Sara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, é apenas um romance entre os romances, não tem que preocupar-se mais com introduzir nele o que nele já se encontra, porque livros destes, as ficções que contam, fazem-se, todos e todas, com uma continuada dúvida, com um afirmar reticente, sobretudo a inquietação de saber que nada é verdade e ser preciso fingir que o é, ao menos por um tempo, até não se poder resistir à evidência inapagável da mudança, então vai-se ao tempo que passou, só ele é verdadeiramente tempo, e tenta-se reconstituir o momento que não soubemos reconhecer, que passava enquanto reconstituíamos outro, e assim por diante, momento após momento, todo romance é isso, desespero, intento frustrado de que o passado não seja coisa definitivamente perdida.

José Saramago

Esta dissertação teve como escopo realizar uma leitura de *História do cerco de Lisboa* que evidenciasse as maneiras como o discurso histórico é apropriado intertextualmente ao longo da obra, trazendo à tona o trabalho documental subjacente à construção da narrativa saramaguiana. A partir desse objetivo, foram determinados textos historiográficos e historiadores cujas obras pudessem ter sido de alguma forma incorporados à ficção de Saramago, bem como direcionado o olhar sobre temas específicos do passado português presentes no livro.

A perspectiva com a qual o romance foi analisado ao longo dessa pesquisa é ancorada eminentemente na teorização pós-moderna tanto da literatura quanto da história, representada por pensadores como Linda Hutcheon e Hayden White. A relevância de assumir essa abordagem para o estudo do uso do intertexto historiográfico na obra é atestada por parte da fortuna crítica disponível sobre *História do cerco de Lisboa*, que a atribui ao rol das metaficções historiográficas devido à maneira como o discurso histórico é configurado no romance.

Algumas características importantes de *História do cerco de Lisboa* autorizam sua inserção entre as narrativas literárias componentes desse gênero da ficção pós-moderna. O romance retoma um momento do passado e o reconta de maneira distinta em relação à tradição histórica; é construído com referências intertextuais paródicas a outras obras – literárias e historiográficas; traz para o centro da narrativa personagens ex-cêntricas e figuras

menores no relato dos documentos sobre o passado português, ao mesmo tempo em que dessacraliza a construção mítica de personalidades históricas empreendida pelos textos históricos canônicos. No entanto, além dos aspectos estruturais do romance condizentes com os traços das metaficções historiográficas analisadas por Hutcheon, é relevante enfatizar o momento de produção da narrativa de Saramago para compreender não só seus liames com a ficção pós-moderna, mas também com os debates correntes na época sobre o estatuto da história.

A publicação de *História do cerco de Lisboa* aconteceu em 1989. Nos anos 1980, consolidaram-se os posicionamentos assumidos por teóricos da história e historiadores ao longo de décadas anteriores, gerando discussões importantes e algumas polêmicas entre representantes de correntes historiográficas distintas. É o caso da *Historikerstreit*, a controvérsia entre historiadores alemães sobre os crimes da Alemanha nazista e sua comparabilidade aos crimes cometidos pela União Soviética, e das polêmicas entre Hayden White e Carlo Ginzburg acerca da propensão do historiador norte-americano ao relativismo e as consequências dessa tendência na interpretação de documentos (JESUS, 2006, p. 48). Ambos os debates se estenderem entre 1986 e 1989, de certa maneira emoldurando a interpretação do passado vigente no *Zeitgeist* de produção do romance saramaguiano. Cabe ressaltar ainda o fato de *Poética do pós-modernismo*, a obra na qual Linda Hutcheon cunha, delimita e exemplifica o termo metaficção historiográfica, ter sido publicada em 1988. A análise realizada por Hutcheon incide sobre um *corpus* de romances e poemas publicados entre as décadas de 1960 e 1980, aos quais a narrativa saramaguiana pode ser filiada.

A obra de Saramago estudada nesta dissertação, além de poder ser inserida no espírito intelectual da época tendo em mente as discussões do campo da historiografia e a maturação do estudo sobre metaficções historiográficas, reverbera traços de outros romances do autor também produzidos na década de 1980. *História do cerco de Lisboa*, último romance de Saramago a problematizar explicitamente eventos do passado lusitano até *A viagem do elefante* (2008), encerra o ciclo de narrativas composto por *Levantado do chão*, *Memorial do convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis* e *Jangada de pedra*. Todas essas obras têm em comum, como afirmado anteriormente, a revisitação do passado lusitano sob uma perspectiva distinta do discurso histórico oficial, além da apresentação de detalhes das vidas de figuras menores – sejam elas inteiramente ficcionais, sejam elas inspiradas em uma contrapartida histórica – e do uso paródico do intertexto como elemento constitutivo dos romances.

A diegese de *História do cerco de Lisboa* é desenvolvida em dois momentos distintos: o cerco e a conquista de Lisboa de 1147 e a vida do revisor de textos Raimundo Silva na Lisboa de 1989, responsável pela problematização dos eventos referentes ao período inicial da independência portuguesa em relação ao reino de Leão. Ao longo de sua reconstrução da conquista portuguesa da Al-Ushbuna moura, Raimundo Silva se refere a diferentes textos históricos e autores que tematizaram tal acontecimento do século XII, evidenciando a possível leitura do romance em cotejo com tais documentos levada a cabo nessa dissertação.

As obras historiográficas aludidas no romance, *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, *Crónica de cinco reis de Portugal*, *Crónica de Dom Afonso Henriques* e *História de Portugal*, foram absorvidas na malha romanesca em um nível mais profundo do que o da citação do título da obra e referência a seus autores. Longos trechos de todos esses documentos foram integrados à diegese – por vezes emoldurados pelos títulos de seus hipotextos ou pelo nome de seus escritores, mas sempre adaptados à respiração narrativa do hipertexto de tal maneira, que a determinação dos limites da apropriação se tornou em alguns momentos complexa.

Os diferentes textos históricos absorvidos no enredo de *História do cerco de Lisboa* tiveram, também, apropriações distintas na obra. Com base nisso, algumas estratégias de retomada intertextual dos documentos puderam ser delineadas. Em primeiro lugar, perceberam-se singularidades referentes à maneira como cada obra é integrada no romance: há certa regularidade na forma de citação entre os textos quatrocentista e seiscentista não observada na reprodução do texto oitocentista ou do undecentista.

Ao longo do romance, a *Crónica de cinco reis de Portugal* e a *Crónica de Dom Afonso Henriques* recebem tratamento similar no que diz respeito ao modo como algumas passagens de seu texto são reproduzidas na trama de Saramago. Em geral, vários trechos das duas obras são transcritos literalmente, não raro com referências ao autor ou ao título da obra diluídos no mesmo parágrafo ou em parágrafos próximos do que contém o excerto retomado intertextualmente. A transcrição dos fragmentos desses textos históricos muitas vezes é permeada de considerações por parte da instância narrativa, que agem para tornar a absorção do texto mais acabada verbalmente e impingir ao intertexto o ritmo da narrativa da obra de acolhimento, ao mesmo tempo em que impõem sobre o texto citado juízos de valor do narrador.

Um exemplo da retomada dessas obras é a apresentação do milagre de Carquere, presente entre as páginas 20 e 22 do romance. A narração dos eventos referentes à suposta cura milagrosa das pernas do então infante Afonso Henriques, agraciada ao menino por intermédio de seu preceptor Egas Moniz, dá-se mediante a transcrição de um excerto de *Crónica de cinco reis de Portugal*. O relato é atualizado ortograficamente e entremeado por considerações do narrador, além de ser precedido por uma caracterização irônica e dessacralizadora das hierarquias celestes para a distribuição de milagres no século XII.

Ainda no que diz respeito aos milagres alcançados por Portugal em seus primeiros tempos de independência, pode-se apresentar a extensa transcrição do trecho de *Crónica de Dom Afonso Henriques* no qual António Brandão narra o milagre de Ourique. Entre as páginas 146 e 149 de *História do cerco de Lisboa*, a reprodução do texto do monge cisterciense é literal, e aparece na malha romanesca como leitura de Raimundo Silva. O autor e a obra são citados imediatamente antes de o texto ser retomado, tornando mais explícita a heterogeneidade da acolhida do que acontece no exemplo sobre Carquere, quando a obra de onde a citação é retirada não é mencionada.

Apesar de a longa citação de Brandão reproduzir a narrativa mítica acerca dos eventos supostamente decorridos antes da Batalha de Ourique, o teor milagroso do relato é posto em dúvida pela instância narrativa alguns parágrafos antes de a *Crónica de Dom Afonso Henriques* ser absorvida. Essa suspensão deve-se à alusão a Alexandre Herculano, um dos primeiros historiadores portugueses a não aceitarem como verdade absoluta os relatos sobre o milagre, que precede a reprodução do documento seiscentista. Dessa forma, assim como acontece em relação ao milagre de Carquere, as tintas míticas do relato são enfraquecidas.

O narrador de *História do cerco de Lisboa* retoma, ainda, mais duas fontes historiográficas importantes – *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, e *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, atribuída a Osberno. O uso destes dois hipotextos históricos é distinto entre si, além de diferir da maneira como as obras de Fernão Lopes e António Brandão são reconfiguradas no romance.

As retomadas da obra de Herculano são observadas antes na mimetização do posicionamento cético do historiador oitocentista do que em reproduções literais de passagens da *História de Portugal* – apesar de alguns trechos do texto de Herculano serem citados em momentos relevantes do romance. Quando o narrador afirma a viabilidade de contar o milagre de Ourique com uma “esperada porção de cepticismo moderno, aliás autorizada pelo grande

Herculano” (SARAMAGO, 2010, p. 145) na recriação ficcional incipiente de Raimundo Silva, a importância do historiador fica patente, e seu legado na construção da imagem portuguesa ecoa no romance. De fato, lembrar Herculano no momento de narrar os eventos de Ourique demonstra o posicionamento estético e ideológico da instância narrativa saramaguiana: despojar a história portuguesa de seus contornos míticos a fim de tentar compreendê-la melhor.

A carta *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*, por sua vez, é apropriada em *História do cerco de Lisboa* em duas dimensões diferentes: a primeira, referente à citação de excertos do ultimato dos portugueses aos mouros; a segunda, relacionada à reconfiguração de figuras da história em personagens fictícias. Na primeira dimensão, o texto de Osberno e a atitude narrativa de Herculano são imbricados, resultando em interessante ressonância paródica de ambas as obras no cerne do romance.

O longo trecho de *História do cerco de Lisboa* que retrata o ultimato, estendido entre as páginas 200 e 207 do romance, conta com reproduções literais e adaptações paródicas de passagem igualmente extensa do documento atribuído a Osberno. A dinâmica do diálogo entre o arcebispo de Braga, o bispo do Porto e o prelado mouro é idêntica nas duas obras, e o conteúdo das falas é derivado diretamente da *Conquista de Lisboa aos mouros (1147)*. Entre os apartes das três personagens, no entanto, são inseridos comentários por vezes irônicos, por vezes metanarrativos, do narrador, os quais, a exemplo do observado no caso da representação do milagre de Carquere, estabelecem uma maior integração do intertexto à obra romanesca. Além dessa acomodação do texto histórico do século XII a uma metaficção historiográfica da segunda metade do século XX, o narrador entremeia às referências ao discurso do cruzado comentários de uma fonte documental temporalmente mais próxima – juízos apresentados por Alexandre Herculano na *História de Portugal*, publicada no século XIX, sobre a secura do aparte de D. Pedro Pitões.

A segunda dimensão da retomada intertextual da carta atribuída a Osberno conduz à segunda estratégia de retomada do intertexto histórico empreendida no romance – a reconfiguração ficcional de personalidades com contrapartida histórica explícita. Em sua nova história sobre o cerco lisbonense, Raimundo Silva deve definir personagens, atribuir a elas características e ações, inseri-las de algum modo na sua revisitação do passado de Portugal. Ele, então, observa os milhares de homens envolvidos e se empenha na difícil tarefa de “buscar na multidão um homem e, não mais que por vê-lo, dizer, É este.” (SARAMAGO,

2010, p.185). É na multidão de personalidades intermediárias da história que o revisor de textos busca suas personagens principais, tomando e ampliando aspectos conferidos a eles pelos relatos historiográficos, por um lado, e aprofundando sua construção ao conceder a uma dimensão ficcional. São, em diferentes níveis, reconfiguradas as personalidades dos prelados portugueses, de alguns cruzados estrangeiros, como frei Rogeiro, Gilberto de Hastings e Henrique de Bona, além do protagonista Mogueime e da única personagem feminina do relato de Raimundo Silva, Ouroana. Retomando essas figuras em algum sentido marginais à maior personalidade histórica da trama, o primeiro rei português, *História do cerco de Lisboa* desempenha importante função de resgate e popularização dessas personalidades esquecidas.

Em última análise, trazer de volta à tona personagens como Mogueime e Ouroana, cuja atuação na história portuguesa ficou limitada apenas a menções passageiras em obras de pouca circulação, preenche lacunas da historiografia tradicional que apenas podem ser completadas pela literatura. No entanto, o maior vazio das versões tradicionais sobre a história do cerco de Lisboa e de Santarém refere-se à perspectiva dos vencidos. Não só os textos históricos consultados por Raimundo Silva e citados ao longo da diegese calam sobre os mouros, mas também eles demonizam o povo almorávida enquanto enaltecem o povo português. No romance saramaguiano, existe ao menos uma tentativa de apresentar o cerco de Lisboa sob a ótica dos mouros, e essa ficcionalização cumpre uma função catártica de reencontro da Lisboa do século XX com a Al-Ushbuna do século XII e insere a alteridade nos relatos sobre o reinado de Afonso Henriques. O silêncio sobre as práticas dos portugueses em sua expansão territorial rumo ao Alentejo – que, fique claro, não eram exclusivas do exército lusitano – de matar mulheres, crianças e idosos em ataques surpresa noturnos, no caso escalabitano, e de matar mouros mesmo depois dos acordos de rendição, no caso lisboeta, é rompido pela literatura e pela efabulação da história de que somente a ficção é capaz.

As limitações do discurso histórico são reiteradamente enfatizadas pela instância narrativa. Citando autores consagrados e obras conhecidas sobre os eventos referentes ao reinado de Afonso Henriques, o narrador aborda a parcialidade da história, problematiza a prática de citar autores consagrados sem conferir a veracidade do que eles narram e questiona as distinções entre literatura e história. O desvendamento realizado no romance de mecanismos verbais subjacentes à escrita da história ecoa a compreensão de que criação verbal é sempre um meio opaco, cujas relações com o referente jamais são unívocas e transparentes. O ato que de maneira mais bem acabada desautoriza versões canônicas sobre o passado e maneiras ortodoxas de escrever sobre esse passado no romance de Saramago é o ato

que instaura a nova narrativa sobre o cerco – a negação de Raimundo Silva à ajuda dos cruzados. O ato de negar o passado tem a consequência de, pelo menos durante alguns momentos, colocar em suspensão toda a história lusitana, todo o passado que se acreditava como verdade absoluta. Lisboa só pode ser entrevista, atrás de denso nevoeiro de ressonâncias pessoais, e o revisor (do texto e do passado) não consegue saber se as silhuetas cobertas pela bruma são dos prédios ou de mesquitas.

Apesar dessa negativa, no entanto, o revisor não foge do passado. Embora pareça tentado, em muitos momentos, a criar uma história inteiramente nova para o cerco de Lisboa e, conseqüentemente, imaginar uma realidade paralela para Portugal, Raimundo Silva se resigna a executar a música do cerco de Lisboa um tom abaixo do tido como certo pela tradição histórica e cultural lusitana. O passado se impõe ao revisor, exige ser mantido, mesmo que permita ser revisitado, recontado sob outras perspectivas ou ampliado pela literatura.

Essa, aliás, parece ser uma das lições pretendidas pelo autor do romance: mesmo que sua protagonista deseje criar uma nova história para um evento fundacional de Portugal enquanto nação, as imposições do passado são tão fortes, tão evidentes, que a sua reinterpretação não pode prescindir dele. O momento em que *História do cerco de Lisboa* surge no contexto português pode dar pistas sobre outras dimensões de compreensão do passado. Em 1986, Portugal foi inserido na CEE, comunidade europeia de nações que se tornaria a UE. A entrada do país na Europa, aliada ao recente fim da Ditadura Salazarista e ao fim do processo de descolonização das colônias africanas, marca uma mudança nos olhares lusitanos: depois de perder as colônias ultramarinas, Portugal deixa para trás o Atlântico e volta sua atenção para o continente europeu, privilegia olhares para o futuro enquanto deixa de lado ideais e marcas de seu passado sem procurar repará-las.

O futuro português é descrito no romance como vago e encoberto por neblina. O que sempre retorna, no romance, são as referências ao passado – mesmo com as negativas de Raimundo Silva ao discurso histórico e sua preferência por focar os antigos inimigos dos portugueses. O revisor de textos relê alguns acontecimentos da história portuguesa, questiona suas circunstâncias, até, em última análise, chegar quase ao mesmo ponto que negou no início da criação de sua obra: não é exatamente o mesmo ponto porque as circunstâncias em que a nova história foi desenvolvida por Silva são distintas. Dessa maneira, *História do cerco de Lisboa* parece deixar como mensagem a impossibilidade de fugir do passado. Por mais

dolorosos que seja, por mais que ele tenha elementos incompreensíveis, o passado deve ser sempre lembrado, problematizado e interpretado antes que o futuro possa ser divisado mais claramente pelas ruas de Lisboa. Uma integração tão rápida à comunidade europeia, pouco tempo depois de importantes modificações políticas no país, não parece deixar margem para a elaboração de eventos traumáticos na história portuguesa novecentista – como a perseguição política e a tortura de presos empreendidas pela ditadura, o colonialismo e a guerra colonial.

História do cerco de Lisboa é um romance sobre o passado, construído com base em relatos sobre o passado. Ao longo da narrativa, o discurso histórico é trazido à luz de maneira nada inocente – ao invés de um relato mitificado sobre a grandeza das conquistas de Portugal, de seu primeiro rei e da conquista de sua principal cidade, a instância narrativa apresenta a vida anódina de um revisor de textos, que começa a mudar no momento em que ele questiona essas versões gloriosas da história lusitana. Os interstícios do passado são explorados pelo revisor, que resgata ficcionalmente figuras menores da historiografia portuguesa e confere elementos ficcionais que ampliam essas personagens. O minucioso trabalho documental subjacente à constituição do romance saramaguiano fica comprovado nas inúmeras citações diretas, alusões, referências e paródias de textos históricos presentes na malha romanesca. A reprodução desses documentos, realizada de maneiras diferentes, parece carregar pelo menos uma característica comum: a problematização da verdade histórica. Dessa maneira, Saramago atua como um escritor pós-moderno no sentido de utilizar-se de uma forma narrativa a fim de subvertê-la a partir de seu âmago, estabelecer o discurso da história para em seguida admitir a impossibilidade de conhecimento exato das circunstâncias do passado.

A problematização e a apresentação das fragilidades do discurso histórico, no entanto, não se estende à apreciação do passado. O revisor, ao negar o papel dos cruzados na conquista de Lisboa, nega apenas a escrita da história, suas estratégias de repetição e sua pretensa relação direta com o referente extratextual. A negativa de Raimundo Silva não incide sobre o passado, mas sobre a maneira como o passado foi dado a conhecer para o presente. Talvez a maior lição pretendida por *História do cerco de Lisboa* esteja indicada em sua abertura, na epígrafe do Livro dos Conselhos: não se pode corrigir a história enquanto ela não for alcançada. O passado continuará quase tão brumoso quanto o futuro enquanto não tiver alguns de seus momentos apurados e ressignificados. Entretanto, essa ressignificação do passado histórico é condição necessária para que ele seja alcançado – cabe dizer, re-elaborado, interpretado e superado. *História do cerco de Lisboa*, entre a quase impossibilidade de alcançar e corrigir a história, é a resistência e a não-resignação que encerram a epígrafe.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ARNAUT, Ana Paula. *Post-modernismo no romance português contemporâneo: fios de Ariadne, máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao Historicismo e ao Positivismo. *Territórios e Fronteiras* (Online), v. 3, p. 75-102, 2010.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BASTO, Artur de Magalhães (org.) *Crónica de cinco reis de Portugal*. Porto: Editora Civilização, 1945.
- BASTO, Artur de Magalhães. Introdução. In: BRANDÃO, António. *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Porto: Civilização, 1945, p. IX-LXIV.
- BORGES, Marco Oliveira. Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima. *História*. Revista da FLUP. Porto, IV Série, vol. 3, 2013, p. 123-144.
- BRANDÃO, António. *Crónica de Dom Afonso Henriques*. Porto: Civilização, 1945.
- BRITO, Bernardo de. *Crónica de Cister*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1602.
- BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. São Paulo: Abril, 2010.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 1-22.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- DUBY, Georges. *Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ECO, Umberto. *Pós escrito a O nome da rosa*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FIALHO, Maria do Céu. Os Persas de Ésquilo na Atenas do seu tempo. *Máthesis*. Viseu, n. 13, p. 209-225, 2004.
- FRIEDLÄNDER, Saul (Org.) *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la Solución Final*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007.

- GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Tradução de Erika Viana Costa Vieira, et al. Belo Horizonte: Edições Viva Voz (FALE/UFMG), 2010. (tradução de excertos).
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sólo um testigo. In: FRIEDLÄNDER, Saul (Org.) *En torno a los límites de la representación: el nazismo y la Solución Final*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007. p. 133-156.
- HELENA, Lucia. *Movimentos da vanguarda europeia*. São Paulo: Scipione, 1993.
- HERCULANO, Alexandre. *Composições várias*. Lisboa: Bertrand, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal – Volume 1: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Bertrand, 2007.
- HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1991.
- JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: JENNY, Laurent., et al. *Intertextualidades (Poétique n° 27)*. Coimbra: Almedina, 1979. p. 5-49.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LACAPRA, Dominick. *Representar el holocausto: historia, teoria y trauma*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2007.
- LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.
- MARINHO, Maria de Fátima. As máscaras do passado. *Limite*. Badajoz, n. 2, p. 115-133, 2008.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimaraes, 1972.
- MATTOSO, José. Prefácio. In: HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal – Volume 1: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*. Lisboa: Bertrand, 2007, p. 9-31.
- MICHELAN, Kátia. *Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MIGUEL, Isaura Luísa Cabral. *Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira interior em finais da Idade Média*. 2007. 293 f. Tese (Mestrado em História Regional e Local) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

OLIVEIRA, José de Augusto. Nota A. In: OSBERNO. *Conquista de Lisboa aos mouros (1147) – narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Lisboa: S. Industriais da C. M. L., 1936. p. 164-167.

OSBERNO. *Conquista de Lisboa aos mouros (1147) – narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*. Lisboa: S. Industriais da C. M. L., 1936.

PIMENTA, Alfredo (Org.) *Fontes medievais da história de Portugal – volume 1: anais e crónicas*. Lisboa: Sá da Costa, 1948.

REBELO, Luís de Sousa. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Edições Horizonte, 1983.

RICŒUR, Paul. A marca do passado (trad. Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica). *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.

ROANI, Gerson. *No limiar do texto: literatura e história em José Saramago*. São Paulo: Annablume, 2002.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHAFF, Adam. *Estructuralismo y marxismo*. México: Grijalbo, 1976.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: estado, pátria e nação (1080-1415)*. 3ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

WATT, Ian P. *The rise of the novel: studies in Defoe, Richardson and Fielding*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2001.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical in nineteenth-century Europe*. Baltimore & Londres: The Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.